



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

CONTRA A MARÉ? Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em
meio ao Capital

Campina Grande – Paraíba
Fevereiro de 2016

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

CONTRA A MARÉ? Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em meio ao Capital

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior, Doutor.

Coorientador: Prof. Roberto Vêras de Oliveira, Doutor.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas Públicas e Ação Coletiva

Campina Grande – Paraíba
Fevereiro de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S237c

Santos, Thelma Flaviana Rodrigues dos.

Contra a maré? economia solidária e cooperativas de catadores em meio ao capital / Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos. – Campina Grande, 2016.

232 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior, Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira".

Referências.

1. Economia Solidária. 2. Cooperativas de Catadores. 3. Trabalho. 4. Políticas Públicas. I. Sales Júnior, Ronaldo Laurentino de. II. Oliveira, Roberto Vêras de. III. Título.

CDU 334(043)

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

CONTRA A MARÉ? Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em meio ao Capital

Aprovado em: 16 / 02 / 2016

MEMBROS DA BANCA

Prof. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior, Doutor.
Professor Orientador

Prof. Roberto Vêras de Oliveira, Doutor.
Professor Coorientador

Prof^a Elizabeth Lima, Doutora.
Examinador Interno

Prof. Henrique Wellen, Doutor.
Examinador Externo

Prof^a Roseli de Fátima Corteletti, Doutora.
Examinador Externo

Campina Grande – Paraíba
Fevereiro de 2016

Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu irmão, que acreditam em mim e que vêm me ajudando a perseguir meus sonhos, mesmo quando escolher buscar meus sonhos significa arriscar e abrir mão de caminhos mais seguros. Sem vocês nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à energia universal que me move e que me permitiu alcançar esta vitória.

À minha família, meus pais Victor Felipe e Ana Goretti e meu irmão Glauber Felipe, os quais vêm me apoiando a seguir meus sonhos e me ajudando a concretizá-los.

À UFCG e a todos que dão vida a esta universidade, onde fiz a graduação, a especialização e agora concluo o mestrado, à qual devo todo o conhecimento que adquiri nos últimos dez anos.

Ao PPGCS, aos professores, coordenadores, funcionários e colegas que me ajudaram em cada etapa do curso e com os quais aprendi lições que carregarei comigo a vida inteira.

Ao meu orientador, Prof. Ronaldo Sales, pelas sugestões e direcionamentos ao desenvolvimento desta pesquisa e de pesquisas futuras, por ter acreditado em meu potencial e me incentivado a persistir no caminho acadêmico, mesmo quando eu duvidei de mim.

Ao meu coorientador, Prof. Roberto Vêras, que desde a especialização vem me orientando ou coorientando no universo da pesquisa, me ajudando a desenvolver o pensamento sociológico, oferecendo-me lentes que me permitam enxergar com maior nitidez o que me proponho a estudar e me inspirando a me tornar uma pesquisadora de Ciências Sociais.

À Prof^a Roseli Corteletti, que, além de ser um exemplo de professora e pesquisadora, é uma pessoa que possui uma energia contagiante, me entusiasmando com a pesquisa naqueles momentos em que as dificuldades inerentes à vida acadêmica quiseram me desanimar.

Ao Prof. Mário Ladosky e ao Prof. Maurício Sardá, pelos diálogos que me ofereceram muitas informações e conhecimentos, pelas sugestões ao desenvolvimento da pesquisa, por abrirem caminhos para a realização da pesquisa e por todo o apoio.

À Prof^a Elizabeth Lima, pelas ricas contribuições ao desenvolvimento deste trabalho durante os exames intermediários e mais ainda por me ajudar a encontrar o equilíbrio necessário à análise de uma realidade social, buscando compreender sua complexidade sem tirar conclusões precipitadas e partidárias, repletas de encantamento ou de desencantamento.

Ao Prof. Henrique Wellen e ao Prof. Octavio Maza, por suas avaliações e contribuições à formulação deste trabalho, pelo rico diálogo e pelas sugestões a pesquisas futuras.

Aos trabalhadores, gestores e representantes entrevistados, que contribuíram para a realização desta pesquisa, oferecendo as informações necessárias à apreensão da realidade estudada.

À minha prima Mary Alves, que despertou minha sensibilidade para observar a realidade dos catadores(as), por todas as conversas frutíferas sobre o tema estudado e por todo o apoio.

Ao grupo do TDEPP, que contribuiu para fortalecer meu conhecimento teórico metodológico, em especial Camilla, Guilherme, Denise e Eugenio, que ainda não haviam sido citados, que tanto me ajudaram a pensar a Sociologia do Trabalho através das conversas que tivemos.

Ao meu amigo e orientador da graduação, Patrício Vasconcelos, por ter sido o primeiro a me incentivar a seguir a vida acadêmica e buscar uma área com a qual eu me identificasse.

À todos os meus amigos, pela companhia, amizade, apoio, incentivo, ajuda e por serem compreensivos com minhas ausências e com o isolamento que o momento da escrita exige.

À CAPES e ao CNPq, que me permitiram dedicação exclusiva aos estudos e à pesquisa.

E a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a concretização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos. Ninguém faz nada sozinho.

“A reciclagem de lixo no Brasil, mais do que o desenvolvimento de uma ciência autogestionária, ou mesmo ambiental, em crescimento na sociedade, reflete a miséria de grande parte de sua população. As associações e cooperativas de reciclagem constituem um paliativo, estratégias de enfrentamento da pobreza, consistindo em políticas compensatórias num país marcado historicamente por profundas desigualdades sociais. Se essas políticas por si só podem ser consideradas um avanço num país como o Brasil, isso ainda é pouco em comparação com a dimensão da dívida social.”

(Jacob Lima)

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. **CONTRA A MARÉ?** Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em meio ao Capital. f. 232. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.

RESUMO

A crise do trabalho fez ressurgir a discussão sobre alternativas como a Economia Solidária (ES), debatida no Brasil desde 1980. Provavelmente por se enxergar o potencial da ES, uniu-se esta às demandas provenientes do debate do meio ambiente e da gestão do lixo, encontrando-se formas de trabalho e renda para os(as) catadores(as) de materiais recicláveis e buscando-se ainda a solução de problemas ambientais. Por se tratar de um tema por vezes polêmico, ainda há algumas questões sobre a ES que geram divergência de opiniões entre autores. Um dos questionamentos mais polêmicos está relacionado à inserção dos empreendimentos econômicos solidários (EES) na dinâmica capitalista. No intuito de contribuir com o debate, este estudo tem por objetivo compreender como empreendimentos de Economia Solidária de catadores de material reciclável se articulam, em uma região econômica e socialmente periférica como a Paraíba, com os mercados capitalistas e analisar as consequências desses modos de articulação para o desenvolvimento de tais empreendimentos e para a Economia Solidária. Através dos objetivos específicos buscou-se: Reconstituir os processos históricos de constituição e desenvolvimento de quatro EES – duas cooperativas e duas associações de catadores de material reciclável – situados no município de Campina Grande-PB; Conhecer como é realizado o processo de trabalho e como se organiza a divisão de atividades e responsabilidades; Aprender como os trabalhadores organizam o empreendimento do qual fazem parte, analisando questões referentes à autonomia e democracia dentro dos empreendimentos; Identificar como os processos comerciais, financeiros e produtivos se conectam com o mercado; Compreender a percepção que estes trabalhadores têm do trabalho que desenvolvem e da relação do empreendimento solidário com as necessidades que surgem dos vínculos com os mercados capitalistas; Aprender a maneira como representantes da Economia Solidária do estado da Paraíba concebem a expressão desta no estado. Os instrumentos de pesquisa envolveram: entrevista semi-estruturada, análise de dados secundários, além de observação direta. A pesquisa de campo foi realizada entre 16 de junho a 31 de outubro de 2015, foram entrevistadas vinte e nove pessoas, entre trabalhadores, dirigentes dos EES, gestores públicos e representantes da ES. Os dados colhidos foram analisados qualitativamente, o tratamento dos mesmos deu-se através de análise crítica e de análise comparativa. Esta pesquisa pode ser caracterizada como estudo de caso, exploratória e qualitativa. Pretende-se que os resultados e análises decorrentes desta pesquisa contribuam com o debate da Economia Solidária e da Sociologia do Trabalho.

Palavras-chave: Economia Solidária, Cooperativas de catadores, Trabalho, Políticas Públicas.

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. **Against the tide?** Solidarity Economy and collectors cooperative in the middle of capital. f. 232. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.

ABSTRACT

The crisis of work bring back the debate on alternatives such as Solidarity Economy (SE), debated in Brazil since 1980. Probably see the potential of SE, joined this with the demands from debate of environment and garbage management, finding ways of work and lacework for collectors of recyclable materials and searching solution of environmental problems. Because the controversy of this theme, exist some questions about the SE generating divergence of authors. One of the most controversial questions is related to the insertion of solidary economic enterprises (SEE) in capitalist dynamics. Intent to contribute to the debate, this study aims to understand how solidarity economy enterprises of collectors are articulated, in an economic and socially peripheral region such as Paraíba, with capitalist markets and analyze the consequences of these joint for the development of this enterprises and for the Solidarity Economy. The specific objectives are: Reconstitute the historical processes of constitution and development of four SEE – two cooperatives and two associations of collectors of recyclable material - located in the city of Campina Grande-Paraíba, Brazil; Knowing how accomplished the work process and how are organize the division of activities and responsibilities; Learn how workers organize the enterprises, analyzing questions of autonomy and democracy; Identify how the commercial, financial and production processes are connected with the market; Understand the perception that these workers have of their work and of the relationship of the enterprise solidarity with the needs arising from the links with the capitalist markets; Grasp how representatives of Paraíba State of Solidarity Economy conceive the expression of this in the state. Research instruments involved: semi-structured interview, analysis of secondary data and direct observation. The research happening from June 16 to October 31, 2015, we interview twenty-nine persons, workers, directs of the SEE, public management and representatives of SE. The data collected was analyzed qualitatively, their treatment of data was through critical and comparative analysis. This research can be characterized as a case study, exploratory and qualitative. It is intended that the results and analysis resulting from this research contribute to the debate of the Solidarity Economy and Labour Sociology.

Keywords: Solidarity Economy, Collectors Cooperatives, Labor, Public Policy.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

ARENISA – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida

BA – Bahia

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADSOL – Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários

CATAMAIS – Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande

CAVI – Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CENTRAC – Centro de Ação Cultural

CINEP – Companhia de Desenvolvimento da Paraíba

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

COTRAMARE – Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis

EES – Empreendimento Econômico Solidário

EPIs – Equipamento de Proteção Individual

ERTs – Empresas Recuperadas por Trabalhadores

ES – Economia Solidária

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FECOAGRO – Federação das Cooperativas Agrícolas do Estado da Paraíba

GT – Grupo Temático

GTDN – Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IMS – Instituto Marista de Solidariedade

Incubes – Incubadora de Empreendimentos Solidários

IUEES/UFPG – Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande

MA – Maranhão

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MF – Mercado Formal
MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis
MNF – Mercado não-formalizado
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NUPLAR – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPB – Organização das Cooperativas do Estado da Paraíba
ONG – Organização não-governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PB – Paraíba
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PERS-PB – Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba
PMGIRS-CG – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Campina Grande
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPA – Plano Plurianual
PRGIRS – Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEDH-PB – Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande/PB
Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária
Serhmact – Secretaria dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia
Sesaes – Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Economia Solidária
SESUMA – Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Campina Grande/PB
SIES – Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TDEPP – Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Distribuição regional dos EES e quantidade de sócios(as) por região	79
Quadro02: Distribuição dos EES na Região Nordeste e quantidade de sócios(as) por estado.	80
Quadro 03: Área de atuação dos EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba ..	81
Quadro 04: Formas de organização dos EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	82
Quadro 05: Categoria social dos sócios e sócias: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	84
Quadro 06: Principal atividade econômica realizada pelos EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	85
Quadro 07: Acesso a apoio, assessoria ou capacitação: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba.....	86
Quadro 08: Remuneração ou gratificação pelo cargo ou função de dirigente: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba.....	86
Quadro 09: O que permitiu os resultados da atividade econômica do ano anterior, sem contar as doações: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	87
Quadro 10: Destino da sobra ou excedente do último ano: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	88
Quadro 11: Participação em alguma rede ou fórum de articulação: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	88
Quadro 12: Relação ou participação em Movimentos Sociais, Populares ou Sindicais: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba.....	89
Quadro 13: Participação ou desenvolvimento de ação social ou comunitária: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba.....	90
Quadro 14: Motivação para criação dos EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	91
Quadro 15: Principais conquistas do EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	92
Quadro 16: Principais desafios do EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	93
Quadro 17: Perfil dos trabalhadores da CATAMAIS: Faixa Etária.....	127
Quadro 18: Perfil dos trabalhadores da CATAMAIS: Escolaridade.....	128
Quadro 19: Origem da matéria prima ou insumo: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	157
Quadro 20: Destinação da comercialização de produtos do EES de produção: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba.....	160
Quadro 21: Principais espaços de comercialização da produção: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	161
Quadro 22: Origem dos produtos comercializados: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	162

Quadro 23: Principais formas de organização ou comercialização: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	164
Quadro 24: Destinação da comercialização do EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	164
Quadro 25: Principais dificuldades na comercialização dos produtos: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba.....	166
Quadro 26: Realização de investimentos no EES nos últimos 12 meses: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba.....	172
Quadro 27: Tipo de investimento realizado no EES nos últimos 12 meses: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba.....	172
Quadro 28: Acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba.....	173
Quadro 29: Necessidade atual de financiamento: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	174
Quadro 30: Estão conseguindo remunerar os sócios(as) que trabalham (EES de produção) 174	
Quadro 31: Renda obtida pelos sócios(as) no EES de produção: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba	175
Quadro 32: Renda obtida pelos sócios(as) do EES de comercialização: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba.....	176

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Distribuição regional dos EES	79
Gráfico 02: Quantidade de EES na Região Nordeste	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da Paraíba, com a cidade de Campina Grande em destaque.....	112
Figura 02: Esquematização do Programa/Projeto Cataforte 3.....	113
Figura 03: Galpão da ARENSA	115
Figura 04: Antigo galpão da CATAMAIS	126
Figura 05: Galpão da CAVI	132
Figura 06: Galpão da COTRAMARE	137
Figura 07: Trabalhadora da ARENSA trabalhando na chuva	170
Figura 08: Descarregamento de caminhão na ARENSA.....	185
Figura 09: Trabalhadoras realizando a triagem do material na COTRAMARE.....	187
Figura 10: Ambiente interno do galpão da CAVI	188
Figura 11: Trabalhadores realizando o armazenamento do material na ARENSA.....	189

SUMÁRIO

Introdução	16
1. A Economia Solidária no Brasil	25
1.1. As três principais vertentes sobre a origem da Economia Solidária, seus princípios e conceitos fundamentais.....	25
1.2. Dinâmica Capitalista e suas implicações no mundo do trabalho.....	39
1.3. O mercado de trabalho no Brasil e a Economia Solidária como resposta às crises econômicas	46
1.4. O quadro atual da Economia Solidária no Brasil, no Nordeste e na Paraíba	53
1.4.1. Desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária e/ou aos catadores de materiais recicláveis.....	53
1.4.2. A expressão da Economia Solidária hoje	77
2. A Economia Solidária e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis na Paraíba.....	94
2.1. Desenvolvimento e trabalho no Nordeste.....	94
2.1.1. Os projetos da SUDENE e seus efeitos sobre o Nordeste.....	94
2.1.2. “Guerra fiscal” e a precarização do trabalho via cooperativas terceirizadas.....	101
2.1.3. O Nordeste hoje	107
2.2. A Economia Solidária e as cooperativas de catadores no estado da Paraíba	110
2.2.1. A Rede CataPB.....	112
2.2.2. O caso da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida (ARENISA).....	115
2.2.3. O caso da Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande (CATAMAIS).....	125
2.2.4. O caso da Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais (CAVI).....	132
2.2.5. O caso da Cooperativa dos trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE).....	137
3. A Economia Solidária imersa na dinâmica capitalista: realidades e desafios	145
3.1. Articulações produtivas	145
3.2. Articulações comerciais.....	159
3.3. Articulações financeiras	169
4. Consequências das relações entre a Economia Solidária e a dinâmica capitalista para os trabalhadores.....	183
4.1. A percepção do trabalho nos empreendimentos solidários	183
4.2. A percepção da relação do empreendimento solidário com a dinâmica capitalista	202
Considerações Finais	206
Referência Bibliográfica.....	217
ENTREVISTAS.....	222
ANEXOS	224

Introdução

Para pensar as experiências de Economia Solidária (ES) temos que conectá-las às transformações socioeconômicas decorridas da crise do trabalho assalariado. Transformações estas que reconfiguraram formas de trabalho e renda, reposicionaram trabalhadores nos mercados formal e informal e fomentaram o surgimento de novas formas de trabalho, que tanto serviram de socorro aos trabalhadores empurrados ao exército de reserva do capital como passaram a oferecer novas maneiras de sociabilidade no campo do trabalho, mais justas e igualitárias, onde o rendimento mensal auferido pelo grupo é dividido igualmente entre seus membros e as decisões internas são tomadas coletivamente, de forma democrática e participativa.

A crise do trabalho assalariado desencadeada no final do século XX tornou flexível as relações de trabalho, aumentou o número de trabalhadores informais no país, o contingente de desempregados e de trabalhadores precarizados. Ressurgiu neste momento a discussão sobre propostas de alternativas como a Economia Solidária (ES), debatida no Brasil por volta da década de 1980. Embora dificilmente apontem para um projeto de transformação mais radical da sociedade, estas experiências despontam novas formas de sociabilidade e envolvem um número significativo de trabalhadores que lutam pela sobrevivência e/ou buscam formas alternativas de trabalho e renda.

A Economia Solidária vem se tornando um importante mecanismo gerador de renda, mas não é apenas a falta de colocação no mercado capitalista que move os trabalhadores a adotarem esse modelo. Os benefícios que a Economia Solidária traz – e seu potencial para tornar o modo de produção e as relações trabalhistas em algo melhor, igualitário, que beneficie o coletivo em detrimento a trazer benesses à apenas um pequeno grupo – são fatores positivos que movem pessoas a adotarem-na (GAIGER, 2004).

Como ressalta Henriques *et al* (2013, p. 25) “se é verdade que muitos trabalhadores associados veem no trabalho uma mera atividade de sobrevivência, também é possível encontrar trabalhadores que atribuem um novo sentido ao trabalho”. De fato, muitos trabalhadores(as) recorrem à Economia Solidária como forma de fugir ao desemprego, mas há também aqueles que descobriram na ES uma outra forma de trabalho, mais justa, igualitária, democrática e solidária. As diferenças entre o trabalho dentro de um empreendimento solidário e o trabalho em uma empresa que segue a lógica capitalista é percebida pelos trabalhadores, levando muitos a optarem por atividades de trabalho desenvolvidas pela Economia Solidária (SANTOS, 2010).

Há casos de empreendimentos econômicos solidários (EES) que, dotados de grande potencial de irradiação de iniciativas coletivas e de articulação das iniciativas existentes, revelam-se uma importante estratégia de desenvolvimento territorial/local e de desenvolvimento sustentável. Provavelmente por enxergar o potencial da proposta da Economia Solidária, uniu-se esta às demandas provenientes do debate acerca da questão do meio ambiente e da gestão do lixo. A partir dos anos de 1990 diversas entidades passaram a incentivar os(as) catadores(as) de materiais recicláveis a se organizarem em associações e cooperativas autogestionárias, encontrando formas de trabalho e renda, buscando a solução de problemas sociais e ambientais.

Embora não se trate de um tema muito recente, a Economia Solidária vem chamando atenção pelo fato deste fenômeno ter adquirido uma magnitude e uma capacidade de disseminação socialmente relevante. O surgimento de novas experiências, o envolvimento de milhares de pessoas e instituições, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a ES, o surgimento de secretarias governamentais voltadas a ES, o fortalecimento do debate sobre esta proposta, todos estes acontecimentos têm contribuído para que a ES se torne foco de análises científicas que buscam compreender melhor este fenômeno.

Para Georges e Leite (2012, p. 14-15) a atual expressão da Economia Solidária:

reatualizaria as velhas perguntas formuladas pelos estudiosos sobre sua capacidade de transformação social, especialmente quando vem à tona, de forma evidente, a inviabilidade, a longo prazo, do modelo vigente de desenvolvimento econômico, seja pelos desequilíbrios sociais que tem provocado, seja pelas drásticas consequências ambientais, seja, ainda, pelas dificuldades de equacionamento da atual crise econômica.

Por se tratar de um tema por vezes polêmico, ainda há algumas questões sobre a Economia Solidária que geram divergência de opiniões entre autores, o que revela a necessidade de mais estudos empíricos para ajudar a responder inquietações teóricas sobre o tema. Como a questão relacionada ao risco dos empreendimentos solidários se degenerarem afastando-se de seus princípios para sobreviver à concorrência capitalista ou o debate acerca da possibilidade ou impossibilidade dos empreendimentos solidários sobreviverem de forma autônoma em um ambiente capitalista.

Assim, ainda há muito o que pesquisar, esclarecer, debater e aprofundar. Há muitas questões a serem respondidas para que a função social da Economia Solidária seja apreendida, tanto para que se teste a possibilidade real desta proposta quanto alternativa aplicável e eficaz, quanto para que se conheçam as limitações e as dificuldades encontradas na aplicação prática desta proposta. Aprender a realidade prática dos trabalhadores que vivem da ES, comparando esta realidade às propostas da ES, observando a maneira como os atores sociais

constroem e remodelam a Economia Solidária em seu cotidiano, são passos importantes para fornecer ao debate teórico mais informações sobre o cotidiano destes trabalhadores e sobre a opinião dos mesmos a respeito do fenômeno social do qual são protagonistas.

O desenvolvimento de estudos empíricos abre canais de troca mútua entre os teóricos e os atores das experiências sociais, possibilitando a aproximação do debate teórico com a realidade desenvolvida, vivida e reinventada no dia-a-dia dos trabalhadores. Esta aproximação tanto é benéfica a ambas as partes, proporcionando a troca de saberes e vivências, como se torna necessária para que a discussão teórica não se torne vazia, utópica, idealista e impraticável, por estar distante da realidade prática na qual os atores sociais estão envolvidos.

Um dos questionamentos mais polêmicos acerca da ES está relacionado à inserção dos empreendimentos solidários na dinâmica capitalista, desde a forma como os empreendimentos solidários se inserem na dinâmica capitalista, bem como às consequências das articulações desenvolvidas com a dinâmica vigente para os trabalhadores que fazem parte destes empreendimentos. A articulação dos EES com o sistema capitalista tem causado muitas polêmicas. Para alguns estudiosos, a ES se contrapõem ao capitalismo mesmo coexistindo com este, para outros ela representa um primeiro passo em direção a superação da sociedade capitalista, havendo ainda os que consideram que mesmo sem ter nascido com esta finalidade, a Economia Solidária acaba se tornando funcional ao sistema capitalista.

Ao falar em inserção dos EES na dinâmica capitalista estamos nos referindo ao modo como estes empreendimentos que seguem os princípios da Economia Solidária, antagônicos ao modo de produção capitalista, conseguem se articular, ou seja, desenvolver relações econômicas, políticas e sociais com o capitalismo, que é o modelo econômico vigente e que regula e controla o mercado. Esta relação não é simples, pois são modelos antagônicos, com princípios, propostas e finalidades distintas, por isso a articulação dos EES com o capitalismo costuma gerar tensões.

No intuito de contribuir com o debate, este estudo tem por problema central a seguinte pergunta: Como os empreendimentos solidários de catadores de materiais recicláveis se articulam, em uma região econômica e socialmente periférica como a Paraíba, com os mercados capitalistas e quais as consequências desses modos de articulação para o desenvolvimento de tais empreendimentos e da Economia Solidária?

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como empreendimentos de Economia Solidária de catadores de material reciclável se articulam, em uma região econômica e socialmente periférica como a Paraíba, com os mercados capitalistas e analisar as

consequências desses modos de articulação para o desenvolvimento de tais empreendimentos e para a Economia Solidária.

Através dos objetivos específicos buscou-se: Reconstituir os processos históricos de constituição e desenvolvimento de quatro empreendimentos solidários – duas cooperativas e duas associações de catadores de material reciclável – situados no município de Campina Grande-PB; Conhecer como é realizado o processo de trabalho e como se organiza a divisão de atividades e responsabilidades; Aprender como os trabalhadores organizam o empreendimento do qual fazem parte, analisando questões referentes à autonomia e democracia dentro dos empreendimentos; Identificar como os processos comerciais, financeiros e produtivos se conectam com o mercado; Compreender a percepção que estes trabalhadores têm do trabalho que desenvolvem e da relação do empreendimento solidário com as necessidades que surgem dos vínculos com os mercados capitalistas; Aprender a maneira como representantes da Economia Solidária do estado da Paraíba concebem a expressão desta no estado.

A hipótese inicial deste estudo indica que na luta por espaço de comercialização e em meio às diversas pressões do mercado capitalista, as experiências de Economia Solidária tendem a sofrer abalos em sua organização e funcionamento que além de atingir diretamente os trabalhadores, pode vir a afastar essas experiências dos princípios da Economia Solidária ou ameaçar sua autonomia frente ao capital. Para que esta "degeneração" (WEBB e WEBB *apud* LEITE, 2009) não ocorra é necessário que os trabalhadores estejam engajados com o debate da Economia Solidária e com os demais Movimentos Sociais, que acreditam nessa proposta como um projeto de transformação social. Esforçando-se ainda por manter sua autonomia, evitando tornar-se dependente de agentes que acabem influenciando as decisões e direcionamentos do empreendimento solidário.

O objeto empírico – catadores de materiais recicláveis – foi escolhido tanto por sua relevância social – tendo em vista que estes atores sociais históricos estão vivenciando hoje uma verdadeira transformação em seu modo de vida e mesmo de percepção de si e de sua atividade, advinda das mudanças na sua forma de trabalho, decorrente da organização dos mesmos em cooperativas e associações autogestionárias – quanto pela minha identificação pessoal com a luta destes trabalhadores que ultrapassa a questão do trabalho e geração de renda, atingindo discussões políticas, sociais e ambientais.

De acordo com dados fornecidos por representantes de entidades de apoio ou de projetos e programas relacionados à ES e/ou aos catadores(as) de material reciclável, a Paraíba conta hoje com vinte e uma cooperativas/associações de catadores(as) formalizadas e

vinte e cinco grupos de catadores(as) não formalizados. Estes grupos – tanto os formalizados quanto os não formalizados – estão distribuídos por vinte e sete cidades, nas regiões da Zona da Mata, Agreste e Sertão do estado. Das cooperativas/associações formalizadas adeptas à ES do estado da Paraíba, quatro situam-se na cidade de Campina Grande, havendo ainda três grupos de catadores(as) em processo de organização/formalização na cidade, o que faz com que Campina Grande tenha espaço na discussão do movimento dos catadores a nível estadual.

Importante destacar que, com apoio governamental, através do Projeto Ações Integradas, quatorze das cooperativas/associações do estado da Paraíba estão organizadas em rede estadual, a Rede CataPB, que está em diálogo com as redes dos demais estados federativos, incluindo-se no Movimento Nacional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR). Todos os EES formalizados da cidade de Campina Grande participam da rede.

Das quatorze cooperativas/associações participantes da Rede CataPB, sobre as quais torna-se mais fácil acessar informações, esta pesquisa analisa os quatro casos da cidade de Campina Grande: a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida (ARENISA); a Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande (CATAMAIS); a Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE) e; a Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais (CAVI). Relacionando-os com os demais casos do estado e com o panorama nacional dos empreendimentos de ES, em especial o das cooperativas de catadores(as).

A realização desta pesquisa só foi possível devido à colaboração voluntária dos(as) trabalhadores(as) que constroem estas experiências solidárias e ofereceram as informações necessárias ao estudo permitindo, por escrito, a divulgação das mesmas, assim como a divulgação do nome das cooperativas/associações e de fotos dos EES e dos grupos que deles participam. Também foram realizadas entrevistas com gestores públicos e representantes de órgãos, instituições e projetos ligados a Economia Solidária no estado da Paraíba. Estas entrevistas permitiram conhecer o panorama geral da ES no estado, com ênfase no caso dos catadores.

Os instrumentos de pesquisa utilizados envolveram: entrevista semi-estruturada, observação de informações nas páginas eletrônicas dos EES e em jornais, levantamento de políticas públicas relacionadas ao tema e de dados do mapeamento nacional de Economia Solidária, além de observação direta. Foram realizadas visitas às cooperativas/associações onde foi possível conhecer seus membros e estrutura, observando-se os processos de trabalho e reuniões/assembleias dos grupos. Não foi possível analisar documentos dos casos estudados, tais como estatutos dos EES, pois o acesso a estes foi negado.

A primeira visita a campo ocorreu em fevereiro de 2015. Em caráter exploratório buscou-se conhecer uma das cooperativas, até o momento um provável objeto de estudo. O desenvolvimento da pesquisa de campo ocorreu no período de 16 de junho a 31 de outubro de 2015. Neste período foram realizadas visitas às cooperativas/associações e entrevistas com dirigentes, trabalhadores, representantes da Economia Solidária e gestores públicos.

Foi possível participar de reuniões do programa CATAFORTE e conhecer membros de quase todas cooperativas/associações do estado da Paraíba que compõem a Rede CataPB, entendendo a configuração do programa, que será analisada neste estudo. Presenciou-se ainda reuniões entre as entidades de apoio que prestam assessoria aos EES de catadores(as) no estado, oportunidades nas quais foi possível conhecer um pouco sobre os diversos projetos que estão sendo desenvolvidos no estado em prol dos(as) catadores(as), tomando-se conhecimento a respeito dos grupos que não participam da Rede CataPB.

Também foi possível participar do Curso de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária ofertado pela Secretaria de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes) em parceria com o Projeto Ações Integradas. Buscamos neste momento identificar de que modo o Governo Estadual vem buscando construir a “rede de políticas públicas de Economia Solidária”¹ na Paraíba e a reação dos gestores municipais ao tema.

Os dados colhidos durante a pesquisa foram analisados qualitativamente, o tratamento dos mesmos deu-se através da análise crítica das informações obtidas e da análise comparativa dos dados coletados com a bibliografia levantada no texto. Neste estudo realizamos ainda a análise qualitativa de dados quantitativos secundários, advindos de mapeamentos nacionais da Economia Solidária, que contribuíram para tornar mais nítida e ampla a visualização do cenário da Economia Solidária no Brasil, no Nordeste e na Paraíba.

De acordo com Vergara (2007), esta pesquisa pode ser caracterizada como estudo de caso, quanto aos meios, e como exploratória, quanto aos fins. Quanto aos métodos de recolhimento de dados, a pesquisa desenvolvida pode ser classificada como qualitativa – por tomar por base informações observacionais e de expressão oral ou escrita, pouco estruturada, realizada a partir de pautas flexíveis, dificilmente quantificáveis (VAN MAANEN *apud* COLLINS e HUSSEY, 2005).

¹ O conceito de “rede de políticas públicas de Economia Solidária” é utilizado por Cunha (2012), que estudou a rede de políticas públicas de Economia Solidária no governo federal, explicando que esta seria uma rede de relações não hierárquica envolvendo diversos atores dentro e fora do Estado em torno da formulação e execução de políticas públicas de Economia Solidária.

Para o levantamento de dados foram elaborados quatro roteiros de entrevista, todos semi-estruturados, podendo ser adaptados no momento da entrevista para melhor aproveitamento das informações oferecidas pelos informantes. Todos os roteiros estão disponíveis nos anexos deste texto.

O primeiro roteiro de entrevista é direcionado aos dirigentes dos EES, este contém quarenta e três questões sendo dividido em dois blocos: O primeiro, intitulado “BLOCO I: Conhecendo o Empreendimento Solidário e seus atores”, destina-se ao levantamento de dados gerais sobre o empreendimento e sobre os sujeitos que fazem parte dessas experiências, buscando resgatar a gênese de cada experiência, seu surgimento, história, organização, funcionamento, principais atividades e principalmente o perfil dos sujeitos que fazem parte de cada uma dessas histórias coletivas; O segundo bloco, intitulado “BLOCO II: Dimensão Econômica” busca tracejar a forma como os EES se inserem economicamente na dinâmica capitalista, inclui questões relacionadas à propriedade dos bens, remuneração dos trabalhadores, comercialização e relação com o mercado. Este roteiro foi aplicado a um dirigente de cada cooperativa/associação pesquisada, totalizando quatro entrevistas.

O segundo roteiro de entrevista é direcionado aos trabalhadores(as), contendo trinta e três questões, relacionadas à trajetória ocupacional e institucional, às percepções e auto-denominação acerca da Economia Solidária e Autogestão, às percepções sobre trabalho, responsabilidades, participação no empreendimento e remuneração. Foram realizadas entrevistas com vinte trabalhadores(as) dos casos estudados, dentre eles dezesseis eram sócio-trabalhadores(as) dos EES e quatro ainda não estavam associados.

Cabe aqui explicar que foram entrevistados seis trabalhadores(as) de cada uma das três maiores associações/cooperativas. Da quarta associação, que conta apenas com sete membros, só foi possível entrevistar duas trabalhadoras, além da dirigente do empreendimento. Infelizmente estas eram as únicas participantes do EES que estavam na associação na data da visita, o motivo será explicado ao longo da análise. Mesmo com um número menor de entrevistas realizadas é possível apreender a opinião deste grupo, tendo em vista que as três entrevistadas representam quase a metade dos participantes desta experiência.

O terceiro roteiro de entrevista é voltado aos representantes da Economia Solidária no estado da Paraíba. O roteiro conta com vinte e uma perguntas, relacionadas à trajetória pessoal e institucional no movimento da ES, à Economia Solidária na Paraíba e no Brasil, e à inserção econômica dos empreendimentos solidários. Foram realizadas entrevistas com três representantes da ES, relacionados a universidades, organizações não-governamentais (ONG's), programas e projetos voltados ao desenvolvimento e fortalecimento da ES.

O quarto e último roteiro elaborado foi direcionado a gestores públicos ligados à Economia Solidária. Contando com vinte e seis perguntas, o roteiro busca conhecer a trajetória pessoal e institucional do entrevistado no movimento da ES, os planos e projetos da instância governamental da qual participa o entrevistado para a Economia Solidária, apresentando ainda questões relacionadas à Economia Solidária na Paraíba e no Brasil, e à inserção econômica dos empreendimentos solidários. Foram entrevistadas duas gestoras públicas, uma gestora estadual e uma gestora municipal.

Para exposição e análise dos dados colhidos estruturou-se este estudo em quatro capítulos: O capítulo um, intitulado “A Economia Solidária no Brasil”, comenta o surgimento histórico da ES no mundo até sua chegada ao Brasil, mostrando como esta proposta se relaciona com as transformações ocorridas no mundo do trabalho. O levantamento teórico presente neste capítulo envolve algumas das principais referências bibliográficas na discussão da Sociologia do Trabalho e da Economia Solidária. Este capítulo trás ainda a análise das políticas públicas voltadas aos catadores(as) de materiais recicláveis e a exposição e análise de dados secundários, retirados dos mapeamentos nacionais de ES, que permitem a visualização do quadro atual da Economia Solidária no Brasil, no Nordeste e na Paraíba.

O segundo capítulo, “A Economia Solidária e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis na Paraíba”, contextualiza o fenômeno social da Economia Solidária no estado da Paraíba, demonstrando como esta proposta se expressa localmente. Para a construção deste capítulo foram levantadas algumas discussões teóricas relacionadas aos temas do desenvolvimento e trabalho no Nordeste. O capítulo trás também informações sobre os casos estudados, revelando como as cooperativas de catadores(as) de material reciclável vêm se organizando no estado e as particularidades de cada EES observado.

No capítulo três, intitulado “A Economia Solidária imersa na dinâmica capitalista: realidades e desafios”, apresentamos os principais pontos de vista do debate teórico sobre a interação entre a ES com a dinâmica capitalista e a análise sobre a forma como se configuram as articulações produtivas, as articulações comerciais e as articulações financeiras dos casos observados com a dinâmica capitalista. Comparamos a realidade observada com o que revela a bibliografia consultada sobre as formas de articulações desenvolvidas pelos EES no Brasil.

O quarto capítulo, nomeado “Consequências das relações entre a Economia Solidária e a dinâmica capitalista para os trabalhadores”, avalia a percepção do trabalho nos empreendimentos solidários e a percepção que os(as) trabalhadores(as) têm da relação do empreendimento solidário com a dinâmica capitalista.

Finalizando a discussão a qual nos propomos, apresentamos as “Considerações Finais”, que não pretende encerrar a discussão sobre temas tão polêmicos, mas apenas sintetizar as conclusões que este estudo de caso nos permitiu chegar, oferecendo respostas às questões levantadas no intuito de que estas contribuam com o debate sobre o tema.

Pretende-se que os resultados e análises decorrentes desta pesquisa contribuam com o debate da Economia Solidária e da Sociologia do Trabalho, onde estudos de caso capazes de apreender a realidade vivenciada pelos trabalhadores ainda se fazem necessários, para que de análises microssociológicas possamos avançar na compreensão macrosociológica deste fenômeno social, que vem detendo a atenção de cientistas de diversas áreas.

Este estudo é fruto da minha trajetória acadêmica pessoal. Desde a graduação em Administração comecei a questionar o capitalismo e o modo como se configuram as relações de trabalho neste sistema, buscando formas mais igualitárias de trabalho e modos de gestão mais participativos até encontrar a Economia Solidária. Entre 2009 e 2010 cursei especialização em Economia Solidária e Autogestão na UFCG e desde então venho estudando o tema e desenvolvendo pesquisas na área em busca de compreender cada vez mais claramente a realidade dos trabalhadores que escolhem este modo trabalho e de vida.

A participação no Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas - TDEPP (UFCG – CNPq) e os diálogos com colegas e professores durante o curso do mestrado em Ciências Sociais, permitiram a ampliação e amadurecimento do conhecimento sobre a Sociologia do Trabalho e sobre as Ciências Sociais. Muitos são os professores e colegas que vem contribuindo com minha formação acadêmica, evitando tornar-me repetitiva, agradeço a todos já mencionados nos Agradecimentos.

1. A Economia Solidária no Brasil

Para explicar os movimentos históricos que levaram ao surgimento da Economia Solidária (ES) no Brasil e ilustrar a maneira como esta forma alternativa de economia vem se apresentando atualmente, sistematizou-se este capítulo em quatro tópicos: O primeiro, intitulado “As três principais vertentes sobre a origem da Economia Solidária, seus princípios e conceitos fundamentais”, expõe as prováveis origens da ES de acordo com estudiosos do tema e trás os princípios e conceitos fundamentais relacionados à ES que serão utilizados nas análises deste estudo.

O segundo, nomeado “Dinâmicas Capitalistas e suas implicações no mundo do trabalho”, expõe brevemente algumas questões-chave sobre a dinâmica capitalista apenas para que se compreenda como o funcionamento natural deste sistema leva ao surgimento de propostas alternativas de economia e trabalho, como a Economia Solidária.

O terceiro tópico aborda “O mercado de trabalho no Brasil e a Economia Solidária como resposta às crises econômicas”, revelando como o processo de formação do mercado de trabalho em nosso país e sua trajetória histórica contribuíram para que a Economia Solidária apareça como resposta às crises econômicas enfrentadas. Investigando ainda o lugar que a ES ocupa no mercado de trabalho brasileiro.

O quarto e último tópico, intitulado “O quadro atual da Economia Solidária no Brasil, no Nordeste e na Paraíba” foi dividido em duas partes, a primeira trás a análise das políticas públicas voltadas à ES e/ou aos catadores de materiais recicláveis e a segunda esboça a forma como a ES vem se apresentando atualmente através da análise qualitativa de dados quantitativos retirados de mapeamentos nacionais da Economia Solidária.

1.1. As três principais vertentes sobre a origem da Economia Solidária, seus princípios e conceitos fundamentais

Existe na bibliografia da Economia Solidária(ES) três vertentes principais sobre as origens deste fenômeno. Compreender estas vertentes ajuda a entender a proposta central da Economia Solidária, seu papel na atualidade e a forma como a ES se posiciona no sistema capitalista. Segue uma breve explanação sobre cada uma destas vertentes.

Boa parte da bibliografia aponta a Primeira Revolução Industrial como marco inicial da Economia Solidária. Insatisfeitos com as condições de trabalho impostas pelo capitalismo e com a exploração do trabalho cada vez mais intensificada, os trabalhadores rebelaram-se

contra o sistema, alguns lutaram por acordos e leis que trouxessem melhorias à qualidade de vida e de trabalho. Outros, descrentes do sistema capitalista, buscaram alternativas como o cooperativismo.

Culti (2007) comenta que uma das principais vertentes de pesquisas sobre a ES aponta como principal antecedente da mesma o cooperativismo operário, idealizado pelos socialistas utópicos durante o século XIX. Em meio ao movimento Luddista, surge o debate sobre a questão do cooperativismo no capitalismo enquanto instrumento de organização política e econômica dos trabalhadores. Do Movimento Luddista, onde os operários quebram as máquinas por se sentirem ameaçados, surge no movimento operário a ideia de tomar as máquinas para uso coletivo, beneficiando todos os trabalhadores. Aparece em cena um “movimento cidadão”, baseado na autogestão dos trabalhadores como forma de benefício do coletivo (NASCIMENTO, 2006). As principais contribuições do debate sobre autogestão e cidades vêm do anarquismo libertário, tendo como nomes de destaque Proudhon e Bookchin.

Autores como Lechat (2002), Singer (2002) e Lima (2002 e 2007) estão entre os estudiosos que construíram o que chamaremos de uma primeira vertente de abordagem sobre a origem da Economia Solidária. Tais autores demonstram como as experiências de cooperativas de consumo, de trabalho e de produção surgem na Inglaterra, como produto do movimento operário no século XIX, relacionando-as com a origem do que hoje conhecemos como Economia Solidária.

Das experiências desenvolvidas neste período, as de maior evidência foram as desenvolvidas pelo britânico Robert Owen, “nas quais sobressai a ideia da transformação social das relações de produção capitalistas e sua substituição pelos princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados na ideia de autogestão e controle operário sobre a produção” (SINGER, 2000 *apud* LEITE, 2009, p.32), destacando-se a famosa Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. Outro pensador que contribuiu para inspirar o cooperativismo operário do século XIX foi o francês Charles Fourier, que inspirou experimentações práticas que aconteceram nos Estados Unidos².

Estas iniciativas que se espalham pela Europa e pelos Estados Unidos tiveram vida curta, mas deixaram como legado sua história, suas propostas e principalmente os princípios cooperativistas. Desenvolvidos pela experiência de Rochdale no século XIX, estes princípios foram imortalizados como os princípios universais do cooperativismo e são aplicados até hoje por empreendimentos de Economia Solidária.

² Para mais informações sobre as experiências do cooperativismo operário do século XIX ver Singer (2002) e Lechat (2002).

Podemos sintetizar os princípios universais do cooperativismo, fruto da experiência de Rochdale da seguinte maneira: 1º) nas decisões a serem tomadas cada membro tem direito a um voto, independente do valor do investimento na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa é aberto, sendo aceito quem deseje entrar para a cooperativa; 3º) a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa sobre o capital emprestado; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas à cooperativa seriam à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação dos trabalhadores; 8º) a cooperativa deve manter-se neutra em questões religiosas e políticas (SINGER, 2002).

Importante destacar que, por mais que muitos estudiosos relacionem a origem da Economia Solidária com o movimento das cooperativas operárias do século XIX, a maior parte destes faz questão de diferenciar os rumos que o cooperativismo tomou ao longo da história da proposta da Economia Solidária. Assim, mesmo com origens históricas semelhantes estes fenômenos sociais não devem ser confundidos. Pode haver e de fato existe cooperativas que adotam a Economia Solidária, mas nem todas as cooperativas assumem o compromisso com este modo alternativo de economia.

Para Wellen (2012) – que não identifica o movimento operário do século XIX como origem da ES, fazendo parte da terceira vertente de autores da qual trataremos em seguida – a função social da Economia Solidária não é a mesma dos socialistas utópicos. O autor defende que quando relacionada com a totalidade social em que está inserida, a Economia Solidária, diferentemente do socialismo utópico, não possui uma condição progressista, apresentando inclusive um caráter regressivo por ignorar análises sobre a realidade capitalista, desconhecidas no tempo em que os socialistas utópicos desenvolveram suas propostas³.

De acordo com Lechat (2002), a Depressão de 1929-1932 levou os países industrializados a uma maior intervenção do Estado na economia, dentro das propostas keynesianas, implantando-se políticas econômicas e sociais. Mas antes disso as cooperativas de consumo e habitação já se constituíram em uma solução trazida pelos operários. A autora explica que após a 2ª Guerra a economia não monetária (doméstica e de reciprocidade) foi marginalizada diante da expansão do mercado e da estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. A Era do Ouro do capitalismo durou até o final dos anos de 1960, este foi um

³ Wellen (2012) desenvolve um longo debate acerca das relações e contradições entre as propostas do socialismo científico, da Economia Solidária e do socialismo utópico. Não cabe neste texto adentrar tal discussão, mas o pensamento de Wellen será novamente abordado em tópicos posteriores, o que pode ajudar a esclarecer o posicionamento do autor para o leitor.

período de grande crescimento econômico. A partir dos anos 1970 surge o neoliberalismo como política que vai dar sustentação a reestruturação produtiva. A crise dos anos 1970, que levou empresas a fecharem, causando o crescimento vertiginoso do índice de desemprego, trouxe por consequência uma série de iniciativas com a criação de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, com o apoio de alguns sindicatos. De acordo com os estudiosos da primeira vertente, neste momento nasce a Economia Solidária, retomando as experiências do movimento operário do século XIX.

Apesar de a Primeira Revolução Industrial ser apontada como um marco na história da ES é importante deixar claro que, de acordo com uma segunda vertente de autores, esta já existia nas práticas econômicas fundadas em princípios de solidariedade que haviam em todos os continentes. Práticas solidárias milenares, no campo econômico, foram reconhecidas e têm sido estudadas no cerne das diferentes culturas como elementos fundamentais da agregação e coexistência de comunidades humanas. Desta perspectiva posicionam-se os estudiosos que recuperam o conceito de dom e dádiva de Mauss como referência teórica para compreender o fenômeno da ES⁴, a economia passa a ser entendida também como solidariedade em termos de redistribuição e reciprocidade (LAVILLE e FRANÇA FILHO *apud* LIMA, 2007).

Uma terceira vertente de estudiosos desassocia o surgimento da Economia Solidária das experiências do cooperativismo operário do século XIX, apontando a crise dos anos 1970 como elemento impulsionador de sua origem. Assim a Economia Solidária tratar-se-ia de um fenômeno novo, que tem a ver com a crise econômica e salarial do século XX. Para estes autores, mesmo retomando as experiências do século XIX como cooperativas e os empreendimentos autogestionários, a Economia Solidária adquire novos significados no atual contexto econômico e social (LAVILLE, 2006 e FRANÇA FILHO, 2006 *apud* LEITE 2009).

É essencial compreender que as experiências de Economia Solidária não podem ser pensadas sem inseri-las nas transformações do social decorridas da crise do trabalho assalariado. Para entender esta crise é necessário conhecer o percurso histórico do capitalismo, as transformações do modo de produção ao longo do tempo e os impactos destas mudanças na classe trabalhadora, chegando ao momento da crise de 1970 onde a Economia Solidária surge como proposta de transformação social⁵.

⁴ Caillé (2002) recupera o conceito de Dádiva e Associação, apontando o incentivo à Economia Solidária como uma medida para a eclosão de novas formas de solidariedade.

⁵ Corteletti (2009), em um estudo de caso de uma fábrica cooperativa em Caxias do Sul/RS, apresenta uma revisão bibliográfica de autores que vem discutindo as mudanças no mundo do trabalho, resgatando partes da história do trabalho da cooperação à reestruturação produtiva e o retorno do cooperativismo de trabalho. Comentando sobre como o capitalismo passa do artesanato à maquinaria e à indústria moderna, o surgimento e

Em seu desenvolvimento o capitalismo passa por diferentes fases, marcadas por suas peculiaridades na forma de trabalho, produção e relação entre o capital, o Estado e os trabalhadores. A passagem do modo de produção artesanal ao fabril foi marcada por grandes inovações técnicas que modificaram a divisão do trabalho, transformando o trabalhador em mero apêndice da máquina. Surge o taylorismo e o fordismo que alcançaram sua expressão mais avançada de racionalização do trabalho ao longo do século XX⁶.

A Depressão de 1929-1932 levou à intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais que garantissem o *Welfare State* ou o “Estado de Bem Estar Social”.

O crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve que assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercado de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta (HARVEY, 1992, p.125).

A crise, que começa com o fim do *Welfare State*, se estende do final dos anos 1960 a 1990. Com o fim da proteção estatal e a reestruturação produtiva decorrente da implantação do Toyotismo, ocorre o processo de flexibilização do trabalho e milhares de pessoas perdem seus empregos formais e passam a buscar em contratos flexíveis oportunidades de assalariamento, mesmo que estes contratos implicassem em perda de direitos.⁷

Antunes (2011) comenta que quando os novos processos de trabalho emergem, substituem os cronômetro e a produção em série e de massa do taylorismo e fordismo pela flexibilização da produção, especialização flexível, novos padrões de busca de produtividade e novas formas de adequação da produção à lógica do mercado, típicas do toyotismo.

O *toyotismo* penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que

funcionamento do taylorismo, fordismo e da administração científica, chegando às transformações atuais provocadas pela reestruturação produtiva. Observando principalmente os impactos de todas estas transformações sobre a classe trabalhadora e demonstrando como estas mudanças conduziram ao retorno do cooperativismo.

⁶ Esclarecemos que aqui estamos nos referindo ao período em que o taylorismo e o fordismo alcançaram seu ápice em termos de racionalização do trabalho. Destacamos que a forma mais avançada de racionalização do trabalho é o toyotismo.

⁷ Uma discussão teórica de referência para compreender com profundidade as transformações político-econômicas do capitalismo do final do século XX é a de David Harvey (1992).

diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumento necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES, 2011, p.24. Grifo do autor).

A crise econômica dos anos de 1970 teria gerado a exigência de uma maior “qualidade” de vida, reivindicação de um crescimento qualitativo e de uma política do nível de vida que leve em conta a participação na vida social, a preservação do meio ambiente e as mudanças nas relações entre os sexos e as idades. Nesse cenário a década de 1970 foi marcada pela renovação das atividades associativas, que testemunham tanto uma alternativa à crise do emprego como o desejo de “trabalhar de outra maneira” (CHANIAL e LEVILLE, 2006, *apud* LEITE, 2009).

Lechat (2002) comenta que entre 1977 e 1984 floresceu uma série de iniciativas por parte dos trabalhadores para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, com o apoio de alguns sindicatos. Paralelamente, os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e com o meio ambiente.

A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas utopias compostas por comunitarismo, ecologismo, solidariedade e voluntarismo [...] A partir dessa nova onda de economia social, surge nos anos 80, uma ‘nova literatura’ a seu respeito na Europa, na América do Norte, mas também na América Latina (LECHAT, 2002, p.3).

Lima (2007) afirma que o “novo” cooperativismo vem responder às demandas das sociedades capitalistas em transformação: o desemprego crescente e a necessidade de se encontrar formas alternativas de ocupação e geração de renda. Respondendo ainda a propostas alternativas de organização social decorrente das mudanças culturais e políticas desse período. Assim o “novo” cooperativismo retoma a ideia de economia social na Europa, e na versão latino-americana recebe o nome de Economia Solidária. Esta seria uma alternativa dos trabalhadores, organizada por eles próprios, de se inserir numa sociedade capitalista numa perspectiva de superação dessa sociedade (LIMA, 2007).

Procurando sobre outras experiências que teriam relação com a ES encontramos as matrizes da Economia Solidária no Brasil, expostas pelo professor Maurício Sardá em aula ministrada durante o Curso de Formação de Gestores em Economia Solidária, do qual participamos como parte da pesquisa de campo. Para este pesquisador dos temas da Economia Solidária e Autogestão, algumas das matrizes da Economia Solidária no Brasil seriam: as experiências quilombolas, as matrizes indígenas, a matriz mutualista inspirada no anarco-sindicalismo e a matriz da igreja católica. Ao mencionar estas matrizes, Maurício Sardá

demonstra que houve diversos tipos de experiências no Brasil que desenvolviam práticas semelhantes às propostas pela Economia Solidária desde o passado mais remoto do país até pouco tempo antes da ES receber o nome que carrega hoje.

A exposição acima demonstra que seja qual for o marco inicial da Economia Solidária este modelo alternativo de economia propõe formas de trabalho e de produção de renda que fogem à lógica do capital, baseadas em valores e práticas que aparecem e reaparecem em diversas sociedades ao longo da história. Seja uma proposta de soluções às crises do capital, seja uma busca por trabalhar e viver de maneira diferenciada, a Economia Solidária vem se estabelecendo como uma possibilidade real àqueles que estão à margem do sistema ou que buscam alternativas ao modelo capitalista.

De acordo com Lima (2007), as práticas solidárias englobam participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, desenvolvimento autossustentado, responsabilidade social e ambiental, e ainda a formação de redes de movimentos sociais e de organização que possibilitaram o fortalecimento desse ideário. Percebe-se a diversidade de expressões e práticas da ES que vêm constituindo um movimento global, fortemente debatido por aqueles que buscam neste ideário soluções para os problemas da dinâmica capitalista.

Culti (2007) aponta as características principais dos EES: são organizações, urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático, em que cada associado representa um voto. A ES pode brotar em todos os setores, pois até agora não se encontrou empreendimentos que não possam ser geridos de forma solidária.

Com base no percurso histórico da Economia Solidária e nas características e práticas da mesma, citadas acima, segue uma tentativa de síntese do conceito de Economia Solidária para os que ainda não estão familiarizados com o termo: uma proposta social-político-econômica criada pelos próprios trabalhadores que busca oferecer aos seus participantes uma nova forma de trabalho e renda, e mesmo uma nova forma de vida, preocupada com questões sociais e ambientais.

As experiências de Economia Solidária são o conjunto diversificado de atividades econômicas de produção de bens ou serviços, comercialização, consumo ou finanças, de base associativa e autogestionária – que possuem uma lógica distinta da lógica do mercado capitalista. Organizações de produtores, consumidores ou de crédito, em meio urbano ou rural, onde a propriedade do capital é coletiva ou associada, se busca o igualitarismo, a autogestão e a democracia nas decisões, que devem ser tomadas coletivamente.

Partindo do entendimento que o capitalismo é o modo hegemônico de produção, mas não o único, a Economia Solidária se apresenta como uma alternativa que pretende coexistir com o capital, sem eliminá-lo. Os defensores da ES acreditam que do fortalecimento destas experiências e da formação de redes solidárias seria possível construir um movimento que se não superasse o capital, se apresentaria como uma alternativa viável aos que questionam o sistema capitalista ou que não encontram espaço neste.

Ao descrever as práticas e características da Economia Solidária os estudiosos levantam diversos conceitos essenciais à compreensão deste fenômeno. Explicitaremos sucintamente os alguns destes conceitos, que formam um eixo de categorias analíticas a serem aplicadas aos casos estudados.

A maioria dos estudiosos da Economia Solidária veem esta como uma forma alternativa de economia, ou seja, um modo de produção, comercialização, consumo e finanças, que foge à lógica capitalista, sem ter a pretensão de substituí-lo repentinamente. A ES diferencia-se do capitalismo por suas práticas e pelos princípios que guiam estas práticas. Enquanto no capitalismo a lógica do lucro e da competitividade orchestra a ação dos indivíduos, na ES a lógica da solidariedade moveria as pessoas a criar ou recriar “novos” tipos de relações, voltadas ao bem comum de todos. Daí se percebe a importância do conceito de solidariedade para a ES.

Singer pensa o conceito de solidariedade contrapondo-o ao conceito de competição. Assim, para que tivéssemos uma sociedade na qual predominasse a igualdade seria preciso que a economia fosse solidária ao invés de competitiva, ou seja, os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si ao invés de competir. Para o autor “a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002, p. 9. Grifo do autor).

Importante destacar que em outras passagens de seu livro, o próprio Singer (2002) admite a possibilidade de desigualdade na retirada dos sócios do empreendimento econômico solidário (EES). Esta desigualdade é justificada pelos próprios trabalhadores pelas diferenças entre as atividades desenvolvidas e o nível de conhecimento exigido de cada trabalhador. De acordo com o autor, essa seria uma maneira encontrada pelos associados de manter trabalhadores capacitados no EES, sem que estes abandonassem o grupo por um emprego no mercado capitalista onde seriam mais bem remunerados. Singer (2002) pondera ainda que cabe aos sócios decidirem em assembleia se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas.

Para explicar o conceito de solidariedade, Lima (2007) retoma as experiências do movimento operário dos séculos XIX e XX – de cooperativas de produção e consumo e as associações mutualistas voltadas à autoajuda – e as iniciativas que surgem a partir de 1970 – como cooperativas sociais, cooperativas de interesse público, empresas sociais e sistemas locais de troca – que conjugam uma iniciativa comunitária com uma dimensão pública em sua ação, concluindo que a ideia de solidariedade é recuperada como laço voluntário e horizontal dos cidadãos na atividade econômica para além do mercado, assim a economia passa a ser entendida também como solidariedade, em termos de redistribuição e reciprocidade. Dentro deste entendimento o conceito de solidariedade recupera o conceito de dom e dádiva de Mauss, a reciprocidade tendo a dádiva como relação social básica, a troca personalizada por obrigação mútua, e a redistribuição implicando modelos referentes aos dirigentes e dirigidos.

Outro conceito fundamental a Economia Solidária é o de cooperação, que aqui está diretamente relacionado à posse coletiva do capital ou dos meios de produção. A partir da posse coletiva ou associativa do capital, os indivíduos passam a ter que cooperar uns com os outros para desenvolver suas atividades em grupo, de forma coletiva, ou seja, passam a desenvolver o trabalho cooperado. No trabalho cooperado, dentro da perspectiva da ES, não há venda da força de trabalho, os trabalhadores se unem voluntariamente para produzir coletivamente, dividindo igualmente os ganhos auferidos. Este conceito tem como raiz a evolução histórica das relações de trabalho e será aprofundado no próximo tópico.

De acordo com Singer (2002) talvez a principal diferença entre a economia capitalista e a ES seja o modo como as empresas são administradas. Singer explica que nas empresas capitalistas se aplica a heterogestão, uma gestão baseada em níveis hierárquicos, formada por níveis sucessivos de autoridade, onde as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Na heterogestão a competição entre setores, grupos e indivíduos costuma ser estimulada como maneira de aumentar a lucratividade da empresa. Já nos empreendimentos solidários os trabalhadores buscam desenvolver a autogestão, ou seja, uma administração democrática, onde as informações fluem em todos os sentidos e todos os trabalhadores são responsáveis por decidirem juntos, através de reuniões e assembleias, sobre o funcionamento e futuro do empreendimento. Na autogestão incentiva-se a cooperação dos sócio-trabalhadores ao invés da competição.

Para Sardá e Novaes (2012) a autogestão é o ingrediente chave que define o campo da Economia Solidária, distinguindo as inúmeras formas transformadas de realização “participativa” das relações sociais do capitalismo. Os autores esclarecem que a palavra autogestão apareceu na França, no final da década de 1960, mas seu sentido sempre esteve

presente no campo da luta de classes, quando os trabalhadores rompem com a disciplina e hierarquia que fundamentam as relações sociais do capital, criando novas organizações e instituições, como as “associações operárias” que desenvolviam práticas autônomas de organização dos trabalhadores, sendo instituições baseadas na participação ativa dos seus membros, no coletivismo e no igualitarismo. Assim, a autogestão pode ser compreendida como uma tendência histórica do movimento operário, sendo uma das práticas que leva os teóricos da ES a acreditar que a origem desta remonta ao movimento operário do século XIX.

Sardá e Novaes explicam que “em linhas gerais, a autogestão significa o desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas, igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços da produção e da sociedade em geral” (SÁRDA e NOVAES, 2012, p. 155). Algumas características da autogestão que diferenciam esta forma de gestão da tradicional prática capitalista são: a abolição das diferenças salariais; a origem de novas tecnologias, que visem favorecer a relação direta entre os trabalhadores; a redução de níveis hierárquicos e favorecimento da horizontalização (NOVAS e SARDÁ, 2010).

Na opinião dos autores, a autogestão seria o meio e o fim ao mesmo tempo para uma sociedade emancipada, autônoma e socialista. A autogestão possibilitaria a ruptura com a sociedade instituída através da generalização de novas relações sociais, tanto no espaço da produção da vida social quanto além deste.

A capacidade emancipatória das práticas de autogestão é outro assunto polêmico entre os estudiosos da ES. Para Singer (2002) o conceito de emancipação na ES está relacionado a duas transformações contextuais que atingiram profundamente os movimentos de esquerda, a primeira foi a crise dos Estados do “socialismo realmente existente” da Europa Oriental, que estourou em 1985 e culminou com a sua dissolução em 1991, deixando claro para socialistas e comunistas de todo o mundo que “o planejamento central da economia do país, imposto por uma ‘pseudo-ditadura do proletariado’, não constrói uma sociedade que tenha qualquer semelhança com o que sempre se entendeu por socialismo ou comunismo” (SINGER, 2002, p. 111). A segunda transformação foi o semifracasso dos governos e partidos social-democratas, que não conseguiram muito mais do que atenuar os excessos do neoliberalismo e preservar mal as instituições básicas do Estado de bem-estar social.

Singer (2002) explica que as duas transformações subverteram a concepção dominante de que o caminho para a emancipação passa necessariamente pela tomada do poder de Estado. Assim, o foco dos movimentos emancipatórios voltou-se cada vez mais para a sociedade civil, multiplicaram-se as organizações não-governamentais (ONG’s) e movimentos de libertação que atuavam visando preservar o meio ambiente, a biodiversidade,

o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoraram suas condições de vida, renovaram suas tradições culturais, etc.

Nesse contexto se verifica a reinvenção da Economia Solidária, fundamentada na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. Na opinião de Singer (2002), o avanço da Economia Solidária não prescinde inteiramente o apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis que não possuem recursos mínimos que permitam encetar algum processo de autoemancipação.

Do exposto entendemos que para Singer (2002) a emancipação, dentro do contexto da ES, significa a possibilidade da sociedade civil de escolher viver de forma diferente do que impõem a lógica capitalista, sem, no entanto, precisar romper com a dinâmica vigente. Podendo ainda contar com o apoio do Estado sem que este apoio configure alguma ameaça a emancipação do grupo.

Salvia (*apud* SILVA, 2007) explica que vários estudiosos vêm destacando o potencial emancipatório das múltiplas alternativas de produção constituídas com base no ideário cooperativista de igualdade e solidariedade, acreditando que a generalização dessas práticas levaria a um processo de mudança social, ou seja, de mudança dos laços locais e territoriais, configurando-se assim num movimento estratégico em oposição à economia capitalista de mercado. No entanto, na opinião da autora há um dissenso sobre o potencial emancipatório das formas alternativas de produção. Salvia afirma que embora a autogestão deseje um tipo de expressão contrária ao sistema vigente, ela acaba cumprindo o papel de funcionar como forma coletiva ou individual de subsistência no cenário do desemprego estrutural, contendo as tensões decorrentes da ampliação da exclusão social.

As diversas modalidades de autogestão têm se configurado em novas formas de segregação e precarização do mundo do trabalho. Ainda de acordo com Salvia, tais modalidades em vez de se constituírem em economias solidárias, na realidade, representam a “*economia da pobreza*” ante sua reprodução generalizada (SILVA, 2007, p153).

O debate sobre a relação entre a Economia Solidária e o capitalismo é um dos pontos centrais desta pesquisa, merecendo um capítulo exclusivo para tratar do assunto, por este motivo não nos anteciparemos em esboçar parte da discussão teórica neste espaço. Até aqui é importante que o leitor compreenda apenas como o posicionamento dos pesquisadores da ES a cerca da relação entre a Economia Solidária e o capitalismo influencia a formulação dos conceitos relacionados ao tema da Economia Solidária e vice-versa.

Para alguns autores ao reconciliar o trabalhador com os meios de produção através da associação, a Economia Solidária se propõe a fornecer aos trabalhadores a autonomia que eles almejam. Não haveria mais a figura do “patrão” detentor dos meios de produção, controlando todo o processo de trabalho. Os trabalhadores estariam livres para, juntos, decidirem democraticamente como trabalhar.

Um problema identificado por estudos sobre o tema é que nem sempre os trabalhadores percebem a autonomia coletiva como a autonomia que eles buscavam. Para aqueles que não compreendem bem as propostas da Economia Solidária, a autonomia só poderia ser alcançada na condição de conta própria⁸, onde as decisões seriam individuais, dependendo exclusivamente do próprio trabalhador.

A existência prévia de uma cultura operária, assalariada num contexto industrial, [...] torna a compreensão do trabalho associado mais efetivo, embora não necessariamente desejado, se pensarmos como resultado de luta por autonomia. (LIMA, 2007, p.78)

Trazendo um resultado diferente, em pesquisa realizada anteriormente observamos o caso de uma experiência solidária onde os trabalhadores conseguem perceber a autonomia proporcionada pela associação, preferindo a experiência solidária às relações formais de trabalho. De acordo com declarações de trabalhadores, a maioria enxergava a relação trabalhista em que estava envolvido, antes de tornar-se um associado, como uma espécie de escravidão, onde se trabalhava muito, em más condições, por uma remuneração insatisfatória. Alguns dos entrevistados declararam que gostavam das atividades que desenvolviam anteriormente, mas não se sentiam livres para tomar suas próprias decisões como se sentem através da associação, onde sua opinião, suas idéias e valores são levados em consideração (SANTOS, 2010).

Além de observar que muitas vezes os trabalhadores só percebem a autonomia relacionada ao trabalho por conta própria, Lima (2007) entende que o conceito de autonomia pressupõe que os EES estariam livres da regulação do Estado. O autor exemplifica como, em países socialistas, muitas experiências autogestionárias acabaram sendo integradas ao aparelho e às políticas públicas do Estado, que passou a regular as atividades dos trabalhadores, o que acabou comprometendo a autonomia dentro destas experiências.

⁸ “Entende-se por ‘trabalhador por conta própria’, ‘trabalhador independente’, ‘trabalhador autônomo’ ou ‘auto-empregador’ o trabalhador que não tem qualquer vínculo empregatício, nem como empregado, nem como empregador. Aquelas expressões serão usadas como sinônimos, procurando-se excluir, na medida permitida pelos dados a serem analisados, o trabalhador assalariado disfarçado de autônomo que desempenha atividades remuneradas na forma de tarefas” (PRANDI, 1978, p.26, nota de rodapé 4).

Para Silva (2007) o conceito de autonomia está relacionado ao grau de independência dos EES das relações capitalistas dominantes. Tanto esta autora como Lima (2002) demonstram como, em muitos casos, os EES acabam sendo terceirizados por empresas capitalistas, que fornecem o maquinário e a matéria prima tornando-se o cliente principal ou exclusivo do EES. Esta relação faz com que os trabalhadores percam sua autonomia diante das empresas capitalistas que contratam seus serviços, interferindo nas formas de trabalho, ritmo e planejamento de produção, decisões internas do EES, chegando a colocar funcionários da empresa dentro dos EES para supervisionar o trabalho desenvolvido.

Silva (2007), apoiada nas ideias de Appay e Friedman, explica que nesses casos se verifica uma “autonomia outorgada”, uma autonomia controlada, consentida e obrigatória. De acordo com Silva (2007, p. 164) “para Appay, o conceito de autonomia controlada diz respeito, por um lado, a um movimento de concentração e atomização dos aparelhos produtivos, e, de outro, se constitui numa estratégia utilizada pelas empresas para a expansão da subcontratação em cascata”. A autonomia controlada configuraria uma forma de dominação ou exercício de poder por parte das empresas capitalistas contratantes dos EES.

Para Holzmann (2012) o significado recorrente de autonomia diz respeito à livre determinação de indivíduos ou de coletividades para definir as regras que presidem suas ações e relações. Dessa maneira o poder decisório se constitui e se esgota no âmbito do próprio coletivo, estando restrito aos integrantes do grupo, não devendo haver interferências externas na elaboração, aplicação e observância das regras do grupo. Em empreendimentos econômicos, essa autonomia é expressa nas decisões relacionadas com a organização do trabalho, investimentos, inovação tecnológica, remuneração, admissão e demissões, promoções funcionais dos participantes, comercialização, administração, quem vai dirigir o empreendimento e por quanto tempo, etc.

No entanto, segundo Holzmann (2012), a autonomia de uma organização segundo estas características não lhe confere, automaticamente, práticas democráticas, pois os próprios integrantes democraticamente escolhidos para dirigir o empreendimento podem inviabilizar práticas democráticas. Nestes casos teríamos a tutela de um indivíduo ou de um grupo sobre os demais no interior do empreendimento, o que provavelmente comprometeria a autogestão, que pressupõem a autonomia.

Além da tutela de indivíduo ou grupo dentro do próprio empreendimento solidário, Holzmann (2012) aponta que a tutela pode ocorrer também pela interferência de atores externos ao empreendimento, o qual passa a ter sua autonomia reduzida ou comprometida, e a autogestão, limitada ou inviabilizada.

É a ação de agentes externos que tem assegurado a formação e continuidade de empreendimentos solidários, ação desenvolvida em instâncias governamentais ou no âmbito de organizações da sociedade civil, ou até mesmo por alguns indivíduos sem respaldo institucional. No entanto, a ação desses agentes não tem propiciado, até agora, o pleno exercício da autonomia mantendo muitos dos empreendimentos sobre tutela (HOLZMANN, 2012, p. 283).

Problematizando diversos casos onde EES passam décadas sendo dirigidos por agentes externos, casos em que o EES não consegue gerar lideranças dentro do próprio empreendimento, casos em que os EES foram iniciados e mantidos por ações governamentais, casos em que os trabalhadores delegaram a comercialização da produção a um agente externo, Holzmann questiona onde fica o protagonismo, a possibilidade de auto-sustentação, a autonomia e a possibilidade de sobrevivência desses EES sem a tutela dos agentes externos.

Em nosso entendimento, o conceito de autonomia é fundamental à compreensão da experiência prática da ES. Do debate extraímos que ter autonomia, no contexto de um EES, é ser um grupo capaz de praticar a autogestão de forma democrática, independente da interferência de agentes externos, sejam eles da sociedade civil, representantes de entidades governamentais ou empresas capitalistas. Ou seja, dentro de um EES ter autonomia é estar livre de relações de tutela interna, externa ou de situações de autonomia controlada.

Por último destacamos os conceitos de resistência e de estratégia de sobrevivência. O conceito de resistência é utilizado por autores que, percebendo que a origem da Economia Solidária está relacionada aos efeitos das consecutivas crises do capital, propagam a ES como forma de resistência dos trabalhadores às consequências do capitalismo, tais como desemprego e precarização do trabalho. O conceito de estratégia de sobrevivência é parecido com o de resistência, porém se diferencia dele no sentido em que não é pensado como uma forma de enfrentamento ao capitalismo ou suas consequências, mas como uma saída encontrada por aqueles que foram deixados à margem do sistema.

De acordo com Leite, Wirth e Chermem (2015), alguns autores consideram o catador(a) de material reciclável – objeto empírico desta pesquisa – como um trabalhador “autônomo”, quando organizado em cooperativas, destacando sua resistência frente ao desemprego, assim como sua capacidade de organização e mobilização e sua constituição em sujeitos coletivos (SANTOS, 2002 e COUTO, 2000 *apud* LEITE, WIRTH e CHERFEM, 2015). As autoras advertem que em outra direção, o trabalho de catação vem sendo considerado como uma atividade explorada pelo processo de acumulação do capital liderado pela grande indústria da reciclagem no Brasil (BOSI, 2008 *apud* LEITE, WIRTH e CHERFEM, 2015).

Considerando o duplo caráter que o trabalho de reciclagem parece configurar, Leite, Wirth e Cherfem (2015) interpretam que não se pode desconsiderar o caráter de resistência ao desemprego e à miséria que a população de catadores(as) tem demonstrado, tampouco se pode desconsiderar a forma como o capital tem se aproveitado desse tipo de trabalho pouco valorizado, desempenhado sob condições de insalubridade, sem acesso a nenhum tipo de benefício trabalhista ou previdenciário, dificultando-lhes movimentos em direção à melhoria de suas condições de trabalho.

1.2. Dinâmica Capitalista e suas implicações no mundo do trabalho

Como visto no tópico anterior, o funcionamento do capitalismo e seus efeitos sobre o mundo do trabalho e sobre o próprio planeta, levam os trabalhadores a buscarem alternativas a este modelo. Para entender o percurso histórico da dinâmica capitalista, as crises cíclicas que surgem e levam milhares de pessoas ao desemprego e à miséria, motivando-as a buscar novas formas de trabalho, é preciso conhecer as raízes históricas do capitalismo, sua lógica e forma de funcionamento.

Embora não caiba a este estudo realizar uma análise complexa sobre o sistema capitalista, torna-se necessário expor brevemente o percurso histórico da dinâmica capitalista e suas implicações no mundo do trabalho para que se entenda claramente os antecedentes históricos que levaram ao surgimento da Economia Solidária, o modo como o capitalismo opera e alguns conceitos relacionados à própria dinâmica capitalista que serão utilizados ao longo do desenvolvimento deste estudo.

Emergindo de uma sociedade feudal, a burguesia dá origem ao capitalismo, onde impera, como uma das principais regras do capital, a concentração dos meios de produção nas mãos dos capitalistas, retirando dos trabalhadores as ferramentas que possibilitam seu sustento, restando aos trabalhadores como única forma de sobrevivência a venda de sua própria força de trabalho.

No escrito “O Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels (2010) expõem como se desenrolou o processo histórico que levou ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Utilizando-se do método do materialismo histórico os autores mostram como durante a Idade Média a sociedade burguesa travou suas batalhas com a sociedade feudal, brotando das ruínas desta.

O surgimento da burguesia poderia ser assim resumido: Durante a Idade Média haviam os servos moradores dos burgos, conhecidos como burgueses. A expansão marítima da época, eventos como a descoberta da América, a circum-navegação da África, o estabelecimento de comercialização com os mercados das Índias Orientais e da China, impulsionaram o comércio, a indústria e a navegação, atividades que os burgueses passam a desenvolver cada vez mais. Estes elementos contribuíram para revolucionar a sociedade feudal em decomposição (MARX e ENGELS, 2010).

Ainda durante o período feudal a indústria começou a se organizar em forma de manufatura, surgia a média burguesia manufatureira. Segundo Marx (1982), no princípio a manufatura quase não se distingue do artesanato das cooperações – a não ser pela maior quantidade de trabalhadores empregados: o que opera uma revolução nas condições materiais do processo de trabalho. A cooperação⁹ faz surgir a força coletiva, que se caracteriza por ser maior que a soma das forças individuais que a constituem. Assim, de acordo com Marx (1982), a jornada coletiva tem maior produtividade. Buscando a maior produção possível de mais valia, os capitalistas aumentam ao máximo a exploração da mão de obra.

A cooperação no processo de trabalho, no início da civilização humana, fundamenta-se na propriedade comum dos meios de produção e na circunstância do indivíduo estar preso à comunidade. O emprego esporádico da cooperação no mundo antigo baseia-se em relações diretas de domínio e servidão. Já a cooperação capitalista pressupõe o assalariado livre que vende sua força de trabalho. “A cooperação é a forma fundamental do modo e produção capitalista” (MARX, 1982, p.385). Ela adquire sua forma clássica na manufatura, que pode originar-se quando trabalhadores de ofícios diversos e independentes são contratados numa oficina sob o comando do mesmo capitalista ou quando o mesmo capital reúne, em uma oficina, trabalhadores que desenvolvem a mesma espécie de trabalho.

Como visto no tópico anterior, no contexto da Economia Solidária o conceito de cooperação adquire outro sentido, aproximando-se mais do sentido de cooperação no processo de trabalho que do conceito de cooperação para o capitalismo. Dentro do debate da ES a cooperação passa a ser entendida como o trabalho coletivo desenvolvido por iguais por um mesmo fim.

Ao subordinar o trabalho ao capital a manufatura tira do trabalhador a autonomia de produção, buscando submetê-lo a um controle cada vez mais severo que permita uma maior exploração de sua capacidade produtiva. A expropriação dos meios de produção dá ao

⁹ “Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos” (MARX, 1982, p.374).

capitalista o poder de controlar as formas e relações de trabalho. Miranda (2004), afirma que na Idade Média o artesão trabalhava na sua oficina produzindo de acordo com o que lhe era solicitado, o tempo de trabalho era medido em função da conclusão dessas produções. Geralmente o artesão dependia de seus próprios meios de produção, dependendo apenas dele o ritmo de produção. Por vezes os artesãos se uniam em uma espécie de cooperação para compartilhar os meios de produção, assim começam a surgir as primeiras oficinas artesanais. A evolução destas, leva ao surgimento da manufatura, onde o capitalista subordina o trabalho de um grupo de artesãos ao capital.

O aumento da demanda e da produtividade leva a manufatura à industrialização. Com a intensificação da produção e a implantação do uso da máquina, da manufatura surge a grande indústria moderna, marcada pela figura do burguês moderno. Neste momento se dá a criação do mercado mundial e o crescimento da burguesia se intensifica (MARX e ENGELS, 2010).

A maquinaria surge como meio para produzir mais valia, elevando a produção ao mesmo tempo em que diminui a mão de obra, criando, assim, o “exército de reserva” do capital. Marx (1982) afirma que a produtividade da máquina mede-se pela proporção em que ela substitui a força de trabalho do homem.

Do ponto de vista exclusivo de baratear o produto, a aplicação da máquina deve conter-se dentro do limite em que sua própria produção exija menos trabalho que o que ela substitui com sua aplicação. Para o capital, entretanto, o limite é mais apertado. [...] a aplicação da maquinaria, para o capital, fica limitada pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho que ela substitui (Marx, 1982, p. 447).

A produtividade da maquinaria está na razão inversa do valor que ela transfere ao produto. Quanto mais tempo ela funcionar maior será a quantidade de produtos e menor será o valor repassado para cada unidade. O período de vida ativa da máquina é evidentemente determinado pela duração do dia de trabalho ou do processo diário de trabalho, multiplicada pelo número de dias em que esse processo se repete. Daí surge a necessidade do aumento da jornada de trabalho.

Em suas análises Marx e Engels (2010) explicam que no sistema burguês o custo do operário é igual aos meios de subsistência para manutenção deste. O preço do trabalho representa o custo de produção. O aumento do caráter enfadonho do trabalho, causado pela divisão do trabalho que prende o operário em tarefas cada vez mais repetitivas, gera uma queda do salário. E ainda, o aumento da maquinaria e da divisão de trabalho gera um aumento na quantidade de trabalho desenvolvida por cada trabalhador, seja através do aumento das

horas de trabalho ou através do aumento do trabalho exigido num tempo, ou ainda, através da aceleração das máquinas.

Para reduzir ainda mais o custo do operário e intensificar a expropriação da força de trabalho, o capitalismo reduz os salários ao ponto em que, para garantir o sustento da unidade familiar, a mulher e os filhos do operário precisam integrar-se à indústria, vendendo sua força de trabalho por valores ainda mais baixos que os pagos aos homens adultos. Através deste mecanismo o capital subjuga não apenas o operário, mas toda sua família. E ainda garante a preservação de um exército de reserva formado por diversos tipos de trabalhadores com custos variados.

As vantagens da implantação da máquina para o capitalismo podem ser resumidas em aumento da produtividade, transformação da força muscular em supérflua, incorporação de crianças e mulheres no sistema produtivo, maior domínio do conjunto familiar, aumento do número de assalariados combinado com a diminuição dos salários devido à desvalorização da mão de obra, crescimento do mercado, aumento da jornada de trabalho e intensificação do ritmo de produção.

Marx preocupa-se ainda em explicar como o capitalismo transforma o valor do trabalho, aumentando a possibilidade de exploração do trabalhador, e como esta transformação está relacionada com a própria modificação no modo de produção e com as mudanças nas relações de troca.

Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2013, p. 116).

Marx (2013) explica que embora o produto do trabalho seja, em todas as condições sociais, objeto de uso, este produto do trabalho só se transforma em mercadoria numa determinada época histórica de desenvolvimento. Uma época em que o trabalho despendido para produzir algo útil se apresenta como sua qualidade “objetiva”, isto é, como seu valor.

Através da demonstração da forma de valor relativa e desdobrada, Marx (2013) mostra como, pela primeira vez, o valor da mercadoria aparece como uma geléia de trabalho humano indiferenciado, pois o trabalho que cria a mercadoria passa a aparecer como um trabalho que equivale a qualquer outro trabalho humano. Daí em diante não é mais a troca que regula a grandeza de valor da mercadoria, mas é a grandeza de valor da mercadoria que passa a regular as relações de troca. Nas palavras de Marx (2013, p. 140) “os vários tipos de trabalho, determinados, concretos e úteis contidos nos diferentes corpos de mercadorias são

considerados, agora, como tantas outras formas de efetivação ou de manifestação particulares de trabalho humano como tal”.

Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos aparecem apenas no âmbito da troca [...] as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (MARX, 2013, p. 148).

Marx (2013) afirma que só no interior da troca os produtos do trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso, são assim objetividades distintas. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores passam a assumir um duplo caráter social. Como trabalhos úteis determinados eles têm de satisfazer uma determinada necessidade social, conservando-se no sistema natural-espontâneo da divisão social do trabalho. Por outro lado, eles só satisfazem as necessidades de seus produtores na medida em que cada trabalho privado é permutável por outro tipo de trabalho privado, ou seja, na medida em que são equivalentes.

A igualdade *toto coelo* [plena] dos diferentes trabalhos só pode se constituir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato (MARX, 2013, p. 149).

Como se pode observar, o capitalismo não alterou apenas a forma de produção de uma época, mas transformou completamente a dinâmica social da maior parte das sociedades do mundo. As formas de trabalho, as relações do homem com os meios de produção e com o produto de seu trabalho, as relações de troca de mercadorias, o valor do trabalho e os modos de remuneração, as relações de trabalho, entre uma infinidade de outros aspectos sociais, sofreram alterações drásticas em um curto e atribulado período de tempo.

Até este ponto da exposição sobre a história do capitalismo, já podemos entender como na dinâmica capitalista ao perder a posse dos meios de produção o trabalhador perde a autonomia por seu trabalho, tendo que se submeter ao controle do capitalista, que busca aumentar a extração de mais-valia através da exploração do trabalho assalariado. Relacionando o exposto neste tópico com as problemáticas levantadas pelos estudiosos da Economia Solidária no tópico anterior entendemos porque estes propõem a posse coletiva dos meios de produção ou do capital e a autogestão como forma de administrar o empreendimento coletivo, como forma dos trabalhadores resgatarem a autonomia no trabalho. Entendendo que,

sendo fruto de esforço coletivo, o rendimento auferido com a comercialização dos produtos deve ser dividido igualmente entre todos os trabalhadores.

Percebe-se como os princípios e as práticas da Economia Solidária buscam opor-se à lógica capitalista, visando romper com as práticas que tornam este modelo tão desigual e cruel com os trabalhadores. Nesse sentido concordamos que a Economia Solidária é uma forma alternativa de economia, propondo um modo de economia diferente do modelo capitalista, sem, no entanto, buscar extingui-lo.

As experiências denominadas alternativas ao capitalismo não pretendem substituí-lo repentinamente. A “tarefa” dessas experiências é incomodar a hegemonia capitalista, mostrar que há outras formas de produção e distribuição possível. Formas de produção mais humanas, voltadas para o coletivo, que levem em conta as responsabilidades ambientais e sociais.

Em 1848 Marx e Engels (2010) já demonstravam como a história da luta de classes, mesmo se reconfigurando de tempos em tempos, mantém a oposição entre opressores e oprimidos. Dessa oposição surge o antagonismo entre classes, que passam a lutar por interesses diferentes. Por deter o controle do sistema capitalista as classes burguesas têm maior facilidade em conduzir os rumos do social, mas esta condução não necessariamente é aceita sem resistência da parcela oprimida da população.

Diante da exploração cada vez mais intensa do capital e de seus representantes, a classe operária e também as demais classes excluídas pelo sistema, protestam, reagem e resistem como podem. Lutam para defender seus direitos e ideais; encontram maneiras alternativas de trabalho, economia e de vida; se unem, se organizam e se mobilizam por mudanças, por transformações, por revoluções, seja através de propostas político-ideológicas como a de Marx e Engels¹⁰, ou seja nas pequenas lutas que acontecem no dia a dia dos que estão a margem do sistema. Da luta de classes brotaram as experiências do movimento operário do século XIX as quais nos referimos.

Os efeitos da contradição entre produção social e apropriação privada não se restringem ao antagonismo entre proletariado e burguesia, provocando outros abalos de grande impacto social, que atingem não apenas a vida dos trabalhadores, mas também dos capitalistas e de toda a sociedade. Por mais extenso que seja o controle da classe capitalista sobre a classe trabalhadora sempre haverá crises econômicas e sociais no capitalismo (WELLEN, 2012).

¹⁰ Para compreender as propostas político-ideológicas de revolução social de Marx e Engels ver Manifesto Comunista (MARX e ENGELS, 2010).

As continuas crises do capital, inerentes à própria dinâmica do capitalismo, fazem com que este sistema esteja sempre se remodelando, encontrando novas formas de produção que permitam uma maior exploração do trabalho, extraindo do trabalhador uma quantidade maior de mais valia e aumentando a desigualdade entre as classes. Em momentos de crise, aumenta o contingente do exército de reserva do capital e aos desempregados do sistema formal de trabalho resta encontrar maneiras de sobreviver.

O capitalismo não apenas intensifica o antagonismo entre classes, mas gera ainda uma exclusão social muito intensa derivada do processo de criação do exército de reserva, necessário tanto a uma maior exploração do trabalhador quanto à própria reprodução do capital. Além do exército de reserva do capital, este sistema acaba por fomentar subdivisões de classes sociais, que nem mesmo compõe o exército de reserva por não estarem preparados para a produção capitalista, mas que podem ser recrutados para integrar o exército reserva do capital a depender do interesse deste.

Em um sistema excludente como o capitalismo não há espaço para todos. Nem todos conseguirão vaga no mercado formal de trabalho, nem todos terão garantias sociais que lhes garantam oportunidades de inserção social. À margem do sistema milhares de pessoas buscam formas de sobreviver. Por este motivo percebe-se em meio ao atual cenário capitalista o surgimento, cada vez menos tímido, de formas alternativas de economia. Dentre as quais surge a Economia Solidária, trazendo uma proposta de mudança ao sistema, pretendendo ser mais que uma mera válvula de escape à exclusão gerada pelo capitalismo.

De acordo com Henriques *et al* (2013) ainda no século XIX Marx mostrou que os patrões, os gestores, a anarquia de produção, os valores de troca e a mercadoria, ou seja, o trabalho alienado é prescindível. Marx mostrou que a sociedade comunista produzirá valores de uso, de acordo com a satisfação das necessidades humanas, cada um segundo suas possibilidades e necessidades. O autogoverno pelos produtores livremente associados substituirá a anarquia da produção, as crises periódicas e a mercantilização da vida.

Atualizando este debate, Henriques *et al* (2013, p. 26) afirma que “já há um certo consenso na América Latina que outro mundo é possível e que a produção associada é possível. O desafio do século XXI é transitar do possível para o necessário, tendo em vista a luta pela construção de uma sociedade para além do capital”. Henriques *et al*, assim como outros estudiosos da Economia Solidária, afirmam que um outro modo de produção é possível com base na observação de casos bem sucedidos de fábricas recuperadas por trabalhadores (HENRIQUES *et al*, 2013 e NOVAES e SARDÁ, 2010), experiências de cooperativas de

agricultores assentados do Movimento Sem Terra (MST) (SANTOS, 2010), bancos comunitários voltados ao desenvolvimento socioeconômico de populações carentes, etc.

Há hoje estudos que revelam casos de Economia Solidária de diversas áreas de atuação que são geridas de formas autogestionária, buscando a autonomia, a democracia, o igualitarismo, a responsabilidade social e ambiental, entre outros valores compactuados por aqueles que acreditam na ES como forma alternativa de economia. Por este motivo se afirma que a ES é hoje outro modo de produção possível e não apenas uma proposta. Mesmo que esta proposta pretenda coexistir com o capital, sem eliminá-lo instantaneamente.

1.3. O mercado de trabalho no Brasil e a Economia Solidária como resposta às crises econômicas

De acordo com Lechat (2002) o conceito economia de solidariedade apareceu pela primeira vez no Brasil em 1993. A autora lista alguns dos encontros que vão constituir um marco para a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da Economia Solidária (ES) no Brasil, tais como uma mesa redonda sobre “Formas de combate e de resistência à pobreza” realizada em 1995 durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia e o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, 1996.

Adotando como origem da Economia Solidária as experiências das cooperativas operárias do século XIX, de acordo com Singer (2002) e Leite (2009) o cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, tomando inicialmente a forma de cooperativas agrícolas no campo, até os anos de 1980. Com a crise social das décadas de 1980 e 1990 a Economia Solidária reviveu no país, assumindo em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias. Para Leite (2009) as experiências da Economia Solidária nas cidades juntamente com a democratização do país fortaleceram a discussão da democratização no mundo do trabalho.

Para compreender o surgimento da Economia Solidária no Brasil e as formas de expressão desse movimento no plano nacional é preciso contextualizar as transformações que aconteceram no mundo do trabalho em nível global – já comentadas – com as peculiaridades da formação e amadurecimento da economia do trabalho no país.

De acordo com Pochmann (2004) o Brasil passou a apresentar dois comportamentos diferentes em relação ao funcionamento do mercado de trabalho a partir da Revolução de 1930. Entre as décadas de 30 a 80 o país formou o seu mercado de trabalho movido pelo ciclo

da industrialização e da urbanização. Até este ponto da história, no Brasil predominava a presença de mercados regionais de trabalho, onde a dinâmica rural de produtos primários para exportação e a imigração de mão-de-obra estrangeira representavam o carro chefe da economia nacional. A partir de 1930 e por cinco décadas consecutivas, o Brasil diminuiu a produção rural para se transformar na oitava economia industrial do mundo, com importante absorção da força de trabalho nacional, especialmente proveniente do campo.

Carregado com resquícios das relações escravistas, conturbado com a introdução do processo de industrialização, em meio às imigrações estrangeiras e as migrações internas do país, a formação do mercado de trabalho no Brasil deu-se, segundo Barbosa (2003), através dos ex-escravos libertos, a população livre do país, fortemente marcada pela presença de caboclos e mestiços, e os imigrantes vindos de outros países. Para Cardoso (2013) a combinação de grandes fluxos populacionais e da precariedade dos mercados de trabalho gerou uma longa inércia populacional caracterizada por altos níveis de pobreza, subemprego, informalidade e privação social e econômica no Brasil. Estas características marcam o mercado de trabalho brasileiro de sua origem até hoje.

A tendência de estruturação do mercado de trabalho se deu em função da rápida ampliação dos empregos assalariados, sobretudo daqueles com registros formais, da redução relativa das ocupações por conta própria e sem remuneração e do desemprego. A maior parte das ocupações entre 1940 e 1980 era assalariada, as ocupações por conta própria, dos trabalhadores sem remuneração e dos empregadores representaram apenas 20% do total dos postos de trabalho criados neste período (POCHMANN, 2004).

Com a crise da dívida externa ocorre a ruptura na tendência de estruturação do mercado de trabalho a partir de 1980. A promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobretudo desde 1990 com a adoção do receituário neoliberal, aprofundou o quadro de estagnação da renda per capita acompanhado pela queda na abertura de novas vagas assalariadas formais, o que contribuiu para elevação do desemprego e para a precarização do trabalho. A partir da década de 80, com a ruptura do movimento de estruturação do mercado de trabalho, tem-se ampliado o esvaziamento do segmento organizado do trabalho. Houve uma elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana (POCHMANN, 2004).

A análise da década de 1990, marcada pela forte crise que atingiu o Brasil, é essencial para que se compreenda a emergência do debate da Economia Solidária no país. A liberalização econômica do país modificou drasticamente o mundo do trabalho, as transformações no modo de produção global invadiram as fronteiras de forma mais explícita,

a produção flexível toyotista, que já vinha aparecendo na realidade das grandes companhias, conquistou os demais espaços produtivos, trazendo a flexibilização das relações de trabalho para a realidade dos brasileiros.

Diante da crise, o subemprego e o desemprego disfarçado passaram a ser vistos como emprego de má qualidade, a informalidade passou a ser vista de forma positiva, legitimou-se assim a “nova precarização do trabalho”¹¹ (LIMA, 2002). Aproveitando-se da atual situação trabalhista, de precarização e desemprego, as empresas capitalistas têm se transformado impondo novos relacionamentos diretos entre unidades capitalistas e formas de ocupação não-capitalista, tais como trabalho irregular, parcial, em domicílio, novo *putting-out*, entre outras (POCHMANN, 2004).

Neste contexto o trabalho estável torna-se informalizado. De acordo com Antunes (2011), atualmente estamos vivenciando a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e assistindo sua substituição por diversas formas de “empreendedorismo”, “trabalho voluntário” e “trabalho atípico”. As novas relações de trabalho impostas pelas mudanças no modo de produção têm desenvolvido meios de driblar os direitos dos trabalhadores, como a carteira assinada, o salário fixo, as garantias previdenciárias, etc.

Principalmente devido o desemprego estrutural dos anos de 1990 e a precarização do emprego formal, o debate das cooperativas e da Economia Solidária se fortalece no Brasil. Diante deste quadro, onde a maior parte do excedente da mão-de-obra rende-se aos relacionamentos de exploração com a economia capitalista para sobreviver, surge entre trabalhadores e militantes sociais, críticos e engajados na construção da Economia Solidária, uma forma alternativa de trabalho. Hoje, os avanços da Economia Solidária já são consideráveis no país, com a presença inclusive de algumas experiências de políticas governamentais motivadoras dos princípios éticos e da autogestão.

Ora incentivadas, ora combatidas pelos governos, como alternativa aos trabalhadores no capitalismo e como formas de organização do trabalho em sociedades socialistas, com a crise do capitalismo nos anos 70 e o colapso do socialismo no final dos anos 80, as cooperativas surgem, agora, como alternativa de organização do trabalho e de redução do desemprego, dentro de uma perspectiva “inclusiva” à sociedade de mercado (LIMA, 2002, p. 12).

¹¹ Lima (2002) utiliza o termo “nova precarização do trabalho” para designar as transformações das relações de trabalho que marcaram este momento da história (décadas de 1980/1990). Explicando que, como Marx designou de “precarização do trabalho” o momento em que o trabalho torna-se assalariado, configurando uma nova forma de escravidão, onde a venda da força de trabalho se torna a única saída para a sobrevivência do trabalhador, este momento configuraria uma “nova precarização do trabalho”, onde direitos e garantias conquistadas historicamente pelos trabalhadores foram tomadas dos mesmos através da flexibilização das relações de trabalho.

Mesmo apresentando-se como uma alternativa à crise do trabalho e uma proposta de transformação da vida dentro e fora do trabalho, a Economia Solidária tem sofrido críticas, até mesmo por parte de alguns de seus defensores, que alertam o risco desta proposta ser utilizada por empresas capitalistas como artifício para uma maior exploração dos trabalhadores. Através da terceirização das cooperativas as empresas capitalistas se eximem das obrigações trabalhistas. Sobre o falso véu do trabalho autogestionário milhares de trabalhadores membros de cooperativas estariam envolvidos em relações que configurariam trabalho assalariado disfarçado.

Para Antunes apesar de em sua origem as cooperativas terem nascido como instrumento de luta operária contra o desemprego e o despotismo do trabalho, hoje, contrariamente, os capitais vêm criando falsas cooperativas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho. “As ‘cooperativas’ patronais têm sentido contrário ao projeto original das cooperativas de trabalhadores, pois são verdadeiros empreendimentos para destruir direitos e aumentar ainda mais as condições de precarização da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2011, p. 108).

Através de seus estudos, Lima (2002) e Wellen (2012) observaram diferentes casos de cooperativas – algumas que adotavam expressamente a Economia Solidária, outras que apenas se designavam cooperativas – que foram criadas ou contratadas para prestar serviço terceirizado a empresas capitalistas que acabavam utilizando estas cooperativas como forma de reduzir custos, se desresponsabilizando dos direitos sociais legais a que estes trabalhadores teriam direito se fossem contratados diretamente pela empresa como empregados formais.

De acordo com os defensores da Economia Solidária é fundamental que as experiências de Economia Solidária estejam inseridas nos movimentos sociais, no debate da ES, na troca de experiência com outros empreendimentos econômicos solidários (EES) e em cadeias comerciais de Economia Solidária. Para que estejam envolvidos no movimento da Economia Solidária de forma mais ampla e profunda, ultrapassando os limites da experiência isolada, fortalecendo-se e construindo bases para uma real transformação social, para que fujam ao risco de tornarem-se instrumento de exploração do capital. Este assunto será aprofundado no capítulo três.

Após a exposição do percurso histórico da formação do mercado de trabalho brasileiro, nos deteremos a uma breve discussão sobre como o trabalhador costuma se mover entre o mercado formal de trabalho, o mercado informal trabalho e as experiências de Economia Solidária. Retomando uma discussão fruto de estudo realizado anteriormente (SANTOS, 2014), quando buscamos observar o movimento dos trabalhadores entre o setor

formal e informal de trabalho, analisando ainda o papel do cooperativismo e da Economia Solidária neste ciclo de movimentação.

Em seu livro, Cardoso (2013) utiliza com criatividade a metáfora da galáxia para ilustrar a ordem econômica capitalista atual, dominada pelas finanças: No centro do universo haveria um buraco negro que exerce grande atração gravitacional nos demais corpos deste sistema, regulando sua dinâmica (movimento). Este centro coeso da galáxia seria formado por quatro elementos (o mercado, o Estado, a informação e a sociabilidade extensa nas redes sociais) e no centro do buraco negro estaria o Tesouro norte-americano. Quanto mais distante do centro do universo, mais rarefeitos seriam os efeitos da ação gravitacional. Nestas zonas mais distantes do universo estaria o mercado informal de trabalho, que embora faça parte do mesmo universo, estando em conexão com todos os seus elementos em maior ou menor grau, sofre oscilações por não estar tão preso à ação gravitacional do buraco negro.

Obviamente a metáfora de Cardoso (2013) apresenta limitações, identificadas inclusive pelo próprio autor, mesmo assim ela serve para representar a forma como o autor pensa o mercado de trabalho, mostrando a conexão entre o formal e o informal e as influências dos elementos da atual ordem econômica na dinâmica dos dois. Através da crítica à dualidade formal/informal, Cardoso (2013) não recusa as relações de poder que resultam do, e reproduzem o, modo de operação dos mecanismos de coordenação do sistema. Ele apenas recusa a dualidade, mostrando como o formal/informal está mais inter-relacionado do que se costuma pensar e como esta barreira que separa os dois conceitos é menos impermeável que parece.

Adotando a metáfora de Cardoso e concordando com a forma como o autor concebe a relação entre o mercado formal e o mercado informal de trabalho, entendemos que a Economia Solidária, assim como a informalidade, está nesta zona rarefeita da galáxia. Ou seja, nem as experiências de ES estão completamente livres da ação gravitacional imposta pela dinâmica vigente, nem são completamente reguladas por ela. Embora sofrendo influências da ordem econômica capitalista atual, a Economia Solidária não se encontra completamente regulada pelo mercado ou pelo Estado.

Assim como a informalidade, a Economia Solidária surge como resultado dos efeitos do capitalismo, sendo cada uma destas diferentes estratégias de enfrentamento ao desemprego. No entanto não se pode confundir a informalidade e a ES, são propostas diferentes, como origens históricas diferentes, que desenvolvem práticas distintas. Mesmo que alguns EES sejam informais (no sentido de não estarem legalizados como associações ou cooperativas) este fato não relaciona as práticas da ES ao trabalho informal.

Em suma, não estamos dizendo que a ES se confunde com a informalidade, pelo contrário, são experiências bem diferentes. O que estamos dizendo é que para nós, assim como a informalidade, a ES está na zona rarefeita do universo retratado por Cardoso (2013). Em uma região onde os vínculos formais de trabalho quase nunca existem, não há carteira assinada, direitos trabalhistas, nem sempre o Estado exerce algum tipo de regulação sobre a atividade, etc. Essas características estão presentes tanto na ES quanto na informalidade e têm levado os trabalhadores a se moverem entre os mercados formal e informal de trabalho e as experiências de Economia Solidária.

De acordo com Silva (1971), que estudou o mercado formal (MF) e o mercado não formal de trabalho (MNF)¹², o traço fundamental do mercado formal é a proteção e definição legal do emprego que ele proporciona, o exemplo típico é o “emprego regular e permanente”. A característica básica no mercado não-formalizado é a distribuição de riscos, através da multiplicação de fornecedores de ocupações remuneradas, ou seja, consumidores de serviços pessoais, “patrões”. No MF o trabalhador tem vínculo com um único empregador, ocupando um “emprego”, enquanto no MNF a relação de emprego se estabelece com vários patrões, utiliza-se para este tipo de relação o termo “ocupação”.

Silva (1971) explica que embora ambos os sistemas refiram-se à venda de força de trabalho, é apenas no MF que esta se apresenta em “estado puro”, por a empresa ser responsável por proporcionar os instrumentos e condições necessárias ao desempenho das tarefas. Enquanto no MNF, para vender seu trabalho, o próprio trabalhador é responsável pelos instrumentos necessários, devendo possuí-los ou vincular-se a quem os possui.

Ainda de acordo com Silva (1971) a situação típica de trabalho no Brasil não tem sido considerada como “emprego”, mas sim como um tipo de “sub-emprego”, com baixa produtividade, irregular e intermitente. Corroborando com esta afirmação de Silva, temos as ideias de Cardoso (2013), afirmando que o trabalho formal é uma exceção na vida do trabalhador brasileiro. Desse modo, não faz sentido falar de trabalho típico e atípico. A informalidade é a forma de trabalho típica na sociedade brasileira.

Para Silva (1971) existe um continuum de empregos entre o mercado formal e o mercado não-formalizado, um imenso *turnover* de mão-de-obra entre os tipos de emprego e/ou ocupação no interior de cada um desses mercados, de que apenas se excluem os empregos públicos. Assim, a transferência de empregos é fato rotineiro. Este continuum entre

¹² O conceito de mercado não formal de trabalho ou mercado não-formalizado de trabalho, utilizado por Silva (1971) corresponde ao conceito de mercado informal de trabalho, utilizado posteriormente na Sociologia do Trabalho.

os diferentes tipos de empregos e ocupações é imprescindível para apreender e explicar os modos de manipulação do mercado, bem como as opções entre formas de controle do emprego e os limites da possibilidade de controle inerentes a cada situação.

Articulando as análises de Prandi (1978), Lopes (2008) e Cardoso (2013) observamos que a maioria dos que estão no mercado formal sonham com a independência e “autonomia” de trabalhar por conta própria – por mais que, de acordo com Silva, este desejo de independência não seja suficiente para mover o trabalhador entre um mercado e outro – enquanto muitos daqueles que são autônomos sonham com a segurança de ser assalariados. Como as condições de trabalho em ambos os mercados apresentam-se muitas vezes de modo precário o trabalhador permanece insatisfeito e torna a mover-se entre um mercado e outro buscando um modo de vida mais satisfatório.

Nessa procura por formas de trabalho e de vida mais satisfatórias surge a proposta do “novo” cooperativismo, baseado nos princípios da Economia Solidária. Muitos trabalhadores que entenderam a proposta da Economia Solidária parecem ter encontrado nela o que procuravam, permanecendo nas cooperativas por longo tempo, outros, no entanto, não enxergam os benefícios propostos pela experiência solidária e buscam voltar ao mercado formal para garantir os direitos trabalhistas ou ingressar no mercado informal, julgando que apenas através trabalho por conta própria atingiriam o grau de autonomia e independência que desejavam (SANTOS, 2014).

Como vimos no tópico 1.1, a questão da autonomia só ser percebida pelos trabalhadores através do trabalho por conta própria é um dos problemas pelo qual passa a Economia Solidária, que propõem a autonomia dos trabalhadores através do trabalho associado. Como vimos, de acordo com Lima (2007), esta percepção de autonomia relacionada ao trabalho individual está muito ligada à cultura dos trabalhadores, que não percebem os processos de gestão coletiva como forma de autonomia.

Além da busca por satisfação pessoal, estabilidade, segurança e autonomia, outro fator que impõe a mobilidade do trabalhador entre o mercado formal e informal são as próprias pressões do mercado, que tanto pode impedir a inserção no mercado formal por falta de vagas em empregos regulamentados, como pode impedir o desenvolvimento de atividades autônomas por não oferecer condições ao trabalhador para adquirir os meios de produção de sua atividade (SANTOS, 2014).

Todos estes fatores têm levado os trabalhadores a moverem-se continuamente entre a Economia Solidária e os mercados formal e informal de trabalho. Santos (2014) identifica as seguintes situações: o trabalhador que busca melhorar de vida ou busca maior segurança,

ingressando no mercado formal; o trabalhador que busca autonomia e um maior ganho de renda tornando-se por conta própria; o trabalhador que ingressa no mercado formal como meio de levantar o capital necessário para trabalhar por conta própria; os trabalhadores que se unem para, em forma de associação, conseguir a posse dos meios produtivos e a autonomia através de trabalho coletivos e de decisões democráticas; e o trabalhador que volta ao mercado formal visando os benefícios teoricamente garantidos pela legislação trabalhista.

Através da observação do conturbado percurso histórico da formação do mercado de trabalho brasileiro; da precariedade presente na maioria das relações de trabalho, tanto no mercado formal quanto informal de trabalho; do desrespeito a legislação de proteção ao trabalhador; das dificuldades encontradas em ambos os mercados de trabalho; e da falta de capacidade real do trabalhador escolher o setor no qual quer se inserir; fica fácil compreender porque o trabalhador se move tanto entre o mercado formal e o mercado informal de trabalho. Tornando-se possível também entender porque em alguns casos é difícil para este trabalhador, que está sempre em busca de uma maior remuneração, autonomia ou segurança, perceber a Economia Solidária como uma alternativa eficiente à dinâmica do mercado.

1.4. O quadro atual da Economia Solidária no Brasil, no Nordeste e na Paraíba

Este tópico está dividido em duas partes, a primeira analisa a construção das políticas públicas voltadas à Economia Solidária e/ou aos catadores de materiais recicláveis a nível federal, estadual e municipal e a segunda busca ilustrar a expressão da Economia Solidária hoje, no Brasil, no Nordeste e na Paraíba, através da análise de dados secundários advindos dos mapeamentos nacionais de Economia Solidária.

1.4.1. Desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária e/ou aos catadores de materiais recicláveis

As políticas públicas voltadas aos catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil surgem tanto no âmbito da Economia Solidária (ES), através do fomento a empreendimentos econômicos solidários (EES) de catadores(as), como no âmbito da discussão acerca do meio ambiente e da gestão dos resíduos. Estas políticas costumam convergir em alguns objetivos: fortalecer a organização dos(as) catadores(as) em associações ou cooperativas autogestionárias, garantindo a inserção socioeconômica destes trabalhadores e os direitos básicos a esta parte da população que por tanto tempo permaneceu socialmente invisibilizada.

O fortalecimento do movimento da Economia Solidária entre o final da década de 1980 e o decorrer da década de 1990 abriu espaço para o diálogo dos militantes da Economia Solidária com as diversas instâncias de governo. Mais recentemente a Economia Solidária passou a contar com o apoio de agentes governamentais, através da criação de estruturas políticas públicas específicas, a princípio no plano local e estadual – em poucas localidades que representavam casos excepcionais e não na maioria dos estados e municípios – e, posteriormente, também no plano federal, tendo por ápice a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), em 2003, durante o primeiro Governo Lula.

A criação da Senaes em junho de 2003 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é parte integrante da história de mobilização e articulação do movimento da economia solidária existente no país. No início deste século, a confluência de várias instituições, organizações e movimentos criou o Grupo Temático (GT) Brasileiro de Economia Solidária, cujo processo de articulação deu origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e à Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, ambos nascidos igualmente em 2003. Instituições recentes, portanto, que materializaram articulações de organizações e um movimento em estado ainda “gelatinoso”, cujos programa e estratégia política mais geral ainda estão em processo de construção, mas que já vêm se firmando como novo e importante personagem no debate sobre a questão social no Brasil (SARDÁ, 2011, p. 59-60).

A Senaes é responsável pelo programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como pela articulação com outros órgãos federais. De acordo com CUNHA (2012), se configura assim uma rede de relações não hierárquica envolvendo diversos atores dentro e fora do Estado em torno da formulação e execução de políticas públicas, ou seja, uma rede de políticas públicas em Economia Solidária.

Apesar do histórico de articulação prévia dos atores de Economia Solidária, a materialização da rede de políticas em si começa a se verificar na prática só após a criação da Senaes, no começo sobretudo com parcerias constituídas em torno do programa Economia Solidária em Desenvolvimento, depois abrindo-se a outros programas sociais (CUNHA, 2012, p. 62-63).

Singer (2009 *apud* CUNHA, 2012) apontou vinte e dois órgãos federais atuando com o tema da Economia Solidária. Já a própria Cunha (2012) mapeou vinte e sete órgãos públicos federais com algum tipo de inserção na rede de políticas públicas de Economia Solidária. Entre esses encontram-se 17 ministérios, 2 Secretarias Especiais com status de ministério com uma ou mais subáreas (coordenação, departamentos, secretarias, etc.); 1 autarquia; 2 fundações públicas, e; 5 instituições financeiras públicas.

As diversas parcerias na formação da rede de gestores públicos atuando com o tema da Economia Solidária explicariam a quantidade de acordos intersetoriais que viabilizaram o

desenvolvimento e aplicação das políticas públicas de ES no país. De acordo com Sardá (2011) muitas das políticas de Economia Solidária no âmbito federal foram desenvolvidas através de acordos intersetoriais com outros ministérios e órgãos públicos, tanto do governo federal quanto com instâncias estaduais e municipais. Outro motivo que levou a Senaes a buscar estabelecer tais acordos foi o restrito orçamento desta Secretaria, que para viabilizar a execução de ações teve que pensar estratégias que envolvessem outros órgãos.

É importante destacar que a Senaes buscou construir espaços de participação e controle social das políticas públicas de Economia Solidária, esforçando-se em manter o diálogo com inúmeros movimentos sociais do campo e da cidade, visando construir coletivamente políticas de apoio e fomento às iniciativas de produção autogestionária de bens e serviços desenvolvidos por esses movimentos e organizações de base popular e comunitária (SARDÁ, 2011).

Cunha (2012) declara que a rede de políticas públicas de Economia Solidária inclui entidades de natureza não governamental, tais como entidades de financiamento e apoio a projetos vinculados a órgãos públicos, tais como a Fundação Banco do Brasil, universidades e ONG's, além de instâncias organizadas como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A rede também inclui relações com o Legislativo, tanto através de parlamentares individuais como através da Frente Parlamentar de Economia Solidária, lançada em 2007.

Alguns eventos vêm colaborando com a construção das políticas públicas de Economia Solidária, devendo-se destacar a importância das Conferências Nacionais. A I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) foi realizada em 2006, levantando a questão de que a ES deveria ser afirmada como estratégia de desenvolvimento, devendo construir políticas voltadas para o fortalecimento desse novo modo de produção, comercialização, consumo e crédito, baseado na cooperação, na autogestão e na solidariedade. Esta ideia foi reafirmada pela II CONAES, realizada em 2010, que materializou a compreensão de que as políticas de Economia Solidária buscam um horizonte para além do capital e da sociedade contemporânea, conferindo centralidade ao trabalho associado na estruturação da sociedade do porvir (SARDÁ, 2011).

[...] a percepção apontada pelas duas Conaes posicionava suas políticas enquanto estratégia de enfrentamento à exclusão e à precariedade do trabalho, a partir das formas coletivas de geração de trabalho e renda, e articulada aos processos democráticos e sustentáveis de desenvolvimento que visassem à emancipação social, econômica, política e cultural dos seus trabalhadores e trabalhadoras (SARDÁ, 2011, p. 61).

Em novembro de 2014 foi realizada a III Conferência Nacional de Economia Solidária, reunindo mais de 1.600 participantes para debater o tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável” (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015). As três CONAES foram precedidas por um amplo processo de preparação e mobilização, com a realização de Conferências Territoriais, Municipais e Estaduais, que culminaram em cinco Conferências Temáticas Nacionais. A realização destas conferências permitiu a constituição de planos estaduais (embora nem todos os estados federativos tenham consolidado seus planos de ES até o momento) e do Plano Nacional de Economia Solidária, consolidado em 2015.

Um plano nacional é um instrumento de orientação da política pública, formulado a partir da análise do contexto e de uma visão de futuro, a partir dos quais são definidos objetivos, _ (*sic*) estratégias e linhas de ação (prioridades) para a sua operacionalidade que orientam a formulação de projetos e ações (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 4).

As prioridades temáticas são dispostas em quatro eixos no Plano Nacional de Economia Solidária: “Produção, comercialização e consumo”; “Financiamento: Crédito e Finanças Solidárias”; “Educação e Autogestão”, e; “Ambiente Institucional”. Os eixos eleitos no Plano Nacional se comunicam com as linhas de atuação que a Senaes já vinha desenvolvendo antes da consolidação do plano. As principais ações e políticas desenvolvidas pela Senaes durante os dois Governos Lula foram agrupadas por Sardá (2011) em cinco grandes eixos: Acesso a conhecimento; Acesso a mercados; Acesso a capital, através do apoio ao campo das finanças solidárias; Marco Legal e Relações internacionais. O autor explica que alguns desses eixos tiveram maior avanço que outros, mas que todos proporcionaram algumas conquistas ao movimento da Economia Solidária.

Em sua análise, Sardá (2011) considera que a Economia Solidária conquistou, nos primeiros oito anos de implantação no governo federal, importantes espaços no âmbito das políticas públicas de trabalho, produção de renda, inclusão produtiva, combate à miséria e à fome, cultura, meio ambiente, entre outras. Essas políticas configuram conquistas do movimento da Economia Solidária no Brasil e dos movimentos sociais que, na opinião de Sardá (2011), possuem orientação emancipatória, para além do capital e da sociedade contemporânea. Daí compreende-se que o desafio do Governo Dilma seria manter o curso dos avanços da Economia Solidária sem retroceder nas conquistas alcançadas.

Mesmo que, em nossa interpretação, essa “orientação emancipatória, para além do capital” seja questionável, são inegáveis os avanços da Economia Solidária durante o Governo

Lula e os benefícios que estes avanços trazem àqueles que vivenciam a Economia Solidária no dia-a-dia. Pode-se afirmar que, no mínimo, a atenção dada à ES nos últimos anos reconhece o direito de trabalhadores e trabalhadoras de escolher um modo de trabalho e geração de renda alternativo ao modelo capitalista.

Apesar das crises internacional e nacional dos últimos anos terem repercutido e estarem repercutindo nos mais diversos setores do Governo Dilma, até o presente momento o movimento da Economia Solidária ainda não retrocedeu nas conquistas alcançadas. Pelo contrário, a ES realizou importantes conquistas durante o Governo Dilma, por exemplo, a política nacional de Economia Solidária passou a integrar o Plano Plurianual (PPA 2012 – 2015) através do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia (Lei 12.593/2012), estando contemplada em dois objetivos estratégicos:

Objetivo: 0982 – Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento (SENAES, 2013a, p.4).

Objetivo 0983 – Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário (SENAES, 2013a, p.4).

A inclusão da política de Economia Solidária no PPA impulsionou as ações em curso no movimento da Economia Solidária. Com base nos objetivos do PPA, a Senaes elaborou o Termo de Referência da Política Nacional de Economia Solidária, explicitando temas cruciais ao debate da Economia Solidária com o objetivo de apresentar referenciais conceituais, metodológicos e operacionais buscando orientar a elaboração de projetos que se proponham a implantar ações municipais integradas de ES como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias.

O Termo de Referência da Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE foi dividido em seis volumes, cinco termos de referência e um guia de orientações, a saber: “Apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza”; “Fomento aos empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis”; “Fomento às Redes de Cooperação Solidárias, Empreendimentos Econômicos Solidários organizados em cadeias produtivas e Arranjos Econômicos Territoriais e Setoriais de Produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários”; “Apoio e fomento as iniciativas de

finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário”; “Apoio ao sistema nacional de comércio justo e solidário por meio do reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário”; e o Guia de Orientações “Programas, objetivos, iniciativas e ações orçamentárias de economia solidária 2012 – 2015”¹³.

As ações da Senaes e dos diversos atores do movimento da ES levaram, como citado, à consolidação do Plano Nacional de Economia Solidária em 2015, durante o segundo mandato do Governo Dilma. Este plano vem impulsionando diversos governos estaduais a construir o plano estadual de Economia Solidária e proporcionando a captação de recursos federais para implantação de ações voltadas a promoção da ES e fortalecimento dos EES.

Mas nem tudo é motivo de comemoração para os militantes da ES, o movimento da Economia Solidária e a Senaes também vem sendo atingidos pelos cortes orçamentários relacionados ao ajuste fiscal decorrente da crise político-econômica atual. Alguns programas e projetos em parcerias com ONG’s e Universidades sofreram cortes orçamentários por parte da Senaes que, assim como diversas secretarias e ministérios nacionais, teve seu orçamento drasticamente reduzido. Durante a pesquisa de campo obteve-se a informação de que em Campina Grande, foco desta pesquisa, alguns programas que recebiam verba da Senaes sofrerão bruscos cortes e terão que repensar seu plano de ação. Foi possível observar que, nos bastidores, atores do movimento de Economia Solidária da Paraíba temem o deslocamento da Senaes para outro ministério ou mesmo sua extinção.

No âmbito federal a crise atual arriscou culminar na demissão do secretário Paul Singer – economista, militante histórico do PT, que está à frente a Senaes desde sua instituição em 2003. O motivo da possível demissão de Singer, anunciada entre junho e julho de 2015 pela mídia, foi a negociação por cargos entre partidos, Paul Singer seria substituído por alguém do Partido Democrático Trabalhista (PDT) (REPORTER BRASIL, 2015). Provavelmente diante da repercussão da notícia, entre outros motivos, esta manobra política foi revista, Paul Singer não foi demitido e continua à frente da Senaes até o presente momento.

Para Cunha (2012) como a Economia Solidária teve sua inserção na agenda pública federal recentemente, suas políticas ainda podem ser consideradas em consolidação. Na análise da autora, apesar de todos os esforços, a institucionalização em geral restringe-se a

¹³ Ver SENAES (2013a), SENAES (2013b), SENAES (2013c), SENAES (2013d), SENAES (2013e) e SENAES (2013f).

certas áreas ou subtemas, portanto com vários limites no sentido de garantir a efetiva sustentabilidade das políticas em andamento bem como da rede em torno delas.

Experiências prévias de políticas públicas locais ou estaduais de Economia Solidária mostraram que estas dificilmente passaram de políticas de governo a política de Estado, recuando ou mesmo desaparecendo com mudanças na passagem entre governos ou mesmo no decorrer do próprio governo. No plano federal, também há esse risco de descontinuidade, o que compromete bastante a consolidação da rede da política (CUNHA, 2012, p. 67-68).

A descontinuidade na política de Economia Solidária é um temor recorrente entre militantes e gestores públicos que abraçam essa ideia. Como forma de impedir esta descontinuidade em caso de mudança de governos, os atores têm se esforçado para consolidar a Economia Solidária como política de Estado, com recursos próprios e metas de longo prazo previstas em leis que impeçam a interrupção das ações ao longo do tempo. Essa preocupação com a descontinuidade nas políticas públicas também surge nas entrevistas realizadas com gestores públicos do Estado da Paraíba e do município de Campina Grande, como veremos ainda neste tópico.

Outra questão problematizada por Cunha (2012) diz respeito ao fato da concepção da política de Economia Solidária dentro do Estado ainda está vinculada principalmente às áreas setoriais de geração de trabalho e de assistência social, não sendo encarada como política de desenvolvimento socioeconômico, como se pretende. Como consequência não conta com os mesmos investimentos públicos destinados aos setores do desenvolvimento capitalista.

Na opinião de Sardá (2011) a decisão por situar a Senaes no MTE significou imediatamente sua compreensão como uma política de trabalho, mais especificadamente de trabalho associados, coletivo e autogestionário, afastando a possibilidade de que o campo da Economia Solidária ficasse circunscrito às ações da corte assistencial. Mesmo com esta interpretação, Sardá (2011) também identificou a diferença do volume de investimento destinado à política de aceleração do capitalismo da quantidade destinada à política de reconhecimento e ampliação do campo dos direitos sociais, durante o Governo Lula. Na opinião do autor:

[...] se o primeiro vetor alcançou caráter estratégico e o segundo permaneceu subsumido ao avanço das relações sociais do capital, isso resulta também da incapacidade do campo democrático e popular para definir uma agenda comum que se traduza em diretrizes de um projeto societal alternativo que se mostre viável e consistente teoricamente (SARDÁ, 2011, p.70).

Em nosso entendimento, a diferença do volume de investimentos teria mais a ver com a necessidade de atendimento das demandas do Capital do que com a falta de organização de uma agenda por parte dos envolvidos com a Economia Solidária. Por mais que

o Governo Lula tenha tentado conciliar diferentes propostas de governo buscando construir um “Brasil para todos” – voltado a atender tanto aos interesses do Capital, como a promover políticas voltadas aos grupos minoritários, classes excluídas, etc. – é possível inferir que por não haver o interesse em romper com a ordem vigente, a Economia Solidária só poderia avançar até o limite que não causasse incomodo ao modelo capitalista. Nesse caso, o limite poderia ser a disputa por investimentos governamentais.

Nesse sentido, compartilhamos das inquietações de Wellen (2012) a respeito da coexistência da Economia Solidária com a dinâmica capitalista, consideramos complexa a ideia de tentar conciliar um projeto voltado ao desenvolvimento capitalista e outro voltado a uma proposta alternativa ao capital sem que estes se contraponham em algum momento. Adentraremos este debate no capítulo três.

Interpretamos que por mais que a Economia Solidária venha ganhando espaço e apoio de diversos atores públicos, beneficiando grupos minoritários e excluídos socialmente, esta, por sua própria proposta de coexistência com o capital, só consegue se desenvolver até o limite que a disputa entre ela e o sistema capitalista permite. Por ser o modelo hegemônico o capitalismo impõe limites ao desenvolvimento da ES. O campo de disputa entre estes modos de economia com direcionamentos tão diversos revela as tensões existentes entre os modelos. A ES tem avançado significativamente nos últimos anos, mas ainda há muitas batalhas a serem travadas para que esta proposta garanta seu espaço nas políticas públicas dentro de um Estado tipicamente capitalista.

Paralelamente, e por vezes conjuntamente, aos avanços do movimento da Economia Solidária, o movimento dos catadores e catadoras de materiais recicláveis tem realizado suas conquistas e ganhado espaço no cenário das políticas públicas federais, estaduais e municipais. As vitórias do movimento da Economia Solidária por vezes beneficiou os catadores(as) de materiais recicláveis, assim como as políticas públicas direcionadas a este grupo representam avanços na consolidação da ES como proposta política.

A atividade de catação de lixo não constitui uma novidade, esta é há muito tempo um trabalho comum, uma estratégia de sobrevivência desenvolvida entre uma parcela socialmente e economicamente excluída do Brasil, dos países latinoamericanos e de diversas partes do mundo (LEITE, ARAÚJO e LIMA, 2015). No entanto, esta atividade que até há alguns anos raramente era enxergada como um trabalho e reconhecida socialmente, vem sendo ressignificada a partir de discussões nacionais e internacionais sobre o meio ambiente e a gestão do lixo. Com o fortalecimento deste debate surge a possibilidade de inserção social destes sujeitos socialmente marginalizados – catadores(as) de materiais recicláveis – através

de seu posicionamento na cadeia produtiva da indústria da reciclagem. Assim, a organização dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis surge como uma proposta de solução a problemas sociais e ambientais e ao mesmo tempo gera trabalho e renda para os trabalhadores envolvidos.

Segundo Bosi (2008 *apud* LEITE, WIRTH e CHERFEM, 2015), em 1999 existiam cerca de 300 mil trabalhadores envolvidos com a atividade de catação de materiais recicláveis no Brasil. Já em 2005, estima-se que a população de catadores tenha ultrapassado 1 milhão de trabalhadores. Este dado demonstra o quanto a atividade de catador vem se propagando nos últimos anos.

Unindo o debate da gestão ambiental à proposta da ES surgem nos anos de 1990 as primeiras iniciativas para organizar os(as) catadores(as) em cooperativas. Estas partiram de ONG's, entidades ligadas à Igreja, agências de fomento e universidades, que incentivaram catadores(as) a se organizarem em cooperativas e associações para a geração de trabalho e renda por meio da reciclagem. Algumas prefeituras também começaram a organizar os trabalhadores visando facilitar o processo de acabar com os lixões (LEITE, WIRTH e CHERFEM, 2015).

Com o apoio de entidades/instituições e órgãos diversos, em 1999, como resultado do 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, surge o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), sendo fundado em 2001 durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília.

O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. No congresso foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. Antes mesmo do Congresso os catadores impulsionavam a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. A articulação de diversas lutas por um mesmo objetivo torna possível a organização de movimento nacionalmente. (MNCR, 2012)

O MNCR se constitui e se fortalece, atingindo conquistas que prometem contribuir para a transformação da realidade dos catadores(as). Em 2002 o MNCR realiza sua primeira grande conquista, a atividade de catador(a) – que há décadas já vem sendo praticada por uma parcela significativa da sociedade brasileira – foi regulamentada e entrou na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

O fortalecimento da ES e a preocupação com a questão do meio ambiente contribuíram para o surgimento de políticas públicas voltadas a gestão dos resíduos sólidos e

a fomentação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. As políticas públicas voltadas aos catadores de materiais recicláveis no Brasil visam facilitar sua organização e integrá-los à gestão dos resíduos sólidos municipais, dando preferência às associações e cooperativas de catadores nas atividades de coleta seletiva e triagem do material reciclável.

A partir de 2003, com a criação da Senaes, as cooperativas e associações de catadores(as) de materiais recicláveis passaram a ser levadas em conta na elaboração de políticas públicas de geração de renda, com apoio a entidades de incubação e financiamento para os pequenos empreendimentos associativos (LEITE, 2012). Ainda em 2003 foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão social de Catadores de Materiais Recicláveis, composto por seis ministérios (MMA, MTE, MCT, MEC, MS e MDIC¹⁴), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), pela Caixa Econômica Federal, pela Secretaria especial de Direitos Humanos (SEDH) e pela Casa Civil da Presidência da República, o comitê tem articulado diferentes linhas de financiamento para a categoria dos catadores(as) (LEITE, 2012).

O marco legal de conquistas dos catadores(as) inclui o Decreto 5.940, aprovado em 2006, que institui a coleta seletiva pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, destinando o material às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Esta medida trás grandes benefícios aos catadores. O capítulo três detalha o quanto as parcerias com entidades governamentais influenciam o rendimento mensal dos EES de Campina Grande.

No entanto, vale destacar que nem todos os órgãos e entidades da administração pública federal que operam no estado da Paraíba têm encaminhado o material reciclável para as cooperativas e associações locais. O motivo principal parece ser a falta de interesse em por em prática a coleta seletiva. Outro motivo apontado pelos catadores durante o Curso de Formação de Gestores em Economia Solidária foi o desvio desse material por parte dos próprios funcionários dos órgãos, que perceberam na possibilidade de venda desse material uma forma de auferir ganhos extras.

Em 2007 foi aprovada a Lei 11.445, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, alterando através do seu art. 57, o inciso XXVII do caput do art. 24 da Lei 8.666/1993, passando a dispensar a necessidade de licitação na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em

¹⁴ Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A literatura da Economia Solidária aponta diversos casos de sucesso na aplicação desta medida, como os casos de São Carlos e de Belo Horizonte (LEITE, 2012). No entanto, a maioria dos municípios ainda resiste a incluir as cooperativas e associações de catadores na gestão dos resíduos sólidos. Os motivos para tal resistência são esclarecidos por Leite (2012, p.240):

A tendência à privatização somada à inexistência de uma tradição de realização da coleta seletiva contribui para explicar a lógica mercantil que se sobrepõe ao interesse público na gestão dos resíduos sólidos urbanos, na maior parte das cidades brasileiras. O orçamento do serviço de coleta e gestão dos resíduos sólidos urbanos figura entre as maiores licitações públicas dos municípios do país. O imperativo do lucro dificulta a construção de uma gestão mais complexa que leve em conta o interesse social e o custo que seria evitado com uma adequada coleta, gestão e destinação dos resíduos.

A denúncia de Leite (2012) explicita mais uma vez a tensão sempre tênue entre os interesses do capitalismo e os interesses daqueles estão voltados a questões sociais e ambientais. A pressão das grandes companhias sobre o poder público e a “troca de favores” entre empresários e políticos – que embora ilegal, configura uma situação real em nosso país – ainda leva muitos gestores públicos a favorecer empresas privadas na contratação da prestação de serviços relacionados ao manejo dos resíduos sólidos em detrimento das cooperativas e associações de catadores(as) de materiais recicláveis.

Com a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) “a integração dos catadores nos sistemas de coleta deixa de ser uma escolha de cada cidade e passa a ser uma diretriz nacional cujo descumprimento poderá influir nos repasses de verbas federais aos municípios” (BRASIL *apud* LEITE, 2012, p.244). Esta lei obriga os municípios a elaborarem seus planos de gestão de resíduos sólidos incluindo os(as) catadores(as) locais no plano, desenvolvendo ações de inclusão social dos catadores, bem como favorecendo sua organização e fortalecendo suas cooperativas e associações.

Ainda em 2010 foi aprovado o Decreto 7.404/2010, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientados para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, este decreto aponta ainda a importância dos acordos setoriais¹⁵ na implantação da

¹⁵ De acordo com o Art. 19 do Decreto 7.404/2010 “os acordos setoriais são atos de natureza contratual, firmados entre o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, visando a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto”.

logística reversa¹⁶. Outra lei aprovada em 2010 foi a Lei 12.375, que estabelece a redução do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) para recicláveis adquiridos diretamente de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Como evidenciado, o movimento da Economia Solidária e o movimento dos catadores(as) de materiais recicláveis realizaram inúmeras conquistas políticas à nível nacional ao longo dos últimos quinze anos, entretanto infelizmente nem todos os municípios do país colocam em prática as diretrizes nacionais. No entanto já é possível identificar no país casos de municípios que garantiram a implantação da lei, provando que a inserção socioeconômica dos catadores na gestão ambiental pode trazer inúmeros resultados positivos.

Os avanços do movimento dos catadores(as) em âmbito federal ecoaram na localidade em foco neste estudo. No estado da Paraíba vem se constituindo um forte movimento em prol dos catadores(as) de materiais recicláveis que surge a partir de movimentos sociais mobilizados por ONG's, Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, Universidades, entidades relacionadas à Igreja Católica (como a Cáritas), o MNCR e os próprios(as) catadores(as) da região. Estes diversos atores vêm desenvolvendo ações – inicialmente pontuais e isoladas – desde a década de 1990, visando promover a inclusão socioeconômica dos catadores(as).

A partir de meados dos anos 2000, se intensifica o diálogo entre tais atores que passam a lutar conjuntamente pelos direitos dos catadores(as), por sua organização em EES e pela construção de uma rede estadual de catadores(as). O fortalecimento deste movimento ao longo dos anos permitiu que estes atores conseguissem estabelecer um diálogo com o Governo do Estado e com os Governos Municipais, que, em parte impelidos pela legislação nacional, passaram a incluir as demandas dos movimentos sociais em prol dos catadores na agenda pública.

Assim, as conquistas do movimento dos catadores(as) na Paraíba parece ser fruto tanto das pressões dos movimentos sociais quanto resultado das recentes políticas nacionais que incentivam a Economia Solidária e que obrigam os governos estaduais e municipais a incluírem os catadores(as) locais na gestão dos resíduos sólidos. Por um motivo ou por outro, esta cadeia de acontecimentos tem levado gestores públicos a desenvolver políticas estaduais

¹⁶ “[...] instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada” (CAMPINA GRANDE, p.17).

e municipais relacionadas à Economia Solidária em geral ou especificadamente relacionadas ao caso dos catadores(as).

Na Paraíba já existe uma secretaria voltada ao tema da Economia Solidária, criada em 2015 a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes) é uma pasta dentro da Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH-PB). Até o presente momento, dentre todos os municípios do estado da Paraíba, apenas João Pessoa vem desenvolvendo uma organização política específica sobre o tema da Economia Solidária, embora outros municípios já venham voltando suas atenções ao tema, como explica a secretária executiva da Sesaes em entrevista:

A prefeitura de João Pessoa em nível municipal é a mais estruturada, ela já tem conselho municipal de Economia Solidária [...] ele é o único município que tem conselho hoje, que tem uma estrutura mais... as demais, assim... eu acho assim a prefeitura de Pombal é uma que esta se preparando, entendeu? Têm algumas prefeituras bem parceiras, eu destaco Pombal e Sumé, e Remígio também [...] Nesses os prefeitos já estão bem sensibilizados (ENTREVISTADA 29).

Para além da adoção da Economia Solidária como política de governo, o estado e os municípios são obrigados por lei a desenvolverem ações voltadas aos catadores de materiais recicláveis, como visto na exposição do marco legal. A partir da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, diversos municípios da Paraíba começam a elaborar seus planos municipais de gestão de resíduos sólidos, mas apenas os municípios de João Pessoa e de Campina Grande já têm seus planos de gestão de resíduos sólidos consolidados. Na Paraíba nenhum município realizou a contratação dos EES de catadores(as) para desenvolver atividades relacionadas à gestão de resíduos sólidos. No entanto, o município de Campina Grande vem caminhando nessa direção e este foi um dos motivos que levou este município a ser escolhido como foco de nossa pesquisa.

Em 2014 o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Campina Grande (PMGIRS-CG) foi consolidado, este tem diversas ações voltadas aos catadores(as) de materiais recicláveis. O PMGIRS-CG foi elaborado com a participação da sociedade civil – inclusive de entidades de apoio aos EES de catadores(as) e dos próprios catadores(as) de materiais recicláveis de Campina Grande – através de oficinas, reuniões para discussão da versão preliminar do plano e questionário disponibilizado no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Campina Grande e Secretaria de Serviços Urbanos e de Meio Ambiente (SESUMA).

A participação civil tem sido de grande importância tanto para a formulação do PMGIRS-CG quanto para implementação de suas metas e diretrizes. Como fica claro na

declaração da gestora pública municipal entrevistada, que é assessora técnica de resíduos sólidos e agente ambiental do setor de licenciamento ambiental.

Bom, o que a gente pretende é justamente seguir estes programas que estão previstos no plano. Até porque eles tornaram-se lei, foi uma conclusão, um acordo que se teve, que foi aprovado em audiência pública, que teve a participação de toda a sociedade, parte da sociedade campinense. Até porque durante a elaboração do plano a gente montou dois comitês, nos quais a gente convidou diversas instituições do município, tanto do setor público como do privado, inclusive fizemos reuniões, oficinas com representantes de bairros, associações de bairros, clubes de mães... Dividiu o mapa em quatro e fizemos oficinas, na ocasião tinha primeiro a exposição do que era o plano a importância, depois tinha a parte da oficina na qual eles iam lá e colocavam pra a gente as problemáticas e ainda apontavam qual eram, no entender deles, as soluções. Além de ter [reunião] com os líderes comunitários, representantes de bairros, teve [reunião] também com os catadores, teve reuniões específicas questionadas também (ENTREVISTADA 28).

Através do diálogo com as entidades de apoio aos catadores(as) a prefeitura conseguiu mensurar aproximadamente a quantidade de catadores(as) formalizados e não formalizados da região, descobrir quantas toneladas de materiais recicláveis estes vêm tirando das ruas e dos lixões, saber a quantidade de rejeito¹⁷ que esses trabalhadores tiram das ruas com a coleta seletiva, conhecer os principais atravessadores de materiais recicláveis da região, as empresas de reciclagem que operam no Estado e os preços praticados pela indústria da reciclagem.

O Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos de Campina Grande contém várias diretrizes que podem beneficiar os catadores(as) locais quando postas em prática, tais como: a priorização da coleta seletiva tanto na área urbana quanto na área rural da cidade; planejamento e implementação do programa de coleta seletiva; adoção da coleta seletiva nos órgãos municipais e incentivo a adoção da coleta seletiva nos órgãos estaduais e federais; inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis e fortalecimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores; inclusão dos catadores(as) na logística reversa; programas de educação ambiental relacionada a gestão de resíduos sólidos e conscientização para a coleta seletiva; inclusão dos catadores(as) em programas de educação continuada; criação de unidades de triagem¹⁸ e de ecopontos¹⁹; possibilidade de contratação

¹⁷ Por falta de consciência ou de educação ambiental, durante a coleta seletiva é comum que, juntamente com o material reciclável, os catadores(as) recebam da população uma grande quantidade de lixo orgânico e/ou materiais não recicláveis, este material que não pode ser comercializado é chamado de rejeito.

¹⁸ Instalação física onde é efetuada a separação dos materiais presentes no lixo após sua coleta e transporte (PMGIRS-CG).

¹⁹ Instalação física com a finalidade de ser uma unidade para recepção de materiais recicláveis (PMGIRS-CG).

das cooperativas de catadores(as), ou seja, de remuneração dos catadores(as) de materiais recicláveis pelas atividades desenvolvidas, como a limpeza pública. Como esclarece a gestora pública municipal entrevistada:

[...] o nosso plano em atendimento a lei, contempla inúmeras ações nas quais os catadores que tiverem associados... inclusive tem algumas diretrizes no plano de gestão integrada de resíduos sólidos que incentivam as novas cooperativas, tem programas específicos porque o plano foi, ele foi dividido em dez programas e tem trinta e seis projetos com seus respectivos ações, objetivos, metas, e aí tem previsto alguns custos. Então tem dois programas específicos, que é o de coleta seletiva e o de instalação aos apoios operacionais [...] O qual se propõe a construção de unidades de triagem, de colocação de lixeirinhas em prédios, justamente pra otimizar e viabilizar a questão da coleta seletiva, entendeu? E também nos quais os catadores vão ser dotados de melhor condições de trabalho. Um outro ponto que é totalmente relacionado, que foi até ideia do secretário [Secretário da SESUMA], e que foi colocado e tornou-se lei, é que vão ser firmados contratos com as cooperativas. A prefeitura não paga um valor? Se não me engano hoje é de R\$94,00 por tonelada de resíduo à [nome de empresa] que é a empresa que coleta resíduo aqui em Campina Grande, então vai ser firmado um contrato com as cooperativas e todo resíduo que ele coletar, ele vai receber o mesmo valor e ainda vai ficar com o resíduo pra que eles possam comercializar [...] A cooperativa também não tem o trabalho ambiental de limpeza? A gente entende que eles são agentes de limpeza que retiram os resíduos das nossas ruas (ENTREVISTADA 28).

Apesar da empolgação da entrevistada em afirmar que a ideia da contratação das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis pela prefeitura foi ideia do secretário da SESUMA, é preciso lembrar que este procedimento é uma orientação da própria Política Nacional de Resíduos Sólidos, não configurando uma ideia inovadora, mas apenas a aplicação da política nacional.

Vale informar ainda que, mesmo pensando a possibilidade de contratação dos EES de catadores(as) de materiais recicláveis para a execução da coleta seletiva, os gestores públicos de Campina Grande pretendem manter o contrato com a empresa responsável pela coleta de lixo. A justificativa dada pela gestora municipal entrevistada foi que, mesmo com a coleta seletiva em prática, ainda haveria a necessidade de coleta do lixo orgânico e não reciclável que seria realizada por uma empresa licitada e não pelos EES.

A coleta domiciliar tem que continuar existindo, até porque o lixo domiciliar é bem misto, né? Ele tem desde o resíduo perigoso, ao resíduo orgânico e o resíduo reciclável [...] De fato alguma empresa que colete o lixo domiciliar vai continuar existindo. Existe aqui e vai existir em qualquer lugar do mundo. Mesmo países como a Alemanha, que já trabalham com essa questão de coleta seletiva há muitos anos, onde apenas 1% dos resíduos é encaminhado a aterros sanitários, no caso eles têm apenas 1% que não é reaproveitável, mesmo assim existe a coleta desse 1%. Nesse caso, o que se propõe é que através justamente do programa de educação ambiental, é que se tenha um trabalho em parceria com as escolas, em parceria com a

Secretaria de Educação para que as pessoas se conscientizem da importância e que possam ajudar e que possam separar os resíduos já nas próprias residências. Separando-se o seco do molhado já é um grande avanço. Aí nesse caso, aí tem que montar-se uma estrutura, está previsto também no plano a construção de quatro unidades de triagem e transbordo justamente pra que além de pontos de entrega voluntária, ecopontos e colocação de lixeirinhas no município, pra que esse resíduo seja separado [...] (ENTREVISTADA 28).

Apesar de compreender o argumento utilizado pela entrevistada, percebemos nesta medida o interesse em se manter os contratos licitatórios com as grandes companhias do lixo. Como mencionado anteriormente, Leite (2012) já havia observado como a tendência a privatização somada à inexistência de uma tradição de realização da coleta seletiva contribui para explicar a lógica mercantil que se sobrepõe ao interesse público na gestão dos resíduos sólidos urbanos.

As diversas ações propostas no PMGIRS-CG estão sendo postas em prática lentamente. As diretrizes estabelecidas no plano foram pensadas em curto, médio e longo prazo, o horizonte temporal do plano vai de 2015 a 2030. De acordo com a Entrevistada 28, assessora técnica de resíduos sólidos e agente ambiental do setor de licenciamento ambiental da SESUMA, prezando pela continuidade do plano, o PMGIRS-CG foi aprovado como lei municipal, lei 087, como forma de impedir sua interrupção em caso de mudança da gestão municipal. Como o plano foi aprovado como lei complementar ele não pode ser derrubado, podendo apenas sofrer revisões a cada quatro anos, para se adequar às mudanças na geração de resíduos. Como vimos no debate teórico relacionado ao tema, esta medida é extremamente importante para que não se retroceda nos avanços legais devido a picuinhas políticas.

Em 2015 o estado da Paraíba divulgou o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba (PERS-PB), um conjunto de propostas de ações estruturantes voltadas ao planejamento de políticas públicas à gestão de resíduos sólidos, que se pretende instrumento norteador de práticas a serem regidas pelo Governo do Estado da Paraíba em parceria com as instâncias de outros poderes públicos e da sociedade em geral. Ainda em 2015 foi divulgado o Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba (PRGIRS), que visam instituir uma gestão integrada dos resíduos sólidos entre os municípios do estado. Ambos os planos foram elaborados pela Secretaria dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia (Serhmact).

Tanto o PERS-PB quanto o PRGIRS levantam questões relacionadas às atividades dos catadores(as) de materiais recicláveis, indicando programa de apoio aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, projeto de apoio às atividades de coleta seletiva e

reciclagem, programa de educação ambiental para gestão de resíduos sólidos e a instalação de unidades de triagem e de postos de entrega voluntária de recicláveis.

Além dos avanços legais diretamente relacionados aos catadores(as) de materiais recicláveis, a Paraíba, seguindo a tendência nacional, avançou também na consolidação de políticas públicas voltadas a Economia Solidária de forma mais abrangente. De acordo com o professor Maurício Sardá – em aula lecionada no Curso de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária, em outubro de 2015 – a organização das políticas públicas de ES na Paraíba teve início no final de 2013, com o acesso a recursos destinados ao fomento a catadores. Este recurso foi acessado através da aprovação do Projeto de Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários atuantes com Resíduos Sólidos no Estado da Paraíba, que visa atender a 1.800 catadores(as) de 42 municípios no prazo de 36 meses, o projeto deve durar até dezembro de 2016. Surge ainda em 2013 uma pasta dentro da Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH-PB) voltada à Economia Solidária, que fica responsável pela execução do projeto.

Durante o ano de 2014 a SEDH-PB estabelece articulações com o Fórum Estadual de Economia Solidária, com o MNCR e com as entidades de apoio, realizando conferências de ES em parceria com a sociedade civil. Foram realizadas quatro conferências regionais e uma conferência estadual com a participação do Fórum Estadual de Economia Solidária, entidades de apoio a ES e/ou aos catadores(as) de materiais recicláveis e a Rede Lixo e Cidadania.

Em janeiro de 2015 foi criada a Secretaria Estadual de Segurança Alimentar e Economia Solidária, ligada à SEDH-PB. A Sesaes é dividida em duas gerências, a Gerência de Segurança Alimentar e a Gerência de Economia Solidária, visando o apoio e fortalecimento de grupos que praticam a Economia Solidária e/ou a Agricultura Familiar Agroecológica. Em entrevista, a secretária executiva da Sesaes comenta um pouco dessa história:

Aqui na Secretaria eu vim pra a pasta executiva do Desenvolvimento Humano [...] nós somos um executivo recentemente criado, mas eu vim para coordenar as ações de Economia Solidária, em agosto de 2013 eu vim para tocar dois convênios federais que tinha sido captado o recurso e a partir daí a gente começou. Dentro da Secretaria, na divisão eu fiquei com a parte de Economia Solidária e aí a gente começou a montar uma equipe e tocou o projeto que ainda está começando que é o Ações Integradas, que é um projeto que foi aprovado, começou a ser executado em 2013 que visa fortalecer ações econômicas solidárias no estado da Paraíba com grupos vulneráveis. Então nosso foco principal de ação é o público que hoje já se organizava na Economia Solidária, mas com foco nesse grupo mais vulnerável. Então hoje a gente assiste a cinquenta e alguns... mais de cinquenta grupos, a gente já persistiu mais de cinquenta grupos em todo o estado e em quatro anos a gente quer chegar em 150 grupos, em quatro anos.

Então a gente começou com esse projeto que é uma ação em parceria com a FURNETEC, que é a instituição do IFPB e a Incubadora Econômico Solidária da UFPB [Incubes], é uma ação colegiada que tem a participação direta do Fórum de Economia Solidária também, desde que nós somos intervenientes do convênio, mas esse convênio teve também toda a elaboração da sociedade civil nesse processo, porque eles tiveram um diálogo desde o processo de elaboração. Então a direção do Fórum nos subsidiou inicialmente em toda a elaboração desse projeto (ENTREVISTADA 29).

De acordo com a secretária, as propostas da Sesaes estão divididas em cinco eixos: o eixo do assessoramento técnico permanente, a implantação dos centros de referência, o fortalecimento da ES na política, a ação transversal que inclui outros órgãos e secretarias nas ações de ES, e ações específicas para seis públicos bem definidos (catadores, agricultores familiares, artesanato, bancos comunitários, juventude e turismo rural).

A gente tem cinco eixos aqui na Secretaria de ação, que é o eixo do assessoramento técnico permanente, o outro é a implantação e a manutenção dos centros de referência, que são a nossa principal linha de ação, que a gente sabe que vai demandar muito detalhamento. É o nosso principal foco é essa implantação agora. O fortalecimento na política. Têm a ação transversalizada também, com várias secretarias e órgãos, que aí entra também a parte de crédito, que a gente tá formatando também essas parcerias institucionais com três órgãos de governo que é a parte de crédito. Aí a gente tem ações específicas pra catadores, ações específicas pra artesanato, agricultores familiares... a gente tem cinco públicos bem definidos, seis: bancos comunitários, juventude e turismo rural, são as áreas onde a gente vai atuar nesses próximos anos (ENTREVISTADA 29).

Devido ao seu surgimento recente, por enquanto, a Sesaes não tem orçamento próprio, por este motivo a secretaria vem criando estratégias para desenvolver suas ações, tais como a firmação de parceria intersetorial. Ressaltamos que o caso da Sesaes é semelhante ao que acontece na Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que também precisou buscar parcerias intersetoriais para viabilizar a execução de suas ações devido ao baixo orçamento da secretaria. De acordo com a Secretária Executiva da Sesaes, a Secretaria vem buscando firmar acordos intersetoriais com diversos órgãos/entidades/projetos governamentais, tais como o Empreender – PB, a Procasa, a Emater, o Projeto Cooperar e a Secretaria da Educação.

A Sesaes conta com cinco projetos que atendem aos catadores(as) de materiais recicláveis: o Projeto Ações Integradas, que desenvolve ações específicas para catadores, agricultores, artesões e finanças públicas; o Projeto Cooperar, que tem uma linha de atuação voltada para a questão dos resíduos sólidos, com recursos do Banco Mundial este projeto

contempla três municípios paraibanos (Itabaiana, Pombal e Bonito de Santa Fé²⁰); o projeto do Funcep em parceria com o Governo do Estado, que oferece maquinário aos EES de catadores(as) tais como prensa, balança, carrinhos, etc; o Projeto de Resíduos Sólidos que visa atender 1800 catadores, destes 100 são catadores(as) organizados e 1700 são catadores(as) individuais que trabalham sozinhos ou em família nas ruas ou nos lixões. Como explica a secretária executiva da Sesaes:

Temos o Ações Integradas, que é um projeto. Temos o Funcep que um projeto onde a gente está comprando maquinários pra eles, agora a gente está apoiando sete cooperativas com o Funcep diretamente. A gente está comprando prensa e balança, essas cooperativas são as mais antigas, são as mais estruturadas, nessas a gente dá dando um *upgrade* na questão do maquinário. A gente fez a doação de cento e poucos carrinhos e agora mesmo eu tava despachando as compras de prensa, de balança, de vulcanizador, são várias coisas que eles precisam [...] A gente dá dando suporte às cooperativas e a gente tem um outro projeto que vai começar agora no início do ano que vem, que é o apoio a quarenta e duas novas cooperativas, e esse também é do Governo Federal e a gente vai aportar recursos (ENTREVISTADA 29).

As principais preocupações da Sesaes com relação ao tema da Economia Solidária dizem respeito ao fortalecimento dos EES, seja através da criação de canais de comunicação, seja através do acesso ao crédito, e à formação de redes de Economia Solidária, que permitam a comercialização coletiva, troca de experiências, uso coletivo de equipamentos, como os caminhões no caso dos EES de catadores, etc.

De acordo com a secretária executiva, o planejamento da Sesaes é totalmente relacionado aos encaminhamentos federais relacionados à Economia Solidária, como explica a mesma em entrevista:

Totalmente, porque a diretriz das conferências é o que vai nortear nosso trabalho. A gente está agora trabalhando dentro do sistema que ainda não existe, mas a gente está trabalhando já a partir da conferência nacional, que a gente realizou o ano passado as conferências, né? Uma das ações importantes também para a gente aprofundar a necessidade de estruturação da política foram quatro conferências que a gente realizou de Economia Solidária, fui pra todas na época. E a partir daí a gente elaborou nosso material que encaminhamos pra Brasília e a questão da própria captação de recurso ela molda a política, infelizmente a gente não tem fundo, então muitas das ações elas são formatadas a partir dos próprios editais da Secretaria Nacional. Mas assim a gente tem um relacionamento muito bom com a Senaes, nós somos muito parceiros [...] (ENTREVISTADA 29).

²⁰ A cidade Bonito de Santa Fé ganhou o prêmio nacional Cidade Pró-Catador 2013, esta cidade tem apoio do governo municipal desde 2010 e recebeu incentivos do Projeto do Governo do Estado em parceria com o Funcep.

Com relação às estratégias para envolver os municípios nos projetos/programas estaduais de Economia Solidária ou para incentivar estes a elaborarem seus próprios projetos/programas, a secretária da Sesaes informou que a Secretaria está começando a organizar uma rede estadual de gestores em ES, visando à sensibilização dos gestores públicos acerca da ES, o fortalecimento do debate sobre o tema nos municípios, a aplicação de diretrizes federais e estaduais nos municípios, a criação de políticas públicas municipais, etc. Foi com o intuito de começar o processo de sensibilização e formação desses gestores que a Sesaes, através do Projeto Ações Integradas, ofereceu o Curso de Formação de Gestores em Economia Solidária nas três macrorregiões do estado: Zona da Mata, Brejo e Sertão. A proposta da Sesaes é formar um Conselho Estadual de Economia Solidária para fortalecimento das políticas de ES.

A gente tá começando agora a formatar a rede estadual de gestores, a gente tá oferecendo um curso que é no próprio Ações Integradas [...] E a gente também está estimulando a questão da rede paraibana que a gente vai ter o primeiro encontro em dezembro. A gente tá dando os cursos de gestores com o módulo de 90 horas e ao final, no último módulo a gente apresenta as demandas da Conferência e discute a questão do plano estadual e do plano municipal, entendeu? Quais questões eles poderiam elaborar no plano? O último módulo do curso já é discutindo o plano e que políticas a gente pode fazer de forma que sirva ao município [...] Tudo com recurso federal, que por enquanto a gente tá sem recurso [...] A gente também vai estar trabalhando com alguns municípios em forma de consórcio (ENTREVISTADA 29).

Em suma, a Sesaes vem desenvolvendo projetos em prol da Economia Solidária, procurando manter um diálogo contínuo com a sociedade civil, buscando apoio de entidades relacionadas aos temas da Economia Solidária e da inclusão socioeconômica dos catadores e catadoras, estabelecendo parcerias intersetoriais com diversos órgãos do governo Estadual, desenvolvendo ações conjuntas com instâncias federais e municipais. A secretaria vem ainda buscando formular e consolidar o plano estadual de Economia Solidária através do diálogo com a sociedade civil e com os gestores públicos municipais. Percebe-se através destas ações o esforço desta secretaria estadual em promover a prática da Economia Solidária e mesmo em tornar a ES uma política de estado. Tal esforço fica evidente na fala da Secretária Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária:

A gente traçou uma ação pra quatro anos, a gente finalizou agora a poucos dias uma estruturação, a gente já tem toda diretriz, todas as nossas prioridades, as metas, tudo pra quatro anos [...] Nos cinco eixos da nossa ação a gente vai ter um orçamento pequeno, mas que um orçamento que anualmente vai crescendo, a gente mais ou menos conseguiu formatar isso bem direitinho (ENTREVISTADA 29).

Ao pensar os avanços mencionados da Economia Solidária no Estado da Paraíba, assim como no contexto nacional, é preciso relacionar estes avanços no âmbito governamental com a relação do governo com os Movimentos Sociais. Como mencionado anteriormente, muito antes de se esboçar um desenho de política pública estadual de ES, diversos atores já se empenhavam na construção de um movimento prol Economia Solidária e prol catadores(as) de materiais recicláveis no Estado da Paraíba. A importância dos Movimentos Sociais na atuação da Sesaes fica evidenciada na fala da Secretária Executiva:

Assim, a gente tem mantido desde o princípio uma ação bem dialogada com os atores institucionais, a gente tem uma ação com o Fórum, que é um parceiro que vem de perto conosco, que é a representação da sociedade civil. A gente também hoje tem uma ação com a UFPB [...] temos também o IFPB [...] nós temos também o contato com ONG's, Terceiro Setor, que a gente tem com muitas porque são as entidades que a gente chama assessoramento técnico do Terceiro Setor. A gente tem com o IMS, que é o Instituto Marista de Solidariedade, nós temos com o CENTRAC, de Campina Grande, que é parceiro também, nós temos a Cáritas Brasileira também que são as entidades que têm convênio também com o governo Federal e que a gente dialoga porque elas também têm ações, principalmente pra catadores. Temos com a UEPB [...] com o pessoal daqui [de João Pessoa] que eles também trabalham com catadores [...] (ENTREVISTADA 29).

A boa relação entre a Sesaes e os demais atores sociais do estado da Paraíba também fica evidente na fala de um dos representantes da Economia Solidária entrevistado. O mesmo é vice-coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da UFPB, acompanha as atividades da Incubadora de Economia Solidária da UFPB (Incubes) e participa do Projeto Ações Integradas.

A gente tem uma boa relação com o Governo do Estado, que é a Secretaria Estadual de Segurança Alimentar e Economia Solidária, né? A Sesaes, foi criada esse ano. Aliás, a gente acha que a nossa atuação também foi importante pra criar a Sesaes, a gente formou a relação com a Sesaes (ENTREVISTADO 25).

A fala do entrevistado evidencia a contribuição dos Movimentos Sociais para a criação da Sesaes. Como fica evidente neste tópico, os Movimentos Sociais e os atores sociais como ONG's, universidades, incubadoras de EES, organizações ligadas a Igreja como a Cáritas, entre outros, foram e são extremamente importantes para a construção do movimento de Economia Solidária e para sua efetivação como política pública, seja a nível nacional, estadual ou municipal.

As ações pontuais e individuais iniciadas por diversos atores desde o fim da década de 1980 a nível nacional e desde os anos de 1990 a nível estadual trouxeram o debate da Economia Solidária à tona e pressionaram os governos a darem espaço a este movimento,

garantindo o direito dos trabalhadores de produzirem e trabalharem de forma associativa, dentro dos princípios da ES, mesmo em meio à dinâmica capitalista.

O conjunto de atores sociais voltados ao tema da ES tem oferecido formação em Economia Solidária aos trabalhadores, ajudado grupos a se organizarem, prestado assessoria aos EES, desenvolvido ações de apoio e projetos de fomento a ES, militado por direitos sociais dos trabalhadores, incentivado a conscientização política dos grupos, lutado pela criação e efetivação de políticas públicas voltadas a esta forma alternativa de economia, pressionando os governos estaduais e municipais a adotarem as diretrizes federais de ES, entre outras ações. Enfim, os movimentos sociais foram fundamentais ao fortalecimento do movimento da Economia Solidária e têm apoiado aqueles que buscam a ES como forma de trabalho e de vida, criando espaço para a mesma em meio a dinâmica vigente.

Em Campina Grande, os atores sociais que apoiam os EES e os catadores de materiais recicláveis vêm defendendo os direitos dos mesmos, protestando contra ações empresariais que prejudicam os EES – como o caso da Energisa, companhia de energia elétrica que atua no estado e instituiu um programa de desconto para quem doar material reciclável a companhia, destinando esse material a atravessadores ao invés de repassar o material para os EES de catadores(as) locais. Os movimentos sociais também têm se feito presentes em protestos relacionados ao acesso aos lixões, a garantia de fornecimento de água aos catadores(as) individuais que ainda atuam no lixão de Queimadas, garantia de segurança para os catadores(as) e luta por melhores condições de vida para estes trabalhadores.

O diálogo entre Movimentos Sociais e governos estadual e municipais tem sido frutífero; a Paraíba vivencia hoje a construção de uma rede estadual de gestores de Economia Solidária, adaptando o termo utilizado por Cunha (2012). Esta rede, que ainda está em processo de maturação, já tem produzido frutos. Através do Curso de Formação de Gestores em Economia Solidária, muitos gestores públicos municipais entraram em contato com atores da Economia Solidária e começaram a tomar conhecimento sobre o tema, criando redes de articulação, que envolvem tanto encontros presenciais quanto ferramentas tecnológicas como o uso de e-mails, Whatsapp, entre outros.

A sensibilização destes gestores com relação ao tema e a contínua comunicação entre eles possibilitou a realização de eventos relacionados à Economia Solidária, como feiras solidárias, promoção de EES existentes na região, elaboração de estratégias de fomento a Economia Solidária, etc. Como o desenvolvimento destes canais de diálogo é muito recente, é preciso permanecer atento para que com o passar do tempo o interesse dos gestores públicos pelo tema da Economia Solidária não diminua, mas ao contrário, que se fortaleça para que as

políticas de ES avancem e se consolidem em todo o estado da Paraíba, beneficiando todos os trabalhadores(as) que optarem por esta forma de trabalho e economia.

Mesmo observando os benefícios da ES para os catadores(as) no Brasil, Lima alerta:

A reciclagem de lixo no Brasil, mais do que o desenvolvimento de uma ciência autogestionária, ou mesmo ambiental, em crescimento na sociedade, reflete a miséria de grande parte de sua população. As associações e cooperativas de reciclagem constituem um paliativo, estratégias de enfrentamento da pobreza, consistindo em políticas compensatórias num país marcado historicamente por profundas desigualdades sociais. Se essas políticas por si só podem ser consideradas um avanço num país como o Brasil, isso ainda é pouco em comparação com a dimensão da dívida social (LIMA, 2015, p. 332).

Compactuando da opinião de Lima, entendemos que apesar dos notórios avanços nas políticas públicas de ES e de gestão dos resíduos sólidos que beneficiam os(as) catadores(as) ao contribuir para melhorar sua qualidade de vida dentro e fora do trabalho, estas conquistas ainda configuram medidas paliativas que deixam muito a desejar. As políticas públicas voltadas aos catadores(as) de materiais recicláveis, seja a nível federal, estadual ou municipal, por enquanto parecem configurar estratégias de enfrentamento da pobreza, que ainda não garantem a estes trabalhadores(as) uma renda mensal média próxima ao salário mínimo, nem os direitos sociais da previdência, que os permitiria se aposentar, ter seguro contra acidentes de trabalho, licença maternidade, entre outros direitos fundamentais que os trabalhadores formais têm garantidos.

Assim, se as políticas públicas voltadas aos catadores de materiais recicláveis representam um avanço em comparação à realidade vivenciada por estes trabalhadores(as) há alguns anos atrás, estas ainda precisam avançar muito para garantir condições de trabalho e de vida dignas a estes trabalhadores(as). Veremos no capítulo quatro que os próprios catadores(as) entrevistados percebem tanto as mudanças em seu trabalho e mesmo em sua vida de forma positiva, quanto a falta de direitos e a baixa remuneração da atividade que desenvolvem de forma negativa. Poderíamos dizer que as políticas públicas ainda estão no meio do caminho rumo ao reconhecimento social desta categoria de trabalhadores(as).

Observando o percurso histórico da Economia Solidária no Brasil, percebe-se que este revela a complexidade do tema, que se configura em uma luta social pelo direito de trabalhar e viver de modo diferente. No caso dos catadores, essa luta é primeiramente pela própria sobrevivência, mas também pelo direito de inclusão social, de reconhecimento e de transformação de uma situação de precarização absoluta de trabalho e de vida. Já é possível se verificar avanços, porém ainda há muito o que se conquistar, muitos projetos e objetivos ainda

estão no papel, distantes da realidade cotidiana de milhares de trabalhadores(as) que escolheram a ES como forma de vida.

Através da breve exposição da história da ES entendemos que esta nasce de uma proposta econômica e social que retoma práticas semelhantes tanto ao cooperativismo como às formas de solidariedade encontradas em várias sociedades, inclusive na sociedade Brasileira, de diversos momentos históricos distintos, reformulada a partir das demandas que a crise do trabalho levantou.

Em nosso entendimento o movimento da Economia Solidária parece ser fruto da adoção desta proposta por parte dos movimentos sociais, que passaram a disseminar entre trabalhadores de diversos setores esta proposta como estratégia de enfrentamento ao desemprego e às relações precarizadas de trabalho – obviamente há casos onde os próprios trabalhadores adotam esta estratégia sem terem uma relação anterior com os Movimentos Sociais.

Um dos setores onde entidades ligadas aos movimentos sociais disseminaram as propostas da ES foi o setor dos catadores de materiais recicláveis, que já se encontrava em situação crítica muito antes da crise do trabalho derivada da reestruturação produtiva toyotista atingir o mundo do trabalho. Estes trabalhadores encontraram na ES uma oportunidade de mudar sua forma de trabalho, de se organizarem enquanto categoria e de lutarem por seus direitos.

Assim, a ES surge como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores. É perceptível que a expressão da Economia Solidária hoje e todas as conquistas realizadas até o momento são fruto do esforço coletivo dos Movimentos Sociais com os trabalhadores, que pressionaram o Estado a aceitar/garantir o direito a uma forma alternativa de economia, trabalho e vida.

A partir do momento em que o movimento da ES e o movimento dos catadores(as) realiza conquistas a nível federal, como a criação da Senaes, a constituição do MNCR e a instituição de políticas públicas federais voltadas a este público, os estados e municípios passam a ser pressionados a elaborar suas próprias políticas públicas de ES e de gestão de resíduos sólidos seguindo as diretrizes nacionais. Desse ponto em diante a pressão sobre os governos estaduais e municipais vem em dois movimentos, tanto de baixo pra cima, partindo dos Movimentos Sociais e da sociedade civil, quanto de cima para baixo, partindo do Governo Federal através da legislação vigente.

Para atender a demanda legal e social que se estabelece, os gestores públicos estaduais e municipais da Paraíba têm buscado estabelecer diálogos com os atores sociais

envolvidos com o tema da Economia Solidária, cooperativismo e associativismo, inserção socioeconômica de grupos minoritários ou excluídos, etc. Este diálogo tem se mostrado frutífero, mas ainda há muito o que se discutir, pensar e construir para que as políticas públicas voltadas aos catadores(as) de materiais recicláveis avancem no estado.

Apesar das conquistas realizadas, é necessário estar consciente de que os avanços da ES têm limites dentro de uma sociedade tipicamente capitalista. As pressões do mercado, a disputa de interesses e por recursos estão presentes tanto no dia a dia dos EES como na formulação das políticas públicas de Economia Solidária. As tensões entre o capitalismo e a Economia Solidária perpassam toda a história do desenvolvimento da mesma, essa disputa por espaço nos campos político e econômico, batalhada no dia a dia dos que se dedicam a este modo de economia, não é fácil, mas é dela que depende o futuro da Economia Solidária e dos trabalhadores que a adotaram.

Até o momento, governos mais abertos ao diálogo com os Movimentos Sociais têm contribuído com o fortalecimento do movimento da ES, mas ainda há muitas batalhas pela frente, para que esta forma de economia se estabeleça como um direito dos trabalhadores que decidirem optar por ela. É importante que os trabalhadores dos EES permaneçam unidos aos movimentos sociais na luta pelo modo de produção e de vida que adotaram.

1.4.2. A expressão da Economia Solidária hoje

Como visto no tópico anterior, no Brasil, a Economia Solidária (ES) sofreu uma grande expansão nas últimas décadas, além dos empreendimentos e entidades de apoio, uma série de novos atores, como a própria Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), passou a fazer parte do mapa da ES no país. Em 2004 a Senaes desenvolveu o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), um instrumento que visa identificar e registrar informações de empreendimentos econômicos solidários (EES), entidades de apoio e fomento à Economia Solidária e políticas públicas de Economia Solidária no Brasil.

Até o momento, o SIES já realizou três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos EES no país. O primeiro levantamento, realizado em 2005, mapeou 14.954 EES; o segundo, de 2007, identificou mais 6.905 EES; o terceiro, realizado entre 2010 e 2012 identificou 11.663 novos EES, revisitando os empreendimentos mapeados anteriormente para saber a situação atual destes. Ao todo os três levantamentos identificaram 33.518 EES no país.

Os resultados destes levantamentos resultaram em dois mapeamentos nacionais, publicados sequencialmente em 2007 e 2013, que oferecem um panorama geral da situação da

Economia Solidária no Brasil. O primeiro mapeamento nacional uniu as informações dos levantamentos de 2005 e 2007, oferecendo dados sobre 21.859 EES. O segundo mapeamento disponibiliza informações sobre 19.708 EES (11.663 EES mapeados entre 2010 a 2012 somados a 7.839 EES da base anterior revisitada. Foram descartados da base anterior 6.339 empreendimentos sobre os quais não foi possível conseguir informação, 3.375 que deixaram de existir e 1.925 empreendimentos que passaram a assumir outras formas societárias).

Este dado sobre os números gerais de EES mapeados no país permite observar que mesmo que o número de casos de empreendimentos solidários no país venha crescendo, há também um grande número de EES deixando de existir ou mudando sua forma de organização, o que indica certa fragilidade nas experiências de Economia Solidária no Brasil. Entendemos que o número de EES que deixa de existir indica a dificuldade que estes empreendimentos encontram para sobreviver a longo prazo e que a mudança na forma societária revela a dificuldade em se manter os princípios da ES entre o grupo.

Para ilustrar a expressão da Economia Solidária hoje, segue alguns dados tanto do primeiro levantamento, realizado em 2005, quanto do segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e algumas pontuações sobre as informações disponibilizadas que ajudarão a visualizar o quadro da ES no país.²¹ Devido ao grande volume de informações do mapeamento, foram selecionados para este estudo apenas dados que fornecem pistas às questões investigadas, realizando-se recortes que permitam enfatizar a realidade da ES na Paraíba em comparação com a realidade do Nordeste e do Brasil. Assim este capítulo antecipa análises locais, que serão aprofundadas no capítulo seguinte.

Inicialmente, é importante esclarecer que o SIES considera como empreendimentos econômicos solidários as organizações que possuem as seguintes características: coletivas (sendo consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes etc); cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; permanentes (incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas); que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência

²¹ Os dados dos dois mapeamentos nacionais de empreendimentos econômico solidários foram retirados das seguintes fontes: Do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013, disponível no site do SIES; do Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e de boletins informativos da Senaes.

real; e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário.²²

O quadro 01 trás dados sobre a distribuição regional dos empreendimentos econômicos solidários no país de acordo com o segundo mapeamento de Economia Solidária, mostrando a quantidade de EES e a quantidade total de associados de cada uma das cinco macrorregiões do Brasil.

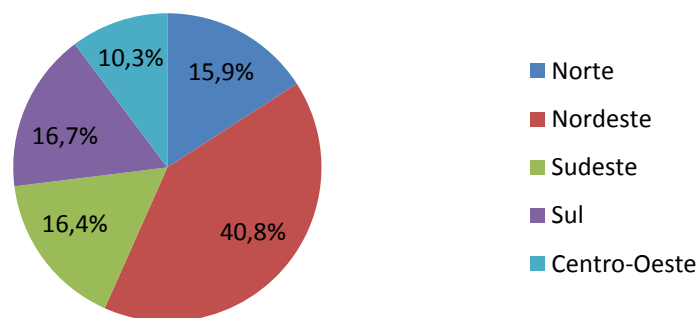
Quadro 01: Distribuição regional dos EES e quantidade de sócios(as) por Região

Região	Quantidade de EES	Quantidade de sócios(as)
Norte	3.127	279.352
Nordeste	8.040	533.787
Sudeste	3.228	119.362
Sul	3.292	379.746
Centro-Oeste	2.021	111.384
Brasil	19.708	1.423.631

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Para ilustrar melhor a porcentagem de casos de cada região em comparação ao total de EES mapeados segue o gráfico 01.

Gráfico 01: Distribuição Regional dos EES



(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Como é possível observar, mais de 40% das experiências solidárias mapeadas encontra-se na região Nordeste. De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)²³, neste período foram identificados

²² Boletim Acontece Senaes (2013g)

²³ Ministério do Trabalho e Emprego, 2006.

14.954 EES em 2.274 municípios do Brasil, sendo possível notar uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estavam distribuídos nas demais regiões da seguinte maneira: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul. Comparando os dados de 2005 e os disponibilizados em 2013 percebemos que a distribuição regional dos EES sofreu poucas alterações ao longo do tempo.

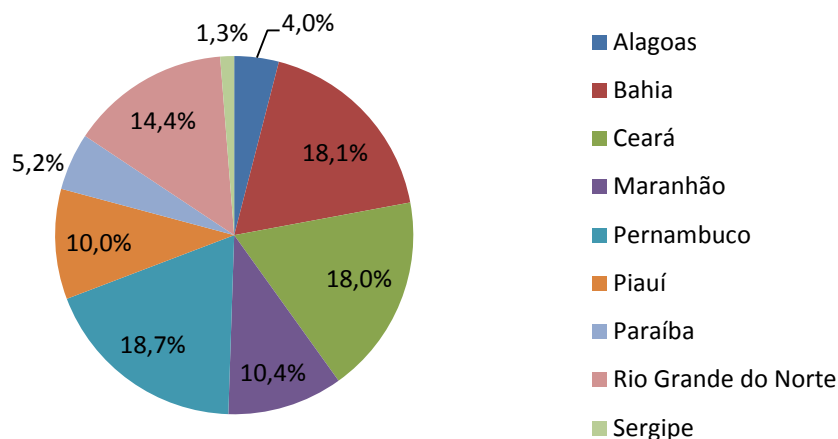
Durante o levantamento bibliográfico realizado não foi possível identificar as razões que justificariam a grande quantidade de experiências de ES localizadas na região Nordeste. Este fato pode estar relacionado à pobreza e ao alto índice de desemprego e desocupação na região. Outra possível razão pode estar relacionada às matrizes da Economia Solidária no Brasil apontadas pelo professor Maurício Sardá no tópico 1.1. Se considerarmos que as experiências quilombolas, as matrizes indígenas e as matrizes da Igreja Católica – que são experiências com forte expressão na região Nordeste – estão relacionadas a elementos culturais que levam as pessoas a adotarem mais facilmente as práticas da Economia Solidária, poderíamos ter as primeiras pistas para investigar a diferença no número de casos de ES no Nordeste em comparação com as demais regiões do país. Embora a verificação desta hipótese não seja possível dentro dos limites desta pesquisa, fica a sugestão de investigação para a realização de pesquisas futuras.

O quadro 02 disponibiliza informações sobre a distribuição dos EES na região Nordeste, especificando a quantidade de empreendimentos econômicos solidários mapeados em cada estado, trazendo ainda a quantidade total de sócios(as). O gráfico 02 acompanha este quadro, ilustrando mais claramente a distribuição dos empreendimentos na região.

Quadro 02: Distribuição dos EES na Região Nordeste e quantidade de sócios(as) por estado

Estado	Quantidade de EES	Quantidade de sócios(as)
Alagoas	323	27.604
Bahia	1.452	93.509
Ceará	1.449	89.804
Maranhão	838	65.112
Pernambuco	1.503	93.841
Piauí	800	29.362
Paraíba	416	13.757
Rio Grande do Norte	1.158	106.523
Sergipe	101	14.275
Nordeste	8.040	533.787

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Gráfico 02: Quantidade de EES na Região Nordeste

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

No Nordeste, o estado que conta com o maior número de EES é Pernambuco, acompanhado de perto pela Bahia e pelo Ceará. A Paraíba, estado sobre o qual se concentra este estudo, conta apenas com 5,2% dos casos de empreendimentos solidários mapeados no Nordeste, o que não deixa de ser um número expressivo visto que trata-se de 416 EES envolvendo 13.757 sócios(as). O próximo capítulo trará mais detalhes sobre a expressão da Economia Solidária no estado da Paraíba.

Os quadros que seguem foram construídos trazendo um comparativo de dados dos EES no Brasil, no Nordeste e na Paraíba para facilitar a visualização do posicionamento da Paraíba no quadro nacional e regional da Economia Solidária. O mesmo modelo será utilizado para a exposição de outros dados relevantes à pesquisa. As informações sobre os demais estados e regiões não foram trazidas ao corpo deste estudo, pois seria difícil sistematizar todas as informações sem tornar a leitura cansativa e confusa. Além das análises das demais regiões e estados não configurarem os objetivos desta pesquisa.

Sobre a área de atuação dos EES, estes podem desenvolver suas atividades na área rural, urbana ou em ambas simultaneamente. Segue abaixo o quadro 03 trazendo um comparativo dos dados sobre a área de atuação dos EES no Brasil, no Nordeste e na Paraíba.

Quadro 03: Área de atuação dos EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Área de atuação	Brasil	Nordeste	Paraíba
Rural	10.793	5.804	266
Urbana	6.856	1.554	115
Rural e Urbana	2.058	682	35
Total de EES	19.708	8.040	416

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Realizando o cálculo de porcentagem com os dados demonstrados percebe-se que atualmente a maioria dos EES no Brasil atuam na área rural (54,74%), o que se reproduz na realidade do Nordeste (72,18%) e da Paraíba (63,94%). Em 2005 a metade (50%) dos EES no Brasil atuava exclusivamente na área rural, 33% atuavam exclusivamente na área urbana e 17% tinham atuação tanto na área rural como na área urbana. Considerando a região Nordeste, nesta, a participação dos EES que atuavam exclusivamente na área rural em 2005 já estava acima da média nacional (63%).²⁴

Com relação à forma de organização do empreendimento, segue o quadro 04, expondo a maneira como estes se organizam atualmente, como Grupo Informal (ainda não formalizado legalmente), Associação, Cooperativa ou Sociedade Mercantil.

Quadro 04: Forma de organização dos EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Forma de organização	Brasil	Nordeste	Paraíba
Grupo Informal	6.018	1.670	191
Associação	11.823	5.969	202
Cooperativa	1.740	368	23
Sociedade Mercantil	127	28	0
Total de EES	19.708	8.040	416

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Os dados demonstram que, seja no Brasil, no Nordeste ou na Paraíba, a maioria dos EES se organiza sob a forma de Associação. Nos três casos a minoria opta por se organizar como uma sociedade mercantil. Nas entrevistas realizadas com dirigentes das duas associações pesquisadas, identificamos que um dos motivos que levam os grupos a optarem por se organizarem como uma associação ao invés de uma cooperativa está relacionado à dificuldade burocrática para a formalização de uma cooperativa, ou seja, às exigências legais para formalização do empreendimento.

Um dado interessante é que no imaginário dos trabalhadores e dirigentes entrevistados o status da cooperativa parece maior que o status de uma associação. A maioria dos entrevistados que participava de uma associação faziam questão de ressaltar que a associação era igual a uma cooperativa, que faziam os mesmos trabalhos e tinham práticas semelhantes e que a diferença estava apenas no nome. Alguns dos entrevistados ainda explicaram que abrir uma cooperativa era mais difícil que abrir uma associação, como forma de justificar a forma de organização do empreendimento.

²⁴ Ministério do Trabalho e Emprego, 2006.

Já os entrevistados da COTRAMARE, que acompanharam o processo de mudança por qual o EES passou, deixando de ser uma associação para se tornar uma cooperativa, também fazem questão de destacar a mudança na forma de organização do empreendimento, apesar de só apontarem um aspecto que mudou quando deixaram de ser uma associação para tornar-se uma cooperativa. Na época, em 2001, apenas os catadores(as) pertencentes a uma cooperativa teriam acesso ao lixão da cidade de Campina Grande para coletar material. Lembrando que esta medida tomada pela prefeitura aconteceu no começo dos anos 2000, muito antes da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que proíbe a existência de lixões e o acesso de catadores(as) de materiais recicláveis aos aterros sanitários para a coleta do material reciclável.

Em um levantamento realizado por Henriques *et al* (2013) em Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERTs) observou-se uma tendência a mudanças na forma de organização dos ES. Muitas ERTs organizadas como cooperativas relataram que estavam pensando em alterar a figura jurídica – mantendo uma gestão coletiva – pelo fato de haver vantagens fiscais que só são válidas para empresas privadas.

Relatos nesta direção também foram registrados em estudo desenvolvido anteriormente (SANTOS, 2015), em entrevista, a dirigente de uma cooperativa têxtil da cidade de Campina Grande reclamou da legislação cooperativista, que estaria dificultando as operações do empreendimento. De acordo com a dirigente as exigências legais de prestação de conta para as cooperativas são mais duras que para as empresas privadas, além disso, existem incentivos fiscais que as cooperativas não podem acessar. Por este motivo se cogitava mudar a figura jurídica do empreendimento, o EES deixaria de ser cooperativa para ter acesso a benefícios e facilidades que o Estado só concede a outras formas de organização, como sociedades mercantis, livrando-se ainda de obrigações e exigências consideradas excessivas que só as cooperativas têm que cumprir.

Informações como estas, colhidas em pesquisas que buscam conhecer a realidade dos EES, além de revelar a insatisfação dos atores sociais com a legislação atual, demonstram a desigualdade nas relações entre governo e cooperativas em vista da relação estabelecida com empresas privadas. O que indica a necessidade de revisão desta legislação para que as cooperativas não acabem adotando outras formas de organização apenas no intuito de adquirir vantagens concedidas apenas às empresas privadas.

O quadro 05 informa a categoria social dos sócios e sócias dos empreendimentos econômicos solidários mapeados. Esse dado nos ajuda a figurar com um pouco mais de nitidez os ramos de atividades desenvolvidas na Economia Solidária do Brasil. Através desse

quadro podemos ver quantos EES estão relacionados a cada opção de categoria social do mapeamento.

Quadro 05: Categoria social dos sócios e sócias: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Categoria social	Brasil	Nordeste	Paraíba
Agricultores Familiares	10.899	5.687	293
Artesãos	3.534	844	63
Artistas	225	80	3
Assentados da Reforma Agrária	1.033	382	21
Catadores de Materiais Recicláveis	606	60	3
Garimpeiros ou mineiros	20	11	0
Técnicos, profissionais de nível superior	194	56	1
Outros trabalhadores autônomos/por conta própria	1.261	350	12
Desempregados (desocupados)	677	213	17
Não se aplica ou não há predominância	1.259	357	3
Total de EES	19.708	8.040	416

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Como era de se prever pela quantidade de EES atuando na área rural, a maioria dos empreendimentos é formado por agricultores familiares, também há um número expressivo de EES composto por assentados da reforma agrária, porém este número é menor que a quantidade de EES de artesãos. De acordo com dados do mapeamento a quantidade de EES de catadores de materiais recicláveis é baixa, comparada ao total de EES.

Os 606 casos identificados no Brasil representam 3,07% dos EES mapeados, os 60 casos do Nordeste equivalem a 0,74% dos EES da região e os 03 casos identificados na Paraíba representam apenas 0,72% dos EES do estado. Ao estudar o perfil dos catadores presente na base do SIES de 2007, Gutierrez e Zanin (2011 apud LEITE, WIRTH e CHERFEM, 2015) apontam que existem no Brasil cerca de 500 EES de reciclagem, congregando uma média de 13 mil trabalhadores.

Os números baixos do mapeamento não diminuem a relevância de estudar esta categoria, primeiramente porque o mapeamento nacional não foi capaz de identificar todos os casos de Economia Solidária no país²⁵, assim há muito mais EES de catadores(as) de materiais recicláveis que os números revelam; segundo porque mesmo contando apenas com

²⁵ Por exemplo, na Paraíba existem no mínimo 14 cooperativas/associações de catadores de material reciclável que praticam a Economia Solidária de acordo com a própria coordenação do programa CATAFORTE, que é um programa do Governo Federal e tem como um de seus parceiros o próprio MTE. Mesmo assim apenas 03 destas experiências foram identificadas no mapeamento da Economia Solidária.

as experiências identificadas pelo mapeamento estas já envolvem uma grande quantidade de pessoas, vivenciando uma experiência social repleta de particularidades que merece a atenção da comunidade acadêmica.

Quadro 06: Principal atividade econômica realizada pelos EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Atividade econômica	Brasil	Nordeste	Paraíba
Troca de produtos ou serviços	430	174	0
Produção ou produção e comercialização	11.081	3.987	195
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	497	68
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	1.296	445	13
Poupança, crédito ou finanças solidárias	328	177	121
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	2.760	19
Total de EES	19.708	8.040	416

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

A maioria dos EES atuam com “produção ou produção e comercialização”. No Brasil, mais da metade dos EES tem por principal atividade produção ou produção e comercialização, no Nordeste os 3.987 EES que desenvolvem esta atividade representam 49% dos EES da região e na Paraíba os 195 casos identificados representam 46,8% dos EES do estado. A segunda atividade econômica desenvolvida por um maior número de EES no Brasil e no Nordeste é a de “consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios”, contrariando a tendência, na Paraíba a segunda atividade econômica desenvolvida por uma maior quantidade de EES é a “poupança, crédito ou finanças solidárias”. Destaca-se que o número de EES que desenvolvem esta atividade é expressivo no total do país e mais ainda em comparação aos números da região Nordeste. Com 121 casos de atuação nesta atividade, a Paraíba é o estado do Brasil que tem a maior quantidade de EES voltadas para “poupança, crédito ou finanças solidárias”, seguido por 35 EES em Santa Catarina e 34 casos no Rio Grande do Sul.

O quadro 07 apresenta dados referentes ao acesso a apoio, assessoria ou capacitação. Aqui cabe um apontamento, como nem todos os EES mapeados receberam algum desses tipos de apoios e como alguns receberam mais de um destes tipos de apoios ou assessorias, a soma das opções não pretende alcançar o total de EES mapeados em cada região.

Quadro 07: Acesso a apoio, assessoria ou capacitação: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Acesso a apoio, assessoria ou capacitação	Brasil	Nordeste	Paraíba
Assistência técnica e/ou gerencial	7.541	3.467	205
Qualificação profissional, técnica, gerencial	7.070	2.827	189
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	4.166	1.410	190
Assistência jurídica	1.414	392	15
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	1.648	497	44
Diagnóstico, planejamento, e análise de viabilidade econômica	1.885	567	45
Assessoria na constituição, formalização ou registro	2.095	620	22
Elaboração de projetos	3.129	1.232	50
Incubação	616	112	11

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Dentre os apoios e assessorias mais acessados pelos EES tanto no Brasil quanto no Nordeste e na Paraíba, tem-se a “assistência técnica e/ou gerencial”, a “qualificação profissional, técnica, gerencial” e a “formação sócio-política”. É importante que a formação sócio-política esteja entre as assessorias mais acessadas, este dado demonstra que a preocupação dos atores da ES no Brasil vai além dos interesses econômicos, há um compromisso com a formação dos indivíduos para questões sociais e políticas.

Os casos observados neste estudo recebem apoio e assessoria constante. O apoio parte de diversas entidades relacionadas à ES ou ao movimento de catadores(as) de materiais recicláveis, são ONG's, universidades, incubadoras de Economia Solidária, programas e projetos com financiamento público, etc., que oferecem assistência técnica concebendo os processos tecnológicos juntamente com os trabalhadores(as), formação sócio-política, assistência jurídica tanto para formalização dos empreendimentos como na luta por conquistas de seus direitos, análise de viabilidade econômica, elaboração de projetos que beneficiem os grupos e mesmo incubação de algumas experiências.

Quadro 08: Remuneração ou gratificação pelo cargo ou função de dirigente: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Remuneração ou gratificação pelo cargo ou função de dirigente	Brasil	Nordeste	Paraíba
Sim	985	270	6
Não	18.723	7.770	410

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Percebe-se que, majoritariamente nos EES do Brasil, não é comum a prática de remunerar ou gratificar os(as) sócios(as) que assumem o cargo ou função de dirigentes do empreendimento. Por não haver no mapeamento questões direcionadas a conhecer os motivos que levam os EES a adotarem esta postura não é possível explicar o porquê deste fenômeno. Uma provável explicação seria a de que esta medida evitaria a disputa pela direção por pessoas mais interessadas nos ganhos monetários que em beneficiar o grupo com suas atividades. Outra explicação possível seria a de que, como a proposta da Economia Solidária é remunerar igualmente os participantes do empreendimento não haveria porque diferenciar a remuneração dos que ocupassem a direção, o que poderia levar o EES a acabar adotando uma estrutura parecida com a de uma empresa capitalista.

Nenhum dos EES estudados gratifica ou remunera o dirigente do empreendimento pela atividade desenvolvida. Todos os dirigentes recebem o mesmo que os demais trabalhadores, o rendimento auferido com a venda do material reciclável é dividida igualmente entre os trabalhadores. Com exceção da Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais (CAVI), onde os trabalhadores recebem por hora trabalhada, como veremos no capítulo três, mesmo nessa associação a dirigente não recebe pelo cargo.

O quadro 09: O que permitiu os resultados da atividade econômica do ano anterior, sem contar as doações: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Os resultados da atividade econômica do ano anterior, sem contar as doações, permitiram	Brasil	Nordeste	Paraíba
Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente	7.333	3.054	140
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	7.404	2.755	113
Não deu para pagar as despesas	2.234	950	42
Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo de atividade)	2.737	1.282	121

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Como é possível observar, os resultados financeiros dos EES ainda deixam muito a desejar, mais da metade dos EES que visam retorno econômico ou pagaram as despesas e não tiveram sobras ou nem mesmo conseguiram pagar suas despesas. Nossa pesquisa empírica revelou a mesma tendência, sem a ajuda de apoios governamentais ou da sociedade civil os trabalhadores(as) dos EES não conseguiriam manter o empreendimento. Esta limitação precisa ser levada em conta ao se analisar a possibilidade dos EES se manterem de maneira autônoma, sem depender de doações. Aprofundaremos o assunto no terceiro capítulo.

Quadro 10: Destino da sobra ou excedente do último ano: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Destino da sobra ou excedente do último ano	Brasil	Nordeste	Paraíba
Fundo/reserva para realizar investimento	4.194	1.694	62
Fundo/reserva para assistência técnica e educacional	333	98	1
Fundo/reserva para apoio a outros empreendimentos ou organizações	130	46	0
Fundo/reserva para qualquer eventualidade não prevista	2.914	1.512	56
Distribuição entre sócios(as)	2.078	717	64
Integralização de capital	415	97	6
Outro tipo de destino para a sobra/excedente	293	86	3

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

A nível de Brasil e de Nordeste, a maioria dos EES que tiveram sobras destinaram-nas a fundo/reserva para realizar investimento e a fundo/reserva para qualquer eventualidade não prevista. Já na Paraíba, na maioria dos EES, as sobras/excedentes foram distribuídas entre os sócios, o que sugere certa falta de preocupação de alguns grupos com relação ao futuro do empreendimento. Tal fato talvez se dê devido à baixa remuneração dos EES no estado, mas não há dados que possam confirmar esta suposição.

Quadro 11: Participação de alguma rede ou fórum de articulação: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Participação de alguma rede ou fórum de articulação	Brasil	Nordeste	Paraíba
Sim	7.804	3.051	253
Não	11.904	4.989	163
Total de EES	19.708	8.040	416

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

O quadro 11 revela que no Brasil ainda é baixo o nível de participação dos EES de alguma rede ou fórum de articulação. De acordo com autores de Economia Solidária (SINGER, 2002; HENRIQUES *et al*, 2013) este tipo de relação fortaleceria as experiências, dando a elas uma maior chance de sobreviver às pressões do mercado capitalista. Contrariando a tendência nacional, na Paraíba a maior parte dos EES afirmou participar de alguma rede ou fórum de articulação, o que representa um indicativo positivo para o movimento de ES no estado.

Relacionando os dados da pesquisa empírica com esta informação, percebemos que todos quatro EES estudados tinham relações com o Fórum Estadual de Economia Solidária, estando inseridos na Rede CataPB e em diálogo permanente com a Rede Lixo e Cidadania. A participação dos espaços de discussão tem contribuído para a conscientização política, social e ambiental dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis da Paraíba. A maioria dos trabalhadores que participa ativamente dos espaços de discussão demonstra domínio de conhecimentos sobre a legislação referente à atividade que desenvolve, consciência de seus direitos quanto catador e quanto cidadão, maior entendimento a cerca da Economia Solidária e convicção sobre a importância social e ambiental do seu trabalho.

Quadro 12: Relação ou participação em Movimentos Sociais, Populares ou Sindicais: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Relação ou participação em Movimentos Sociais, Populares ou Sindicais	Brasil	Nordeste	Paraíba
Sim	11.357	5.371	291
Não	8.351	2.669	125
Total de EES	19.708	8.040	416

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

De acordo com estudiosos da ES, além da relação com redes e fóruns de Economia Solidária é muito importante que os EES se relacionem com Movimentos Sociais, Populares ou Sindicais. Esta relação, além de contribuir com a formação política dos membros deste empreendimento, fortalece o grupo na luta por seus ideais dentro e fora do EES, integrando-os na luta dos trabalhadores e das classes oprimidas por transformações sociais. O quadro 12 revela uma forte tendência dos EES se relacionarem com os Movimentos Sociais, Populares e Sindicais, mais da metade dos EES no Brasil, no Nordeste e na Paraíba relacionam-se com estes atores. Os 291 EES que responderam “sim” na Paraíba representam 69,95% dos casos do estado.

Na pesquisa desenvolvida verificamos que os quatro EES estudados se relacionam com Movimentos Sociais, este seria o Movimento Nacional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR). Além da relação com o MNCR alguns membros de uma das associações participam do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Nenhum dos grupos entrevistados participa de movimentos sindicais porque não há entidades sindicais relacionadas à atividade de catador de materiais recicláveis no estado da Paraíba.

**Quadro 13: Participação ou desenvolvimento de ação social ou comunitária:
Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba**

Participação ou desenvolvimento de ação social ou comunitária	Brasil	Nordeste	Paraíba
Sim	9.091	3.897	245
Não	10.617	4.143	171
Total de EES	19.708	8.040	416

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Os defensores da ES apontam a tendência ou mesmo incentivam os EES a desenvolver ações sociais ou comunitárias. Tendo em vista que a proposta da ES é de ser um movimento de transformação social gradual, preocupada com questões que vão além do econômico do grupo, os membros dessas experiências deveriam, teoricamente, desenvolver ações sociais ou comunitárias voltadas a alguma parcela desfavorecida da sociedade, em geral estas ações seriam afins à atividade do empreendimento solidário. Como é possível observar através dos dados, de fato, boa parte dos EES pelo país desenvolvem este tipo de ação. Na Paraíba 58% dos EES participam de ou desenvolvem ações sociais ou comunitárias.

O quadro 14 demonstra as principais motivações que levaram a criação dos empreendimentos econômicos solidários, nesta questão os EES podiam escolher mais de uma opção.

Quadro 14: Motivação para criação do EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Motivação para a criação do EES	Brasil	Nordeste	Paraíba
Alternativa ao desemprego	9.106	3.422	180
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	8.471	2.556	150
Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	9.624	3.066	212
Desenvolvimento de uma atividade onde todos(as) são donos(as)	8.024	3.123	294
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	2.828	1.058	53
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	4.130	2.449	49
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	601	184	16
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3.801	1.560	150
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	5.646	2.739	193
Alternativa organizativa e de qualificação	3.160	1.050	60
Incentivos de Políticas Públicas (governo)	3.113	1.398	67
Organização econômica de beneficiários de Políticas Públicas	1.510	632	21
Fortalecimento de grupos étnicos	1.912	592	12
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	1.607	547	42
Outro	1.890	613	24

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Considerando os números do Brasil, do Nordeste e da Paraíba os motivos mais apontados foram: “Uma alternativa ao desemprego”, “Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo”, “Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)”, “Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos(as)” e “Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades”.

A tendência da ES surgir como forma de geração de renda se confirma nos dados apresentados, paralelamente pode-se inferir que alguns dos atores da ES apresentam consciência da proposta da mesma, optando por esta forma de economia por querer participar de uma atividade onde todos são donos, fugindo a lógica de exploração do capital, há ainda uma preocupação com o desenvolvimento das capacidades e potencialidades do grupo.

De acordo com as declarações dos quatro dirigentes de EES de catadores(as) entrevistados, nos casos observados as principais motivações para a criação do EES foram a possibilidade de atuar com a atividade de catação de material reciclável dispondo de melhores condições de trabalho, o incentivo de entidades de apoio relacionadas aos catadores(as) de materiais recicláveis e a luta por soberania. Estas motivações serão detalhadas no capítulo dois, na exposição dos casos estudados.

Quadro 15: Principais conquistas do EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Principais conquistas do EES	Brasil	Nordeste	Paraíba
A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os(as) sócios(as)	11.618	3.630	203
A autogestão e o exercício da democracia	9.651	3.613	315
A integração do grupo/coletivo	13.025	4.763	373
O comprometimento social dos(as) sócios(as)	7.372	2.778	238
Conquistas para a comunidade local	7.411	3.923	145
A conscientização e compromisso político (com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais)	3.510	1.318	102
Outra	2.432	902	23

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Os integrantes dos EES consideram que as maiores conquistas alcançadas foram: “A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os(as) sócios(as)”, “A autogestão e o exercício da democracia” e “A integração do grupo coletivo”. A Paraíba apresenta diferenças em relação aos números nacional e regional, a terceira conquista mais apontada foi “O comprometimento social dos sócios(as)”, em quarto lugar apareceu a geração de renda.

As informações sobre quais conquistas do EES os sócios e sócias consideram mais importantes ajudam a identificar se estes trabalhadores(as) estão percebendo as melhorias na vida dentro do trabalho que a Economia Solidária propõe ou se estão percebendo as experiências de ES como mera forma de geração de renda. Pelas respostas podemos inferir que no Brasil e no Nordeste a maioria dos grupos ainda identifica na ES como forma de geração de renda, já na Paraíba há uma tendência maior a percepção dos fatores positivos (GAIGER, 2004) da Economia Solidária.

Quadro 16: Principais desafios do EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Principais desafios do EES	Brasil	Nordeste	Paraíba
Viabilizar economicamente o empreendimento	13.108	5.383	255
Gerar renda adequada aos(às) sócios(as)	14.503	5.672	254
Garantir proteção social para os(as) sócios(as)	7.755	3.216	120
Efetivar a participação e a autogestão	8.611	3.132	258
Alcançar maior conscientização e a politização dos(as) sócios(as)	6.714	2.793	238
Alcançar maior conscientização ambiental dos(as) sócios(as)	7.294	2.746	245
Promover articulação com outros empreendimentos e com o movimento de Economia Solidária	8.457	3.270	254
Manter a união do grupo/coletivo	11.048	3.837	296
Outro	3.105	1.233	37

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

No Brasil e no Nordeste os três principais desafios apontados foram respectivamente: “Gerar renda adequada aos(às) sócios(as)”, “Viabilizar economicamente o empreendimento” e “Manter a união do grupo/coletivo”. Já na Paraíba, os maiores desafios são: “Manter a união do grupo/coletivo”, “Efetivas a participação e a autogestão” e “Viabilizar economicamente o empreendimento”. Percebe-se que além de enfrentar dificuldades econômicas, muitos grupos apresentam dificuldade em manter-se unidos e no caso da Paraíba ainda há dificuldade em fazer com que os sócios(as) participem da gestão do empreendimento, dificuldade esta apontada por alguns estudos de casos de Economia Solidária no Brasil.²⁶

Finalizando a exposição de dados gerais sobre a ES, espera-se que este capítulo tenha permitido ao leitor compreender os movimentos históricos que permitiram o surgimento da ES, sobretudo no Brasil, a forma como esta proposta vem se desenvolvendo, conhecer os principais atores que estão envolvidos com o tema da Economia Solidária e como se apresenta este fenômeno atualmente em nosso país, na região Nordeste e no estado da Paraíba.

²⁶ Henriques *et al* (2013) revela que a falta de participação dos sócios(as) na gestão do empreendimento é uma reclamação constante nas Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil. Leite (2012) também aponta a dificuldade de se manter um caráter participativo nas Cooperativas de Reciclagem e em Fábricas Recuperadas. Este assunto será aprofundado no capítulo quatro.

2. A Economia Solidária e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis na Paraíba

Este capítulo dedica-se a explicar a situação da Economia Solidária (ES) e das cooperativas e associações de materiais recicláveis no estado da Paraíba, aprofundando a exposição de informações sobre os quatro empreendimentos econômicos solidários (EES) observados neste estudo. No entanto, para que se compreenda a realidade atual dos trabalhadores em foco, é necessário conhecer as particularidades do desenvolvimento na região Nordeste, conectando os processos históricos locais aos acontecimentos nacionais e internacionais – já comentados – entendendo assim as implicações destes processos históricos no contexto atual onde os trabalhadores estão inseridos.

2.1. Desenvolvimento e trabalho no Nordeste

Para entender a forma como a Economia Solidária se expressa na Paraíba é necessário entender os processos históricos do desenvolvimento no Nordeste, dos quais decorrem as particularidades do mundo do trabalho na região. Aqui, estes processos históricos serão divididos em três momentos: o momento em que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) é criada para traçar um plano de desenvolvimento para a região Nordeste; um segundo momento, iniciado na década de 1990, quando a SUDENE perde forças e se inicia a “guerra fiscal” na região; chegando à conjuntura atual.

2.1.1. Os projetos da SUDENE e seus efeitos sobre o Nordeste

Véras de Oliveira identifica e analisa, em perspectiva histórica, as dinâmicas sociais do trabalho que se estabeleceram no Nordeste a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Para ele “as características contemporâneas das dinâmicas sociais do trabalho no contexto nordestino têm suas raízes na formação sócio-histórica da Região e, sobretudo, nas transformações trazidas com a SUDENE” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a, p. 45).

O autor trás em seu texto as três fases principais na história econômica nordestina (GUIMARÃES NETO *apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a): A primeira fase ocorre entre a colonização à metade do século XIX, na qual se constituiu um “complexo econômico”

baseado na agro-exportação da cana-de-açúcar (posteriormente, também de algodão, cacau, fumo etc.). Esta fase é marcada pelo trabalho escravo e complementada pela pecuária extensiva e a agricultura de subsistência.

A segunda fase surge nos fins do século XIX e vai até a metade do século XX, com o “complexo regional” em articulação comercial com outras regiões, formando o mercado interno brasileiro. Nesta fase o Nordeste passou por uma crescente perda de espaço para os produtos do Centro-Sul. É nesta fase que ocorrem os fluxos migratórios de trabalhadores que saem do Nordeste em busca de oportunidade de trabalho no Centro-Sul do Brasil. Como veremos ao longo deste tópico, Lopes (2008) e Leite Lopes (1978) descreveram como este fluxo migratório interno contribuiu para a formação do mercado de trabalho brasileiro.

Do final dos anos 1950 em diante passamos à terceira fase, quando, como solução para a “questão regional”, fruto da discrepância da economia nordestina diante da pujança industrial do eixo São Paulo – Rio, iniciou-se o processo de transferência do capital produtivo, público e privado, para regiões periféricas, inclusive o Nordeste, explorando novas oportunidades de investimento nesses espaços. Em 1957 foi criado o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), ao qual coube realizar um diagnóstico sobre os entraves ao desenvolvimento do Nordeste, propondo ações para sua superação. O grupo tinha a frente Celso Furtado. Do GTDN, se originou a SUDENE, em 1959, que, juntamente com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952, formaram as bases de uma política desenvolvimentista para a região (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a).

Ismael (2015), que estudou a SUDENE no enfrentamento dos problemas do Nordeste, explica que esta

Do ponto de vista institucional apontava para o avanço de uma modalidade de federalismo cooperativo no país, consolidando a ideia de um nível intermediário entre a União e as unidades estaduais nas regiões menos desenvolvidas, no intuito de enfrentar as desigualdades regionais. Na dimensão econômica, favorecia a integração da economia nordestina ao centro dinâmico localizado na região Sudeste, estimulando a modernização da mesma e criando condições para a emergência de um impulso industrializante (ISMAEL, 2015, p. 115).

De acordo com Oliveira (*apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a) essa foi uma estratégia do capital monopolista do Centro-Sul. Para o autor, se configurou um espaço de disputa sobre o projeto da SUDENE, envolvendo a burguesia internacional associada à burguesia do Centro-Sul, a burguesia industrial nordestina, a oligarquia agrária algodoeiro-pecuária e as forças populares. Esta disputa durou até o golpe militar em 1964 e para Oliveira eram mascarados pelos ideais populistas e nacionalistas.

Ismael (2015) também identificou a arena de disputa que se configurou com o surgimento da SUDENE, e afirma que

[...] a SUDENE era principalmente uma arena política de cooperação regional, articulando os interesses econômicos e políticos, muitas vezes contraditórios dos governos estaduais da região, ampliando os incentivos para a ação coletiva entre os mesmos na federação, sem abrir mão da defesa dos princípios republicanos em oposição aos vícios patrimonialistas tradicionais (ISMAEL, 2015, p. 115).

De acordo com Celso Furtado (*apud* ISMAEL, 2015) a cooperação regional é inventada modernamente devido à necessidade de um mercado maior. Assim esta é uma construção que criou certa harmonia de interesses, baseada na ideia de que era preciso ter uma visão regional, era preciso que os estados se apoiassem. Aos poucos a classe política foi se adaptando a esta nova perspectiva e depois “a SUDENE tocava como uma orquestra”, todos sabiam que o interesse comum prevalecia.

O Nordeste como unidade política é uma construção e não um desdobramento natural de seus atores políticos. A SUDENE nasceu desafiando a cultura política dominante onde a ação individual era privilegiada frente à União. O sucesso da SUDENE dependeria, entre outros aspectos, da sua capacidade de mostrar que coesão regional e ação concertada trariam maiores benefícios para todos (ISMAEL, 2015).

Para Araújo (2002 *apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a) a Era SUDENE teve início a partir dos anos 1960, da combinação de incentivos fiscais, investimentos estatais, crédito público e investimentos privados, advém a reestruturação econômica do Nordeste que rompe com a fraca dinâmica preexistente. Trata-se de um projeto político de desenvolvimento que demandou diversas ações coletivas para sua efetivação.

As consequências deste processo para a região Nordeste podem ser assim resumidas: o eixo da indústria deslocou-se da produção de bens de consumo não-duráveis (têxteis, calçados, vestuário, alimentos) para a produção de bens intermediários, que servem de insumos para a indústria do Centro-Sul, configurando uma integração produtiva dependente; ganharam destaque os polos industriais (Polo Petroquímico de Camaçari – BA e Complexo Mineiro-metalúrgico – MA); houve modernização de espaços agrícolas (projetos de irrigação) e dos serviços urbanos (regiões metropolitanas); mas a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva persistiram no Semiárido, e nas cidades perdurou uma economia de base informal (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a).

Gomes e Vergolino (1995 *apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a) identificaram a formação de quatro sub-regiões principais no novo espaço econômico nordestino. A primeira envolve as áreas metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, onde se concentrou a maior

parte dos projetos grandes industriais: o polo têxtil e de confecções do Ceará; as indústrias de fiação e tecelagem, metalmecânica, química, papel e celulose, em Pernambuco; e o polo petroquímico na Bahia. A segunda sub-região abrange a Zona da Mata, onde destaca-se a agroindústria sucroalcooleira, além do cacau, do babaçu, da madeira, do turismo (emergente), e uma base industrial e de serviços (nas capitais metropolitanas). A terceira sub-região corresponde ao Semiárido, onde historicamente se concentrou uma economia baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. Esta região é marcada pela baixa produtividade. A quarta sub-região compreende os polos de irrigação, onde emerge uma agroindústria moderna voltada para o mercado extrarregional.

Os investimentos se concentraram em grandes projetos industriais, agrícolas ou de serviços, revertidos na forma de “polos”, “complexos”, “distritos industriais”, “arranjos produtivos”, a partir dos quais se constituíram os vínculos da economia regional com os capitais e mercados extrarregionais, com as áreas dinâmicas passando a coexistir com grandes sub-regiões estagnadas (GUIMARÃES NETO *apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a, p.49).

As consequências da SUDENE no Nordeste reafirmam a declaração de Oliveira (2003) de que a expansão do capitalismo no Brasil se dá estabelecendo relações antigas no novo e novas no arcaico. O desenvolvimento no Nordeste não significou sua transformação em uma região tipicamente capitalista, mas possibilitou a coexistência de dois mundos, era a cultura local voltada para a subsistência e ligada a tradições coexistindo e se relacionando com a chegada dos grandes investimentos da indústria moderna e toda sua lógica capitalista.

As transformações econômicas, institucionais e políticas que a SUDENE acarretou no Nordeste impactaram fortemente os padrões de relações de trabalho. Entretanto, as novas formas de trabalho não anularam as anteriormente existentes, passando a coexistir com estas, produzindo assim novos arranjos. O novo arranjo, apesar de trazer melhora nos indicadores sociais, despontou novos contrastes, desequilíbrios e desigualdades, pois mesmo com todas as mudanças, a pobreza continua perseverando na região (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a).

As heranças do trabalho escravo e da estrutura fundiária baseada no latifúndio, associadas ao longo processo de incorporação do trabalho assalariado e à grande disponibilidade de mão de obra, entre outros aspectos, condicionaram a manutenção, mesmo com os novos projetos, de relações espoliativas de trabalho e de baixos níveis de remuneração (GUIMARÃES NETO *apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a, p.50).

Priorizando investimentos em setores intensivos em capital, o modelo SUDENE contribuiu para a constituição de um segmento destacado e reduzido de trabalhadores relativamente qualificados e bem remunerados, por outro lado diminuiu a demanda por mão de obra nas ramos tradicionais, intensivos em mão de obra, que predominavam anteriormente

(VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a). De acordo com Araújo (2002 *apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a) houve uma expansão do assalariamento na região, atingindo prioritariamente as zonas urbanas (com a expansão da indústria e dos serviços), mas também as zonas rurais (tanto as antigas, a exemplo da cana-de-açúcar, como as novas regiões de investimento agroindustrial).

Para os que não conseguiam se alocar nas velhas e novas oportunidades de trabalho assalariado, restavam sempre as “opções” do auto emprego ou da migração, que muitas vezes redundavam uma na outra, tendo o trabalho autônomo ou informal se intensificado nesse novo processo de industrialização da região (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a). Como visto no ponto 1.3, o fluxo de trabalhadores entre o mercado formal e informal de trabalho é comum na realidade brasileira; no caso do Nordeste este fluxo inclui ainda os movimentos migratórios dos trabalhadores que saem em direção ao Centro-Sul em busca de trabalho.

Há muito tempo a migração está presente na vida dos nordestinos como estratégia de sobrevivência. Lopes (2008) afirma que a classe operária de São Paulo inicialmente foi formada por migrantes rurais do Brasil e por imigrantes estrangeiros. O autor observou a fixação do operário de origem rural na indústria paulista, mostrando que este tipo de trabalhador era o elemento principal da formação da mão-de-obra no estado de São Paulo.

Em seus estudos sobre os trabalhadores das usinas de açúcar, Leite Lopes (1978) aponta as migrações como meio de fuga à trajetória social dos trabalhadores dentro da usina. A migração do próprio trabalhador e o incentivo para que os filhos estudem e saiam da usina eram mecanismos utilizados para fugir à exploração das usinas. As observações empíricas do autor confirmam, assim, as afirmações de Lopes (2008), sendo completadas ainda pela advertência de Oliveira (2003) de que um dos papéis desempenhados pela agroindústria é o fornecimento de mão de obra para a indústria, mesmo quando esta passa a ter um papel secundário na economia brasileira.

De acordo com Lopes (2008) os trabalhadores rurais do país buscavam na indústria de São Paulo melhorar de vida. Muitos não eram qualificados ou eram semiquilificados e acabavam encontrando dificuldade para ascender aos níveis mais altos das indústrias, permanecendo longos períodos em atividades de nível inferior nas empresas. Por este e outros motivos, muitos trabalhadores de origem rural ansiavam a demissão, para, recebendo a indenização trabalhista, voltar ao campo ou montar seu próprio negócio. O autor identifica a

falta de ajustamento²⁷ como um dos principais motivos a gerar um auto índice de mobilidade de trabalhadores entre a zona urbana e a zona rural, o trabalhador rural buscava melhores condições de vida na cidade, porém, por não conseguir se ajustar, voltava ao campo.

A crise de 1990 atingiu o mundo todo, inclusive o Brasil – como visto no capítulo anterior – e por consequência atingiu também a região Nordeste. As transformações decorrentes da crise na região seguiram a tendência global, aos empregados regulares impunha-se a flexibilização das funções e da jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que cresciam os trabalhos periféricos, revivendo sistemas antigos como o trabalho doméstico, artesanal, familiar, paternalista.

Na América Latina, incluindo-se o Brasil, a flexibilização das relações de trabalho não podem ser compreendidas sem considerar o papel do Estado. A adoção de políticas neoliberais trouxe a liberalização e privatização da economia. Lima (2002) informa que a partir da abertura econômica brasileira, somada à inclusão do Brasil no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), cresce os investimentos estrangeiros, principalmente no setor de montadoras. Assim tem início a “guerra fiscal” dos estados, que buscam atrair o investimento estrangeiro.

Ismael (2015) explica como o processo de redemocratização do país representou um dos elementos-chave no processo de descentralização político-financeira, consagrado na Constituição Federal de 1988. Com as mudanças no sistema tributário, os estados federativos conquistaram maior liberdade para legislar sobre matéria tributária, o que deu margem a concessão de benefícios fiscais na tentativa de atrair investimentos privados. Este processo implicou no fortalecimento dos governadores e conquista da autonomia²⁸ dos governos estaduais, que rapidamente iniciaram a guerra fiscal no país.

Souza (*apud* ISMAEL, 2015) alerta que, como persistem as desigualdades econômicas entre os estados do país, este processo de descentralização dá origem a diversos centros com forças desiguais para competir entre si e para influenciar as decisões políticas nacionais. Este alerta é importante para que entendamos que as mudanças legislativas vão ter impactos diferentes em cada estado/região, pois as diferenças estruturais destes dão a eles maior ou menor força na disputa que se estabeleceu entre os estados.

²⁷ Para Lopes (2008, p.44) “Os migrantes rurais, estando orientados para fora da indústria, não se identificavam com a condição de operário”. Haveria um problema do ajustamento dos trabalhadores rurais à realidade urbana, este ajustamento seria o preço da modernidade.

²⁸ O termo autonomia está sendo utilizado aqui no sentido de liberdade dos governos estaduais em legislar sobre matéria tributária. Não estamos nos referindo ao conceito de autonomia dentro do debate da Economia Solidária.

O quadro de liberalização e privatização da economia repercutiu ainda mais forte no Nordeste, considerando que a participação direta ou indireta do Estado na economia passou a ter um peso ainda mais decisivo. Para Gomes e Vergolino (1995 *apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a) o encolhimento do governo ocorreu de modo mais rápido na região, em comparação ao resto do país. A SUDENE e as políticas de desenvolvimento regional se desgastaram rapidamente, até sua extinção em 2001. Em seu lugar passou a funcionar a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), com funções mais modestas.

Ismael (2015) atribui o fechamento da SUDENE às dificuldades de adaptação a nova realidade do federalismo brasileiro. Como os estados tinham agora maior liberdade e autonomia estes passam a priorizar as ações individuais em detrimento das ações cooperativas adotadas pela SUDENE. Estas ações individuais serão vistas no próximo tópico.

Como podemos perceber o projeto de desenvolvimento da SUDENE não foi capaz de transformar o Nordeste em uma região industrializada com as características dos grandes centros capitalistas. Apesar do investimento em infraestrutura, da criação de polos industriais e do investimento em modernização da agricultura, o Nordeste continua sendo uma região pobre de grandes desigualdades sociais, onde a maior parte da população vive em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Os grandes investimentos da SUDENE não garantiram oportunidade de trabalho para toda a população, boa parte desta continuou sobrevivendo da agricultura de subsistência e da pecuária, outros migraram para regiões onde a indústria é mais dinâmica em busca de trabalho ou tentam sobreviver trabalhando por conta própria. Este quadro revela porque até hoje o nível de desemprego e subemprego no Nordeste continua sendo alto e porque, em uma região subdesenvolvida como esta, estratégias de enfrentamento ao desemprego e a situação de miséria, como a Economia Solidária, tornam-se tão importantes.

Em uma região em que o projeto desenvolvimentista do governo “não vingou”, resta aos trabalhadores buscarem formas de sobreviver. Aos que não migram, decidindo permanecer na região, as oportunidades se reduzem a um quadro restrito de vagas no mercado formal de trabalho, trabalhar no setor informal, desenvolver alguma atividade por conta própria ou aderir a formas associativas de trabalho. Talvez a própria história do Nordeste, com seu desenvolvimento atrasado e subdesenvolvido e a persistência das práticas arcaicas, baseadas nas tradições e cultura local, expliquem o alto número de casos de ES na região.

2.1.2. “Guerra fiscal” e a precarização do trabalho via cooperativas terceirizadas

Com enfraquecimento da SUDENE, antes mesmo de seu fechamento, e com o desgaste de políticas nacionais de desenvolvimento regional, os governos estaduais concentraram esforços em torno de suas próprias estratégias para desenvolvimento local. É nesse período que incentivos fiscais e investimentos públicos (em infra-estrutura, capacitação de mão de obra etc.) passam a ser fortemente utilizados para atrair indústrias do Centro-Sul. Tem início a “guerra fiscal” no Nordeste.

A crise do Estado brasileiro e suas políticas de proteção industrial, seu esgotamento fiscal nos anos 80 com a sucessão de crises econômicas e altas taxas de inflação, num contexto internacional de eliminação de barreiras nacionais e circulação de mercadorias levou ao abandono das políticas centralizadas de planejamento econômico, industrial ou até podemos dizer, de qualquer planejamento. Nesse contexto, cada estado da federação (uns mais do que outros) passou a disputar investimentos industriais com as vantagens locacionais de seu território, frente a um mercado globalizado (LIMA, 2002, p. 29-30).

Para Ismael (2015) os principais aspectos que contribuíram para o surgimento da guerra fiscal entre os estados brasileiros foram: a atual capacidade dos polos econômicos estaduais competirem por investimentos privados através da concessão de incentivos fiscais; a inserção do Brasil na economia internacional, que estimulou a competição entre os estados, bem como a redução de suas cargas fiscais para ampliar a competitividade no país e atrair investimento estrangeiro; a combinação que os estados nordestinos fizeram entre mão de obra barata e incentivos fiscais como modo de atrair empresas do Centro-Sul; e, a identificação do Governo Federal de agir como uma instância de coordenação federativa no complexo processo de descentralização em curso no país.

Na década de 1990, durante a “Era Collor”, marcada por estratégias neoliberais da economia globalizada, tem início a reestruturação do parque industrial brasileiro para se adaptar às exigências impostas pelo processo de globalização dos mercados. Esta reestruturação reduziu os empregos industriais, desnacionalizou setores, fechou unidades fabris e ocasionou a desconcentração espacial da produção, fazendo com que empresas se movessem para outras regiões do país (LIMA, 2002).

Diferentemente da região Centro-Sul, que buscava atrair os modernos setores industriais (como montadoras de automóveis), o Nordeste concentrou seus esforços na atração de setores industriais que não exigiam uma infraestrutura da qual a região não dispõe, mas apenas o que a região oferece em abundância: mão de obra barata e desorganizada, ou seja, com uma fraca organização sindical (LIMA, 2002).

Um alerta feito por Ismael (2015) adverte que, como os estados nordestinos não possuem a mesma capacidade para concessão de incentivos fiscais, Bahia, Pernambuco e Ceará levaram vantagem nessa discutível estratégia de atração de empreendimentos industriais. O autor ressalta ainda que os três estados citados competem entre si, o que trás tensões e conflitos no âmbito intra regional. Interessante observar que estes mesmos três estados foram os maiores beneficiados pelos projetos da SUDENE até a década de 1980, o que explica o fato de serem justamente estes a encontrar-se em uma situação vantajosa em comparação aos demais estados da região, o que lhes deu maior poder na guerra fiscal.

Lima (2002) e Vêras de Oliveira (2015a) demonstram como o estado do Ceará saiu na frente na corrida da guerra fiscal, buscando convencer empresas do Centro-Sul das vantagens de investir no Ceará, como isenção fiscal (isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, por até 15 anos), infraestrutura, prédios, mão de obra abundante, treinamento e qualificação para os trabalhadores, baixa organização sindical na região e possibilidade de terceirização da produção em cooperativas (o que reduziria os custos com mão de obra, ao eliminar os encargos trabalhistas). O governo do Ceará defendia que a ação do estado deveria ser contínua, atendendo as demandas das empresas sem deixá-las desassistidas.

A prioridade do Ceará era atrair setores para os quais o estado teria um atrativo diferencial, tais como cadeias produtivas têxtil, de confecções ou de calçados, que utilizam intensiva mão de obra em seus processos produtivos, sem exigir alta qualificação. A ideia era interiorizar a indústria no estado, espalhando-as por diversas cidades, formando pequenos distritos industriais, abandonando o modelo utilizado pela SUDENE, que concentrava as empresas em grandes distritos, polos e centros industriais.

As cooperativas induzidas pelo estado deveriam ser a principal base de constituição dos minidistritos industriais, situados no interior do estado. Em troca da geração de emprego e renda e da desconcentração da atividade industrial, a iniciativa governamental se dispôs a favorecer a flexibilização da legislação trabalhista (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a, p. 60).

De acordo com Lima (2002), para a equipe governamental, a matriz fiscal tributária e a legislação trabalhista constituíam entraves à produção, por aumentar os custos com mão de obra. Por este motivo o Estado buscou induzir formas de terceirização²⁹ que barateassem custos, um elemento a mais dentre os incentivos para atrair novas indústrias. Dessa maneira o governo do Ceará flexibilizou a legislação trabalhista através do artifício do trabalho

²⁹ “A terceirização responde ao processo de focalização das empresas no produto principal e a externalização de atividades consideradas secundárias” (LIMA, 2002, p. 19).

associado. Este artifício foi visto inicialmente em suas consequências positivas: geração de emprego, renda e desconcentração da atividade industrial. Só posteriormente os aspectos negativos da flexibilização da legislação trabalhista foi percebida pela população (LIMA, 2002).

Lima (2002) estudou as cooperativas de confecção do Maciço do Baturité e as cooperativas de calçados do Ceará e demonstrou como, em ambos os casos, os resultados acabaram não se mostrando positivos aos trabalhadores. As cooperativas de confecção apresentaram ao longo de seu funcionamento características que as afastavam dos princípios do cooperativismo e configuravam relação de assalariamento disfarçado, tais como: alta rotatividade; diluição dos princípios cooperativistas; organização do trabalho estabelecida e controlada pela fábrica contratante; o estatuto das cooperativas era padronizado, organizado pelo Estado; a seleção de trabalhadores acontecia através de indicações políticas; as contas sobre a produção mensal eram feitas pela empresa contratante; o Conselho Fiscal só existia no papel; as unidades produtivas (que ficavam espalhadas em várias cidades) foram agrupadas na fábrica, gerando mais despesas e desconforto aos trabalhadores, etc.

Com todos estes absurdos acontecendo sem nenhuma intervenção do poder público, vários trabalhadores entraram na justiça e em 1998, as cooperativas foram fechadas. A justiça decidiu que havia relação de assalariamento disfarçado, indiciou a empresa e mais de cem ações judiciais foram registradas. Entretanto, em 1999 o grupo taiwanês que terceirizava o serviço de confecção no estado continuava atuando normalmente, utilizando o Centro de Treinamento como uma unidade de confecção e treinamento eventual para cooperativas de outros estados (LIMA, 2002).

As cooperativas de calçados do Ceará foram instaladas em 1995, em grandes unidades, utilizando entre 500 a 600 trabalhadores. As máquinas eram cedidas em comodato para as cooperativas e a linha de produção era taylorista. Havia a presença de supervisores e controladores de produção da fábrica nas cooperativas, identificados pelos trabalhadores como “gaúchos” e “paulistas”, geralmente tratavam os cooperados, nativos da região, com preconceito, o que gerava revolta e insatisfação. “O conflito de classes deslocava-se, mantendo-se entre os próprios trabalhadores: os ‘com’ e os ‘sem’ direitos, os nativos e os ‘gaúchos’” (LIMA, 2002, p. 127).

Apesar dos problemas que apresentou ao longo do tempo, o modelo cearense influenciou a implantação de estratégias semelhantes na Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Como os casos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte não tinham o caráter de políticas governamentais e para não alongar a discussão do tema, nos deteremos a expor

resumidamente análises sobre os casos de cooperativas no estado da Paraíba, alvo de nosso estudo. Esperando que estas análises nos ajudem a compreender como a expressão da Economia Solidária nas cooperativas da atualidade se relaciona com a história do cooperativismo no estado.

O estado da Paraíba entrou atrasado na guerra fiscal, atraso de oito anos em comparação com o Ceará. “Todavia foi pioneira na região, na interiorização de setores da produção industrial, para rebaixamento de custos” (LIMA, 2002, p.81). A Paraíba oferecia uma redução de 60% do ICMS para indústrias localizadas em João Pessoa, 80% para as alocadas em Campina Grande e Queimadas e 100% para as indústrias que se instalassem nos demais municípios do estado. As estratégias do Estado indicavam três pólos a serem desenvolvidos: João Pessoa, Campina Grande e Patos (LIMA, 2002).

Já havia na Paraíba uma experiência anterior de interiorização no setor calçadista, através da implantação de unidades produtivas chamadas “postos de serviços”³⁰, mas estes mantinham contratos formais de trabalho. Já o novo plano de atração de capital incluía o uso das cooperativas para barateamento da mão de obra, seguindo os passos do estado vizinho, o Ceará. As cooperativas da Paraíba foram organizadas pela Federação das Cooperativas Agrícolas do Estado da Paraíba (FECOAGRO), que funcionava junto à Organização das Cooperativas do Estado da Paraíba (OCEPB) (LIMA, 2002).

Em seu estudo, Lima (2002) analisou cinco das quinze cooperativas identificadas no estado em 1997. A maior delas localizava-se na cidade de Santa Rita e atuava no setor de calçados. De acordo com declarações colhidas pelo autor, nem os diretores acreditavam na cooperativa. Acusada de utilizar trabalho assalariado disfarçado, em 1998 a empresa foi obrigada a contratar todos os cooperados, recorrendo à decisão judicial. A cooperativa passou a existir apenas formalmente – ou seja, legalmente a cooperativa existia, mas os trabalhadores passaram a ser assalariados contratados pela empresa. Para um supervisor entrevistado a produção aumentou quando os trabalhadores tiveram as carteiras assinadas.

Outras duas experiências atendiam empresas locais que trabalhavam como terceirizadas para grupos nacionais e internacionais. A de Massaranduba, em 1998, foi obrigada a contratar os cooperados por decisão judicial, contratou todos e logo em seguida

³⁰ Os “postos de serviços” surgiram na Paraíba em 1991. As fábricas da Paraíba iniciaram a implantação de oito postos de serviço no estado, repetindo as experiências anteriores de unidades do grupo em São Paulo e Rio Grande do Sul, e a partir de experiências frustradas de terceirização com fábricas menores. Nos “postos de serviços” o trabalho era organizado em ilhas de produção, as linhas de montagem seguiam uma organização taylorista e os salários eram a metade dos salários pagos aos funcionários da própria fábrica (LIMA, 2002).

demitiu todos. Após o fechamento da cooperativa, organizados pela FECOAGRO, o mecânico, juntamente com outros trabalhadores, abriu uma nova cooperativa, terceirizando produtos cirúrgicos para uma fábrica de Campina Grande (LIMA, 2002).

A outra cooperativa estava em Puxinanã, atuava com artesanatos e tinha por membros mulheres. Esta cooperativa teve sua origem em 1996 através de uma empresária que era uma espécie de “benfeitora” local. Através de contatos com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) a cooperativa começou a atuar como facionista para empresas de Campina Grande. Na facção, encarregados supervisionavam a produção, juntamente com familiares da empresária, a qual acabava sendo vista pelos trabalhadores como dona da cooperativa. Na análise de Lima (2002) a cooperativa estava mais próxima de uma sociedade por ações do que de uma sociedade cooperativa. Em 1999, enfrentando processos judiciais e problemas com as empresas parceiras, a cooperativa reduziu suas atividades.

Tanto no caso do Ceará quanto no caso da Paraíba, desde o início evidenciou-se a pouca viabilidade das cooperativas. O controle pelas fábricas ao lado do discurso de autonomia significou apenas ausência de direitos, resultando na pouca identificação dos trabalhadores com as cooperativas. Como afirma o pesquisador “o trabalho autônomo nada significou para essas trabalhadoras, que não se identificavam com a cooperativa e não entendiam a autonomia que formalmente dispunham” (LIMA, 2002, p. 123).

Quando entraram nas cooperativas, os trabalhadores raramente entendiam o que isso significava. Mesmo com os cursos rápidos de cooperativismo, poucos trabalhadores se consideravam donos coletivamente da cooperativa. No geral, quando indagados sobre o que era uma cooperativa, a resposta resumia-se a empresa como qualquer outra, mas sem direitos, sem carteira assinada, sem direitos sociais. A compreensão da ausência dos direitos sociais era grande, se considerarmos que esses trabalhadores nunca tiveram acesso a esses direitos e viviam em pequenas cidades do interior nordestino, onde raramente esses direitos eram observados (LIMA, 2002, p. 127).

Mesmo preferindo o assalariamento os cooperados nordestinos declararam que a vida melhorou com a cooperativa. Lima (2002) afirma que ao instalarem-se em áreas socialmente problemáticas as cooperativas aparecem como “solução possível” à miséria e à migração. Percebe-se o quanto a condição socioeconômica do Nordeste fragiliza os trabalhadores locais. Com o reduzido quadro de vagas no mercado formal os trabalhadores passam a considerar qualquer oportunidade de trabalho como melhora nas condições de vida, mesmo identificando a falta de direitos eles consideram o trabalho precário melhor que não ter trabalho algum.

A partir da observação dos casos de cooperativas em quatro estados do Nordeste – dos quais citamos dois neste tópico – Lima (2002) analisou os trabalhadores das cooperativas, chegando a conclusões sobre o novo proletariado do Nordeste:

Ao referir-se à incorporação de novos territórios à economia mundializada, Sassen (1998) destacava a nova proletarização representada pela incorporação de trabalhadores ocupados em atividades de subsistência, não capitalistas, a atividades fabris resultantes da realocação da atividade produtiva em termos globais. Esses novos proletários caracterizam-se-iam pela baixa escolaridade e qualificação, e estariam vinculados a empresas de trabalho intensivo e relações de trabalho precárias, empresas terceirizadas, integrantes de redes empresariais, voltadas a processos de trabalho tradicionais e tecnologia obsoleta. Os menores custos estariam na utilização da mão-de-obra em áreas de baixa atividade sindical e sem grandes entraves legais à exploração da mão-de-obra, ou, no caso aqui estudado, na utilização de artifícios de rebaixamento de custos com os trabalhadores, através da utilização de formas alternativas de organização do trabalho, como as cooperativas (LIMA, 2002, p. 109).

Para o autor, no Nordeste, o novo proletariado é formado por trabalhadores que circulam entre cooperativas, unidades industriais instaladas ou em instalação. A inclusão insere-se num contexto de flexibilização da produção e das relações de trabalho, resultando em formas de precarizadas de assalariamento, assim, seria mais apropriado falar na constituição de um subproletariado vinculado a atividades informais. Lima (2002) vincula a emergência de “novos lugares” ao surgimento de “novos proletários”: sem direitos, sem salário e sem perspectivas.

Tal qual o projeto da SUDENE, a Guerra Fiscal não foi capaz de solucionar os problemas sociais e econômicos do Nordeste ou de qualquer um dos seus estados. Para o mundo do trabalho no Nordeste a herança da Guerra Fiscal é um subproletariado, semi-especializado, acostumado com relações trabalhistas que não garantem direitos legais. Observar este momento da história do desenvolvimento do Nordeste é fundamental ao nosso estudo para que entendamos tanto como funciona o mercado de trabalho regional, quanto como se deram as experiências de cooperativas do período da Guerra Fiscal na região, podendo analisar os pontos em que estas experiências se aproximam ou se afastam das experiências de Economia Solidária (ES).

Como fica claro ao longo deste capítulo, o mercado formal de trabalho do Nordeste não foi construído de maneira que possibilite a absorção da força de trabalho local. Como vimos no capítulo um, a existência de um exército de reserva é comum à dinâmica capitalista, no entanto, no Nordeste não se trata apenas de um volumoso exército de reserva do capital, trata-se de uma situação de desemprego estrutural, que afeta até mesmo a percepção dos trabalhadores acerca de trabalhos precários, qualquer fonte de renda passa a ser valorizada por

mais que os trabalhadores percebam a precariedade do trabalho. Esta realidade contribui para manter os salários praticados na região baixos e para pressionar os trabalhadores a aceitarem trabalhos flexíveis e precarizados.

Além do baixo número de vagas no setor formal – baixo se comparado a população economicamente ativa da região – outras questões que dificultam a inserção de trabalhadores no mercado formal de trabalho do Nordeste é a baixa qualificação, baixa escolaridade e a falta de experiência registrada. Aos que não conseguem ser absorvidos pelo mercado formal de trabalho sobram três saídas principais: a migração para centros industriais mais dinâmicos, a inserção no mercado informal de trabalho e a busca por soluções alternativas como a Economia Solidária. Como vimos, muitas vezes o trabalhador nordestino alterna entre estas três “opções”, de acordo com suas capacidades, vontades, possibilidades e oportunidades.

Com relação a forma como as experiências de cooperativas da Guerra Fiscal se relacionam com os casos de Economia Solidária na atualidade, podemos afirmar que, de acordo com os militantes da ES, estas são experiências completamente diferentes. Como vimos a bibliografia da ES faz questão de deixar claro que esta não se confunde com o cooperativismo, autores como Lima (2004 *apud* CORTELETTI, 2009) tem denunciado as experiências que não seguem os princípios da ES como cooperativas pragmáticas ou falsas cooperativas. Mesmo assim é preciso levar em conta que a história da região influencia a maneira como o trabalhador concebe o trabalho associado na atualidade.

Durante a realização da pesquisa empírica constatou-se que um dos motivos que levou boa parte dos trabalhadores a participar do empreendimento econômico solidário (EES) foi o desemprego, a falta de oportunidade no mercado formal ou a falência em atividade informal. Mesmo que a maioria dos entrevistados, assim como os trabalhadores de cooperativa pesquisados por Lima (2002), tenham apontando a falta da carteira assinada e dos direitos sociais como uma das diferenças entre o trabalho associado e um trabalho formal, a grande maioria declarou preferir o empreendimento solidário a um emprego formal. Os dados referentes a assunto serão debatidos no capítulo quatro.

2.1.3. O Nordeste hoje

De acordo com Vêras de Oliveira (2015a) o Governo Lula inaugurou um período de recuperação econômica, que repercutiu positivamente sobre o trabalho, mantendo o mercado de trabalho estável mesmo com a crise global de 2008. Surge um novo discurso desenvolvimentista, realçando o compromisso com a geração de emprego e renda e a

estabilidade macroeconômica, tendo por emblema maior o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007. “Objetivou-se, por meio de investimentos principalmente em infraestrutura, aumentar a produtividade das empresas, estimular investimentos privados, gerar emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a, p. 61-62). Em 2010, o compromisso foi reafirmado através do PAC 2.

A retomada do crescimento econômico no Nordeste foi favorecida por esse novo contexto. Resultando no incremento da capacidade de consumo, favorecida pelo aumento das transferências monetárias federais, assim como pela adoção de uma política de valorização do salário mínimo e pelos reajustes das categorias profissionais acima da inflação. Por outro lado, derivou do aumento nos investimentos públicos e privados. Mesmo assim o Nordeste continua socialmente diferenciado, mantendo elevados índices de desigualdade e pobreza, que manteve altas as taxas de migração e de informalidade (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015a).

Na opinião de Ismael (2015) a trajetória da economia nordestina acabou frustrando aqueles que esperavam um incremento no dinamismo econômico dos estados nordestinos, especialmente quando ocorreram incrementos de renda da população derivados da política de aumento real do salário mínimo, da expansão do Programa Bolsa Família e da geração de empregos. Apesar de se registrar um avanço quantitativo, como o aumento da participação do Nordeste na economia, e qualitativo, com novos empreendimentos industriais e expansão do setor de serviços, este avanço não se difere muito do alcançado na época da criação da SUDENE.

O Nordeste e seus estados continuam fortemente dependentes dos investimentos do governo federal, em razão das restrições impostas pelos orçamentos estaduais e diante da ainda limitada capacidade de atrair a iniciativa privada, em comparação com as regiões mais desenvolvidas. A competitividade da economia nordestina, aspecto fundamental para que possa alcançar uma melhor participação no PIB Nacional, depende, por sua vez, de investimentos nas áreas de infraestrutura, qualificação de recursos humanos e de ciência e tecnologia (ARAÚJO, 2013 apud ISMAEL, 2015, p. 127).

No entanto, não existe hoje uma política nacional de desenvolvimento no Nordeste ou voltada para qualquer uma das outras regiões menos desenvolvidas. Continua prevalecendo a tendência iniciada na década de 1990 de retirar do debate público a discussão sobre política de desenvolvimento regional (ISMAEL, 2015).

Ismael (2015) explica que infelizmente permanece a tendência do foco das políticas públicas está voltado a “questão-problema” do Nordeste, que seria a pobreza, ao invés de voltar-se ao “espaço-problema”, construindo políticas públicas voltadas a atacar os fatores que tiram competitividade da economia nordestina, o que permitiria combater a pobreza

através da geração de emprego e renda. O autor explica ainda que as duas lógicas poderiam ser combinadas.

Em 2007 a Medida Provisória que extinguiu a SUDENE foi revertida pelo presidente Lula, sendo recriada a SUDENE. Entretanto, a instituição regional renasce sem o mesmo apoio político de outrora, o que tem reduzido significativamente sua capacidade de enfrentar problemas no Nordeste nos anos recentes (LANDIM *apud* ISMAEL, 2015). Para Ismael (2015), a trajetória da SUDENE nos próximos anos dependerá do resultado de três processos político-institucionais combinados: Primeiramente se faz necessário repensar as atribuições, prioridades e recursos humanos e financeiros da SUDENE a partir de uma reavaliação geral do atual modelo de desenvolvimento regional; em segundo lugar, a definição ou não de uma política nacional de desenvolvimento é essencial para saber que papel deve adotar a instituição; e por fim, é necessário identificar os incentivos para que a cooperação seja percebida como vantajosa para todos, estabelecendo limites à competição intra-regional.

Retomando o percurso histórico do desenvolvimento do Nordeste percebemos que esta região carrega em si a “questão-problema” da pobreza. Por se concentrarem principalmente nesta “questão-problema” ao invés de pensar em estratégias voltadas ao “espaço-problema”, nem os projetos federais da SUDENE, nem as ações individuais dos estados foram capazes de reverter a situação da região. Embora os projetos da SUDENE tenham causado melhoras quantitativas e qualitativas que fizeram com que a região seguisse os índices de desenvolvimento do país com muita proximidade por muito tempo.

Entendendo a história e a situação atual do Nordeste compreendemos porque o investimento em políticas públicas de Economia Solidária (ES) se torna tão importantes para esta região, garantindo oportunidade de geração de trabalho e renda para uma população pobre que não encontra oportunidade de inserção no diminuto mercado formal de trabalho local. Se para muitos a ES é uma escolha pautadas nos ideais de um novo tipo de sociedade, no Nordeste, além de representar uma opção que valoriza práticas já comuns a cultura local, a Economia Solidária torna-se para muitos uma das poucas oportunidades de trabalho disponíveis.

Além de aparecer como uma oportunidade de trabalho e geração de renda, a Economia Solidária pode ser vista como uma estratégia de desenvolvimento territorial/local, buscando fomentar as potencialidades locais. Essa premissa está explicitada na política nacional de Economia Solidária e é com base nela que o Governo da Paraíba vem elaborando os projetos e programas de ES no estado. Ressaltamos que mesmo servindo como estratégia de desenvolvimento local, a ES não tem o peso de uma política desenvolvimento regional.

2.2. A Economia Solidária e as cooperativas de catadores no estado da Paraíba

A guerra fiscal e as estratégias dos governos estaduais para sair à frente nesta corrida em geral significaram para os trabalhadores apenas formas precárias de trabalho e grande exploração por parte das empresas. As cooperativas que surgiram neste contexto mostraram-se mera fachada para burlar a legislação trabalhista e reduzir os custos com o trabalhador. Em geral, as cooperativas não tinham compromisso com os princípios do cooperativismo, nem tão pouco com a Economia Solidária (ES). Nos casos observados por Lima (2002), a maioria dos trabalhadores mal compreendia a posse coletiva do empreendimento e a autogestão não era praticada, em seu lugar fazia-se presente uma organização taylorista do trabalho e a gestão por parte das empresas para as quais as cooperativas prestavam serviço. Percebe-se que a autonomia nas cooperativas criadas durante a guerra fiscal não passava de discurso e na prática, se configurava situações do que Silva (2007) chamou de autonomia controlada.

É numa sub-região desta região pobre, onde mesmo o trabalho precarizado é encarado positivamente por trazer alguma melhora em comparação a situação de desemprego, que concentra-se este estudo. Por este motivo é preciso estar atento a forma como as características e o passado da região Nordeste influenciam as dinâmicas sociais atuais dentro do estado da Paraíba.

O capítulo um antecipou a análise qualitativa dos dados quantitativos referentes ao estado da Paraíba, presentes nos mapeamentos de Economia Solidária realizados no país. Mesmo não apresentando números impactantes, na Paraíba vem se desenhando uma rede de articulação entre os mais diversos tipos de atores que estão envolvidos de alguma maneira com o movimento da Economia Solidária no estado ou mesmo nacionalmente. Esta rede envolve trabalhadores, ONG's, igrejas, universidades, governo municipal, estadual e federal, que se articulam com o Fórum Estadual de Economia Solidária e tornam-se parceiros em programas e projetos voltados para a fomentação da Economia Solidária.

A Economia Solidária tem sido adotada por milhares de trabalhadores no Brasil e no mundo, nos mais diversos tipos de trabalho e áreas de atuação, com destaque para a agricultura, artesanato, produção fabril e catadores de reciclagem. Mesmo que ainda pouco expressiva diante do total de EES do país, a área de atividade dos catadores de material recicláveis vem adotando a Economia Solidária em várias de suas experiências.

Como já registrado, os números do mapeamento nacional divergem da informação fornecida por representantes da Economia Solidária da Paraíba, envolvidos com programas relacionados a própria Senaes. De acordo com a Entrevistada 26, coordenadora estadual do

Programa Federal CATAFORTE³¹ e técnica do Projeto de Ações Integradas³², existem na Paraíba 14 cooperativas/associações de catadores(as) de materiais recicláveis ligados a uma rede estadual de catadores(as), a Rede CataPB, todas adequadas a Economia Solidária. Além destes catorze EES, dados das entidades de apoio aos catadores(as) do estado revelam que na Paraíba existem vinte e uma cooperativas/associações formalizadas e vinte e cinco grupos de catadores(as) em processo de formalização. Durante a pesquisa de campo foi possível conhecer membros de doze das cooperativas/associações integrantes da Rede CataPB e ainda membros de diversos grupos de catadores(as) que estão tentando se organizar em EES.

Como visto no primeiro capítulo, na Paraíba está se constituindo um forte movimento em prol dos catadores(as) de materiais recicláveis. O desenvolvimento do movimento da Economia Solidária paralelamente e conjuntamente ao movimento dos catadores de materiais recicláveis nos trouxe ao momento atual, onde os movimentos sociais se unem às entidades governamentais na luta por melhorias nas condições de vida dos catadores(as) de materiais recicláveis. Esta luta que tem como bandeira a ES, uma proposta de geração de trabalho e renda preocupada com questões sociais e ambientais, tem fomentado a criação de associações e cooperativas de catadores(as).

Analisaremos aqui os quatro empreendimentos econômicos solidários formalizados da cidade de Campina Grande, esperando que a observação destes casos nos forneça dados para análises mais abrangentes. Antes de falar de cada empreendimento isoladamente, explicaremos como está organizada a Rede CataPB, da qual participam os EES estudados.

³¹ O Programa Cataforte teve início em 2007, sendo fruto de reivindicações do MNCR e negociações diretas com o Governo Federal. Com o sucesso da primeira e da segunda edição - que focaram níveis distintos, desde a organização em cooperativa até o trabalho cooperativo em redes de comercialização e investimentos na estruturação logística destas redes - o programa entrou em 2014 na sua terceira edição. O Cataforte III “Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias” buscou dar seguimento às ações, nesta edição o programa visa possibilitar a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos. O projeto é voltado à estruturação de redes de cooperativas e associações para que estas redes solidárias se tornem aptas a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis. O Cataforte III reúne a Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e a Petrobras (SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014 e PORTAL BRASIL, 2013).

³² O Projeto Ações Integradas, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba (SEDH-PB), faz parte das ações de fomento a Economia Solidária em todo o território estadual da Paraíba, financiadas pela Senaes/MTE, em todo Estado estão sendo realizadas as ações em parceria com instituições de fomento, tais como Incubadoras e ONG's, e os Fóruns de Economia Solidária (CPCC, 2015).

2.2.1. A Rede CataPB

As cooperativas/associações de catadores(as) da Paraíba estão organizados em rede estadual, a Rede CataPB foi organizada através do programa Ações Integradas de Economia Solidária e conta hoje com quatorze cooperativas/associações, sendo que um empreendimento ainda está em processo de formalização mas já está relacionado com a rede.

Os quatorze empreendimentos espalham-se entre nove cidades de três regiões diferentes do estado da Paraíba: cinco EES pertencem a Zona da Mata (dois em João Pessoa, um em Pedras de Fogo, um em Santa Rita e um em Itabaiana); quatro são do Sertão (Cajazeiras, Iraúna, Pombal e Patos) e cinco do Agreste (quatro formalizados e um em processo de formalização). Destes que estão no Agreste, todos localizam-se na cidade de Campina Grande, o que leva a cidade a ter lugar de destaque na discussão do movimento dos catadores de materiais recicláveis no estado.

Segue abaixo um mapa do estado da Paraíba, no qual está em destaque a cidade de Campina Grande, no intuito de ilustrar a área onde está localizado este estudo.

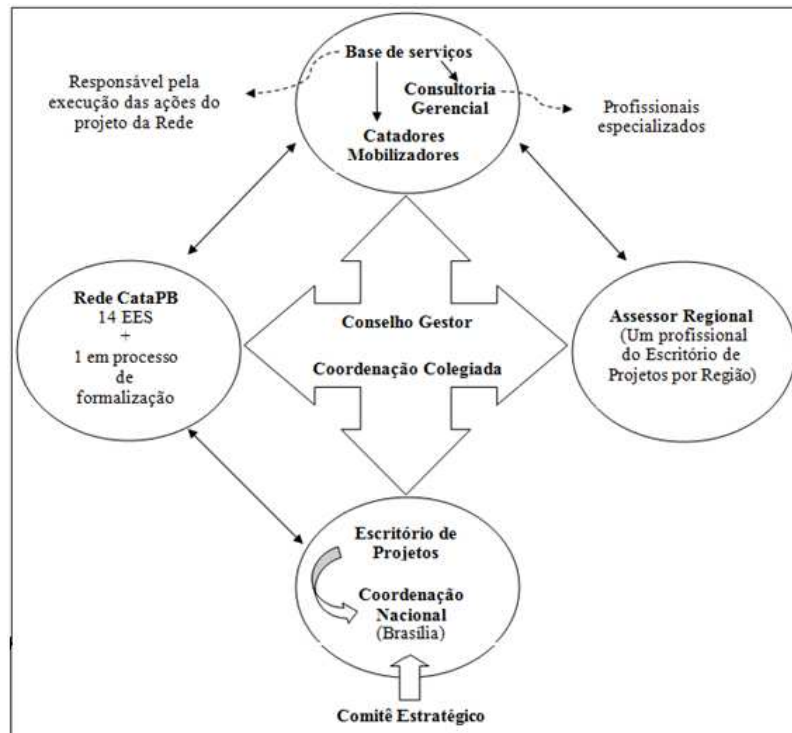
Figura 01: Mapa da Paraíba, com a cidade de Campina Grande em destaque



(Fonte: imagem retirada da internet - não foram encontrados direitos autorais).

A Rede CataPB relaciona-se com o Programa CATAFORTE, por participar deste programa federal a rede está inserida em uma estrutura complexa que envolve instâncias locais, regionais e federais de planejamento e execução de ações. A proposta é que toda esta estrutura tenha por ator principal os próprios trabalhadores, catadores(as) de material recicláveis. Por este motivo os mesmos integram várias instâncias de atuação do programa. Há um esforço para que um grande número de catadores(as) de cada EES esteja diretamente envolvido no programa, por este motivo busca-se representantes diferentes de cada EES e/ou região para cada núcleo do programa.

Figura 02: Esquemática do Projeto/Programa Cataforte 3



(Fonte: elaboração própria realizada com base em informações copiadas durante reunião do Cataforte 3, realizada em 10 de julho de 2015).

Explicando a figura, temos a Rede CataPB que é formada pelas próprias quatorze associações/cooperativas de catadores de material reciclável do estado. Esta rede se relaciona diretamente com a Base de Serviços, que é a instância responsável pela execução das ações do projeto da Rede, esta Base de Serviços (que tem a frente duas coordenadoras estaduais) articula a troca de informações entre os Catadores Mobilizadores (três catadores de cada região do estado, escolhidos pelos próprios trabalhadores para representar as regiões das quais participam em cursos de formação e reuniões da rede, com a função principal de repassarem as informações aos companheiros da região) e a Consultoria Gerencial (formada por profissionais especializados, contratados pelo programa Cataforte para prestar assistência técnica à rede).

A Base de Serviços está em contato constante com o Assessor Regional, um profissional do Escritório de Projetos responsável por todas as redes da região Nordeste, este profissional realiza visitas constantes as redes estaduais para ver se estas estão conseguindo atingir as metas do programa, para pensar estratégias juntamente a Base de Serviços, ouvir os catadores mobilizadores e repassar os direcionamentos do e para o Escritório de Projetos.

O Escritório de Projetos está em Brasília, juntamente com a Coordenação Nacional do Programa CATAFORTE e responde diretamente a esta, prestando contas do que esta

sendo realizado em cada região e estado, do uso dos recursos e dos resultados. O Escritório de Projetos é responsável por pensar as estratégias e repassar aos assessores regionais.

O Comitê Estratégico é a instância maior do CATAFORTE, é constituído pelas Senaes, MTE, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente etc. É o comitê que decide o orçamento do programa, as datas e prazos do mesmo. Do Comitê estratégico partes as delimitações do programa.

No “coração” do programa CATAFORTE estão o Conselho Gestor (composto por vinte e oito catadores, dois de cada empreendimento da Rede CataPB) e a Coordenação Colegiada (formada por três catadores, um de cada região do estado). Estas duas instâncias devem participar de todas as reuniões do CATAFORTE, assim como os Catadores Mobilizadores, tanto para que nas votações todos os EES e regiões estejam devidamente representados como pra que as informações sejam repassadas aos demais trabalhadores que não possam comparecer a reunião. O Conselho Gestor e a Coordenação Colegiada são comumente chamados a participar de cursos de formação e reuniões a nível nacional com catadores(as) de outras regiões, envolvendo-se diretamente com o MNRC.

A Rede CataPB existe no intuito de organizar e beneficiar todos as associações/cooperativas de catadores do estado. Por meio de sua organização, as cooperativas do estado já conseguiram dois caminhões que atendem as necessidades do grupo. Devido a maior concentração de EES na cidade, um dos caminhões fica em Campina Grande. As quatro cooperativas formalizadas da cidade estabeleceram um rodízio para que o caminhão atenda a todas, facilitando a coleta porta em porta e a entrega dos materiais na hora da venda.

A rede foi pensada inicialmente como uma rede solidária de comercialização para os EES de catadores(as) de materiais recicláveis do estado da Paraíba, mas hoje está articulada com diversos atores da Economia Solidária no estado e participa ativamente do debate dos EES de catadores(as) de forma geral, embora suas ações diretas estejam voltadas aos catorze empreendimentos que a compõem. A entrada de mais EES de catadores(as) na rede vem sendo discutida pelos seus membros, mas embora haja a possibilidade desta abertura não se fechou um posicionamento durante o período da pesquisa.

Através da estrutura na qual a rede está inserida e pela própria proposta do programa CATAFORTE percebe-se que a Rede CataPB está fortemente relacionada ao Programa CATAFORTE e suas diretrizes. O grau de dependência das associações/cooperativas de catadores em relação ao Programa CATAFORTE será analisado ao longo do estudo, através da observação dos casos empíricos e das declarações dos participantes dos EES.

Entendendo as particularidades do estado da Paraíba e a organização dos catadores(as) de materiais recicláveis no estado fica mais fácil compreender as características e a atuação dos casos estudados. Segue a descrição de cada uma das associações/cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis observados nesta pesquisa. Além das informações adquiridas através de entrevistas com os membros das associações/cooperativas e da observação direta, também foram colhidos dados encontrados no CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários), nas páginas digitais de alguns dos empreendimentos e nas entrevistas com representantes da Economia Solidária no estado da Paraíba que de alguma maneira estão relacionados aos EES estudados.

2.2.2. O caso da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida (ARENDA)

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida (ARENDA) está organizada sobre a forma de associação, atuando no ramo de reciclagem, desenvolvendo atividades de coleta, separação, triagem e comercialização de materiais recicláveis, além de conscientização ambiental da população, na associação também se produz sabão em barra com óleo de cozinha usado. Cada uma destas atividades será detalhada no capítulo quatro deste texto.

Figura 03: Galpão da ARENSA



(Fonte: Acervo da pesquisadora)

A ARENSA surge em 2008, através de uma parceria da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) com os catadores(as) de materiais recicláveis de uma área carente do bairro do Catolé. A maioria dos catadores(as) moravam na mesma área e trabalhavam de forma independente, até que uma professora da UEPB em visita a comunidade perguntou que melhoramento eles queriam para a área, ao que eles responderam formar uma associação e

assim teve início o processo de organização do grupo, que se formalizou como associação em 2010. Como podemos observar nas palavras da presidenta e de uma trabalhadora entrevistada:

Olhe, essa ARENSA foi fundada em 2008 e legalizada em 2010. Ela tá cinco... seis anos, né? Vai fazer seis, né? Oito, com tudo vai fazer oito. [...] A gente começou tudo solto, não era associação, a gente vivia solto, cada um catava por si próprio, guardava nos seus quintal, na frente da sua casa. Aí a gente foi, teve a professora [nome da professora] da UEPB, junto com [nome de uma pessoa] que fez um curso [...] ela e [nome de mais duas pessoas] aí a professora [nome da professora] perguntou, perguntou o que era que a gente queria de melhoramento no bairro, a gente disse que queria formar uma associação de catadores, aí nós se unimo e formemo essa associação. Foi luta! Porque a gente não acreditava nessas coisa de professor, ia, voltava, fazia reunião todo tempo, a gente desconfiando pensando que era negócio de ninguém sabe. Aí com muito tempo, aí formou (ENTREVISTADA 01).

[...] a gente já se conhecia aí a professora [nome da professora] tava fazendo uma pesquisa aí num terreno, aí falando sobre meio ambiente aí a gente foi lá saber. Perguntar a ela se ela podia dar uma ajuda a gente, pra dar uma ajuda pros catador. Aí foi formando a equipe, fazendo reunião, no clube de mãe, quando não era no clube de mãe era na associação dos moradores, quando não queria emprestar a chave a gente fazia no meio da rua, debaixo de um pé de pau. Devagarzinho foi se formando o grupo (ENTREVISTADA 04).

Dos doze trabalhadores que formaram o empreendimento, a metade continua na associação, tendo sido relatados alguns afastamentos e retornos. Os principais motivos identificados pela direção do EES para o afastamento dos sócios foram a baixa remuneração em algumas épocas, oportunidade de emprego em outro local e a “dureza” do trabalho desenvolvido. Como veremos no capítulo três a remuneração nos EES de catadores oscila muito dependendo da quantidade de material coletada por mês. O afastamento de associados quando surge oportunidade de emprego em outro lugar também é comum em todos os EES pesquisados. As dificuldades inerentes ao trabalho serão analisadas no capítulo quatro.

A associação conta atualmente com quinze associados, cinco homens e dez mulheres. No momento da primeira visita à associação, o grupo contava com sete sócio-trabalhadores e oito aspirantes a sócios, durante as visitas de campo foi possível participar de uma assembléia na qual os aspirantes foram oficializados sócios. Interessante destacar que na ARENSA, assim como em todas as associações/cooperativas estudadas, os aspirantes a sócio têm os mesmos direitos e obrigações que os sócios efetivos. De acordo com a direção do empreendimento, os novos sócios que entraram na associação após sua constituição são em maioria conhecidos indicados por integrantes do grupo, tais como familiares, amigos e vizinhos.

Os motivos apontados pelos seis trabalhadores entrevistados a participar de um empreendimento econômico solidário – ou de uma associação/cooperativa de catadores, como tivemos que perguntar para alguns que não entendiam ou que era um EES – podem ser

resumidos em: oportunidade de continuar desenvolvendo a atividade de catador após o fechamento do lixão, considerar o trabalho na cooperativa melhor que o trabalho de catador individual nas ruas, falta de oportunidade de emprego, necessidade de trabalhar e luta por direitos iguais. Como podemos observar nas falas de alguns dos entrevistados:

Porque assim, porque lá onde a gente mora, lá no Major [condomínio Major Veneziano – pequenos apartamentos populares doados pelo Governo Federal a população carente através do programa Minha Casa Minha Vida] não tem onde a gente trabalhar com reciclagem. Porque lá é um condomínio fechado, não tem como. E não tinha como eu pegar ir pra rua catar reciclagem, ia botar onde? Aí eu tive que procurar um canto que trabalhasse com reciclagem. O lixão acabou... (ENTREVISTADA 07).

Dizer pra você que desde que eu morava em Natal, que eu catava no lixão lá. Desde que eu morei em Natal eu sempre quis fazer uma cooperativa. Eu sempre lutei por direitos iguais. Eu sou do PCR, então eu luto por direitos iguais [...] A minha luta é essa porque eu... eu vim de uma família muito pobre, sabe? [...] Então, minha vida foi muito assim... muita discriminação, sabe? Então minha consciência agora é essa: o que eu quero pra mim eu quero pra todos igual (ENTREVISTADA 02).

É porque é bom e também o caba véi não arruma mais emprego em canto nenhum, né? O caba passou dos 40 não arruma mais emprego em canto nenhum. Os novin eles não querem mais aceitar que dirá os véi (ENTREVISTADO 05).

Uma das entrevistadas que informou que o motivo que a levou a participar da associação foi preferir esta a trabalhar independente declarou: “Porque eu era catadora solta, num dava futuro. Catadora solta, ser desorganizada. Tinha futuro não ser desorganizada. Aí preferi ficar na cooperativa que ficar solta” (ENTREVISTADA 04). Fica evidente que muitos dos trabalhadores foram motivados a participar do EES por perceberem os benefícios do trabalho associado, tais como estarem organizados, lutando por direitos iguais, tendo a oportunidade de desenvolver uma atividade que já praticam com maior qualidade de vida no trabalho, disponibilizarem de um espaço físico para armazenar seu material, etc. Mas ainda há muitos que entram no empreendimento buscando apenas uma forma de renda, estes costumam se mostrar mais propícios a trocar o trabalho associado por outras formas de trabalho, como veremos no capítulo quatro.

Não foi possível identificar a idade e a escolaridade de todos os sócios, como muitos saem para a coleta e como alguns não quiseram parar suas atividades para dar entrevista ou informações, não conseguimos tabelar tais dados. Por este motivo só podemos dar informações sobre os sete entrevistados desta associação, a presidenta e mais seis trabalhadores. Destes, dois eram homens e cinco eram mulheres, cinco dos entrevistados estava no EES desde sua origem, uma estava na associação há dois anos e oito meses e uma das entrevistadas estava na associação há dois meses.

Com relação às idades, uma das entrevistadas tinha entre 18 a 25 anos, ou seja, em fase de inserção no mercado de trabalho; dois tinham entre 26 a 39 anos, fase de plena atividade laboral; três tinha entre 40 a 64 anos, fase em que diminuem as oportunidades de trabalho formal; e uma estava com 65 anos, já era aposentada como agricultora, mesmo assim trabalha como catadora de materiais recicláveis há muitos anos, mesmo antes de participar da associação.

Todos os trabalhadores trabalham a mesma quantidade de horas, das 7:30 às 17h, havendo pausa para o almoço na qual os trabalhadores podem escolher se vão almoçar em casa ou se comem na associação. Como o galpão fica próximo a comunidade onde a associação se constituiu a maioria dos trabalhadores prefere almoçar em casa, aproveitando o intervalo para resolver questões familiares, como levar as crianças à escola. Apenas duas trabalhadoras almoçam na associação, o motivo relatado é que as residências ficam em bairros distantes, assim não daria tempo ir para casa e voltar para a associação durante o intervalo do almoço.

As instâncias de coordenação/direção do empreendimento são: Presidência, Vice-presidência, Tesouraria, Conselho Fiscal e Conselho Administrativo. Havia também uma secretária, mas esta deixou o cargo. Dos sete entrevistados, quatro desenvolviam atividade relacionada à gestão do empreendimento e uma já havia desenvolvido a atividade de secretária. Quando perguntamos como se dava a divisão de responsabilidades dentro do EES, quatro dos seis trabalhadores entrevistados citaram o nome de vários associados, tanto que tinham cargo na gestão do empreendimento como outros que não tinham cargo, explicando as atividades que cada um desenvolvia. Estas informações demonstram que as responsabilidades dentro da ARENSA são bem distribuídas entre os associados.

O grupo realiza assembleias mensais para tratar de assuntos relacionados à prestação de contas, informes, aceitação de novos sócios, questões relacionadas a parcerias, programas e projetos dos quais a associação participa e questões voltadas à resolução de conflitos internos, divisão de tarefas, etc. A resolução de pequenas questões internas acontece através de conversas no dia-a-dia. A Entrevistada 01 aponta os encontros do Centro de Ação Cultural (CENTRAC - ONG que apóia a organização dos catadores da região), do Projeto de Ações Integradas e da Rede CataPB como canais de informações, provavelmente por enxergar nesses momentos um espaço rico em trocas de informações entre associações/cooperativas e parceiros.

Na assembleia todos têm direito a falar, dar opinião e votar, cada membro representa um voto. Todos participam das assembleias, apenas uma das trabalhadoras, a que estava a

menos tempo no EES, declarou que só fazia trabalhar quando perguntamos se ela participava das decisões, mesmo assim esta também participou da assembleia presenciada. Observando as declarações dos trabalhadores e a dinâmica da assembleia, interpretamos que, mesmo que os participantes que ainda estão há pouco tempo no grupo tenham liberdade para perguntar e fazer sugestões durante as assembleias, estes só se sentem a vontade para opinar quando já estão na associação há algum tempo.

Dos seis trabalhadores entrevistados, apenas dois souberam dizer o que era Economia Solidária, para uma a ES teria haver com “repartir, partir as coisas para todos” (ENTREVISTADA 07), outra confundiu o conceito de Economia Solidária com as entidades que prestam apoio ao empreendimento, como percebe-se na fala da entrevistada:

Aí eu creio assim... Economia Solidária... eu acho, né? Não sei. Eu acho assim que são os apoio, que ajuda a gente a desenvolver o trabalho. Eu creio, né? Sei muito não... As professoras que ajudam a gente, que indicam as famílias, vão atrás de casa pra a gente reciclar, entendeu? Nos ajuda com uniforme, entendeu? Essas coisas aí... É por aí, né? (ENTREVISTADA 02).

A confusão entre o que seria ES e as entidades de apoio aos EES pode indicar que, por sempre ouvir esta expressão nas reuniões com as instituições, a trabalhadora acabou associando o termo Economia Solidária às próprias entidades que oferecem formação sobre o tema. Importante destacar ainda que a única trabalhadora que teve um entendimento de ES próximo ao conceito, declarando que esta teria a ver com a prática de repartir, o que se aproxima do conceito de igualdade que é uma das práticas da ES, esta trabalhadora já havia participado de outra cooperativa de catadores, a COTRAMARE.

Quatro dos entrevistados não souberam dizer o que é Economia Solidária e nenhum sabia o que era autogestão. Alguns me pediram explicações durante a entrevista sobre os conceitos, após uma breve explanação do que seria ES e autogestão todos afirmaram que a ARENSA pratica a Economia Solidária e dois afirmaram que esta pratica a autogestão (apenas dois entrevistados quiseram saber o que era autogestão).

Quando perguntamos aos trabalhadores o que significava para eles trabalhar em um EES (ou em uma associação/cooperativa de catadores), buscamos identificar os sentidos que estes atribuem ao trabalho em um empreendimento solidário. Os entrevistados responderam que era uma experiência prazerosa, pois no EES eles são como uma família; para uns significa ter união, trabalharem todos juntos; alguns enfatizaram a oportunidade de aprender muitas coisas, inclusive sobre reciclagem, podendo ensinar a população; para alguns trabalhar em um EES é ter respeito, responsabilidade e seguir em frente, no sentido de fazer as coisas acontecerem; outros vêem a experiência em um EES como uma luta por ideais. Para

entendermos melhor os sentidos que os trabalhadores atribuem ao trabalho em um EES, seguem algumas de suas declarações.

Bom, pra mim significa muita coisa porque assim... é uma coisa que você tá fazendo aquilo que você gosta, com pessoas igual a você, entendeu? Pessoas que luta pelos mesmos ideais. Pessoas que lutam pelo melhor, tanto pra a gente como pra uma toda comunidade, né? Todo um... a cidade principalmente (ENTREVISTADA 02).

Prazeroso. Porque assim, é tipo uma família e a gente tá conhecendo mais as coisas, conhece mais os bairros, o povo agora que tão aprendendo o que é reciclagem, o povo não sabia, o povo chamava de lixo. A gente tava a semana passada, pronto amanhã vai fazer oito dias que a gente tava em Queimadas. Aí tinha um menino assim, nove, dez anos, aí disse ‘a senhora trabalha no lixo é?’, aí eu disse ‘não, eu trabalho num depósito de reciclagem, lixo é resto de comida, papel higiênico, lixo é isso’, aí disse ‘apoi eu vou ficar juntando pra senhora, garrafa’. Foi mulher, eu achei tão interessante. ‘Na escola que vocês estuda num diz não?’, aí ‘Diz, mas eu num presto muita atenção, mas agora eu vou prestar, tá tia?’ (ENTREVISTADA 07).

Pelas declarações dos trabalhadores é possível constatar que, mesmo que a maioria não saiba o que significa Economia Solidária, os trabalhadores da ARENSA identificam os princípios e práticas da ES no cotidiano do empreendimento. A união, o respeito mútuo, a preocupação com a sociedade e com o meio ambiente, o aprendizado dentro do empreendimento, a igualdade, são algumas práticas que ocorrem dentro da associação que demonstram que nesta a Economia Solidária acontece e é percebida pelos trabalhadores(as).

Os trabalhadores denominam o EES de cooperativa, depósito de reciclagem, ARENSA, associação de catadores de materiais recicláveis, associação de trabalhadores, associação de catadores ou galpão. Os termos utilizados para denominar os demais trabalhadores do empreendimento são: sócios ou amigos de trabalho. A maneira como os trabalhadores denominam o EES e os trabalhadores que fazem parte do empreendimento revelam o grau de entendimento que estes têm do tipo de experiência da qual fazem parte.

É possível constatar que muitos compreendem que participam de um empreendimento coletivo, uma associação, percebendo os demais trabalhadores como sócios ou amigos de trabalho. Nenhum dos entrevistados utilizou termos comuns a experiências capitalistas como empresa, firma, corporação, colaboradores, empregados, para se referir à experiência que vivenciam, o que aponta que estes trabalhadores diferenciam o trabalho no EES do trabalho em uma empresa capitalista ou que ao menos estão familiarizados com os termos utilizados na ES.

Um fato que despertou nossa curiosidade durante a pesquisa foi o das assembleias mensais serem acompanhadas pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), o que chama

atenção, tendo em vista que o grupo está constituído há muitos anos seria de se esperar que o próprio grupo organizasse sua assembleia sem precisar do acompanhamento de instituições de apoio. Durante a pesquisa, observamos o caso de uma assembleia que foi adiada por 24h, para que a professora da UEPB que acompanha o grupo pudesse comparecer.

A professora que coordenou a assembleia, a qual presenciamos durante a pesquisa, frisou a importância dos sócio-trabalhadores dominarem o processo da assembleia, para que em breve eles consigam realizá-la sem a presença da professora ou de alguma das alunas que acompanham o grupo.

A relação da ARENSA com a UEPB chama atenção pois esta universidade, através de uma professora e um grupo de alunos(as), além de ter sido responsável pela organização dos trabalhadores(as) em associação e por conceber os processos produtivos e as inovações técnicas juntamente com os trabalhadores, acompanha regularmente e ativamente as ações do grupo. Observamos que a UEPB vem encaminhando as assembleias, acompanhando o grupo em reuniões com programas e projetos voltados aos catadores de materiais recicláveis, dando opinião sobre a entrada de novos sócios, mediando conflitos entre os trabalhadores(as), opinando sobre a divisão de tarefas, resolvendo questões relacionadas ao atraso do pagamento do aluguel do galpão com a prefeitura, entre outras ações que demonstram o grau de dependência da associação em relação a professora e aos alunos(as) da instituição.

Durante a realização da pesquisa, este foi o único EES onde a presidenta solicitou a explicação do projeto para alguém de fora do empreendimento, no caso, a professora da UEPB, dependendo dela a “autorização” para a continuidade da pesquisa. A autorização para análise do estatuto da associação também depende da mesma professora, que negou o acesso a tal documento por considerar este “a certidão de nascimento da associação”, não devendo “ser entregue a qualquer um”. Não estamos aqui reivindicando o acesso à documentação da associação, que poderia ser negado pelos próprios associados, como aconteceu em outros EES, mas apenas observando o grau de controle que um agente externo tem sobre este EES.

Através da definição do conceito de autonomia de Holzmann (2012), visto no capítulo um, poderíamos inferir que o grau de autonomia na ARENSA é comprometido pela tutela de agentes externos, entidades de apoio que acabam limitando a autonomia do grupo a sua regulação. Mesmo que o grupo seja unido, tenha uma história coletiva que os possibilitou criar uma identidade, consiga manter uma gestão democrática, tenha autonomia para desenvolver suas atividades e resolver pequenas questões internas, questões que fujam a rotina padrão precisam ser levadas ao agente externo antes dos membros da associação tomarem uma decisão sobre o assunto. A opinião da professora da UEPB, que faz questão de

estar a par de tudo que acontece na associação, mesmo não se apresentando como uma “ordem” acaba pesando sobre as decisões do grupo, que geralmente acata suas sugestões.

Talvez um dos motivos que leve os membros dessa associação a estabelecerem vínculos de dependência com a UEPB seja o próprio vínculo “afetivo” por esta universidade ter ajudado o grupo a se organizar, ou talvez seja a insegurança da presidenta e do grupo em tomar decisões sobre assuntos que eles considerem não ter muito domínio que os leve a solicitar a opinião da professora sobre assuntos internos da associação. De qualquer maneira, seria interessante que mesmo permanecendo como apoio, a universidade incentivasse os associados a desenvolverem maior autonomia sobre o empreendimento que é deles.

Além da forte relação com a UEPB, a ARENSA relaciona-se com o Centro de Ação Cultural, com o Projeto Ações Integradas, com a Rede CataPB, com o programa CATAFORTE e com a prefeitura de Campina Grande. O grupo também participa do Fórum Estadual de Economia Solidária e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Alguns membros do grupo participam ainda do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), militando por melhores condições de moradia, alguns dos trabalhadores relataram a importância dessa luta comentando conquistas alcançadas.

Como apontado pela bibliografia levantada o envolvimento com os movimentos sociais e com espaços de debate sobre a Economia Solidária e sobre o movimento dos catadores(as) contribui para fortalecer o grupo. Entre os entrevistados, aqueles que participam mais frequentemente destes espaços demonstram maior entendimento sobre a ES, sobre a atividade de catador(a), sobre o meio ambiente, sobre seus direitos e ainda maior consciência sobre justiça social e igualdade.

Dos seis trabalhadores(as) entrevistados todos declararam gostar da associação da qual fazem parte, cinco declararam que a convivência diária é boa e uma afirmou que “dá pra ir levando” (ENTREVISTADA 07). Cinco dos trabalhadores afirmaram que há conflitos de vez em quando, mas a maioria apressou-se em completar que conflitos acontecem em todo canto. As formas de resolução dos conflitos indicadas foram reunião, conversas, brincar um com o outro e esquecer o problema, resolver o problema da mesma forma como se resolve os conflitos em casa ou esperar passar. Como fica perceptível na fala de um dos trabalhadores, os conflitos são enxergados e resolvidos com naturalidade pelos trabalhadores:

Tem às vezes uns bate-boca... umas arringuiha, mas isso é... todo trabalho tem que ter isso mesmo [...] Começa a brincar e esquece. Começa a brincar, brincadeira pra lá, pra cá e esquece. É que nem marido e mulher, marido e mulher vez por outra num pega uma briguiha e depois, né? Depois se entende (ENTREVISTADO 05).

O bom relacionamento entre os trabalhadores também foi constatado através observação direta ao empreendimento. Algumas discussões rápidas ocorrem eventualmente durante a realização dos trabalhos, mas só foi presenciado um conflito maior, que ocorreu durante a realização da assembleia, pois os membros da associação discordaram sobre a possibilidade de entrada de mais dois catadores que eram parentes da presidenta da associação.

A presidenta justificou que a associação deveria ser aberta a entrada de novos sócios e que estes parentes dela, que estavam desempregados, ajudariam a fazer coleta em áreas que os demais associados se recusavam a ir. A maior parte do grupo reclamou que a renda da associação estava muito baixa para dividir por mais pessoas, defendendo que só entrasse na associação o catador(a) que já tivesse uma “coleta certa”, ou seja, que já tivesse pontos de coleta definidos que garantissem que sua entrada no EES iria aumentar o rendimento do empreendimento. Após muita polêmica a professora da UEPB disse que em sua opinião a associação já tinha gente demais, que o que precisavam fazer era reorganizar a divisão de atividades para conseguirem mais material, mas que a entrada de novos sócios só deveria acontecer quando o rendimento da associação aumentasse para que os trabalhadores não sofressem uma diminuição de sua remuneração mensal, que já estava muito baixa. Por fim o grupo decidiu pela não entrada de novos sócios enquanto o rendimento do EES não aumentasse.

Este caso ilustra que os conflitos internos da associação são resolvidos democraticamente – no sentido da contagem de votos – mesmo que a presidenta da associação tivesse uma opinião contrária aos demais, a maioria decidiu o que deveria ser feito. A situação presenciada ilustra também como a opinião da professora da UEPB influencia a opinião dos sócios e acaba sendo a palavra final na resolução de conflitos dentro da ARENSA. Mesmo visivelmente aborrecida, a presidenta da associação parou de rebater os argumentos dos demais sócios após o posicionamento da professora e a discussão enfim teve uma resolução.

Todos os entrevistados conhecem outros empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis, nenhum comentou conhecer EES de outro ramo de atividade. Dos entrevistados, dois demonstraram interesse em conhecer mais casos de Economia Solidária e três disseram não ter interesse em conhecer outras experiências. Todos os entrevistados percebem que estão surgindo novos casos de EES, no caso eles observam mais o surgimento de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Uma das entrevistadas declara que o surgimento de novos EES “tá mais fácil, cada dia que passa

tão abrindo cooperativa em algum canto aí, pegando os catador solto de rua pra abrir cooperativa, associação” (ENTREVISTADA 04).

A fala da entrevistada revela a importância das entidades de apoio para o surgimento de novas associações e cooperativas de Economia Solidária. De fato, todos os EES de catadores(as) de Campina Grande tiveram muita ajuda das entidades de apoio para sua organização inicial. Mesmo os empreendimentos que ainda estavam em processo de organização e formalização durante a realização da pesquisa, eram fruto do esforço de entidades públicas ou da sociedade civil que estavam realizando um processo de conscientização e mobilização dos catadores(as) de rua para que estes se organizassem.

Com relação às perspectivas para o futuro da ARENSA, todos os trabalhadores entrevistados declararam esperar que ela cresça e melhore. Alguns especificaram como se daria tal crescimento e melhoramento: através da aquisição de um novo galpão, aumento no volume de materiais recicláveis coletados, aumento no número de trabalhadores, oferecimento de cursos, etc. Muitos trabalhadores ressaltaram a importância do apoio da prefeitura e do governo estadual e federal para que este crescimento de fato ocorra.

Quando foi perguntado o que os trabalhadores esperavam com relação ao futuro dos demais EES de catadores(as), estes responderam que todos crescessem também, que dê tudo certo para todos, que também tenham melhorias, etc. Um dos trabalhadores declarou que em sua perspectiva no futuro todos os EES vão acabar se juntando em um só: “Acho que daqui a algum tempo vai juntar tudo numa só homi, já tem quatro [...] vai ficar só em quatro não. Começou agora” (ENTREVISTADO 06). A solidariedade com aqueles que desenvolvem a mesma atividade fica evidente na fala de uma das entrevistadas:

A mesma coisa. Todas as cooperativa, cada catadozinho nas ruas que ainda não tem uma associação, que não tem uma cooperativa pra se unir, pra que todos venham crescer junto com a gente, sabe? Que é um serviço muito dolorido (ENTREVISTADA 02).

Fica evidente que os trabalhadores da ARENSA acreditam na continuidade da experiência que desenvolvem, esperando que o EES do qual fazem parte cresça e melhore com a ajuda do poder público. Provavelmente por perceber as melhorias na qualidade de vida e de trabalho que tiveram após começarem a participar da associação, os trabalhadores da ARENSA desejam que outros catadores tenham a oportunidade de participar de uma associação ou cooperativa e que todas estas cresçam e melhorem.

Porém é importante realçar que, apesar da declaração da Entrevistada 02, vimos o quanto a possibilidade de entrada de novos sócios causou tumulto na assembleia presenciada. Podemos inferir que a maioria dos sócios não compactua da empatia da entrevistada para com

os demais catadores da cidade, ou que, apesar de desejarem que “dê tudo certo para todos”, os catadores(as) da ARENSA não estão dispostos a abrir espaço em sua associação se isso significar uma diminuição na renda mensal dos sócios.

Finalizando as análises preliminares do caso ARENSA queremos registrar que a observação direta e os depoimentos coletados revelam que nesta associação se pratica a Economia Solidária e a autogestão, os trabalhadores(as) que participam deste empreendimento percebem estas práticas, mesmo que não saibam definir o que é ES, autogestão ou um EES. Embora a autogestão deste grupo sofra limitações pela influência de agentes externos, é possível perceber que o grupo consegue realizar uma gestão participativa, descentralizada e democrática, sendo coletivamente responsável pela maior parte das responsabilidades e decisões do empreendimento, ou seja, consegue praticar a autogestão.

No entanto, a autogestão do grupo é influenciada por agentes externos no que concerne a decisões não rotineiras e atípicas, nestas a opinião dos agentes externos guia a decisão final do grupo. Além disso, a monitoração e interferência constante dos agentes externos, dos quais os associados dependem para a realização das assembleias mensais e para a participação de encontros e reuniões com outros grupos de parceiros e projetos, compromete a autonomia do grupo ARENSA. O que revela que na ARENSA se presencia uma situação de autonomia tutelada, neste caso trata-se da tutela externa exercida por entidades de apoio.

2.2.3. O caso da Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande (CATAMAIS)

A Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande (CATAMAIS) está organizada na forma de cooperativa, atuando no ramo de reciclagem. Comercializa resíduos recicláveis como papel, papelão, plástico e sucatas metálicas, estando situada na zona urbana de Campina Grande. A cooperativa contava com 16 sócio-trabalhadores no momento da primeira visita, realizada em fevereiro de 2015. Em julho de 2015 o número de sócio-trabalhadores diminuiu, na última visita de campo o grupo contava com dez sócio-trabalhadores, deles três são homens e sete são mulheres, não havendo trabalhadores contratados, todos os envolvidos com a cooperativa são sócios.

Figura 04: Antigo galpão da CATAMAIS



(Fonte: Acervo da pesquisadora)

A cooperativa surgiu de um “racha” interno na cooperativa COTRAMARE, que também será estudada nesta pesquisa. Por divergências de opinião e conflitos internos, alguns sócio-trabalhadores da COTRAMARE saíram da cooperativa e começaram um empreendimento novo, a CATAMAIS, que surge em 2008 com apoio do Centro de Ação Cultural (CENTRAC). Quando perguntado os motivos que levaram ao “racha” interno da COTRAMARE foi respondido:

Muita discussão, muita coisa errada... quer dizer o grupo não tinha soberania, o grupo era um grupo que fazia o que o apoio queria, então foi feita revolução e a gente, a CATAMAIS decidiu formar o próprio grupo, onde ele tivesse autonomia, onde ele pudesse opinar e fazer o que é necessário, o que é certo [...] em 2008 foi que teve esse feito, e a CATAMAIS nasceu em 2008 (ENTREVISTADO 08).

O principal motivo para a criação da CATAMAIS foi a busca por soberania e autonomia, conforme declaração do presidente da cooperativa. De acordo com o depoimento os trabalhadores(as) que saíram da COTRAMARE para formar a CATAMAIS acreditavam que a interferência de agentes externos – os apoios – prejudicavam a autonomia do grupo em suas decisões, o que revela que a concepção de autonomia destes trabalhadores(as) se assemelha ao conceito de autonomia utilizado por Holzmann (2012).

De acordo com o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) o que motivou o surgimento do empreendimento foi o desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos, alternativa ao desemprego e obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo. A CATAMAIS é a única cooperativa de materiais recicláveis de Campina Grande que está cadastrada no CADSOL, provavelmente ela foi uma das três cooperativas cujos sócios são catadores identificada pelo Mapeamento 2013. Há uma comunicação entre o banco de dados do CADSOL e os dados do mapeamento.

No início o empreendimento contava com 42 sócios, destes apenas três continuam na CATAMAIS. Os principais motivos que levaram os outros 39 sócio-trabalhadores a deixarem o empreendimento foram os baixos rendimentos auferidos e a oferta melhor de emprego. Os novos sócio-trabalhadores que entraram na cooperativa são familiares dos sócios, pessoas indicadas por trabalhadores/amigos e pessoal novo. Todos os trabalhadores trabalham a mesma quantidade de horas, oito horas por dia.

As instâncias de coordenação e direção da CATAMAIS são: diretoria (presidente) e conselho diretor; conselho fiscal; grupos de trabalho; assembleias ordinárias realizadas mensalmente e extraordinárias quando necessário. De acordo com o presidente da associação não existe distância entre os cargos porque todos têm que trabalhar juntos. As decisões tomadas nas assembleias são uso de EPIs, resolução de atritos, planejamento das atividades do empreendimento e eleições de quatro em quatro anos. Além das assembleias, são utilizadas redes sociais como canais de informação e comunicação entre os sócio-trabalhadores.

Outro canal de informação citado pelo Entrevistado 08 foi a CENTRAC, uma das principais entidades de apoio a CATAMAIS. Da mesma forma que no caso anterior (da ARENSA), provavelmente os trabalhadores enxergam nesta entidade de apoio um espaço de trocas de informação que faz da instituição um canal de informação na opinião dos entrevistados. Além da CENTRAC, a cooperativa se relaciona com o Programa CATAFORTE, está inserida na Rede CataPB, participa do Fórum Estadual de Economia Solidária e tem apoio da Incubadora da UEPB.

Como as entrevistas aos trabalhadores(as) da CATAMAIS foram realizadas em grupo durante tardes em que os trabalhadores estavam ociosos por não terem material para separar no galpão, foi possível coletar dados referentes a idade e escolaridade de todos os sócio-trabalhadores. Para melhor exposição dos dados seguem os quadros que serão comentados logo abaixo:

Quadro 17: Perfil dos trabalhadores(as) da CATAMAIS: Faixa etária

Faixa etária dos trabalhadores(as) da CATAMAIS		18 - 25	26 - 39	40 - 64	Acima de 65
Trabalhador(a) associado(a)	Homens	1	-	2	-
	Mulheres	1	2	4	-
Trabalhador(a) não sócio(a)	Homens	-	-	-	-
	Mulheres	-	-	-	-

(Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa)

Através do quadro 17 percebemos que a maior parte dos trabalhadores(as) da CATAMAIS tem entre 40 e 64 anos, idade em que as oportunidades de trabalho assalariado

diminuem, dois dos sócios têm entre 18 e 24 anos, período de inserção na vida laboral e apenas dois tem entre 26 e 39, considerada a faixa etária de plena atividade laboral. Este dado pode indicar que a atividade cooperativa de catador de materiais recicláveis nem sempre é a primeira opção daqueles que estão na faixa etária mais propícia a inserção no mercado de trabalho.

Quadro 18: Perfil dos trabalhadores(as) da CATAMAIS: Escolaridade

Escolaridade dos da CATAMAIS		Não Alf.	B.I.	B.C.	F.I.	F.C.	M.I.	M.C.	Ens. Téc.	Ens. Sup.	Pós Grad.
Trabalhadores associados(as)	H	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-
	M	3	-	-	3	-	-	1	-	-	-
Trabalhadores não sócios(as)	H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa)

Com relação à escolaridade, o quadro 18 revela que a maioria dos cooperados da CATAMAIS tem o ensino fundamental incompleto, muitos são analfabetos e apenas uma sócio-trabalhadora tem o ensino médio completo. A baixa escolaridade é comum entre aqueles que vivem da atividade de catação de material reciclável, principalmente nos casos em que a família já desenvolvia a atividade, levando as crianças a passarem boa parte da infância no lixão ou nas ruas, acompanhando os pais, o que dificulta a frequência ao ambiente escolar.

Esta realidade foi relatada por uma catadora da cidade de Queimadas que participa de um grupo que esta se organizando em EES, durante uma viagem para João Pessoa onde a catadora iria participar de uma reunião entre entidades de apoio e catadores. A catadora comentou que a maior parte da vida viveu em lixões, acompanhando os pais na atividade de catação de material reciclável, o que a impediu de avançar nos estudos. Este fato causava frustração e indignação na catadora, que defendia o direito das crianças estudarem para terem mais oportunidades na vida. A mesma catadora comentou com revolta o caso de uma família que vive no lixão de Queimadas com as crianças, estas, além de se machucar constantemente no lixo, não frequentam a escola nem são levadas ao médico, pois a família teme que o conselho tutelar tome a guarda das crianças.

Em uma reunião das entidades de apoio aos EES de catadores(as) de materiais recicláveis da Paraíba, realizada em 29 de setembro de 2015, discutiu-se rapidamente sobre os catadores(as) não organizados em EES que levam seus filhos para ajudá-los a catar material reciclável nos lixões que ainda existem ou nas ruas das cidades. Apesar de todos os presentes mostrarem-se contrários a esta prática, uma das participantes comentou que algumas

catadoras revelaram a ela que o motivo que as fazia levar os filhos para a coleta era a falta de segurança na área onde estas catadoras residiam. Geralmente, por viverem com uma renda baixa e instável, os catadores(as) de materiais recicláveis vivem em áreas periféricas, onde o índice de violência é alto. Por este motivo as mães consideram mais seguro levar os filhos consigo a deixá-los em casa sozinhos.

Acreditamos que o investimento em escolas públicas de período integral, em creches públicas e em programas assistenciais como o Bolsa Escola podem contribuir para facilitar a vida de mães e pais que são catadores(as) de materiais recicláveis, garantindo a segurança e educação de seus filhos enquanto estes desenvolvem suas atividades. Mas é necessário também a conscientização a não exploração do trabalho infantil, o que já acontece nos EES de catadores. Em nenhum dos casos estudados há presença de crianças no ambiente de trabalho. Mesmo vivendo em áreas periféricas e por vezes distantes dos galpões onde as cooperativas funcionam, os trabalhadores(as) encontram maneiras de manter seus filhos na escola e em segurança enquanto eles trabalham.

Como a entrevista aos trabalhadores(as) e o segundo bloco da entrevista com o dirigente do EES foram realizadas em presença de todos os sócios e ainda de duas representantes das entidades de apoio (estagiárias da UEPB que também participam do CENTRAC), as entrevistas acabaram tomando por vezes a forma de grupo focal, mesmo que esta não fosse a intenção metodológica. Por este motivo, sempre que necessário serão trazidos os debates gerados além da opinião do entrevistado, para que se compreenda melhor as respostas e as polêmicas ocasionadas pelas perguntas. Esta dinâmica explicaria também certa homogeneidade nas respostas fornecidas.

Os motivos apontados pelos trabalhadores entrevistados que os levaram a participar de um empreendimento solidário foram a separação da COTRAMARE, não ter patrão, não ser empregado nem ser explorado, trabalhar em uma área que já atuava, ter falido (uma das entrevistadas tinha um pequeno negócio com o marido, mas eles faliram) e o desemprego, sendo este último um dos motivos apontados por cinco dos seis entrevistados. Assim como no caso da ARENSA, apesar de alguns trabalhadores perceberem os benefícios do trabalho cooperado, muitos dos que estão no EES hoje buscaram neste uma saída ao desemprego.

Quando perguntamos como são divididas as responsabilidades dentro do empreendimento e se o(a) entrevistado(a) participava das decisões do empreendimento, a maioria respondeu que o grupo todo é responsável pelo empreendimento e todos declararam participar das decisões. Apenas duas das cooperadas citaram dois ou três nomes aos quais atribuíram a responsabilidade pelas vendas e pesagem dos materiais, sendo que uma

completou que, caso um dos citados não pudesse realizar a venda qualquer um dos cooperados poderia vender o material. Estas respostas levaram o presidente da cooperativa a intervir, ele esclareceu que o responsável pela venda nem é ele, nem a diretora, nem a outra sócia citada (que não tem cargo, mas tem a escolaridade mais avançada do grupo), sendo a responsabilidade de qualquer um dos sócio-trabalhadores porque eles são um grupo, mas o pessoal estava com o mau costume de esperar pelos três citados.

Todos os entrevistados declararam gostar do grupo do qual participam, cinco deles confirmou que a convivência é boa e uma declarou que tem seus “altos e baixos” (ENTREVISTADA, 12). Cinco dos entrevistados declararam que há conflitos no EES, mas todos comentaram que são poucos ou que só acontecem de vez em quando, uma das entrevistadas considera não haverem conflitos. Para resolver os conflitos que surgem os trabalhadores conversam individualmente, reúnem o grupo para discutir o assunto ou nas palavras de uma das entrevistadas “dá um tempinho assim... começa a falar e depois fica tudo de boa” (ENTREVISTADA 11).

Cinco dos seis entrevistados declararam saber o que é Economia Solidária, as respostas envolveram os princípios da ES, tais como cooperação, união e trabalho em grupo. Uma das respostas mais completas foi dada por uma diretora, que está na cooperativa desde sua formação e trabalhava na COTRAMARE anteriormente. Para ela “Economia Solidária é um jeito de produzir, consumir, vender ou trocar” (ENTREVISTADA 09). A única entrevistada que não sabia o que era ES só estava no empreendimento há um mês. Os cinco que afirmaram saber o que é Economia Solidária consideram que a CATAMAIS pratica a ES, a entrevistada que não sabia o que era Economia Solidária não respondeu essa pergunta.

Quando perguntamos aos trabalhadores o que significava para eles trabalhar em um EES, estes responderam que significava compartilhar renda, ter solidariedade, compreensão, autogestão e trabalhar em grupo. Duas das entrevistadas responderam que era bom e uma disse sentir-se bem por trabalhar em uma cooperativa. Uma das entrevistadas não soube responder essa pergunta. Percebe-se que alguns dos trabalhadores identificam os princípios e as práticas da ES no empreendimento do qual fazem parte, embora alguns se limitem a identificar a experiência como positiva ou negativa.

Os termos utilizados para denominar o EES são cooperativa de catadores e catadoras, CATAMAIS e cooperativa. Todos os entrevistados utilizam o termo cooperado para os trabalhadores. Como comentado, a forma como os trabalhadores denominam a experiência da qual fazem parte nos ajuda a conhecer a maneira como estes a concebem. No caso da

CATAMAIS todos os trabalhadores entendem que participam de uma cooperativa da qual são cooperados.

Três dos entrevistados afirmaram que na cooperativa se pratica a autogestão. Destes, uma das entrevistadas disse que já tinha participado de cursos sobre o assunto, mas que havia esquecido o que era autogestão, após uma breve explicação do conceito a entrevistada declarou que na cooperativa eles praticam a autogestão. Os outros três entrevistados não responderam essa questão.

Três das trabalhadoras entrevistadas disseram conhecer outros EES, uma delas citou a Vila do Artesão, esta foi a única entrevistada de todos os casos que não respondeu primeiramente sobre os demais EES de catadores da cidade ou do estado, mesmo que ela também os conheça. Três entrevistados não conheciam outros EES. Três não queriam conhecer outros casos de Economia Solidária e quatro gostariam de conhecer mais EES. Todos os entrevistados percebem ao surgimento de novos EES de catadores. Com relação às perspectivas para o futuro, todos esperam melhoras, que o galpão próprio da cooperativa seja doado pelo poder público, que o contrato dos EES pela prefeitura se concretize e “que chegue mais doação, que o povo olhe mais pra a gente e pra as outras” (ENTREVISTADA 14).

O grupo da CATAMAIS mostrou-se um grupo coeso, que entende o tipo de experiência da qual participam, colocando em prática, no dia-a-dia do EES, os princípios da ES. Em nossa avaliação o grupo consegue ser autogestionário, resolvendo questões do empreendimento de forma democrática e participativa, mesmo contando com o apoio em assessoramento técnico e acompanhamento regular de agentes externos, o grupo consegue manter o poder sobre as decisões do empreendimento entre seus membros internos. Portanto entendemos que a CATAMAIS consegue exercer a autonomia frente aos agentes externos.

O grupo também demonstrou não aceitar a tutela interna de um dos membros ao decidir em assembleia pelo afastamento do presidente da cooperativa. O mesmo, que havia sido entrevistado para a realização desta pesquisa, foi afastado da CATAMAIS em dezembro de 2015. Como o período de pesquisa de campo já havia terminado, soubemos dessa informação por conversas informais, não tendo detalhes sobre o que de fato aconteceu. Sabemos apenas que os motivos para a decisão do desligamento do presidente envolveram divergências internas causadas por o grupo não aceitar que interesses particulares do presidente viessem se sobrepor aos interesses coletivos, além de reclamações dos sócios relacionados ao presidente estar controlando informações e tomando a frente em negociações que deveriam envolver todos os membros da cooperativa. Fica evidente que, considerando o conceito de autonomia de Holzmann (2012), este grupo consegue ter autonomia.

2.2.4. O caso da Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais (CAVI)

A Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais (CAVI) está organizada sobre a forma de associação, atuando nas áreas de reciclagem e artesanato. As atividades desenvolvidas na associação envolvem coleta seletiva, comercialização de resíduos sólidos e reciclagem de vidro através de artesanatos comercializados na feira agroecológica da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e em feiras/eventos de exposição de artesanato. O grupo produz artefatos decorativos com vidro reciclado como fruteiras, petisqueiras, jarros, porta-chaves, cinzeiros, etc.

Figura 05: Galpão da CAVI



(Fonte: Acervo da pesquisadora)

Das entrevistadas, a mais antiga no grupo tem seis anos de participação no empreendimento. A mesma informou que quando começou a participar do grupo este já existia há muito tempo, mas havia sofrido um forte esvaziamento, muitos catadores(as) abandonaram o projeto e voltaram ao lixão. Falando um pouco sobre sua trajetória na CAVI e o início da associação a entrevistada declara:

Começou com o trabalho desses artesanatos, a gente ia colher os vidros lá no lixo pra trabalhar com eles aqui. Aí entre tudo era um bocado de gente, agora só que nesse tempo desses, dessas multidão de gente aí eu não tava não, era meu marido, aí ele saiu e a gente ficou, num tinha, num funcionava nada não, a gente ficou praticamente só pra segurar esse galpão. Porque a professora [da UFCG] ficava como apoio da gente, mandando a gente insistir, tomar do galpão e a gente ficou, antes de funcionar esse forno a gente ficava mantendo o galpão e as meninas [alunas da UFCG] vinham, faziam os moldes que era pra a gente fazer as peças quando ligasse esse forno, quando funcionasse (ENTREVISTADA 15).

Como nenhuma das entrevistadas conhecia a história completa do EES, recorremos a informações contidas em publicações de outras pesquisas realizadas nesta associação.

Apenas em 2013, com diversas formações o grupo se organizou formalmente como associação. Foi criada por moradores do bairro Mutirão em Campina Grande e contava com 10 mulheres com idade entre 23 e 65 anos (atualmente conta com 08 mulheres) catadoras de resíduos sólidos (basicamente vidros) que servem de matéria prima para os seus trabalhos. [...] Esta unidade de beneficiamento foi criada em 2004 com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) e foi implantada no bairro do mutirão, em Campina Grande. Em 2007, o grupo CAVI passou a ser assessorado pela incubadora de empreendimentos econômicos solidários da UFCG (SILVA e PAIVA, 2014a, p. 335).

Este projeto objetiva até o presente momento promover a inclusão social e a melhoria nas condições de trabalho dos catadores (as) através das metodologias e práticas de ação para a apropriação do princípio da Autogestão com os fins de emancipação e libertação dos atores sociais. Este grupo em alguns momentos foi dividido entre homens e mulheres, com idade variada, baixo índice de escolaridade (a grande maioria ainda é analfabeta), sobrevivem da catação dos resíduos sólidos e possuem residência fixa no bairro do mutirão (SILVA e PAIVA, 2014a, p. 336).

Cruzando as informações disponíveis, pode-se interpretar que a CAVI surge como um projeto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) para melhorar as condições de vida de catadores(as) que trabalhavam no lixão. Provavelmente, por não ser uma iniciativa dos próprios trabalhadores não havia uma identificação dos mesmos com a associação, o que pode ter contribuído com o desinteresse dos(as) trabalhadores(as) em permanecer no EES.

Das pessoas que iniciaram o empreendimento, nenhuma permanece no grupo. De acordo com a Entrevistada 15 o motivo que levou os antigos sócios a deixarem a associação foi o baixo rendimento, que levou-os a voltar ao lixão. Atualmente participam do grupo sete trabalhadoras, todas mulheres, seis sócias e uma aspirante a sócia. Duas das sócias tem entre 18 à 25 anos, três estão entre os 26 e os 39 anos e uma está entre os 40 e 64 anos. A aspirante a sócia tem entre 26 e 39 anos. Este foi o único EES pesquisado onde a maioria das trabalhadoras estão na faixa etária de mais fácil inserção no mercado formal de trabalho. Foram entrevistadas duas associadas e uma aspirante à sócia, todas têm o ensino fundamental incompleto, elas não souberam informar a escolaridade das demais.

Os novos sócios geralmente são conhecidos dos associados. Os motivos que levaram as entrevistadas a se associarem foi o desemprego, com o fechamento do lixão todas ficaram sem ter como exercer a atividade de catação. A presidente da associação comentou ainda que achava bonito o trabalho com vidro realizado na associação, o que fez com que ela fosse à associação algumas vezes com seu marido, que trabalhava na CAVI na época, com o tempo

ela acabou ficando na associação a pedido da professora da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG) que incentivou os trabalhadores a insistirem no empreendimento.

As instâncias de coordenação/direção do empreendimento incluem presidência, vice-presidência, tesouraria e secretaria. Durante a realização das entrevistas foi informado que a secretária saiu da cooperativa. A associação ainda não tem conselho fiscal e administrativo, falta interesse dos participantes em assumir responsabilidades relacionadas à gestão do EES. Como vimos na literatura relacionada da ES, a falta de interesse dos trabalhadores em assumir responsabilidades da gestão dos empreendimentos tanto no caso dos catadores como de outras áreas de atividade tem se mostrado comum (LEITE, 2012).

Uma das entrevistadas declara que no empreendimento não há divisão de responsabilidades, cada um faz o que quer e jogam a responsabilidade pra cima da presidenta. Outra comenta que qualquer um dos trabalhadores pode fazer a venda do material, mas que as outras responsabilidades como contas e pagamentos ficam a cargo da assessoria da IUEES, que realiza as atividades juntamente com os trabalhadores. As assembleias são realizadas com a participação da IUEES/UFCG. Outros canais de comunicação indicados são as conversas diárias e o telefone. Todas as entrevistadas desse EES declararam que há muitos conflitos internos na associação e que a maioria acaba não se resolvendo por completo.

Quando perguntamos se as trabalhadoras gostavam do grupo com o qual trabalhavam uma respondeu que sim e a outra respondeu “vou levando” (ENTREVISTADA 17). Com relação à convivência diária, uma afirmou que esta é boa e outra disse que depende do dia. Uma das trabalhadoras entrevistadas considera que há muitos conflitos, a outra considera que não há conflitos - percebe-se por outras falas da Entrevistada 16 que apesar dela perceber que há conflitos entre o grupo acerca da gestão do EES, a mesma não considera que existam conflitos pessoais com ela, o que a levou a responder não quando foi realizada a pergunta.

Um dos problemas que gera conflitos na CAVI é o horário de trabalho, cada membro do grupo é responsável por fazer seu próprio horário, não há uma quantidade mínima de horas a serem trabalhadas diariamente e as faltas não são compensadas, esta foi uma das mais fortes reclamações das entrevistas no dia da visita ao EES – e motivo de só termos entrevistado três pessoas. De acordo com as entrevistadas, a CAVI abre quase todos os dias, geralmente no período da tarde. As três trabalhadoras que estavam na associação no dia da entrevista disseram que devido à falta de um horário definido a maioria das associadas falta muito ou trabalha apenas algumas horas por dia, o que interfere no funcionamento, divisão de

atividades, produção e renda da associação. As implicações deste problema serão analisadas nos capítulos posteriores.

Das duas trabalhadoras entrevistadas, uma não soube informar o que é Economia Solidária e a outra associou a ES a ter solidariedade, o que não deixa de ser um dos seus princípios, mas foi logo declarando que “[...] aqui tem isso não, de ser solidário não. Cada um quer ferra o outro” (ENTREVISTADA 17). Isso implica que nenhuma das entrevistadas considera que no empreendimento se pratique a Economia Solidária, uma não respondeu a questão e a outra afirmou que não havia solidariedade no empreendimento. Nenhuma sabe o que é autogestão, mas pelos depoimentos, elas percebem que o grupo não assume responsabilidades sobre a gestão da associação repassando-as a presidente ou a entidade que apóia o EES. E por fim, nenhuma das trabalhadoras soube dizer o que significava pra ela trabalhar em um empreendimento solidário ou numa associação de catadores.

Todas as entrevistadas conhecem outros EES de catadores, elas se dividem sobre querer conhecer outros ou não querer conhecer mais casos de ES. Para uma das entrevistadas o surgimento de novos EES está mais difícil. Aqui cabe uma explicação, como as entrevistas foram realizadas em grupo – todas três sentadas na mesma mesa presenciando a realização da entrevista com as demais – o grupo interveio diante dessa resposta, dizendo que estão abrindo mais associações e cooperativas por causa da possibilidade de convênio com a prefeitura. As perspectivas para o futuro da CAVI e dos demais EES são que estes melhorem e que aconteçam coisas boas para a CAVI e para os demais EES, não tendo se especificado que melhoramentos seriam estes.

De acordo com Silva e Paiva (2014b, p. 353) a CAVI tem como parceiros: a incubadora de empreendimentos econômicos solidários da Universidade Federal de Campina Grande, a Universidade Federal de Campina Grande, a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Ministério do Trabalho e Emprego. A entrevistada 15 informa ainda que a CAVI relaciona-se com a Rede CataPB e com o Movimento Nacional dos catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), afirmando que o MNCR contribui para fazer a sociedade valorizar os(as) catadores(as) de materiais recicláveis, ajudando-os a se conhecerem e a captar o significado das coisas.

Ao contrário do caso da ARENSA, onde a presença constante de agentes externos que prestam apoio ao empreendimento parece configurar a tutela destes agentes sobre o grupo de trabalhadores, no caso da CAVI entendemos que a presença da Incubadora Universitária da UFCG torna-se necessária, tendo em vista que o grupo ainda não demonstra consciência sobre o tipo de experiência da qual estão participando, não desenvolveu laços de união entre os

membros, nem uma identificação com o empreendimento que os motivasse a se empenhar na gestão do mesmo. Entendemos que a relação entre a CAVI e a IUEES se assemelha a um processo de incubação prolongado pelas dificuldades geradas com a saída e entrada de muitos trabalhadores, o que dificultou o processo de apropriação de uma identidade coletiva do grupo.

Talvez o equívoco cometido pela incubadora seja insistir em uma experiência da qual os trabalhadores não vem se apropriando. Mas não cabe a nós julgar se insistir em um grupo tão desunido e desinteressado pela experiência da qual fazem parte faz sentido, depende do grupo decidir se quer permanecer ativo ou se preferem desistir do trabalho que vem desenvolvendo. Ressaltamos apenas que, como mostra a literatura sobre o tema, é importante que as experiências de Economia Solidária partam dos próprios trabalhadores para os próprios trabalhadores. Em nossa opinião isto ajudaria os trabalhadores a terem comprometimento com o empreendimento que estão formando, tendo-o como um projeto seu e não como um projeto dos outros, como o qual eles não se identificam.

A sensação que fica ao observar o caso da CAVI é que este nunca foi um projeto dos trabalhadores e sim um projeto externo, inicialmente do CNPq, posteriormente assumido pela IUEES, que continuam lutando para que os trabalhadores não desistam do empreendimento. As perguntas que surgem e que não encontraram respostas neste estudo são: porque é tão importante para as entidades de apoio manter esta experiência viva quando nem mesmo os trabalhadores querem lutar por ela? Será apenas a crença no poder transformador da ES que move estas instituições a dedicar-se por tantos anos a um grupo que tem tão pouco interesse no empreendimento? Será o envolvimento afetivo com os trabalhadores e com a experiência que surge como um filho através de um projeto? Estas são apenas questões provocadas pela observação deste caso, não se relacionando diretamente com os objetivos traçados, deixá-las em aberto não comprometerá a análise deste estudo.

Reconhecemos que às vezes a persistência das entidades de apoio é necessária até o grupo acreditar no potencial do empreendimento que estão construindo e se apropriar dele, muitas vezes o processo de incubação leva anos até os membros do EES estarem capacitados e sentirem-se seguros para desenvolver a autogestão sem ajuda de seus parceiros. Mesmo assim nos parece estranho o prolongamento do período de incubação – 11 anos, de 2004 até 2015.

Diante do exposto torna-se difícil falar de autogestão e autonomia no caso da CAVI. O grupo não demonstra capacidade em praticar a autogestão, por ser um grupo desunido que vivencia muitos conflitos graves constantemente não há uma atitude participativa por parte

dos membros do EES, seja na realização das atividades seja na gestão do empreendimento. Devido tanto a falta de interesse quanto a falta de organização interna do grupo, parte das responsabilidades do EES acaba ficando a cargo da IUEES, o que leva a associação a depender fortemente dessa instituição. Mesmo que não estejamos considerando que aqui se configure um caso de tutela externa é inegável o grau de dependência do EES com relação a incubadora.

Apesar de tomarem decisões em assembleias através do voto, que é um instrumento democrático, os conflitos internos são tantos que dificultam qualquer consenso, levando a entidade de apoio a intervir, trazendo sugestões como o novo modo de remuneração por hora trabalhada. Sem conseguir praticar a autogestão e dependendo de agentes externos para manter-se em funcionamento, a CAVI passa longe de qualquer tipo de autonomia. Mesmo não sofrendo tutela interna ou externa, neste EES o grupo não consegue ser autogestionário, por não ser organizado e depender de ajuda externa para resolver suas questões mais básicas.

2.2.5. O caso da Cooperativa dos trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE)

A Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE) está organizada sobre a forma de cooperativa, atuando no ramo de reciclagem, desenvolvendo atividades de coleta porta a porta, seleção, prensa e venda de materiais recicláveis. Este é o EES de catadores(as) de materiais recicláveis mais antigo da cidade de Campina Grande, dela surgiu a CATAMAIS, após cisão do grupo em 2008.

Figura 06: Galpão da COTRAMARE



(Fonte: Acervo da pesquisadora)

A história da COTRAMARE começa em 2000, quando um grupo de catadores e catadoras do antigo lixão de Campina Grande se organiza sobre a forma de associação para a fabricação de vassouras feitas de garrafas pet. Em 2001, para ter acesso ao aterro sanitário da cidade em busca de material, a associação vira cooperativa, atuando no lixão da cidade. Devido a um incêndio causado por vândalos o grupo perde o espaço físico da cooperativa e passa a buscar apoio para conseguir um novo local para seu funcionamento. Em 2008 a COTRAMARE começa a funcionar na zona urbana de Campina Grande, funcionando até hoje no Bairro do Quarenta.

Na verdade a COTRAMARE era é uma associação, e associação era de catadores, trabalhadores e catadores fazendo vassoura de garrafa pet. Então tinha apoio do Hotel Village, e a igreja, a Cáritas diocesana, era [nome de duas pessoas], e o Projeto Esperança que é de alfabetização de jovens e adultos. E aí surgiu a história do aterro sanitário, na época a gente era associação e só podia participar do aterro sanitário se fosse uma cooperativa. Que na época só existia a COTRAMARE, né? Que era associação. E aí a gente surgiu, formemo o coletivo de catadores e formemo a COTRAMARE, era no lixão. E aí no lixão os vândalos veio, tocou fogo no nosso espaço, nós ficamos sem espaço. Aí em 2008 a gente veio pra aqui pra cidade. O apoio [instituição parceira que presta assessoria à cooperativa] alugou esse espaço e agente começou... a gente mesmo foi na agência ambiental falar na importância da coleta seletiva, a importância, né? Que tava beneficiando os catadores, também o meio ambiente, e aí a população aceitaram a ideia e a gente surgiu com a coleta seletiva aqui dentro [da cidade]. (ENTREVISTADA 18)

Os principais motivos indicados para formação do grupo foram os apoios (instituições parceiras), a Cáritas, a UFCG, entre outros, que ajudaram a tirar o grupo do lixão para dentro da cidade. Além da relação com os apoios como a UFCG e a Cáritas, o grupo participa do Movimento Nacional dos catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), do Fórum Lixo e Cidadania, do Fórum de Economia Solidária e da Rede CataPB. De acordo com a Entrevistada 18, conselheira de vendas da cooperativa, os vínculos com estas entidades beneficiam a cooperativa através do aprendizado, tornando-se possível se espelhar em quem está mais organizado e reconhecer as próprias dificuldades. Além disso, a entrevistada explica que a relação com as entidades de apoio é fundamental para que o EES avance em suas conquistas legais com o poder público, como podemos observar na fala abaixo.

A gente junto com os apoio, né? Eles dá a ideia e a gente segue em frente [...] se a gente não tiver um apoio a gente não chega a lugar nenhum [...] uma audiência com o prefeito ele não vai imediatamente atender o catador, tem que ter uma pessoa ali na frente intermediando (ENTREVISTADA 18).

A declaração da entrevistada reafirma o que já vem se constatando na análise deste caso, os avanços legais que beneficiam os catadores(as) de materiais recicláveis é fruto do esforço coletivo dos trabalhadores em parceria com as entidades de apoio ligadas aos

movimentos sociais. A pressão das demandas sociais leva os gestores públicos a dialogarem com a população e desenvolver políticas públicas que favoreçam este grupo minoritário. Sem o apoio destes atores sociais externos ao EES dificilmente seria possível a sensibilização do poder público para a causa dos catadores.

O grupo COTRAMARE era formado por vinte e dois sócios, destes apenas quatro continuam no empreendimento, alguns estão afastados por motivos pessoais/familiares ou por estarem trabalhando em empregos formais. De acordo com a Entrevistada 18 estes que estão afastados tendem a voltar à cooperativa quando perdem seus empregos ou quando resolvem os problemas pessoais por quais estão passando. Na primeira visita realizada a cooperativa o grupo contava com dez sócios e seis aspirantes a sócio. Dos sócios, quatro eram homens e seis eram mulheres, entre os aspirantes a sócio haviam três homens e três mulheres. Na segunda visita, realizada uma semana depois, dois membros do grupo haviam se afastado. As entradas e saídas dos trabalhadores nos EES estudados é comum, os motivos apontados no caso da COTRAMARE, assim como nos demais casos estudados, são familiares, o baixo rendimento do empreendimento ou a oportunidade de um emprego formal, com carteira assinada.

Os novos sócios da cooperativa costumam serem pessoas novas, que aparecem procurando trabalho. Os principais motivos apontados pelos seis trabalhadores entrevistados que os levaram a participar do EES foram: o desemprego; acompanhar o surgimento da cooperativa em meio ao lixão; a vontade de trabalhar com uma atividade que já conhecia; reconhecer que trabalhar em uma cooperativa é melhor que trabalhar no lixão, tanto pelo conforto e uso dos EPI's quanto por trabalhar reunido ser melhor que trabalhar sozinho; a vontade de trabalhar sem patrão; vontade de ajudar o meio ambiente e a natureza e ainda de ajudar o próximo.

[...] E pra trabalhar nas cooperativa é porque é um trabalho digno, é um trabalho que eu gosto de fazer, a gente trabalha com os EPI's, tem mais... é mais protegido. E a gente trabalhando no lixão a gente trabalha do jeito que... que tem que ser mesmo. E trabalhando em casa de família [a trabalhadora informou que já havia trabalhado como doméstica] a gente tá sendo mandada por patrão e aqui os patrão são a gente mesmo (ENTREVISTADA 23).

Todos os sócios trabalham a mesma quantidade de horas, das 7h às 17h, de segunda a sexta, como intervalo para o almoço. A maioria dos(as) trabalhadores(as) trás o almoço para o ambiente de trabalho, evitando gastos com deslocamento para almoçar em casa.

As instâncias de coordenação/direção do empreendimento são Presidência, Direção, Conselho de Vendas, Conselho Fiscal e Conselho Administrativo. Atualmente as assembleias estão sendo realizadas apenas quando surgem demandas, não sendo realizadas

periodicamente, a conselheira de vendas admite que está em falha com a realização das assembleias, reconhecendo a importância de realizá-las mensalmente. Além das assembleias e das conversas no ambiente de trabalho, outro canal de comunicação apontado foi o celular.

Cabe aqui uma explicação, este foi o único EES pesquisado em que não aplicamos o roteiro destinado aos dirigentes do empreendimento ao presidente da associação, mas sim à conselheira de vendas. O motivo é que esta sócia, estando no empreendimento desde seu surgimento e já tendo sido presidenta da cooperativa, é identificada por todos os trabalhadores(as) da COTRAMARE como “a diretora”. Além disso, todos os entrevistados de outros EES com os quais conversamos que em algum momento se referiram a esta cooperativa usaram expressões como “a COTRAMARE de [nome da conselheira de vendas]. Geralmente quando se referiam a outro EES de catadores, os entrevistados associavam estes aos presidentes dos empreendimentos, a COTRAMARE é o único caso em que todos associam a cooperativa a uma ex-presidenta ao invés do presidente atual. A influência desta conselheira de vendas no EES será exemplificado ao longo deste tópico e justifica nossa escolha em entrevistá-la como dirigente.

Como nem todos os trabalhadores estavam na cooperativa no dia das visitas a mesma, não foi possível identificar a idade e escolaridade de todos os entrevistados. Dos nove trabalhadores(as) sobre os quais conseguimos informações, um aspirante a sócio tinha entre 18 e 25 anos, duas sócias tinham entre 26 e 39 anos e os outros seis tinham entre 40 e 64 anos. O que aponta a predominância de trabalhadores em uma faixa etária em que são poucas as oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho.

Dos sete trabalhadores que informaram sua escolaridade, duas se declararam analfabetas, três tem o ensino fundamental incompleto, uma tem o ensino fundamental completo e uma tem o ensino médio incompleto. Devido à baixa escolaridade da maior parte dos trabalhadores, a aspirante a sócia que tem maior escolaridade tornou-se responsável por várias atividades na gestão do empreendimento desde sua entrada, há um ano e dois meses, desenvolvendo atividades de contabilidade, organização de documentos e acompanhando a conselheira de vendas na negociação do material reciclável coletado.

Quando perguntamos aos seis trabalhadores entrevistados como eram distribuídas as responsabilidades dentro do EES, estes apontaram a “diretora” (conselheira de vendas) e a trabalhadora com maior escolaridade como responsáveis pelas vendas e pela contabilidade do EES, embora uma das entrevistadas tenha declarado que quando a venda do material é realizada no próprio galpão qualquer um dos trabalhadores pode realizar a transação. Uma das entrevistadas declarou que a pesagem e a venda do material costumam ser realizadas pela

“diretora” ou pelo presidente da associação. Outro entrevistado declarou que a pesagem do material é responsabilidade de todos. Qualquer um dos trabalhadores pode pagar contas ou pegar documentos caso necessário. A “diretora” também foi identificada como a responsável pelo pagamento dos trabalhadores e repasse de informações e explicações. De acordo com a declaração de um dos entrevistados a “diretora” seria responsável pela administração do EES, como podemos verificar em seu depoimento: “É ela, a diretora, ela que é a encarregada aqui de venda, procura o melhor preço com os atravessador, né? Ela que resolve essas coisas, é a encarregada aqui” (ENTREVISTADO 21).

Mesmo que a conselheira de vendas tenha comentado que as assembleias estão sendo realizadas eventualmente, quatro dos trabalhadores entrevistados declararam participar das decisões do empreendimento. Inclusive um dos trabalhadores declarou que, quando a sugestão de um dos membros do grupo não é construtiva ele não a apóia, em suas palavras “[...] todos nós aqui participamos, quando é uma decisão que... um toma uma decisão que não é muito construtiva, aí num assino embaixo” (ENTREVISTADO 21).

Provavelmente como nas reuniões informais os trabalhadores têm espaço para opinar e votar nas decisões do empreendimento, estas acabam sendo suficientes para que o grupo perceba sua participação na gestão do EES. Apenas uma das entrevistadas declarou não participar das decisões, mas esta voltou a participar da cooperativa há apenas um mês – a entrevistada havia saído da COTRAMARE durante do racha interno de 2008, seguindo com o grupo CATAMAIS, por divergências pessoais com o grupo CATAMAIS acabou voltando a COTRAMARE – mesmo assim ela declarou que pode opinar e votar nas reuniões.

Todos os entrevistados declararam gostar do grupo do qual fazem parte, todos informaram que a convivência é boa, todos confirmaram que há conflitos, alguns acrescentaram que desavenças acontecem em todo lugar e outros declararam que altos e baixos são normais. As formas de resolução dos conflitos indicadas foram conversa, resolver o problema como se resolve em casa e dar continuidade ao trabalho, reunião e pedido de desculpa.

Cinco dos seis entrevistados declararam saber o que é Economia Solidária, as respostas se referiram ao trabalho em grupo, solidariedade, divisão dos ganhos obtidos, não ter um pensamento egoísta, mas pensar no coletivo, conscientização ambiental, etc. De acordo com a Entrevistada 20 “Economia Solidária é o que você faz e divide pra todo mundo, num pensa só em si, né? Pensa na comunidade toda”. Apenas a trabalhadora que não sabia o que era ES não respondeu se o EES praticava a Economia Solidária, todos os outros consideram que a cooperativa pratica a ES. Com relação à autogestão, quatro dos entrevistados não sabia

ou não lembrava o que é autogestão, quando explicamos o conceito, todos afirmaram que na COTRAMARE eles praticam a autogestão.

Para os entrevistados trabalhar em um EES significa desenvolver um trabalho honesto e verdadeiro, um dos entrevistados declarou que para ele significava tudo, pois era de onde ele tirava sua sobrevivência, algumas entrevistadas evidenciaram a importância do trabalho que desenvolvem para limpar o planeta e ajudar o meio ambiente e uma declarou que para ela é um trabalho como outro qualquer, só que de grande importância por ser voltado para questões ambientais, nas palavras da entrevistada:

É um trabalho como outro qualquer, a única diferença é que a gente trabalha com a educação ambiental, né? A gente faz essa parte da educação ambiental e o trabalho da gente é... de certa forma não é como os outros porque as outras empresas elas sujam e nós limpamos, é diferente, né? Então a gente trabalha ganhando dinheiro, mas também beneficiando toda a população, limpando o meio ambiente e educando um monte de pessoa, se a gente conseguisse educar tudo era bom, mas não consegue, né? Mas não é... o trabalho da gente não é um trabalho como os outros, é um trabalho que ainda muitas pessoas não têm a mente aberta pra entender, tem muita gente ainda que vê a gente como uma classe inferior, o que não é. Muita gente não consegue compreender que o trabalho da gente é de suma importância, não pra a gente pelo dinheiro que a gente ganha, não só por isso, mas é um trabalho de suma importância pra toda a população, né? A gente faz o trabalho que toda a população deveria fazer, que é a fiscalização do meio ambiente [...] a gente faz a parte que não é só trabalho, a gente trabalha e cuida do meio ambiente (ENTREVISTADA 19).

Percebe-se que na COTRAMARE alguns trabalhadores entendem o que é a Economia Solidária, relacionando-a principalmente a alguns de seus princípios. Como a responsabilidade ambiental é uma das práticas mais visíveis de EES de catadores(as) de materiais recicláveis é normal que muitos dos trabalhadores associem a Economia Solidária a preocupações ambientais.

Os termos utilizados pelos entrevistados para designar os trabalhadores são cooperados, colegas de trabalho ou recicladores. Os termos frequentemente usados para o EES são cooperativa, coleta seletiva, COTRAMARE, cooperativa de materiais de reciclagem, cooperativa de materiais recicláveis e o que mais chamou nossa atenção, o Entrevistado 21 disse usar o termo “meu ganha pão” e a Entrevistada 24 utilizou os termos “meu trabalho” e “meu pão de cada dia”. Estes últimos termos chamaram nossa atenção porque evidenciam a importância dada pelos trabalhadores ao empreendimento como fonte de sustentação e sobrevivência.

Todos os entrevistados declararam conhecer outros casos de EES, a maioria de catadores(as), uma das entrevistadas destacou que conheceu empreendimentos econômicos solidários de agricultores através de um trabalho que desenvolveu junto a CENTRAC quando

trabalhava na CATAMAIS. Quatro dos entrevistados declararam querer conhecer novos EES, um não respondeu esta questão e um informou que não tem curiosidade de conhecer mais EES. Todos os entrevistados percebem o surgimento de novas experiências de Economia Solidária e crêem que a tendência é surgirem mais. Uma das entrevistadas informou perceber o crescimento no número de casos de EES através de reportagens da televisão, relatando reportagens sobre cooperativas que fazem sabão e outras de artesanato. Para a Entrevistada 19 devagar o movimento da ES está andando:

[...] Então desde o tempo em que elas começaram mudou muita coisa. Anda, é devagar, é um pé e outro não... são passos difíceis, mesmo porque é uma conquista por vez, é uma coisa de cada vez. Então a gente faz... a gente consegue uma coisa, depois daqui a algum tempo uma outra, não é tudo de uma vez e mesmo porque nem tudo é de mão beijada, né? Mas tem crescido sim, é devagar, é devagar como tudo, né? E principalmente no Brasil, tudo é bem devagar... mas tem, tem melhorado, o movimento tem crescido sim. São novas associações que abre, novas cooperativas, e aí... tem dado prosseguimento desde que começou [...]

As declarações dos trabalhadores indicam que estes percebem a Economia Solidária como um movimento em ascensão que vem se espalhando tanto em âmbito local como nacional. A fala da Entrevistada 19 demonstra que esta percebe que embora o movimento da ES e o movimento de catadores estejam fazendo avanços, há dificuldades que limitam a velocidade da expansão destes movimentos.

Quando perguntamos sobre as perspectivas para o futuro do EES e das demais experiências de Economia Solidária, os trabalhadores responderam que esperam que os EES cresçam, principalmente através do reconhecimento do poder público e da chegada de equipamentos, que consigam alcançar seus objetivos, que apareçam mais cooperativas, que os EES se organizem, etc. Uma das trabalhadoras disse esperar que o EES torne-se um grande empreendimento, reconhecido como uma grande empresa. Seguem algumas declarações:

[...] eu espero que futuramente a cooperativa seja um grande empreendimento como outras empresas que tem aí, que são bem situadas e que... futuramente é crescer mesmo. Eu espero sinceramente que as cooperativas elas sejam reconhecidas como... como trabalho, a gente não é. Então a gente tem o nome catador, mas a gente ia adquirir isso como profissão, a gente deixaria de ser [passaria a ser] catadores profissionais, reconhecidos pelo poder público, né? Que é quem faz essa parte. Então eu espero que futuramente seja assim. Sejamos trabalhadores e funcionários como todo mundo é (ENTREVISTADA 19).

São boas, visse? São boas pelo que tão propondo aí a nós. Tão propondo... a prefeitura propôs aí uma... como é que se diz? Mandou contrato pra nós lê bem direitinho. Pra decidir, sabe? Como que é mesmo direitinho. Aí se Deus quiser vai melhorar cem por cento. Diz que ele vai dar um salário por fora do que nós tira, entendeu? A prefeitura. Isso quer dizer também que a gente tá

tendo reconhecimento, tá ligado? Do trabalho da gente, né isso? (ENTREVISTADO 21).

Com a concretização da Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS-CG) muitos trabalhadores(as) têm alimentado esperanças em um futuro melhor para os EES de catadores(as) de materiais recicláveis, visualizando a contratação de seu serviço pela prefeitura, o recebimento de equipamentos e EPI's, entre outros benefícios previstos no plano que ajudariam estes trabalhadores a conquistarem melhores condições de trabalho e de vida. Espera-se que em breve as diretrizes do plano sejam postas em prática.

A observação do caso COTRAMARE nos leva a crer que embora nesta cooperativa se pratique a Economia Solidária e mesmo a autogestão – no sentido em que estão presentes vários dos princípios e práticas da ES no cotidiano do empreendimento e os próprios trabalhadores parecem ser os responsáveis pela gestão do EES – esta autogestão é comprometida no momento em que as práticas democráticas são marginalizadas e há certa concentração de responsabilidades e consequentemente de poder nas mãos de poucos membros da cooperativa. O comprometimento da autogestão repercute também sobre o nível de empenho do EES em seguir os princípios da ES, dos quais a autogestão é um dos mais importantes.

Pra sermos mais claros, de acordo com as declarações, há muito poder concentrado nas mãos de um único membro do EES, a “diretora”. Mesmo que os trabalhadores não se dêem conta disso e considerem praticar a autogestão, suas próprias declarações revelam a concentração de responsabilidades e de informações nas mãos da “diretora”. O nível de poder de decisão desta sócia dentro do empreendimento ficará ainda mais claro quando formos analisar a divisão de atividades laborais dentro do EES. Por estes motivos consideramos que na COTRAMARE se configura um caso de tutela interna (HOLZMANN, 2012), onde um membro ou um pequeno grupo de sócios detém o controle do EES, inviabilizando práticas democráticas e participativas, o que compromete a autogestão e elimina a autonomia do grupo.

3. A Economia Solidária imersa na dinâmica capitalista: realidades e desafios

O crescimento da Economia Solidária (ES) tem levado vários pesquisadores a estudar o tema. Enquanto muitos defendem esta proposta como uma alternativa ao capitalismo, capaz de promover a emancipação do trabalhador, apresentando-a até mesmo como meio de superação do capital; outros apontam as armadilhas ocultas no discurso da Economia Solidária, demonstrando que esta proposta, além de não promover a transformação social a qual se propõe, representa sérios riscos de uma exploração ainda maior do trabalhador, identificando a ES como um projeto social elaborado por e para o capital.

Em meio a esta discussão posiciona-se este capítulo, pretendendo, em primeiro lugar, problematizar a inserção da Economia Solidária na dinâmica capitalista através de um breve debate teórico, expondo o ponto de vista de seus defensores e de seus críticos. Através da confrontação teórica levanta-se pretende-se observar os limites e as possibilidades da ES. Sem o intento de esgotar o debate sobre tema tão complexo, este capítulo pretende apenas trazer a discussão pontos de vista e perspectivas que muitas vezes são esquecidos, ignorados e até mesmo interpretados erroneamente pelos estudiosos e militantes da ES. Neste momento serão expostas ainda opiniões de representantes da ES e gestores públicos entrevistados sobre o assunto.

Em seguida será observada a maneira como os quatro empreendimentos econômicos solidários (EES) pesquisados desenvolvem suas articulações produtivas, comerciais e financeiras. Entendendo as relações que se estabelecem entre os EES observados e a dinâmica capitalista poderemos comparar os resultados obtidos com o debate teórico levantado, nos tornando capazes de analisar as realidades e desafios com os quais se confrontam os EES de catadores imersos no capitalismo.

Mesmo apresentando-se como uma alternativa à crise do desemprego e uma proposta de transformação da vida dentro e fora do trabalho, a Economia Solidária tem sofrido críticas, até mesmo por parte de alguns de seus defensores, que alertam sobre o risco desta proposta ser utilizada por empresas capitalistas como artifício para uma maior exploração dos trabalhadores.

Como vimos, Antunes (2011) considera que apesar de em sua origem as cooperativas terem nascido como instrumento de luta operária, hoje os capitais vêm criando falsas cooperativas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho. Através de seus estudos, Lima (2002) observou diferentes casos onde cooperativas foram criadas ou contratadas para prestar serviço terceirizado a empresas capitalistas, que acabavam utilizando

as cooperativas como forma de reduzir custos, se desresponsabilizando dos direitos sociais legais a que os trabalhadores teriam direito se fossem contratados formalmente pela empresa.

A questão da precarização do trabalho via terceirização de cooperativas de trabalho é assunto recorrente nos estudos da Economia Solidária. Lima (*apud* SILVA, 2007) distingue as cooperativas verdadeiras, aquelas que seguem os princípios do cooperativismo buscando atuar na perspectiva da ES, das cooperativas pragmáticas, constituídas com o objetivo de gerar emprego e renda para seus associados não observando os princípios do cooperativismo, estas poderiam ser consideradas cooperativas de fachada ou falsas cooperativas, utilizando a figura jurídica de cooperativa para viabilizar a terceirização e a redução de custos.

Denúncias de trabalho assalariado disfarçado levaram o Ministério do Trabalho (MTE) a buscar regulamentar e fiscalizar mais rigorosamente os EES e as cooperativas, evitando fraudes que ferissem os direitos dos trabalhadores (LIMA, 2002 e SILVA, 2007). A diferenciação das cooperativas pragmáticas das experiências de ES é fruto do diálogo da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) com o MTE, que, como visto, foi um passo importante para o avanço da Economia Solidária quanto política pública.

Uma outra questão polêmica diz respeito a possibilidade da ES sobreviver em um ambiente capitalista sem compactuar da lógica deste, ou seja, sem sofrer degeneração. A tese da degeneração foi defendida pelo casal Webb (*apud* LEITE, 2009) referindo-se ao risco dos empreendimentos solidários degenerassem, abandonando os princípios básicos da ES, para sobreviver a longo prazo em um meio capitalista (SINGER, 2002).

Para os defensores da ES a natureza dos EES está no fato de que eles propiciam, em alguns casos, a existência de relações sociais antagônicas ao capitalismo e, em muitos casos, preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas (GAIGER, 2004). Já os críticos apontam a maneira como, estando imersos no sistema capitalista, os EES não apenas não conseguem manter-se independentes deste como ainda acabam servindo aos interesses do capital.

Como vimos, para muitos a proposta teórica de Economia Solidária fundamenta-se fortemente no pensamento marxista, defendendo que o capitalismo é o modo de produção hegemônico, mas não é o único (LIMA, 2007). Assim, embora esta proposta não pretenda a transformação, mas um tipo de convivência com a produção capitalista, esta ainda assim se apresenta como germe de uma nova sociedade – baseada em todos os princípios já comentados que vão contra a lógica do capitalismo – podendo ser percebida como importante experiência de resistência onde os próprios trabalhadores se mobilizam para modificar sua realidade.

Sobre a questão, corroboramos a interpretação de Vêras de Oliveira (2015b, p. 8-9.

Grifo do autor):

A Economia Solidária, na sua diversidade de formas e denominações, é um fenômeno mundial. Surgiu sob o capitalismo e se encontra nele intrincado. Mas caracteriza-se por uma dinâmica sócio-produtiva que a diferencia, e a põe sob certo grau de contraste e tensão, com o mercado capitalista. Por outro lado, surgiu muito mais como estratégia de enfrentamento de processos de exclusão do mercado de trabalho (com a crise de emprego que se abateu sobre todo o mundo) do que como reação crítica ao modo capitalista de produção. Considere-se, ainda, que tais experiências vêm se constituindo a partir de condições extremamente adversas, situando-se nas franjas do sistema produtivo, reunindo pouco peso econômico, embora sinalizem para uma relevante importância social e econômica.

Mesmo estando intrincada no capitalismo, a proposta da ES a diferencia do modelo vigente, o que gera tensões entre as duas dinâmicas que coexistem simultaneamente. No entanto, apesar de apresentar-se como alternativa ao capitalismo a ES surge mais como estratégia de enfrentamento a crise do trabalho do que como crítica ao capitalismo. Não se trata de uma proposta política ideológica como a de Marx e Engels (2010), mas de uma alternativa desenvolvida pelos próprios trabalhadores que responde aos problemas gerados pela própria dinâmica do capitalismo.

Na opinião de Singer (2002), ao mesmo tempo em que surge como resposta às crises do capital, a ES se opõe à separação entre trabalho e posse dos meios de produção: que consiste na base do capitalismo. Nos empreendimentos solidários, os próprios sócios os financiam, desenvolvendo o papel de proprietários e trabalhadores. Assim, a ES se coloca como uma possibilidade de reconciliação do trabalhador com seus meios de produção, ao mesmo tempo em que, de acordo com Gaiger (2003), propicia uma experiência profissional de outro tipo que possibilita um enriquecimento do trabalho, do ponto de vista humano.

Para Wellen (2012, p. 145) “a união entre o mercado capitalista e a gestão coletiva dos meios privados de produção poderia ser traduzida na hipotética proposta de unir capitalismo e socialismo”. Adotando uma postura crítica, Wellen afasta a possibilidade da existência de uma dualidade que permitisse as experiências solidárias coexistirem com o sistema capitalista abraçando uma lógica diferente da lógica do Capital.

Vimos também que os defensores da ES acreditam que além de reconciliar o trabalhador com os meios de produção, a ES é capaz de fornecer aos trabalhadores autonomia. Em nosso entendimento a autonomia dos trabalhadores através do trabalho associado e autogestionário seria o principal objetivo da Economia Solidária. No entanto, para alguns a proposta de autonomia da ES é utópica e impraticável, tendo em vista que a experiência

solidária está inserida em um contexto social, não estando isoladas da realidade fora dos muros do empreendimento (WELLEN, 2012).

[...] a apreensão das determinações da ‘economia solidária’ limita-se ao espaço interno dessa organização, apontando para uma falsa autonomia que comporta duas qualidades: uma que fantasia a independência da organização perante o modo de produção que a subordina, e outra que imagina que os seus integrantes estariam pairando sobre a realidade e, por isso, não teriam convívio social para além dos muros dessa experiência (WELLEN, 2012, p. 91).

Em sua pesquisa, Lima (2002) chega à conclusão de que o trabalho associado como possibilidade de mercado e sua interação funcional com empresas e cadeias produtivas é um caminho difícil e distante de qualquer autonomia. Lembrando que esta pesquisa de Lima foi realizada em cooperativas, mas que essas não obrigatoriamente eram adequadas à Economia Solidária.

Diante dos dados empíricos disponíveis na bibliografia, somos levados a acreditar que, até o momento, a autonomia tem sido mais um princípio idealizado que uma prática no cotidiano dos EES. Esta realidade também se confirma nos casos aqui estudados, a observação da organização e funcionamento dos EES de catadores de materiais recicláveis, vista no capítulo anterior, revela que dos quatro EES apenas a CATAMAIS parece desenvolver maior grau de autonomia. Na ARENSA a tutela de agentes externos compromete em parte a autonomia do grupo. Na CAVI a falta de coesão e organização do grupo impossibilita a autogestão, o que inviabiliza a autonomia do grupo que acaba precisando de ajuda externa para resolver as questões internas do empreendimento. E por fim, na COTRAMARE parece ocorrer a tutela interna por parte de um de seus membros, o que também repercute sobre a autonomia do grupo.

Contra atacando os que afirmam que a Economia Solidária é uma proposta idealizada por intelectuais não sendo aplicável do modo como se imagina na prática, Singer defende que a ES não é uma criação intelectual e sim uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Para ele “a construção da economia solidária tem sido, em muitos países ao longo de muitas gerações, uma das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais” (SINGER, 2000, p.15). Assim como Singer, outros autores têm destacado a importância do diálogo entre a Economia Solidária, o sindicalismo e os movimentos sociais, apontando que através da participação política o movimento da Economia Solidária se faz instrumento de luta contra o capital.

Na opinião de Wellen (2012) a ES não apenas é incapaz de eliminar o capital como ainda acaba servindo aos interesses deste. O autor sustenta que organizações voltadas aos interesses do capital utilizam o discurso da ES para justificar maior exploração do trabalho, burlar leis e atingir seus objetivos capitalistas. Wellen (2012) comenta o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que teve e tem a função cristalina de mistificar as práticas econômicas, políticas e ideológicas da classe agrária dominante no Brasil sobre um invólucro de ética e solidariedade para esconder suas ligações políticas e seus reais interesses capitalistas. As práticas da OCB também foram questionadas por Lima (2002).

Outro exemplo trazido por Wellen de maneiras usadas pelo capital para fazer com que a ES sirva a seus interesses é o uso do discurso do empreendedorismo utilizado contra os direitos sociais. O autor aponta como o projeto da Economia Solidária unido ao projeto do terceiro setor exige a transferência de atividades públicas para organizações privadas (ONGs ou cooperativas), dando início a um processo de reestruturação que resultou na perda de direitos sociais e precarização de políticas e serviços públicos, “destruindo conquistas da classe trabalhadora e impondo retrocessos materiais e ideológicos” (WELLEN, 2012, p. 175).

Ao transferir as atividades públicas para organizações privadas como ONGs ou cooperativas, o Estado deixa de garantir a população serviços essenciais públicos. Estes serviços passam a ser oferecidos pelo Terceiro Setor que não consegue atender toda a população, o que leva muitas pessoas a terem que pagar por tais serviços. A exclusão de parte da população a estes serviços, que são fruto de conquistas da classe trabalhadora, representaria a destruição destas conquistas e os retrocessos materiais e ideológicos apontados por Wellen (2012).

Outro autor que considera que a ES acaba se tornando funcional aos interesses do capital é Antunes, que “não desconsidera a importância das atividades solidárias, mas salienta que estas desenvolvem um *papel de funcionalidade importante em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados*” (CORTELETTI, 2009, p. 39. Grifo da autora).

Outra barreira para os EES é o fato que o capitalismo ainda domina o modo de circulação de mercadorias, por este motivo torna-se necessário a muitos EES adaptar-se às cadeias de comercialização capitalistas. Segundo Wellen (2012) tanto os laços com empresas capitalistas quanto a dependência do setor público ou de entidades de apoio inviabilizam a proposta de autonomia da ES, a coexistência pacífica da ES com o modo de produção capitalista seria uma ilusão que conduziria a ES às armadilhas do capital.

Tratando especificadamente do caso dos catadores de materiais recicláveis, Leite, Wirth e Chermem (2015) comentam como, no campo das ciências humanas e sociais, os autores dividem-se entre aqueles que consideram o catador como um trabalhador dotado de autonomia quando organizado em cooperativas, destacando sua resistência frente ao desemprego, assim como sua capacidade de organização e mobilização e sua constituição em sujeitos coletivos (SANTOS, 2002 e COUTO, 2000 *apud* LEITE, WIRTH e CHERFEM, 2015), e aqueles que consideram o trabalho de catação uma atividade explorada pelo processo de acumulação de capital liderado pelas grandes empresas do setor de reciclagem (BOSI *apud* LEITE, WIRTH e CHERFEM, 2015).

Bosi (*apud* LEITE, WIRTH e CHERFEM, 2015, p.337) apresenta a hipótese de que o setor de reciclagem no Brasil deve ser analisado considerando que o trabalho dos catadores vem sendo apropriado pelo capitalismo ao fazer parte de uma cadeia que explora esse trabalho. Dessa forma, o trabalho de catação só existe porque em meio à relação capital-trabalho encontra-se o catador que o capital explora para realizar o trabalho mais pesado da cadeia de reciclagem, a separação do material. É preciso que o trabalho de separação seja realizado a baixos custos para que o material chegue às empresas recicladoras a preços também baixos, garantindo-lhes grandes margens de lucro na venda para grandes indústrias. Nesse contexto é necessário que a atividade dos catadores seja pouco valorizada e que não se atente a questões que poderiam melhorar suas condições de trabalho e margens de ganhos.

Em suas análises Leite, Wirth e Chermem (2015) chegam à reflexão de que é importante destacar o duplo caráter do trabalho de reciclagem: se não se pode deixar de considerar o caráter de resistência ao desemprego e à miséria nele inserida, tampouco se pode desconsiderar a forma como o capital tem se aproveitado desse tipo de trabalho pouco valorizado, insalubre, que não permite o acesso a nenhum tipo de benefício trabalhista ou previdenciário, dificultando-lhes movimentos em direção à melhoria de suas condições de trabalho.

Mesmo considerando que movimento nacional dos catadores(as) de materiais recicláveis (MNCR) representa o surgimento de novos sujeitos sociais, que vêm se mostrando capazes de organização e mobilização, exitosos em muitas de suas reivindicações, Leite, Wirth e Chermem (2015) ressaltam que há que se considerar que a possibilidade de a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) conseguir modificar de maneira efetiva a realidade laboral dos catadores e o Programa Brasil sem Miséria intervir positivamente no trabalho realizado pelas cooperativas de reciclagem, criadas como forma de inserção social, não é muito grande, em virtude do lobby das grandes empresas de lixo e reciclagem, interessadas

em continuar controlando a cadeia e explorando o trabalho mal pago e insalubre dos catadores.

De acordo com Leite, Wirth e Cherfem (2015) para que os marcos regulatórios favoráveis aos catadores se efetivem é necessário o desenvolvimento de outras políticas públicas no sentido de favorecer e fortalecer as cooperativas, garantindo-lhes mercados (através de compras governamentais, por exemplo), proporcionando-lhes qualificação, acesso a tecnologias, espaços de armazenagem que lhe assegurem possibilidades de vender maiores quantidades direto ao consumidor, sem ter que se submeter aos interesses de atravessadores e grandes empresas de reciclagem. Para tanto é necessário que o MNCR continue avançando em sua luta contra este adversário poderoso que é a grande indústria da reciclagem.

Pelo exposto na bibliografia, percebemos que o trabalho dos catadores(as) de materiais recicláveis vem sendo apropriado pelo capital, servindo aos interesses das grandes empresas de reciclagem, que consegue o material reciclável dos catadores a baixo custo, sem preocupar-se com a insalubridade e precariedade do trabalho destes trabalhadores. Esta realidade se confirma na pesquisa realizada, na qual constatamos que todos EES de catadores(as) da cidade de Campina Grande comercializam o material coletado com atravessadores que regulam o preço do material, o que leva os trabalhadores a terem ganhos baixos pelo trabalho que desenvolvem. O assunto será detalhado nos próximos tópicos.

Mesmo que na opinião de Leite, Wirth e Cherfem (2015) exista a possibilidade das políticas públicas voltadas aos catadores não garantirem uma mudança nesse quadro, entendemos que este seja um primeiro e importante passo nessa direção. Assim como as autoras, consideramos que, juntamente aos avanços do MNCR, as políticas públicas podem um dia garantir mudanças efetivas na realidade dos catadores para que estes não precisem se submeter aos interesses dos atravessadores e das grandes indústrias de reciclagem. Entretanto é importante destacar que para Lima (2007) a regulação do Estado, que naturalmente aumenta a partir da criação das políticas públicas, inviabilizaria a autonomia dos EES.

Durante a realização das entrevistas, observamos que tanto os representantes da Economia Solidária e gestores públicos quanto os catadores de materiais recicláveis da Paraíba consideram que as políticas públicas e o comprometimento do poder público podem contribuir fortemente para mudar a realidade destes trabalhadores. Embora, para a maioria dos entrevistados, os EES, da maneira como atuam hoje, não sirvam aos interesses do capital. Como podemos observar na fala do Entrevistado 25, vice-coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da UFPB e participante do Projeto Ações Integradas.

[...] Eu acho que essa convivência entre duas formas, Paul Singer chama dois modos de produção, né? E eu também tô inclinado a entender um pouco do que ele diz, né? ‘Não, a gente vai continuar dentro pra poder sobreviver, o que é que a gente vai fazer?’. Agora enquanto ele... com suas contradições. Isso não quer dizer que ele é funcional ao sistema. Não é funcional ao sistema, na minha opinião. Ele é uma resistência ao sistema. Ele é uma resistência contraditória porque ele tá dentro do sistema, tem que conviver com ele. Assim como a gente tem que conviver com o capitalismo, ele também tem que conviver com a gente, tem que aturar a gente. Fazendo coisas diferentes, de outras formas, com outros princípios, etc., etc. Às vezes os críticos da Economia Solidária não percebem esse papel importante da experimentação. As pessoas têm que viver em autogestão pra poder aprender a fazer autogestão. Ninguém vai aprender por decreto a fazer autogestão. Quanto mais trabalhadores experimentarem formas de produção autogestionárias, associada, associativa, etc., etc., mais pessoas estão sendo formadas pra um outro modo de produção. Essa é a minha aposta. Não vai fazer uma mudança de regime ou de modo de produção por decreto, nem tomando o poder do Estado, já não deu certo. A gente já fez isso e não deu certo. Então tem que ter a criação dessa cultura associativa, né? Nas pessoas, nos trabalhadores, enfim... Eu acho importante a Economia Solidária mostrar que é possível viver sem patrão. Isso já é um grande ganho! Só colocar essa discussão na sociedade já é um grande ganho [...] (ENTREVISTADO 25).

Pela fala do entrevistado percebemos que, seguindo a linha de Singer, o mesmo considera a possibilidade de coexistência da Economia Solidária com o capitalismo sem que ela acabe servindo aos interesses do capital. O entrevistado demonstra acreditar no potencial da ES para superar o capitalismo a longo prazo, através da multiplicação dos casos de autogestão, da organização de redes solidárias e do apoio do Estado. Em outro momento o entrevistado comenta que o próprio capitalismo não teria se constituído sem o apoio do Estado, logo não há nada de errado em a ES receber ajuda do Estado para se consolidar como alternativa ao capital.

Como já explicitado não acreditamos no potencial da Economia Solidária para superar o capitalismo, mas concordamos que a multiplicação dos casos de autogestão e a organização de redes solidárias podem ajudar a ES a ganhar espaço e se fortalecer quanto movimento, garantindo conquistas para os trabalhadores que escolhem esta forma de trabalho. No que diz respeito à relação com o Estado, consideramos que esta seja uma aliança perigosa, se por um lado percebemos que através da colaboração do Estado a Economia Solidária tem avançado muito nos últimos anos, por outro receamos que por depender do apoio do Estado a Economia Solidária e seus empreendimentos percam sua autonomia ou mesmo seu poder de mobilização e sua força, se por ventura o Estado parar de incentivar o movimento.

Quando perguntamos a Secretária Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária se em sua opinião a Economia Solidária consegue se apresentar como uma

alternativa ao capitalismo se diferenciando deste ou se acaba servindo aos interesses do próprio sistema capitalista, a mesma respondeu:

Ela consegue ser uma alternativa, mas nesse momento ela não chega a quebrar, ela não chega a romper, ela hoje é uma alternativa de resistência, na minha opinião. Eu acho que ela é muito mais um espaço de organização, um espaço de aglomeração, que assim... a esperança das pessoas então, assim é uma outra lógica também, né? Eu acho que é muito mais de resistência mesmo (ENTREVISTADA 29).

Percebe-se que a entrevistada enxerga a Economia Solidária como uma forma de resistência dos trabalhadores, que mesmo tendo uma lógica distinta do capitalismo ainda não consegue romper com esta dinâmica, mas também não seria funcional ao sistema. O entendimento desta gestora pública vai na mesma direção do que vêm mostrando os estudos de casos de EES, apesar de mostrar-se como uma alternativa aos trabalhadores o movimento da ES ainda não consegue romper com o sistema capitalista.

A mesma pergunta foi feita a gestora pública municipal entrevistada, assessora técnica de resíduos sólidos e agente ambiental do setor de licenciamento ambiental da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA). Esta foi a única a considerar que os EES de catadores servem aos interesses do capital, de acordo com a entrevistada

[...] se diferencia [a ES do capitalismo], mas contribui diretamente com o sistema [...] na minha concepção ele contribui assim em relação à questão de está destinando um material que vai servir a produção da empresa, que vai estar gerando lucro. Então ele se diferencia, mas faz parte do meio, acaba fazendo parte do meio [...] é uma cadeia (ENTREVISTADA 28).

Acreditamos que, por ter menos familiaridade com o tema da Economia Solidária que os demais entrevistados, esta entrevistada acaba analisando a situação de um ponto de vista mais direto que aqueles que militam neste movimento e acreditam em sua proposta. Assim como a entrevistada, entendemos que é principalmente por participar da cadeia produtiva da indústria da reciclagem que os EES de catadores de materiais recicláveis acabam servindo aos interesses do capital.

Embora reconhecendo a exploração da cadeia de reciclagem aos catadores, a Entrevistada 27, coordenadora do Projeto Cooperar para Melhor Coletar e a Vida Melhorar do Centro de Ação Cultural (CENTRAC), enfatiza que essa exploração é muito maior quando estes trabalhadores não estão organizados em cooperativas ou associações, pois conseguindo um volume maior de material para vender aos atravessadores os EES conseguem melhores preços que o catador(a) individual. Além disso, os catadores individuais muitas vezes acabam desenvolvendo laços de servidão com o atravessador em troca de adiantamento de remuneração ou de bebidas alcoólicas.

Reconhecendo que é interessante para a indústria de reciclagem que os catadores recebam pouco por seu trabalho, a Entrevistada 27 afirma que o desafio dos EES é se apropriar da cadeia de reciclagem toda, para romper com a exploração. Ela informa ainda que é perceptível que os empresários locais têm medo do potencial dos catadores organizados, fazendo resistência a estes. Em seu entendimento os EES de catadores não apenas não servem aos interesses do capital, como este discurso funcionalista serviria para enfraquecer o movimento e isto sim serviria aos interesses do capital.

[...] se eles [os catadores] tivessem as próprias indústrias de reciclagem dos tipos específicos, se eles conseguissem beneficiar mais o material, eles tinham um salto gigantesco. E aí eu não to falando de vinte, trinta catadores, eu to falando de milhares. Então não é interessante pra o capital que eles consigam fazer isso, que a gente estruture essa cadeia, não é interessante. E também, não há como estruturar essa cadeia se ela não tiver dinheiro pra fazer isso. Então assim, a gente não serve aos interesses do capital, porque inclusive o capital não quer que a gente faça isso, ele quer que as pessoas continuem como tão, entendeu? [...] no real, no concreto, no que a gente faz, no que a gente acompanha, no que a gente vê, não serve aos interesses, pelo contrário, tem um potencial que o capital pode até não dizer claramente, porque é muito melhor desmerecer a Economia Solidária e eu acho que a gente tem que ter clareza disso, o argumento e o discurso de dizer que a ES não dá certo, não serve, não é isso, também serve a um interesse ideológico. Negar a Economia Solidária é dizer que o que a gente tem feito não dá certo e pra o capital isso é muito bom, serve ao interesse ideológico do capital (ENTREVISTADA 27).

Através de diversos argumentos, a entrevistada vai contra os que acreditam que a ES e os EES de catadores servem aos interesses da dinâmica capitalista. Confrontando a fala da entrevistada com os argumentos bibliográficos expostos, chegamos ao entendimento que, da maneira como funcionam atualmente os EES de catadores servem aos interesses do capital, mesmo que a exploração aos catadores associados seja menor que a exploração aos catadores individuais não se pode negar que ainda há uma grande exploração. É através da apropriação do trabalho precário dos catadores (sejam eles individuais ou organizados em EES) que a indústria de reciclagem cresce. Concordamos com a entrevistada que se os EES se apropriarem da cadeia produtiva da reciclagem isto lhes permitirá romper com a exploração. Apesar de consideramos que esta é uma meta ainda distante da realidade destes trabalhadores, esta deve ser perseguida pelo MNCR e estimulada pelas políticas públicas.

Em parte concordamos com o argumento da Entrevistada 27 de que o discurso funcionalista serviria para enfraquecer o movimento da ES, o que seria interessante à indústria da reciclagem. Como acreditamos no potencial do movimento da ES e do movimento dos catadores para conquistar políticas públicas que permitam o fortalecimento dos EES de catadores, visualizamos a possibilidade dos EES se organizarem ao ponto de fazer frente aos

interesses do capital. Para nós, este processo já começou, um EES de catadores já tem mais poder que um catador individual, uma rede de comercialização de catadores tem mais força que um EES solitário, e assim, através da união dos EES, pode-se avançar no sentido de aos poucos conquistar a cadeia da reciclagem. Percebendo isso, é realmente interessante para a indústria da reciclagem desmobilizar este movimento, nesse sentido o discurso funcionalista poderia mesmo acabar servindo aos interesses da indústria da reciclagem.

Por outro lado negar que da maneira como atuam hoje os EES de catadores servem aos interesses da grande indústria da reciclagem não nos permitiria buscar estratégias para romper com os laços de exploração sobre o trabalho do catador que ainda persistem. Negar que da maneira como os EES se relacionam com a dinâmica capitalista eles servem aos interesses do capital é fechar os olhos para a exploração existente na relação entre os EES e as empresas capitalistas, considerando que do jeito como esta relação se configura ela é positiva para os catadores, que desde que estejam organizados em cooperativas e associações não estariam mais sujeitos aos interesses do capital.

Em nossa opinião, o caminho não deve ser negar que hoje os EES de catadores servem aos interesses do capital, o caminho é reconhecer esta realidade e encontrar maneiras de invertê-la. A apreensão das limitações Economia Solidária deve servir para que se criem maneiras de superar tais limitações. Não aceitar tais limitações fará como que a proposta teórica da ES torne-se uma idealização distante da realidade prática.

Sobre o posicionamento de Marx a respeito das cooperativas, Lima (2002) afirma que para Marx, as cooperativas seriam o futuro modo de produção de produtores associados, dentro necessariamente de uma ordem social, a sociedade socialista. Porém, embora Marx considerasse as cooperativas um avanço da classe trabalhadora, estas refletiam impasses e contradições presentes no sistema capitalista, pois representariam a primeira ruptura da velha forma. Wellen (2012) salienta que para Marx a prática das cooperativas industriais dos trabalhadores só seria positiva em uma sociedade socialista, onde o capital não corrompesse suas premissas.

Concluindo nossas análises sobre o tema, entendemos que embora a proposta da ES trate esta como uma forma de superação do capital através da emancipação e autonomia dos trabalhadores, na prática estes ideais dificilmente são concretizados. Em meio à dinâmica capitalista os EES têm dificuldade de manter-se no mercado de forma autônoma e emancipada. Até mesmo agentes externos que apóiam estes empreendimentos e o apoio do poder público acabam interferindo na autonomia dos trabalhadores.

Como constatado em várias pesquisas, inclusive algumas realizadas em EES de catadores, por vezes o discurso da ES oculta práticas de precarização e exploração do trabalho, burlando direitos sociais do trabalhador, o que poderia indicar que a ES venha servindo aos interesses do capital. Mesmo que alguns autores contra-argumentem que essas práticas só ocorrem em cooperativas pragmáticas ou falsas cooperativas, criadas com a finalidade de tirar proveito dos trabalhadores (LIMA *apud* SILVA, 2007; LEITE, 2009) entendemos que até mesmo as cooperativas e associações que seguem os princípios da Economia Solidária podem acabar servindo aos interesses do capital.

A possibilidade real da ES caminhar no sentido de superação da sociedade capitalista parece um tanto utópica, no entanto, mesmo não se apresentando como um modelo de oposição ao capitalismo, não se pode perder de vista os benefícios reais que a ES traz aos sujeitos envolvidos nestas experiências. Diante à crise do trabalho, surge na Economia Solidária uma alternativa aos trabalhadores, uma forma de geração de trabalho e renda que oferece melhoria de trabalho e de vida.

Nesse sentido, compactuamos com a opinião de Vêras de Oliveira (2015b) de que é preciso ir além da polarização simplificadora expressa em uma percepção da Economia Solidária ora como projeto anticapitalista, ora em uma visão que a renega como inócua frente às determinações do capital. Desta forma torna-se importante produzir análises que permitam a apreensão do processo o qual os diversos atores envolvidos com a ES estão construindo, apreendendo a realidade tal como ela se configura, com todas as complexidades e contradições intrínsecas ao fenômeno observado, evitando construções analíticas duais, pressas a uma visão funcionalista.

A falta de diálogo entre as divergências teóricas da ES contribui para que as questões continuem abertas. É necessário levar em consideração as várias perspectivas acerca do tema quando se decide pesquisá-lo para que durante a realização da pesquisa se investigue questões apontadas pelo debate teórico, em busca de respostas empíricas. Espera-se que as respostas encontradas em pesquisas contribuam para revisão da teoria e para a criação de estratégias que tornem a proposta da Economia Solidária mais resistente aos artifícios do capitalismo.

Para finalizar, lembramos ainda que assim como a Economia Solidária, o movimento sindicalista e os partidos políticos com tendências socialistas sofrem críticas por, em alguns casos, acabarem servindo aos interesses do capital. Em nossa opinião isso não significa que tais instrumentos de luta devem ser abandonados e que devemos nos render a visão pessimista de que o capitalismo não pode ser superado de maneira alguma, restando-nos apenas nos conformarmos. Significa que precisamos ser cuidadosos para que os instrumentos de luta dos

trabalhadores, entre eles a Economia Solidária, não acabem sendo apropriados pelo capital. É necessário que estes instrumentos de luta, construídos historicamente, modifiquem suas estratégias quando necessário para não cair nas armadilhas do capital.

3.1. Articulações produtivas

Ao longo da exposição realizada é possível perceber a importância das articulações produtivas para os empreendimentos econômicos solidários (EES). Por estarem inseridos na dinâmica capitalista, que tem fins destoantes dos que a Economia Solidária (ES) busca, muitos empreendimentos solidários encontram dificuldades em estabelecer relações que garantam sua produtividade, o que ameaça a sobrevivência do empreendimento.

Uma das articulações mais importantes que os EES produtores de bens precisam desenvolver é a articulação com fornecedores de matéria prima ou insumos. Dando continuidade à proposta adotada neste estudo, de observar o comportamento dos EES da Paraíba em comparação às práticas desenvolvidas no Nordeste e no Brasil, segue o quadro 19, mostrando onde os EES voltados à produção têm encontrado sua matéria prima. Os EES consultados podiam escolher mais de uma opção, de acordo com a prática do empreendimento. O número de EES neste quadro diz respeito ao total de EES que se declararam produtoras no mapeamento, sendo excluídos aqui os EES voltados a outras atividades, como apenas comercialização, fundos rotativos, clubes de troca ou sem fins lucrativos.

Quadro 19: Origem da matéria prima ou do insumo: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Origem da matéria prima ou do insumo	Brasil	Nordeste	Paraíba
Empreendimentos de Economia Solidária	1.034	199	8
Empresas privadas	7.686	2.586	165
Próprios associados(as)	4.714	1.947	75
Produtores(as) não-sócios(as)	1.772	745	27
Instituições filantrópicas ou instituições não mercantis	454	88	4
Órgãos Públicos	976	388	4
Número de EES	11.081	3.987	195

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Como é possível observar através dos dados fornecidos pelo Mapeamento da Economia Solidária de 2013, a grande maioria dos EES no país obtém a matéria prima necessária em empresas privadas, ou seja, em empresas capitalistas. Há ainda, em número bem menos expressivo, certa quantidade de EES que adquirem sua matéria prima ou insumo através de órgãos públicos e instituições filantrópicas ou instituições não mercantis, o que demonstra que a ES no Brasil ainda depende em parte de entidades de apoio, sejam públicas ou privadas. Como vimos, para Wellen (2012) tanto os laços com empresas capitalistas quanto a dependência do setor público ou de entidades de apoio inviabilizam a proposta de autonomia da ES.

O quadro revela ainda que o número de EES que estabelecem relações com outros empreendimentos solidários para aquisição de insumos ainda é extremamente baixo, o que revela a dificuldade na formação de cadeias produtivas solidárias. De acordo com a maioria dos defensores da Economia Solidária, estas cadeias, além de beneficiar todos os EES envolvidos, ajudaria a fortalecer o movimento da ES, dando aos empreendimentos envolvidos maior autonomia e possibilitando mecanismos de resistência às pressões do mercado capitalista (SINGER, 2002; e HENRIQUES *et al*, 2013).

Infelizmente as alternativas desta questão levantada pelo mapeamento da Economia Solidária não incluem opções que poderiam se adequar melhor ao ramo de atividade de reciclagem. Neste ramo de atividade, a principal fonte de matéria prima ou do insumo costuma ser a própria sociedade civil. Embora a matéria prima também possa vir de órgãos públicos, empresas privadas, instituições filantrópicas, etc.

Entre os casos estudados há apenas uma associação que pode ser considerada produtora de bens, a CAVI, que utiliza vidros para a produção artesanal de artefatos em vidro. Os demais casos estudados poderiam ser classificados como EES voltados à comercialização, tendo em vista que o material coletado é revendido sem alteração, não sendo transformado em produto antes da comercialização. Mesmo que na ARENSA os trabalhadores fabriquem sabão em barra com óleo usado, esta produção não é a atividade fim do empreendimento, ocorrendo apenas eventualmente, sendo a renda da comercialização do sabão utilizada apenas para pequenas compras para o EES, como compra de material de limpeza, pão e café para o lanche dos associados.

As trabalhadoras da CAVI conseguem os insumos para sua produção através da coleta seletiva em rotas preestabelecidas pela Rede CataPB e através de parceiros da associação que doam o material reciclável diretamente para o grupo. Um dos maiores parceiros do grupo em questão de doação de material reciclável é o Hospital de Trauma de

Campina Grande. A logística utilizada para recolhimento do material reciclável que serve de insumo à produção da CAVI inclui visitas aos parceiros doadores de material reciclável. Estas visitas são realizadas principalmente com o caminhão da Rede CataPB ou com o caminhão que a prefeitura de Campina Grande disponibiliza para os EES de catadores.

De acordo com as entrevistadas em geral o grupo não tem dificuldade de conseguir matéria prima para a produção de artesanatos. O único tipo de vidro que as trabalhadoras têm dificuldade em conseguir é o vidro plano (comum em janelas e portas, por exemplo), usado para a fabricação de um tipo de produto. Como o grupo é pequeno e a produção é reduzida – visto que há problemas com relação ao horário de trabalho – sempre há matéria prima sobrando na associação. O que falta, na opinião das entrevistadas, é mais material reciclável de outros tipos para revenda (como papel, papelão, plástico e metal), mas esse é assunto para o próximo tópico que trata das articulações comerciais.

Mesmo sem precisar comprar a matéria prima, a CAVI depende de órgãos públicos, empresas privadas e da sociedade civil para adquirir os insumos da produção. Essa dependência foi identificada no relato de uma das entrevistadas, no momento em que ela comentou que um tipo de produto não era mais fabricado após uma empresa de perfumes deixar de doar os frascos vazios que coletava para a associação.

3.2. Articulações comerciais

Ao falar de articulações comerciais falamos das relações que os EES estabelecem para aquisição de material a ser revendido sem passar por transformações produtivas e para a venda destes mesmos materiais e dos produtos fabricados pelos empreendimentos solidários (no caso de EES que desenvolvem algum tipo de atividade produtiva, seja ela agrícola, industrial ou artesanal). Falamos assim no processo de comercialização: compra ou aquisição, venda, destinação da comercialização e espaços comerciais. Buscamos aqui identificar com quem os EES se relacionam comercialmente, de que forma se estabelecem e se desenvolvem estas articulações e quais as implicações destas para os EES, para seus trabalhadores e para a proposta da Economia Solidária em geral.

O quadro 20 apresenta a destinação da comercialização de produtos dos EES de produção no Brasil, no Nordeste e na Paraíba. Assim como no quadro 19, o número de EES aqui diz respeito ao total de EES que se declararam produtoras no mapeamento, sendo excluídos os EES voltados a outras atividades.

**Quadro 20: Destinação da comercialização de produtos do EES de produção:
Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba**

Destinação da comercialização de produtos do EES de produção	Brasil	Nordeste	Paraíba
Venda direta ao consumidor final	9.189	3.239	179
Venda a revendedores atacadistas	4.149	1.644	76
Venda a órgão governamental	1.602	605	53
Venda a empresas privadas de produção	959	201	15
Venda a outros EES	976	179	9
Troca com outros EES	421	67	4
Outros	472	157	2
Número de EES	11.081	3.987	195

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

As informações do Mapeamento 2013 revelam que a grande maioria dos EES voltados à produção destina a comercialização de seus produtos ao consumidor final, seja no Brasil, no Nordeste ou na Paraíba. Esta informação é positiva, mas tendo em vista que em segundo lugar está a venda a revendedores atacadistas, seguido pela venda a órgão governamental, percebemos que muitos EES ainda estão presos a atravessadores para viabilizar sua comercialização ou dependem de parcerias com o setor público.

De acordo com os números, a venda a empresas privadas de produção é quase tão expressiva quanto a venda a outros EES, ambos os números são baixos, o que contraria as expectativas geradas a partir do debate sobre os EES estarem sendo terceirizados por empresas capitalistas. De acordo com os dados esta prática existe, mas não faz parte da realidade da maioria dos EES. Provavelmente o número expressivo de cooperativas terceirizadas, denunciadas por estudos como o de Lima (2002) não é adequada à Economia Solidária.

No caso da CAVI, único EES analisado neste estudo que pode ser considerado de produção, a comercialização dos produtos artesanais é realizada diretamente com o consumidor final. Durante a entrevista foi perguntado à presidenta da associação se havia interesse em comercializar com revendedores, ao que ela respondeu negativamente. Esta informação demonstra que pelo menos no que tange aos artesanatos em vidro produzidos na CAVI, não há dependência de empresas capitalistas para a comercialização.

No quadro 21 constam os principais espaços de comercialização da produção dos EES que desenvolvem atividades produtivas, sejam elas industriais ou artesanais.

Quadro 21: Principais espaços de comercialização da produção: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Principais espaços de comercialização da produção	Brasil	Nordeste	Paraíba
Lojas ou espaços próprios	3.208	798	78
Espaços de venda coletivos	1.888	580	11
Feiras livres	5.801	2.084	69
Feiras e exposições eventuais/especiais	3.549	1.033	67
Feiras de ES e/ou agroecológica	2.568	621	44
Entrega direta a clientes	5.818	2.030	145
Outro	639	207	5
Número de EES	11.081	3.987	195

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

A maioria dos EES no Brasil e no Nordeste comercializa sua produção diretamente com o cliente, em feiras livres ou em feiras e exposições eventuais/especiais. Na Paraíba, a maioria comercializa diretamente com o cliente e, em segundo lugar, utilizam como espaço para a comercialização lojas ou espaços próprios, contrariando a tendência do país e da região Nordeste, onde esta opção só aparece em quarto lugar.

A entrega direta a cliente, opção mais apontada nas três regiões observadas, preocupa, pois indica um alto grau de dependência dos EES com alguns clientes. Sem ter um espaço de comercialização da produção próprio ou participar de espaços coletivos, a demanda dos produtos passa a depender da cartela de clientes já estabelecida, quando algum desses clientes deixa de comprar ao EES o empreendimento pode ter problemas para dar vazão a sua produção.

Cruzando esta informação com as informações do quadro 20 pode-se inferir que muitos EES comercializam sua produção diretamente com revendedores atacadistas, o que pode configurar uma espécie de terceirização, mesmo que não seja em cadeia produtiva. Neste caso, o EES fica dependente de empresas que encomendam a produção, não tendo outros meios de comercializar sua produção ficam mais propícios a ceder a pressões do cliente principal.

No caso da CAVI, os artefatos em vidro fabricados pelas trabalhadoras são comercializados em quatro espaços: na própria sede da associação, na feira agroecológica realizada no campus da UFCG, na IUEES/UFCG e em exposições eventuais/especiais. No ano de 2015, por exemplo, o grupo expôs suas peças no Parque do Povo, durante a realização da festa de São João de Campina Grande. Também foi relatada a oportunidade que o grupo

teve de expor seus produtos na Expo Catadores. Mesmo dispondo de tantos espaços para a comercialização da produção, as trabalhadoras declaram que a demanda por seus produtos é baixa e que a maior parte da renda da associação decorre da venda dos outros materiais recicláveis, como papel, papelão, plástico e metais.

Segue a exposição e análise de dados dos EES voltados à comercialização, que não desenvolvem atividades produtivas. O total de EES indicado nos quadros diz respeito justamente ao número de EES voltados à comercialização, identificados pelo mapeamento 2013.

Quadro 22: Origem dos produtos comercializados: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Origem dos produtos comercializados	Brasil	Nordeste	Paraíba
Empreendimentos de ES	256	59	3
Empresas privadas	542	70	2
Próprios associados(as)	2.160	408	67
Produtores não-sócios(as)	299	53	6
Instituições filantrópicas ou instituições não-mercantis	76	7	0
Órgãos públicos	158	14	1
Número de EES	2.628	497	68

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

Nas três regiões analisadas, a maioria dos EES tem como origem dos produtos comercializados os próprios associados. O que gera uma dúvida, se os próprios associados dão origem aos produtos comercializados, não poderiam estes serem classificados como produtores (por exemplo: agrícolas ou artesanais)? Infelizmente não há como responder esta pergunta, por utilizar um questionário estruturado com alternativas predefinidas o mapeamento da Economia Solidária no Brasil ainda não permite a apreensão de subjetividades e particularidades de cada caso.

Todos os EES observados neste estudo podem ser classificados como voltados à comercialização, pois todos têm como atividade principal a comercialização dos materiais recicláveis coletados. Mais uma vez as opções do questionário do mapeamento da ES não trazem opções voltadas ao caso dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis. Neste ramo de atividade a origem dos produtos comercializados costuma ser a própria sociedade civil, seja através de parcerias e doações ou seja indiretamente quando os catadores fazem a coleta porta a porta. Destacamos aqui que a origem dos produtos, assim como a origem dos insumos para

a produção no caso dos EES voltados a produção, também pode ser órgãos públicos, empresas privadas, instituições filantrópicas e/ou EES.

Nos quatro casos estudados, a maior parte dos materiais recicláveis coletados vem de parcerias com instituições e órgãos públicos (universidades, hospitais e prefeitura), de parcerias com instituições filantrópicas (ONGs) e de parcerias com empresas privadas (indústrias e comércios). Uma parcela menor dos materiais coletados provém da sociedade civil através da coleta porta a porta. Infelizmente ainda é baixo o número de residências e condomínios que se cadastram como parceiros dos EES de catadores de materiais recicláveis em Campina Grande. Muitos dos entrevistados apontaram a falta de conscientização da população como causa principal da baixa adesão da comunidade à coleta seletiva.

No momento de realizar a coleta seletiva nas rotas pré-estabelecidas pela Rede CataPB, além dos catadores(as) receberem os materiais dos parceiros, alguns coletam o material reciclável que está na frente de residências não cadastradas como parceiras, mas estes reclamam que além de tornar a coleta lenta, fazer a coleta desta maneira se torna desagradável porque a população não tem o hábito de separar os materiais recicláveis do lixo.

Uma das atividades desenvolvidas pelos catadores(as) de materiais recicláveis de Campina Grande é justamente a de conscientização ambiental da população. Cada associação/cooperativa é responsável por promover a educação ambiental porta a porta nas rotas nas quais faz coleta. Esta atividade, além de beneficiar a população e o meio ambiente, pretende aumentar o volume de materiais recicláveis coletados.

Em todos os casos estudados, todos os trabalhadores entrevistados se queixaram da baixa quantidade de material reciclável coletado para a venda. Na cooperativa CATAMAIS, alguns reclamam que a quantidade de material coletado é tão baixo que os trabalhadores acabam tendo tempo ocioso na cooperativa. Falta material para trabalhar, logo as atividades de separação de material, prensa e armazenamento para venda terminam e os trabalhadores ficam aguardando a próxima coleta para dar continuidade aos trabalhos.

Nos quatro casos pesquisados, a grande maioria dos catadores(as) entrevistados, atribui o baixo rendimento auferido pelos EES a baixa quantidade de material reciclável para vender, além do preço baixo do material vendido a sucateiros e atravessadores. As questões referentes ao rendimento dos trabalhadores serão analisadas no próximo tópico.

Quadro 23: Principais formas de organização ou comercialização: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Principais formas de organização ou comercialização	Brasil	Nordeste	Paraíba
Lojas ou espaços fixos de venda	1.469	188	28
Feiras	1.420	292	47
Central(is) de comercialização	636	157	14
Comércio eletrônico	58	7	0
Número de EES	2.628	497	68

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

No Brasil a maioria dos EES se organiza ou comercializa em lojas ou espaços fixos, já no Nordeste e na Paraíba a maioria se organiza e comercializa em feiras. Nos casos estudados, a parte os produtos fabricados na CAVI, todo material reciclável das cooperativas/associações é organizado, armazenado e comercializado nos próprios galpões/sedes destas. Geralmente o material é entregue ao comprador no caminhão da Rede CataPB ou no caminhão que a prefeitura disponibiliza.

Quadro 24: Destinação da comercialização do EES: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Destinação da comercialização do EES	Brasil	Nordeste	Paraíba
Venda direta ao consumidor final	1.825	362	51
Venda a revendedores atacadistas	984	191	27
Venda a órgão governamental	428	122	20
Venda a empresas privadas de produção	494	52	5
Venda a outros EES	144	29	4
Troca com outros EES	63	11	3
Outros	60	19	2
Número de EES	2.628	497	68

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

A comercialização dos EES no Brasil, no Nordeste e na Paraíba se destina principalmente à venda direta ao consumidor final e em segundo lugar a revendedores atacadistas. No caso dos catadores(as) de materiais recicláveis, o material coletado costuma ser vendido a revendedores locais (de Campina Grande e de Alagoa Grande – cidade próxima). Estes revendedores são atravessadores da indústria da reciclagem que acabam retendo boa parte do valor do material reciclável repassado às indústrias transformadoras. Esta situação é verificada em todos os EES observados neste estudo, apenas na COTRAMARE foi

mencionada uma empresa recicladora como destino de parte do material coletado. A empresa trabalha com reciclagem de saco plástico, de acordo com a Entrevistada 18 é mais rentável vender a empresa que aos atravessadores.

A indústria de reciclagem tem crescido bastante no Brasil e no mundo, entretanto o crescimento desse ramo de atividade não tem trazido os benefícios imaginados para os(as) catadores(as) de materiais recicláveis. O dinheiro movimentado na indústria da reciclagem fica nas mãos dos níveis mais altos dessa cadeia produtiva, nas indústrias transformadoras, em menor parte com os atravessadores que revendem em grande quantidade, estando a margem desta estrutura os(as) catadores(as) de materiais recicláveis, que ficam o trabalho pesado da coleta e separação do material, recebendo valores irrisórios por seu trabalho.

Quadro 25: Principais dificuldades na comercialização dos produtos: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Principais dificuldades na comercialização dos produtos	Brasil	Nordeste	Paraíba
O empreendimento tentou mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	354	89	19
Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização	195	40	8
Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc)	68	11	1
O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar	135	38	4
Os preços praticados são inadequados	370	82	15
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	291	53	9
Os compradores só compram em grandes quantidades	205	22	2
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	427	94	16
Falta de capital do giro	711	181	44
Falta de registro legal para a comercialização	268	57	8
Falta de registro sanitário ou alvará	173	38	3
A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios	481	94	18
Dificuldade ou custo elevado de transporte	476	116	19
Precaridade das estradas para escoamento da produção	294	63	10
Estrutura para a comercialização inadequada	587	148	32
Os produtos não são conhecidos	148	33	3
Número de EES	2.628	497	68

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013)

As duas principais dificuldades apontadas na comercialização dos produtos dos EES no Brasil, no Nordeste e na Paraíba foram a “falta de capital de giro” e a “estrutura para comercialização inadequada”. Também é alto o número de empreendimentos econômicos solidários que apontou ter dificuldades com “a concorrência, os atravessadores, existência de monopólios” e “dificuldade ou custo elevado de transporte”.

Nos casos estudados, como o material reciclável não precisa ser comprado, não foi relatada dificuldade por falta de capital de giro. A falta de uma reserva maior de dinheiro existe e é sentida pelos trabalhadores(as) entrevistados, mas por outros motivos e não por impossibilitar as atividades dos EES, essa questão será exposta no próximo tópico.

A questão da estrutura para a comercialização foi identificada nos casos estudados, como se verá no próximo tópico. Durante a pesquisa de campo três dos quatro casos estudados não tinham uma estrutura física própria, dependendo de apoios para manter o galpão onde funcionam. Com exceção da CAVI, os três demais empreendimentos solidários tinham problemas com seus galpões, alguns são pequenos para armazenar o material e comportar os trabalhadores para desenvolver suas atividades, outros têm problemas de ventilação e/ou iluminação. Após o término do período de campo tivemos acesso à informação de que em dezembro de 2015 a CATAMAIS recebeu um galpão, doado pelo Governo do Estado da Paraíba.

O maior problema das associações/cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis na cidade de Campina Grande na comercialização tem sido a questão dos atravessadores, que repassam uma baixa parcela do valor dos materiais para os EES e da falta de conscientização da população, que não colabora com a coleta seletiva, o que não permite aos catadores conseguir uma quantidade maior de materiais recicláveis.

Mesmo dispondo de dois caminhões para realizar suas atividades, um da Rede CataPB e outro da prefeitura, o transporte acaba ainda sendo um problema para os catadores(as) de Campina Grande. De acordo com relatos dos trabalhadores, muitas vezes eles ficam sem o caminhão no seu dia do rodízio, porque às vezes o caminhão quebra ou o motorista pago pela prefeitura falta, isto prejudica os EES porque a maioria das pessoas não tem paciência de guardar a coleta para a semana seguinte e acabam livrando-se do material reciclável colocando o material junto com o lixo no dia em que o caminhão de lixo faz a coleta no bairro.

Ainda com relação ao transporte, outro problema esta relacionado à impossibilidade dos(as) catadores(as) viajarem com os caminhões para fora do município para realizar a venda do material. Pelo que entendemos, como a prefeitura de Campina Grande é a responsável pelo abastecimento dos caminhões, não são autorizadas viagens com os mesmos. De acordo com os entrevistados alguns tipos de materiais não têm compradores na região, mas poderiam ser vendidos em outros estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte. No entanto, os próprios catadores admitem que o custo do combustível para o caminhão talvez fosse maior que o valor recebido pelo material.

Com relação à concorrência, os trabalhadores entrevistados dividem-se em suas opiniões, para alguns os EES de catadores de Campina Grande não tem concorrentes. Muitos apontam os atravessadores e sucateiros como um tipo de concorrência, pois estes vendem o material diretamente para as empresas transformadoras, que preferem comercializar com os atravessadores porque estes conseguem juntar um grande volume de material, mas se os atravessadores não existissem o material poderia ser vendido às empresas pelos próprios EES, que passariam a ter maiores ganhos com a comercialização.

Os empresários que não doam o material reciclável para as cooperativas/associações de catadores para revender esse material eles mesmos também foram apontados como um tipo de concorrente. Além de desobedecer às diretrizes nacionais e municipais de gestão de resíduos sólidos por não repassar o material reciclável às cooperativas/associações de catadores locais, estes empresários ainda acabam tornando-se concorrentes dos EES ao vender o material para os atravessadores.

Alguns dos entrevistados apontam ainda a Energisa, companhia elétrica que atua no estado, como uma concorrente dos EES. O motivo é que esta empresa lançou uma campanha que dá desconto aos clientes que doarem materiais recicláveis. O programa da Energisa não inclui os EES de catadores, este material vem sendo entregue diretamente a atravessadores, e diminuiu significativamente a coleta dos EES. Como comentado, as entidades de apoio vêm lutando junto aos catadores por mudanças no programa da Energisa, para que pelo menos o material doado pela população seja destinado às cooperativas e associações de catadores, mas até o momento a empresa não aceitou negociar.

Para o Entrevistado 08 os garis são uma espécie de concorrente, pois coletam parte do material quando realizam a coleta de lixo. Uma representante das entidades de apoio que estava presente no momento da entrevista contestou essa resposta dizendo que os garis não podem ser considerados concorrentes porque o material que eles coletam iria para o aterro sanitário, então os catadores(as) não teriam acesso a este material de toda forma.

Há ainda aqueles que consideram que os demais EES de catadores que atuam na cidade e os catadores individuais são uma espécie de concorrente. Esta opinião, quando dita na presença de outros trabalhadores(as) ou de representantes das entidades de apoio, costuma ser fortemente contestada. Para a grande maioria dos trabalhadores(as) dos EES estudados, as demais associações e cooperativas de catadores não configuram concorrência porque atuam em outras rotas, os catadores individuais não configurariam concorrência porque recolhem o material reciclável na porta de residências que não aderiram à coleta seletiva. Muitos dos trabalhadores declararam que a cidade é grande e dá pra todos. Além disso a maioria dos

trabalhadores(as) demonstra identificação com os demais catadores(as) da cidade, do estado e mesmo do mundo, assim costumam desejar que todos tenham a oportunidade de se organizar e trabalhar com maior qualidade de vida no trabalho.

A observação das articulações comerciais dos EES de catadores de Campina Grande revela que, assim como a maioria dos EES do país, estes empreendimentos precisam estabelecer relações tanto com o setor público quanto com o setor privado. Seja para obtenção dos insumos, seja para comercialização do material ou ainda para manutenção de seu espaço de comercialização e acesso a transporte, estes EES estabelecem relações com empresas capitalistas, atravessadores e sucateiros, órgãos públicos, terceiro setor e sociedade civil em geral.

Estas relações tanto podem beneficiar os EES, como é o caso das relações estabelecidas com órgãos públicos e terceiro setor – que além de doar o material reciclável aos EES em alguns casos financiam os espaços físicos e transporte para comercialização do material – ou mesmo com as empresas capitalistas que tornando-se parceiras dos EES de catadores destinam o material reciclável para estes; como podem apresentar um risco ao empreendimento, como o caso dos atravessadores, sucateiros e empresas recicladoras que controlam o valor dos materiais mantendo baixo o ganho destes trabalhadores.

3.3. Articulações financeiras

Embora nenhuma das cooperativas estudadas receba recursos diretos de governos, entidades de apoio ou instituições parceiras, todas elas recebem “ajudas financeiras indiretas”, seja através do pagamento de aluguel do espaço físico, água e/ou luz, concessão ou doação de espaço físico, concessão ou doação de maquinário e Equipamentos de Proteção Individual (EPI’s), etc. Estes auxílios tornam-se essenciais ao funcionamento dos EES de catadores. Sem eles os trabalhadores teriam que reduzir seus ganhos (já baixos) para pagar as despesas do empreendimento ou trabalhar sem o material e equipamento necessário – o que por vezes acontece de acordo com relatos dos trabalhadores.

A ARENSA funciona em um galpão pequeno, o menor de todas as associações/cooperativas estudadas, o que dificulta a execução das atividades dos associados, que precisam realizar a maior parte dos trabalhos no lado de fora do galpão, enfrentando chuva e sol diariamente. Localizado no bairro do Catolé, o galpão é alugado no valor de R\$ 700,00. A prefeitura vinha arcando com as despesas do aluguel, enquanto um novo galpão –

feito pela prefeitura a ser entregue a ARENSA e a outra cooperativa que está em processo de formação na cidade – não fica pronto.

Na assembleia realizada em 30 julho de 2015, foi informado que, desde de junho, a prefeitura não paga o aluguel. Para resolver o problema, alunas da UEPB vêm buscando o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande (SEMAS), solicitando o pagamento do aluguel até a entrega do novo galpão. De acordo com a dirigente da ARENSA por algum tempo o próprio grupo custeou o aluguel, o que reduzia consideravelmente a remuneração dos associados.

Segue foto da ARENSA, a figura 07 mostra uma catadora trabalhando do lado de fora do galpão em dia de chuva, tanto os trabalhadores quanto o material reciclável levam sol e chuva durante todo o dia.

Figura 07: Trabalhadora da ARENSA trabalhando na chuva



(Fonte: Acervo da pesquisadora)

A Incubadora da UEPB cedeu pelo período de três anos o galpão onde a cooperativa CATAMAIS funcionava na época da realização das entrevistas, 2015 era o segundo ano da concessão. Este galpão deveria abrigar oito EES que a Incubadora acompanha, de variados ramos de atividade. Como o grupo CATAMAIS havia recebido ordem de despejo do antigo galpão e estava sem local para desenvolver suas atividades a Incubadora cedeu o galpão ao grupo pelo período de três anos, para que eles tivessem tempo de encontrar outro espaço físico para sediar a cooperativa.

No período de realização da pesquisa de campo o grupo CATAMAIS estava esperando receber um novo galpão, que deveria ter sido entregue em maio de 2015 pela Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), mas o mesmo ainda não estava pronto e, de acordo com o presidente da CATAMAIS, não havia até o momento da entrevista prazo para ser entregue. A incerteza do futuro da cooperativa quando o período de concessão do galpão cedido pela Incubadora da UEPB terminasse era uma das preocupações centrais dos sócio-trabalhadores, que já haviam enfrentado problema semelhante anteriormente, como podemos verificar na fala do presidente da cooperativa.

Teve o projeto da UEPB junto com a Cáritas, a diocese, e lutemo pela coleta seletiva em Campina Grande, mas a gente precisava de um galpão, precisava de alguém que nos apoiasse. Então a UEPB com a UFCG conseguiu um galpão onde a Furne pagava [...] Aí foi pago mais ou menos pelo um ano, no caso depois de um ano a Furne não pagou mais [...] Aí foi tempo que, durou dois anos, dois anos e meio, estávamos com apenas três anos e recebemos ordem de despejo, aí a fundação [Fundação Osvaldo do Ó] colocou advogado e teve que entregar o prédio, mas a UEPB interveio e fizemos uma parceria com doutor [nome de pessoa] que também é professor da UEPB, onde ele é um dos responsável pela gerenciação do estabelecimento e ele nos acomodou até agora, né? Mas agora teve um novo projeto da UEPB com a Incubadora e a gente se encaixou nessa Incubadora, só que a gente não sabe por quanto tempo (ENTREVISTADO 08).

Em dezembro de 2015 os(as) trabalhadores(as) da CATAMAIS receberam um galpão doado pelo Governo do Estado da Paraíba. O novo galpão resolveu o problema dos trabalhadores deste empreendimento com relação ao seu destino após o período de concessão do antigo galpão terminar. Como em dezembro de 2015 nossas visitas a campo já haviam terminado não foi possível conhecer pessoalmente o novo galpão da CATAMAIS.

Antes da CATAMAIS receber seu galpão em dezembro, a CAVI era a única das associações/cooperativas estudadas que funcionava em espaço próprio. O galpão desta associação é também o maior e mais bem estruturado dos EES pesquisados. De acordo com a presidente da CAVI, o galpão no qual a associação funciona foi cedido pelo Governo. Silva e Paiva (2014b, p. 353) confirmam esta afirmação “O galpão da confecção das peças foi cedido pelo governo do Estado”.

O galpão onde atualmente funciona a COTRAMARE é alugado e pago pela Prefeitura de Campina Grande. Como relatado no capítulo dois, o grupo tinha um espaço próprio no lixão da cidade, mas este foi incendiado por vândalos. Em 2008 a cooperativa começou a funcionar dentro da cidade de Campina Grande, no Bairro do Quarenta, com apoio da prefeitura. De acordo com uma das entrevistadas, em julho de 2015 o pagamento do aluguel do galpão da COTRAMARE estava atrasado há seis meses.

Todos os EES estudados conseguiram o maquinário e os equipamentos de proteção individual dos quais dispõe através de doações das entidades de apoio e/ou dos programas e projetos voltados aos catadores(as) de materiais recicláveis. Entre os maquinários adquiridos estão balanças, pressas (para imprimir o material reciclável), mesas de separação, carrinhos para a coleta, fornos para cozinhar peças (no caso da CAVI) etc. Nem todos os EES têm o maquinário que precisam para o desenvolvimento de suas atividades, em alguns faltam mesas de separação, em outros a balança não está em boas condições, há muitos carrinhos quebrados, nesses casos os trabalhadores improvisam maneiras de trabalhar com a estrutura da qual dispõem. Os EES vêm buscando adquirir novo maquinário através de seus parceiros. Nenhum dos grupos tem planos de adquirir maquinário com recursos próprios.

Dando continuidade à exposição dos dados do mapeamento nacional da Economia Solidária tem-se o quadro 26, que mostra quantos dos empreendimentos solidários realizaram investimentos nos últimos 12 meses, e o quadro 27 que mostra o tipo de investimento realizado pelos EES. No quadro 27, os EES que realizaram investimentos poderiam escolher mais de uma alternativa, caso tivessem realizado investimentos em mais de uma área.

Quadro 26: Realização de investimentos no EES nos últimos 12 meses: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Realização de investimentos nos últimos 12 meses	Brasil	Nordeste	Paraíba
Sim	6.359	2.260	114
Não	13.349	5.780	302
Total de EES	19.708	8.040	416

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

Quadro 27: Tipo de investimento realizado no EES nos últimos 12 meses: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Tipo de investimento realizado	Brasil	Nordeste	Paraíba
Infra-estrutura física	3.268	1.239	47
Equipamentos	3.861	1.191	75
Ampliação de estoque de matérias-primas	1.091	319	27
Abertura de filiais	76	13	0
Abertura de lojas/espço de comercialização	145	26	2
Capacitação de mão-de-obra	940	190	15
Comunicação/Divulgação	673	121	5
Outro tipo de investimento	430	152	2

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

Os dados revelam que a grande maioria dos EES não realizou nenhum tipo de investimento nos últimos 12 meses. Entre os que realizaram algum investimento, percebemos que a maioria investiu em equipamentos, infra-estrutura física e na ampliação de estoque de matérias-primas.

Como indicado acima, mesmo tendo dificuldades com relação a equipamento, infra-estrutura e matéria-prima (no caso, materiais recicláveis), nenhuma dos EES observados neste estudo realizou investimentos nestas áreas, delas, três não planejam realizar investimentos. Apenas a presidenta da ARENSA demonstrou interesse em realizar investimentos futuramente, de acordo com ela, o grupo pensa em comprar um caminhão para a associação, mas não agora porque ganham pouco e não teriam como pagar a prestação.

Os motivos identificados para a falta de interesse em realizar investimentos são tanto a falta de recursos como a naturalização da ideia de que a situação da estrutura física e do maquinário do empreendimento são responsabilidades dos apoios (públicos ou privados). Até mesmo com relação à aquisição do material reciclável foi possível perceber certa comodidade por parte de alguns trabalhadores(as), quando perguntamos aos entrevistados quais estratégias o grupo poderia criar para melhorar sua atuação muitos deles apontaram uma maior conscientização da sociedade para conseguir mais material, porém para alguns essa conscientização deve partir do poder público, não dependendo dos EES.

Quadro 28: Acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses	Brasil	Nordeste	Paraíba
Não buscou crédito ou financiamento	15.118	5.863	323
Buscou e obteve crédito ou financiamento	2.189	1.036	45
Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve	2.401	1.141	48

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

Em geral são poucos os EES que têm buscado crédito ou financiamento. Seja a nível nacional, regional ou estadual mais de 75% dos EES não buscaram crédito ou financiamento nos últimos 12 meses. Dentre os que buscaram, um pouco mais da metade não conseguiu o financiamento almejado. Estranhamente, mesmo que na Paraíba existam muitos EES voltados

a atividade de “poupança, crédito ou finanças solidárias”, como vimos no quadro 06, ainda é baixo o número de EES que buscam crédito ou financiamento no estado.

Quadro 29: Necessidade atual de financiamento: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Necessidade de financiamento	Brasil	Nordeste	Paraíba
Sim	13.764	6.249	251
Não	5.944	1.791	165

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

De acordo com o quadro, a maioria dos EES afirma precisar de financiamento. Os motivos para esses empreendimentos não terem buscado financiamento nos últimos 12 meses (como demonstra o quadro 28) não pode ser identificado a partir dos dados do mapeamento nacional de Economia Solidária. Cruzando as informações do quadro 28 com o quadro 29 é possível inferir que a dificuldade de acessar linhas de crédito talvez seja um dos motivos que vem desmotivando os EES a buscarem financiamento para suas atividades.

Todas as cooperativas/associações observadas neste estudo declararam nunca ter buscado linhas de crédito ou financiamento, os motivos apontados foram a incerteza de conseguir pagar as prestações do financiamento – tendo em vista que a renda dos EES oscila muito no decorrer do ano – e a impossibilidade de reduzir a remuneração dos sócio-trabalhadores, subtraindo desta contribuições para pagamento das parcelas.

Quadro 30: Estão conseguindo remunerar os sócios(as) que trabalham (EES de produção): Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Estão conseguindo remunerar os sócios que trabalham (EES de produção)	Brasil	Nordeste	Paraíba
Sim	7.534	2.716	168
Não	3.534	1.271	27
Número de EES	11.081	3.987	195

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

A maioria dos EES está conseguindo remunerar seus sócios, no entanto é expressivo o número de EES que não está conseguindo remunerar seus sócios. Observando os dados percebemos que na Paraíba a quantidade de EES que não estão conseguindo remunerar seus sócios é baixa, se comparada aos números do Nordeste e do Brasil.

Como informado, dentre os EES pesquisados, apenas a CAVI pratica atividades produtivas. Esta vem conseguindo remunerar seus sócios, no entanto a remuneração tem sido

baixa, em torno de R\$200,00 a R\$300,00. Importante lembrar que na CAVI, devido à falta de um horário determinado de trabalho, as trabalhadoras dividem o rendimento da associação de forma proporcional a quantidade de horas que cada uma trabalhou. Mesmo assim, a retirada mais alta não ultrapassa muito o valor de R\$300,00. Durante as entrevistas as trabalhadoras revelaram ainda que houve um mês em que a retirada foi de R\$28,00. Das duas trabalhadoras entrevistadas uma considera este sistema de remuneração justo e igualitário e a outra afirmou não considerar o sistema justo, mas não especificou o motivo.

Quadro 31: Renda obtida pelos sócios(as) no EES de produção: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Renda obtida pelos sócios(as) no EES de produção	Brasil	Nordeste	Paraíba
A fonte principal de renda dos sócios	3.453	1.183	36
Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades	3.243	1.045	89
Complementação de recursos recebidos por doações ou programa	526	383	39
Complementação de rendimento de aposentadorias ou pensões	244	91	2
Outro	69	14	2
Número de EES	11.081	3.987	195

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

No Brasil e no Nordeste, há um equilíbrio entre o número de EES de produção em que a renda obtida nos EES é a principal fonte de renda de seus sócios e o número em que a renda obtida representa apenas uma complementação dos rendimentos recebidos em outras atividades. Já na Paraíba, na maior parte dos EES de produção a renda obtida pelos sócios(as) representa apenas uma complementação de rendimentos recebidos em outras atividades.

Das trabalhadoras entrevistadas na CAVI, nenhuma desenvolve outras atividades remuneradas fora da associação, no entanto quando perguntamos se a renda do EES era sua principal fonte de renda duas responderam que não, explicando que a principal fonte de renda era o salário do marido. A Entrevista 16, declarou que a renda auferida no EES era sua principal fonte de renda, complementou a resposta informando que também recebia o auxílio Bolsa Família.

Quadro 32: Renda obtida pelos sócios(as) do EES de comercialização: Comparativo entre o Brasil, o Nordeste e a Paraíba

Renda obtida pelos sócios(as) do EES de comercialização	Brasil	Nordeste	Paraíba
A fonte principal de renda dos sócios	1.313	203	14
Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades	1.139	226	32
Complementação de recursos recebidos por doações ou programa	84	52	17
Complementação de rendimento de aposentadorias ou pensões	60	13	5
Outro	22	2	0
Número de EES	2.628	497	68

(Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

Os números revelam que, assim como nos EES de produção, nos EES de comercialização no Brasil e no Nordeste há um equilíbrio entre o número de EES em que a renda obtida nos EES é a principal fonte de renda de seus sócios e o número em que a renda obtida representa apenas uma complementação dos rendimentos recebidos em outras atividades. Na Paraíba, mais uma vez é possível identificar um número maior de EES onde a renda obtida pelos sócios(as) representa apenas uma complementação de rendimentos recebidos em outras atividades.

Em direção contrária aos dados retirados do mapeamento, nos casos observados a maioria dos trabalhadores declarou que a renda obtida no EES é sua principal fonte de renda. A maior parte dos trabalhadores tem por única atividade remunerada a de catador(a) na associação/cooperativa da qual participa. Boa parte deles declarou receber o auxílio do Programa Bolsa Família, que complementa a renda familiar. Apenas uma entrevistada recebe aposentadoria como agricultora familiar, assim a renda no EES constitui uma complementação a sua renda como aposentada.

Todos os EES de catadores de Campina Grande sofrem com a oscilação do rendimento mensal do empreendimento, por consequência com a oscilação nos ganhos mensais dos catadores(as). De acordo as declarações das entrevistas na ARENSA a retirada varia entre R\$300,00 a R\$450,00, podendo raramente chegar a R\$600,00. Na CATAMAIS a retirada costuma ser em torno de R\$400,00 a R\$500,00, havendo meses em que cai para R\$300,00 e meses em que ultrapassa R\$600,00. A COTRAMARE apresenta a média de retirada mensal mais alta dentre as associações/cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis de Campina Grande, a maioria dos trabalhadores declarou receber mais ou menos

um salário, outras declarações informaram que a retirada gira em torno de R\$600,00 a R\$750,00, também foram relatados meses em que a retirada caiu ficando por volta de R\$350,00 a R\$400,00.

Todos os trabalhadores da COTRAMARE, CATAMAIS e ARENSA consideram o sistema de remuneração dos empreendimentos dos quais participam justo e igualitário, provavelmente porque o valor é dividido igualmente entre os sócios. Como todos trabalham a mesma quantidade de horas e desenvolvem praticamente as mesmas atividades, a divisão igualitária da renda lhes parece justa.

Uma provável explicação que talvez justifique a diferença entre as retiradas dos EES pode ser as parcerias de doação do material reciclável que estes conseguem estabelecer. Durante a realização das entrevistas o interesse em tornar-se parceiro das universidades para receber o material reciclável destas é expresso abertamente, pois estas instituições produzem uma grande quantidade de “lixo” reciclável. Tanto a COTRAMARE quanto a CATAMAIS têm parceria com universidades públicas da região, esse pode ser um dos elementos que contribui para que a retirada dos trabalhadores nestes EES seja maior que nos demais.

A forte variação do valor da retirada nas associações/cooperativas é explicada pelos próprios trabalhadores, que informam que há períodos do ano em que a coleta de materiais recicláveis tende a diminuir muito, são períodos de férias escolares, feriados ou festas como o São João, quando boa parte da população viaja e assim diminui a quantidade de material reciclável coletado nas rotas. Como parte do período de pesquisa de campo ocorreu justamente entre junho e julho, foi possível observar os galpões esvaziados, os trabalhadores com mais tempo ocioso e em todos os casos houve reclamações com relação à falta de material e ao valor da remuneração do mês de junho.

Outra razão apontada pelos trabalhadores para a oscilação na renda dos EES é a variação no valor do material reciclável comercializado. De acordo com os trabalhadores é comum que o valor do material caia quando há muito material reciclável disponível, o que mantém os ganhos dos catadores(as) sempre baixos e oscilando frequentemente. Um exemplo dado por uma trabalhadora é o da garrafa pet, o quilo de pet era vendido por R\$1,00 e passou a ser vendido por R\$0,60 o que levou o EES a sofrer uma brusca queda em seu rendimento.

Esta informação é crucial para que entendamos como as articulações comerciais estabelecidas com atravessadores e sucateiros contribuem para manter a remuneração dos catadores(as) sempre baixa. Como aponta a bibliografia, a exploração dos trabalhadores que desenvolvem a atividade de catação por aqueles que estão nos elos superiores da cadeia produtiva da indústria da reciclagem é comum na realidade brasileira.

Ainda sobre a questão da remuneração nos EES é importante destacar que alguns trabalhadores(as) entrevistados comentaram que trabalhando como catadores(as) individuais conseguiram maiores rendimentos que como catadores(as) associados. Os motivos apontados foram que no lixão ou nas ruas eles tinham acesso a uma maior quantidade de materiais recicláveis, pois ainda é pequena a parcela da população que adere à coleta seletiva. Mesmo indicando conseguir maiores rendimentos fora dos EES, os trabalhadores entrevistados declararam preferir trabalhar de forma associada, por perceberem as melhorias nas condições de trabalho e da qualidade de vida. Como catadores individuais os trabalhadores não têm horário fixo, alongando suas jornadas por muitas horas, às vezes trabalhando à noite quando a temperatura diminui, não tendo acesso a EPIs, nem ajuda para desenvolver suas atividades.

Conhecemos um catador de João Pessoa que após trabalhar como catador em São Paulo por alguns anos voltou à Paraíba, sua terra natal, continuando a desenvolver o trabalho de catador. Este trabalhador resistiu a participar dos EES de catadores da cidade por considerar que os trabalhadores associados eram desorganizados e demoravam a tomar decisões – provavelmente este trabalhador tinha dificuldade em entender a lógica do trabalho autogestionário – além de obterem menor rendimento mensal do que ele conseguia trabalhando sozinho. Entretanto, no Encontro Estadual de Catadores e Catadoras da Paraíba, realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2015, encontramos este catador que nos relatou que em meados de 2015 começou a participar de um EES de catadores e afirmou que mesmo ganhando menos passou a preferir o trabalho associado, onde teria acesso a direitos e condições de trabalho que como catador individual não desfrutava. As condições do trabalho dos catadores dentro e fora dos EES serão aprofundadas no próximo capítulo.

A maioria dos trabalhadores dos quatro EES estudados reconhece que os empreendimentos passam por dificuldades financeiras e declaram que estas dificuldades afetam seu trabalho e mesmo sua vida fora dos empreendimentos. Embora alguns entrevistados tenham declarado não considerar que o EES passa por dificuldades financeiras, estes foram principalmente os trabalhadores da COTRAMARE (que tem o maior rendimento entre os EES) e trabalhadores que estavam nos EES há pouco tempo.

Na opinião dos entrevistados, as dificuldades financeiras dos EES estão relacionadas principalmente à falta de consciência ambiental da população que explica em parte a baixa quantidade de material coletado; ao descumprimento das diretrizes do Plano Nacional de Gestão dos Resíduos Sólidos e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Campina Grande, por parte das empresas que não doam o material reciclável aos EES; à má condição do espaço físico do galpão e à falta de maquinário e equipamentos que não

permitem a acumulação de uma quantidade maior de material para a comercialização; à figura do atravessador, que impõe preços baixos ao material reciclável comercializado; e à falta de apoio do poder público, que deveria ajudar os EES de catadores através da conscientização da população para a coleta seletiva, doação de galpões e equipamentos de trabalho, remunerando-os por suas atividades.

Os trabalhadores acreditam que as estratégias que poderiam resolver as dificuldades financeiras dos EES seriam: a conscientização e sensibilização da população para a coleta seletiva (para alguns esta deveria ser realizada pelos próprios catadores, já outros atribuem esta responsabilidade ao poder público, que deveria investir em campanhas de educação ambiental em escolas, creches, na TV, etc.); conseguirem mais material através da abertura de novas rotas e do estabelecimento de parcerias para a doação do material reciclável; o fortalecimento dos EES através da doação de galpões maiores e equipados que permitissem a acumulação de um volume maior de material e seu beneficiamento; e, por fim, a contratação dos EES pela prefeitura, que garantiria a estes trabalhadores uma renda fixa e o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

Um trabalhador da COTRAMARE relatou ainda a necessidade do EES ter um caixa mínimo como uma estratégia para enfrentar as dificuldades financeiras. O entrevistado informa que este caixa serviria para pagar despesas do empreendimento quando as vendas estivessem baixas ou mesmo para ajudar algum trabalhador que viesse a se machucar no trabalho ou que não tivesse dinheiro para a passagem de ônibus. A observação deste entrevistado é relevante, apenas a CATAMAIS relatou ter um caixa de cerca de R\$400,00 para cobrir despesas eventuais.

Quando perguntamos sobre a integralização da quota-parte, o então presidente da CATAMAIS relatou que no início eram vinte e duas quotas partes integralizadas a partir da retenção de 15% do salário de cada associado. Depois esse sistema mudou e hoje há um caixa de mais ou menos R\$400,00 formado pelo dinheiro das faltas dos trabalhadores. A cada falta o trabalhador deixa um trinta avos (1/30) de sua remuneração para o caixa da cooperativa. Até maio de 2015 a cada falta eram descontados R\$20,00 do trabalhador, mas esse sistema precisou mudar devido às baixas remunerações auferidas.

Apesar da COTRAMARE informar a integralização das quota-parte – cada cooperado paga cinco reais por mês por dez meses, até chegar à cinquenta reais, caso o trabalhador se afaste da cooperativa esse valor não é devolvido – a sugestão do trabalhador sobre a necessidade de haver um caixa na cooperativa nos leva a crer que neste EES não há

uma reserva para despesas emergenciais ou que esta reserva não é disponibilizada para os trabalhadores quando estes precisam.

Como a ARENSA e a CAVI são associações elas não são obrigadas a integralizar quotas-parte, por este motivo não fizemos esta pergunta às presidentas das associações. No entanto lamentamos não ter perguntado se nestes EES há um caixa para resolver questões emergenciais. Infelizmente este questionamento só nos pareceu relevante após o termino da pesquisa de campo.

Os dados secundários do mapeamento nacional de Economia Solidária trazidos neste tópico indicam que a situação financeira nos EES em geral ainda deixa muito a desejar, muitos empreendimentos não conseguem remunerar seus sócios e mesmo quando conseguem, boa parte dos sócio-trabalhadores precisam encontrar outra forma de renda. Além disso, boa parte dos EES no país necessita de financiamento e os que buscam estes financiamentos acabam encontrando dificuldades em acessá-lo.

Com relação aos quatro casos observados nesse estudo, percebe-se a existência de articulações financeiras com órgãos e instituições públicas e privadas, que financiam o espaço físico destes empreendimentos, o maquinário, os EPIs, transporte, além de colaborar com as associações/cooperativas através da coleta seletiva. Mesmo que de forma indireta pode-se identificar as relações financeiras estabelecidas. Estas podem ainda ser percebidas como relações de dependência, tendo em vista que mesmo contando com todos estes apoios as associações/cooperativas de catadores ainda enfrentam fortes dificuldades financeiras, e provavelmente sem estes apoios os EES nem mesmo conseguiriam persistir.

Como vimos, de acordo com as análises de Wellen (2012), Lima (2007) e Holzmann (2012) os laços de dependência com o setor privado (empresas capitalistas), com o setor público ou com o terceiro setor ameaçariam a autonomia das experiências de Economia Solidária. Nos casos analisados constatamos que os EES de catadores de Campina Grande acabam desenvolvendo relações de dependência com estes três setores.

Sem o apoio do setor público e do terceiro setor as cooperativas e associações estudadas provavelmente nem existiriam, visto que todas foram originadas a partir de projetos de atores da iniciativa pública ou privada que até hoje apóiam estes EES, estabelecendo com estes articulações produtivas (no caso da CAVI), comerciais e financeiras (em todos os EES). Como já observado, no caso da ARENSA as relações entre o EES e o agente externo configuram a tutela externa do grupo e no caso da CAVI os trabalhadores mostraram-se incapazes de praticar a autogestão, dependendo de agentes externos para resolver as questões internas do EES.

De acordo com nossas observações, a relação com o Estado ainda não vem ameaçando a autonomia dos grupos de Campina Grande, mesmo que todos os grupos estudados demonstrem forte relação com o programa CATAFORTE, do Governo Federal. Imaginamos que as relações entre os EES e o Estado podem passar a ameaçar a autonomia dos grupos a partir da efetivação das políticas públicas de gestão dos resíduos sólidos. Como a prefeitura pretende remunerar os EES de catadores pelas atividades que desenvolvem é natural que passe a existir um controle ou fiscalização dos serviços prestados. Hoje já é possível se observar mudanças decorrentes da probabilidade de contratação pela prefeitura, que exigiu que os EES passassem a registrar a quantidade de material coletado, a quantidade de rejeito retirado das ruas e a quantidade de material vendido, para que a prefeitura tenha uma base sobre a remuneração dos trabalhadores e possa estabelecer metas aos EES.

As informações coletadas na pesquisa nos levam a inferir que, de todas as articulações comerciais e financeiras estabelecidas pelos EES de catadores da cidade de Campina Grande, a mais prejudicial é a relação com empresas capitalistas da indústria de reciclagem. A manipulação do preço do material reciclável pelos atravessadores tem mantido os ganhos dos catadores baixos. É evidente a forma como estes atravessadores se apropriam do trabalho dos catadores, ficando com maiores margens de lucro enquanto os catadores mal ganham o suficiente para sobreviver.

Se levarmos a risca o conceito de autonomia poderíamos concluir que nenhum dos casos observados consegue manter sua autonomia, pois, mesmo a CATAMAIS, onde identificamos que a autogestão é praticada e que o grupo não sofre tutela interna nem externa, desenvolve relações com o Estado, com entidades de apoio e com o mercado capitalista das quais depende para sobreviver. Por não querer reduzir as experiências destes trabalhadores a fórmulas irreduzíveis, preferimos partir da perspectiva de que cada um dos casos aqui relatado se aproxima e se afasta dos conceitos de autogestão e de autonomia de acordo com suas características e práticas.

As práticas da autogestão e autonomia não são fáceis de serem postas em práticas, pois contrariam a lógica capitalista, que tanto permeia o ambiente externo aos empreendimentos econômicos solidários como muitas vezes está interiorizada nos indivíduos que participam destes empreendimentos, como já apontavam os críticos da ES. Romper com a lógica dominante não é fácil, mas como disse o Entrevistado 25 em uma citação já mencionada, só através da experimentação se aprende a fazer autogestão, e completamos ainda, só através da tentativa, do aprendizado e do amadurecimento os EES podem caminhar em direção a autonomia.

Em nosso entendimento ao se organizarem em EES estes catadores(as) já deram um grande passo em direção à diminuição da exploração de seu trabalho pelos atravessadores, conseguiram melhorar sua qualidade de trabalho e de vida. As conquistas que estes trabalhadores vêm fazendo não devem ser ignoradas porque de fato têm contribuído para mudar sua realidade, como veremos mais profundamente no próximo capítulo.

Entretanto isso não quer dizer que eles já “tenham chegado lá”, ou seja, que os EES de catadores de materiais recicláveis já consigam ter autonomia e autogestão de forma “plena”, pelo contrário, ainda há muito que se modificar para que os empreendimentos solidários de catadores se aproxime dos princípios da Economia Solidária da forma como estes princípios estão expressos na bibliografia sobre o tema. Ou talvez, os conceitos precisem se flexibilizar para dar conta das especificidades do caso dos catadores.

O que queremos dizer é que da maneira como estão definidos os conceitos de autonomia e autogestão são praticamente inatingíveis pelos EES de catadores, principalmente o conceito de autonomia. Para estes trabalhadores – que até poucos anos atrás eram invisibilizados e marginalizados pela sociedade – as entidades de apoio foram a porta de entrada para a mudança de vida e as parcerias com o setor público e privado foram a maneira de manter sua proposta viva, ou seja, de manter os EES funcionando. Por mais que não sejam ideais, as articulações produtivas, comerciais e financeiras estabelecidas se configuram da melhor maneira que os limites da disputa entre a Economia Solidária e o capitalismo permite no momento. Embora existam muitos planos para o futuro dos EES de catadores, o horizonte em que estes – ou mesmo que EES de qualquer outro tipo de atividade – vão se tornar completamente emancipados e dotados de total autonomia parece mais a visão de um oásis em pleno deserto que uma possibilidade real.

Em síntese, concluímos deste capítulo que as articulações produtivas, comerciais e financeiras dos EES de catadores de materiais recicláveis de Campina Grande revelam que estas experiências ainda estão longe do conceito de autonomia trazido pela literatura da ES. E ainda, que da maneira como se configuram as articulações desenvolvidas, algumas revelam que os EES têm servido aos interesses do capital. Entretanto, consideramos que a organização dos catadores em EES é um primeiro passo em direção ao rompimento da exploração destes trabalhadores pelo capital. Através de sua organização e mobilização os catadores têm avançado na direção de conquistas que lhes permitam mudar as relações que se estabelecem sobre eles, hoje organizados em EES estas relações já são diferentes das estabelecidas com catadores individuais, mas ainda é preciso muita luta para que os EES de catadores conquistem mais espaço em sua disputa contra o capital.

4. Consequências das relações entre a Economia Solidária e a dinâmica capitalista para os trabalhadores

Para analisar as consequências das relações desenvolvidas entre os empreendimentos econômicos solidários (EES) estudados e a dinâmica capitalista, dividiu-se este capítulo em dois tópicos. O primeiro pretende apresentar a percepção que os(as) catadores(as) de material reciclável que fazem parte dos EES têm do trabalho que desenvolvem nestes empreendimentos e o segundo visa observar a percepção dos(as) catadores(as) a respeito das relações que o EES desenvolve com a dinâmica capitalista.

4.1. A percepção do trabalho nos empreendimentos solidários

As atividades desenvolvidas nas associações/cooperativas de catadores(as) de material reciclável na cidade de Campina Grande incluem: conscientização ambiental da população, coleta porta a porta, separação do material reciclável nos galpões (ou triagem), presa, pesagem, armazenamento e venda dos materiais. Além dessas atividades são desenvolvidas atividades de limpeza do galpão e do banheiro, preparação de café e lanche para o grupo.

Na CAVI, que produz artefatos em vidro, também são realizadas atividades de artesanato. As trabalhadoras preparam as peças quebrando ou cortando o vidro, montando a peça a ser desenvolvida, levando ao forno e lixando para dar acabamento. Na ARENSA os processos de trabalho para preparação do sabão em barra incluem cozimento do óleo usado com solvente e essência em um grande tonel metálico e distribuição do cozido em embalagens de caixas de leite vazias para dar forma ao sabão, por fim é realizada a venda do sabão, que é oferecido nas residências em que o grupo realiza a coleta seletiva.

Quando perguntamos quais atividades desenvolviam no EES, um dos entrevistados declarou que os catadores(as) realizam a limpeza do meio ambiente, o que demonstra consciência da importância do trabalho que desenvolvem. A maioria dos entrevistados demonstra perceber a importância de seu trabalho para o meio ambiente e alguns lamentam não haver reconhecimento de sua atividade por parte da sociedade e do poder público.

O trabalho nas associações/cooperativas estudadas é realizado coletivamente, quando perguntado que atividades desenvolviam no EES, todos os trabalhadores responderam “tudo” ou listaram uma série de atividades que incluía a maioria dos trabalhos realizados nos EES.

Todos os entrevistados declararam considerar as atividades que desenvolvem importantes para o funcionamento do empreendimento.

Quando perguntamos como as atividades são divididas nas associações/cooperativas obtivemos as seguintes respostas:

A gente se divide assim: como tem pouca gente, a gente se divide. Três pessoas pra ficar separando o material, vai quatro pra fazer a coleta, quando chega, a gente a tarde vai separar o material, vai fazer triagem de material, o grupo em si que ficou fazendo triagem de manhã vai fazer outra atividade que é arrumar a pia, lavar o banheiro, limpar o galpão... (ENTREVISTADA 23).

As tarefas cada um faz o seu. Assim, a gente não manda em ninguém porque todo mundo aqui sabe como é o procedimento, né? Todo mundo sabe. Às vezes você pede uma coisa “ei fulana faz isso aqui” [...] aí é assim, cada um sabe sua função, sabe? Na hora de levantar um bergue [saco grande com material já separado], todo mundo ajuda a levantar, sabe? Na hora de fazer uma coisa, todo mundo ajuda. Na hora de limpar, todo mundo limpa. Todo mundo junto. Num tem esse... assim, tudo igual. Por isso eu gosto de lutar por igualdade porque todo mundo faz igual. É bom. [...] Então assim, cada um faz uma coisa, cada um faz uma função. Tá vendo que precisa ali, vai e faz. [...] Tem que tomar iniciativa, cada um toma sua iniciativa aqui (ENTREVISTADA 02).

[...] é como a casa de farinha, na casa de farinha todo mundo num faz um serviço? Uma rapa, a outra moi, outro tira a goma, outro mexe a farinha... É como é mesmo o serviço aqui. Num tem negócio de ficar tudo numa tua não, tem que adiantar o serviço (ENTREVISTADA 11).

Percebe-se que nos EES estudados há um rodízio de atividades que acontece de forma praticamente natural. Em todos os EES, os trabalhadores dividem-se em grupos para realizar a coleta porta a porta, cada grupo tem seu dia de coleta, nos galpões os trabalhadores dividem-se entre as atividades de separação, prensa, pesagem, armazenamento e limpeza do galpão. Raramente algum trabalhador(a) com mais idade fica dispensado(a) da atividade de coleta, mesmo assim eles fazem questão de afirmar que se for preciso participam das rotas de coleta com os demais. O carregamento e descarregamento do caminhão também são realizados coletivamente, como ilustra a figura 08.

Figura 08: Descarregamento de caminhão na ARENSA



(Fonte: Acervo da pesquisadora)

Apenas a atividade de venda do material fica sobre a responsabilidade de poucos trabalhadores em alguns dos casos, como na COTRAMARE – como já comentado. Alguns trabalhadores fizeram questão de frisar ainda as atividades que desenvolvem no Projeto CATAFORTE, informando ser um “catador mobilizador” e destacando que participam de muitas reuniões, o que para eles também representa uma atividade inerente ao trabalho de catador em um EES.

A CAVI foi o único EES estudado que apresentou problemas na divisão das atividades dentro do empreendimento. Como cada trabalhadora faz seu próprio horário e realiza as atividades que quiser sem dialogar com o grupo, algumas trabalhadoras acabam se sentindo exploradas por desenvolver mais atividades que as demais ou por trabalhar mais horas no EES.

Quando perguntamos quem decide quem vai realizar cada atividade descobrimos que na maioria dos EES os trabalhadores declararam que cada um faz o seu, pois todos sabem o procedimento ou que cada um faz o que der pra fazer. As respostas coletadas indicam o grau de liberdade dos trabalhadores em decidir que atividades realizar dentro do empreendimento, essa liberdade não compromete a dinâmica coletiva do trabalho, percebe-se que os trabalhadores conseguem desenvolver suas atividades de forma cooperativa e solidária.

É importante destacar que na ARENSA dois trabalhadores indicaram que a presidenta ou o vice-presidente são responsáveis por decidir quem realiza cada atividade, no entanto os mesmos entrevistados complementaram suas respostas informando que quando estes viajam os trabalhadores dão continuidade às atividades ou que às vezes são os próprios trabalhadores quem decidem que atividades realizar. As declarações não parecem indicar que exista um controle sobre a realização das atividades na figura da presidenta e do vice

presidente, pois além de ter sido uma minoria que indicou estes como responsáveis pela divisão das atividades, os mesmos entrevistados apontaram que nem sempre são os dois quem decide sobre a realização das tarefas.

O caso da COTRAMARE é mais complexo, pois a maioria dos trabalhadores aponta “a diretora” (conselheira de vendas e ex-presidenta) como responsável por decidir quem realiza cada atividade dentro do empreendimento. Apenas uma entrevistada não mencionou “a diretora” e declarou que cada um já sabe o que fazer quando está na cooperativa há muito tempo. Nas palavras de uma das entrevistadas: “Sempre é [nome da ‘diretora’], ela que é a cabeça de tudo. Ela é que sempre dá... assim que diz... fulano vai pra tal canto, fulano vai pra coleta, fulano fica hoje, sempre é assim” (ENTREVISTADA 20).

Mesmo que quase todos os trabalhadores tenham identificado a “diretora” como responsável pela divisão das atividades e pelo maior número de responsabilidades dentro do EES – como visto no capítulo 2 –, estes não parecem incomodados com a situação. Embora pareça existir certo grau de concentração de poder na figura da “diretora” na COTRAMARE, os trabalhadores em momento algum demonstraram estranhar ou se incomodar com a situação, pelo contrário, parece haver a naturalização da ideia de que a “diretora” esteja à frente da cooperativa, provavelmente por esta está no empreendimento desde o começo já tendo exercido o cargo de presidenta, tendo muito conhecimento sobre a situação da cooperativa e do movimento dos EES de catadores(as) na cidade e no estado.

Na CAVI as trabalhadoras entrevistadas declararam que cada um faz o que quer e por isso uns trabalham mais e outros menos. De acordo com uma das entrevistadas elas tentaram organizar a divisão das atividades, mas não deu certo porque parte do grupo não aceitou ou simplesmente não seguiu a divisão proposta. A falta de união entre os membros dessa associação repercute na dinâmica de trabalho do grupo, o que por sua vez repercute nos resultados financeiros da associação, como visto.

As condições de trabalho em cada EES estudado são ligeiramente diferentes. Pudemos identificar que a falta de estrutura de alguns galpões, a falta de maquinário adequado e a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) leva os trabalhadores de alguns EES a desenvolverem suas atividades de forma inadequada. Especificaremos cada um dos casos para melhor entendimento da realidade de cada empreendimento.

Devido à falta de janelas, o galpão da COTRAMARE é escuro e abafado, além de pequeno. Com pouco espaço, pouca ventilação e iluminação inadequada os trabalhadores ainda sofrem com a acústica do local, que faz os ruídos das atividades de separação e prensa do material se tornarem demasiadamente altos. Os trabalhadores não percebem mais o quanto

o ruído é alto, tendo reclamado apenas da iluminação e ventilação, mas para quem visita a cooperativa pela primeira vez fica evidente os problemas acústicos, foi necessário elevar bastante o tom da voz para realizar as entrevistas e no momento da transcrição destas ficou ainda mais evidente a quantidade de ruído dentro do galpão.

O Entrevistado 21 relatou que trabalhou por quatro meses na COTRAMARE, se afastou e depois voltou para a cooperativa, agora vai fazer um ano que está na cooperativa de novo. O motivo que o levou a se afastar da primeira vez foram as condições de trabalho, devido ao cheiro forte do material reciclável no galpão o entrevistado vivia doente, mas afirmou que dessa segunda vez que voltou está dando certo.

Quando perguntamos sobre a situação do espaço físico a Entrevistada 18 declarou: “Não tem espaço, mas a gente tem que trabalhar nele assim mesmo”. A Figura 09 ilustra o quanto o galpão da COTRAMARE é escuro e apertado.

Figura 09: Trabalhadoras realizando a triagem do material na COTRAMARE



(Fonte: Acervo da pesquisadora)

Com relação ao maquinário, a prensa está quebrada (o que pode ter contribuído com o ruído identificado) e alguns carrinhos também. Uma das entrevistadas relatou a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) na cooperativa, comentando que os apoios da COTRAMARE deveriam ajudar os trabalhadores, pois não é seguro trabalhar sem os EPIs. Esta trabalhadora, que já havia trabalhado na CATAMAIS, comparou a situação das duas cooperativas dizendo que na CATAMAIS não falta EPIs para os trabalhadores pois o CENTRAC doou uma boa quantidade de equipamentos de proteção individual para a cooperativa. De acordo com a entrevistada, a ONG doou EPIs para todos os EES de catadores da cidade, inclusive para muitos catadores individuais, através do projeto “Cooperar para Melhor Coletar e a Vida Melhorar”, porém muitos dos EPIs se desgastaram, não tendo sido repostos por nenhum dos apoios. Na opinião da entrevistada não faltam EPIs na CATAMAIS

porque esta cooperativa tem laços mais estreitos com o CENTRAC que os demais EES da cidade.

Na CATAMAIS houve reclamações com relação à ventilação do galpão antigo, onde os trabalhadores atuavam na época da pesquisa de campo, o grupo considerava a situação do espaço físico precária, mas não sabemos quais são as condições do galpão novo que a cooperativa recebeu em dezembro de 2015. Com relação ao maquinário estava tudo funcionando na época da entrevista, mas o grupo mencionou que existem maquinários que a cooperativa nunca teve acesso que facilitariam o desenvolvimento das atividades. Não houve queixas com relação à falta de EPI's, como vimos este não chega a ser um problema nesta cooperativa. Em nossa avaliação as condições de trabalho na CATAMAIS são boas se comparadas às condições em outros EES da cidade. Pelas declarações dos entrevistados o maior problema que o grupo tinha era a incerteza de onde iriam desenvolver suas atividades quando o contrato de aluguel do galpão custeado pela UEPB vencesse, com a doação do novo galpão esse problema acabou.

A CAVI conta com uma boa estrutura física, o galpão da CAVI é próprio, espaçoso, ventilado e bem iluminado, logo não houve reclamações com relação à estrutura. O maquinário da CAVI é provavelmente o mais completo e em bom estado de todos os EES de Campina Grande, a associação tem dois fornos (um funciona e outro ainda não está funcionando porque está faltando uma peça), uma balança e uma prensa (não estão usando ainda) e carrinhos para a coleta. As trabalhadoras não reclamaram da falta de EPIs, mas também não as vimos usar nenhum equipamento de proteção durante a realização das atividades. A Figura 10 trás um dos espaços internos da CAVI, com parte do maquinário e mesa de trabalho.

Figura 10: Ambiente interno do galpão da CAVI



(Fonte: Acervo da pesquisadora)

O caso mais crítico com relação às condições de trabalho é o da ARENSA. Por ser extremamente pequeno, o galpão não comporta o armazenamento do material e os trabalhadores ao mesmo tempo. Assim os trabalhadores têm que desenvolver suas atividades do lado de fora, no sol e na chuva, como já comentado. Além disso, o armazenamento se torna difícil pois o material reciclável tem que ser empilhado quase até o teto para que caiba tudo dentro do galpão, como é possível observar na Figura 11.

Figura 11: Trabalhadores realizando o armazenamento do material na ARENSA



(Fonte: Acervo da pesquisadora)

Além da falta de espaço do galpão, os trabalhadores da ARENSA sofrem com a falta de maquinário adequado para a realização das atividades e reclamam que parte do maquinário do qual dispõem está quebrado. De acordo com os entrevistados falta prensa, esteira, mesa de triagem eletrônica para tirar cobre, parafuso, etc. Essas mesas têm um designer que permite aos trabalhadores trabalharem com maior conforto, na posição adequada. Nenhum dos EES de Campina Grande tem uma mesa dessas. O grupo relatou também precisar de mais carrinhos porque muitos estão quebrados. Com relação aos EPI's o grupo relatou já ter recebido, mas disse precisar de fardamento novo, mostrando o desgaste do fardamento atual. Foi possível observar que muitos trabalhadores desenvolvem as atividades sem nenhum equipamento de proteção.

Ainda com relação às condições de trabalho, obtivemos relatos de situações desagradáveis que a falta de consciência ambiental e de respeito à atividade dos catadores

ocasionam. Boa parte dos parceiros cadastrados nos EES ainda envia lixo junto ao material reciclável na coleta seletiva, parte por não saber diferenciar os resíduos, parte por querer livrar-se do lixo no dia da coleta seletiva. Foram relatados também casos de pessoas que colocam o material reciclável na rua no dia da coleta no lixo, dizendo aos catadores que se quiserem podem pegar o material no lixo, mas não guardam o material para entregar aos catadores no dia da coleta seletiva. Segue algumas declarações que ilustram essas situações e a indignação dos catadores com esse tipo de atitude.

Olha, eu vou te dizer uma coisa, eu fui pra um certo bairro fazer coleta, já com a farda, eu tô na ARENSA faz dois anos e oito meses, aí eu fui pegar a reciclagem numa casa, aí fui olhar na outra se a dona estava. Eu vi a reciclagem lá num canto, sabe o que fizeram? Me jogaram um saco de carne podre. A casa do lado me jogou um saco de carne podre. Eu disse “a gente não leva carne podre não, a gente leva reciclagem”. Isso é discriminação feia, feia. Agora se eu fosse a pessoa que eu era antes [antes de entrar na associação] eu pegava jogava dentro da casa dele. Mas não, peguei botei na beira do carrinho, quando chegou lá no lixo eu joguei. Pra você como que é, ainda tem pessoas assim. É uma coisa assim que te dói por dentro, sabe? Será que não tá vendo que a gente tá tirando as coisas da rua? Limpando a cidade, a rua que ele mora, entendeu? E acha ruim. [...] Olhe, o mundo tá tão terrível que as pessoas tão se acostumando mais com as coisas ruins do que com as coisas boas (ENTREVISTADA 02).

[...] tem gente que faz assim, eles botam lixo junto com os recicláveis [...] a gente prefere trazer, porque nós não pode dizer “nós num vai levar”, o povo fica logo com raiva. Tem gente assim que a gente assim “reciclagem”, aí o povo vem com uma bolsa de lixo. “Minha filha a gente trabalha com lixo não, desculpe, a gente trabalha com reciclagem, mas com lixo não”. Aí tem gente que não sabe ainda distinguir reciclagem do lixo. Aí a gente vai ensinar ainda como é. É trabalho... tanto a gente ensina, dá educação, como a gente trabalha, e se educa também, né? [...] E a gente aprende mais ainda (ENTREVISTADA 07).

[...] Às vezes... muitas vezes a gente vai numa casa aí elas diz que vão juntar, quando a gente chega lá o material todim [todinho] tá no lixo. Desse jeito. E eu acho assim, como a gente tá fazendo aquele processo todim [todinho] de falar e pedir pra eles juntar, acho que a gente não tem a obrigação de pegar e meter a mão no lixo (ENTREVISTADA 10).

Assim, porque vem muito lixo orgânico, então se o pessoal das residências, das empresas, tivessem um pouquinho mais de consciência, eles trocava o lixo pela reciclagem, porque tem os dias que o carro do lixo passa, o coletor, aí eles marca o dia que o lixo passa, não bota o lixo todo e coloca dentro das coletas, então assim a gente tira mais lixo do que reciclagem. Isso a prefeitura tá corrigindo aí que é pra pagar por esse trabalho que a gente tá fazendo. Que é um trabalho da prefeitura que quem tá fazendo é a gente, entendeu? (ENTREVISTADA 23).

Os depoimentos demonstram o quanto a falta de consciência ambiental e o desrespeito à atividade dos catadores são grandes na sociedade. Para mudar essa situação, os trabalhadores(as) entrevistados acreditam que é necessário investir em campanhas de

educação ambiental. Mesmo que os próprios catadores(as) já realizem a educação ambiental da população, a maioria deles frisa a importância do apoio do poder público para alcançar as escolas, creches e a mídia (como a televisão), para que a população entenda a importância da coleta seletiva para o meio ambiente e passe a respeitar a atividade dos catadores.

Outro problema inerente à atividade dos catadores é o risco de acidentes de trabalho, tais como cortes e machucados, além das doenças ocupacionais, como problemas de coluna. Alguns catadores(as) comentaram sobre pequenos acidentes que tiveram realizando suas atividades, mostrando cicatrizes, eles atribuem os acidentes de trabalho à mistura de material perigoso aos recicláveis, tais como vidro quebrado, pedaço de metal afiado, etc. Embora nenhum dos entrevistados tenha reclamado de doenças ocupacionais, pudemos identificar nas conversas que estas existem, quando alguns relataram que não podem pegar peso sozinhos por causa da coluna e outros comentaram que estavam procurando ir ao posto de saúde, porém era difícil conseguir uma consulta.

A falta de plano de saúde e de seguro contra acidente de trabalho é comum entre os catadores(as) de Campina Grande. Nenhum dos entrevistados tem seguro contra acidente de trabalho e apenas cinco contam com plano de saúde, sendo nos cinco casos um plano de saúde e assistência funerária popular que dá descontos nas consultas médicas e odontológicas, exames laboratoriais, na compra de remédios e na compra de gás de cozinha, porém não cobre nenhum destes serviços por completo. Nesse plano os conveniados pagam um valor anual em parcela única para cadastrar dez pessoas (o valor por pessoa é bem baixo) e por aderir ao plano têm direito a descontos nos serviços oferecidos. Os trabalhadores que não têm esse plano de saúde contam apenas com o Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento médico, nas palavras do Entrevistado 05 “É a primeira coisa que o caba precisa, é o cartãozinho do SUS”.

Apenas uma das entrevistadas contribui com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) na qualidade de conta própria e uma é aposentada como agricultora familiar. Dos demais, dois já contribuíram para o INSS, um relatou que contribuiu por doze anos e gostaria de voltar a contribuir para ter direito à aposentadoria. Duas entrevistadas comentaram que seus esposos contribuem para o INSS, tendo uma delas destacado que por esse motivo não vê necessidade em ela mesma contribuir, pois um dia ele irá se aposentar e se ele morrer primeiro ela terá direito a pensão.

A maior parte dos entrevistados revela a vontade de contribuir com o INSS para ter direito aos benefícios previdenciários, tais como seguro contra acidente, licença maternidade e aposentadoria. Os(as) catadores(as) de Campina Grande se mostraram esperançosos com

relação a possibilidade da prefeitura efetivar a contratação dos serviços das associações e cooperativas, assinando a carteira dos trabalhadores, embora alguns se mostrem céticos com relação à possibilidade real de efetivação do PMGIRS-CG.

Mesmo que em alguns dos casos observados as condições de trabalho dentro dos EES ainda sejam precárias, todos os trabalhadores que foram catadores individuais no lixão ou nas ruas antes de entrar nos EES relataram as melhorias nas condições de trabalho que as associações/cooperativas proporcionaram. Estas estão relacionadas ao maior conforto dentro dos EES em comparação ao lixão ou às ruas, maior reconhecimento de sua atividade por parte da população e do poder público, desenvolver as atividades de forma coletiva, ter um lugar para armazenar o material sem sofrer furtos, ter acesso a maquinário, EPIs e transporte do material, estar organizado, possibilidade de contratação dos EES pela prefeitura, etc.

Dezenove dos vinte e quatro catadores(as) entrevistados (quatro dirigentes e vinte trabalhadores) comentaram terem trabalhado como catadores individuais antes de participarem do EES. Quando perguntamos se estes percebiam alguma diferença entre trabalhar como catadores individuais e trabalhar de forma associada obtivemos os seguintes relatos:

Ah tem, porque agora eu tenho ajuda, antes eu tinha que fazer tudo sozinha. Eu tinha que pegar o material, separar e procurar a quem vender, e ainda pagar uma pessoa pra levar pra mim poder vender o material. Aí ficava pouquinho coisa. O que era de cem reais... quando dava cem reais eu ficava com sessenta, sabe? Com uma micharia pra passar a semana. Aí trabalhava mais de noite e à madrugada porque durante o dia o sol era quente demais [...] Aqui graças a Deus é melhor, né? Tem carro pra trabalhar, tem gente pra pegar o ferro, bem melhor, bem melhor mesmo [...] Vivia no lixão, nas casas, levando grito... “Ei abra meu lixo não!”. Aí eu falava “Não moça, pode deixar, eu vou abrir, mas eu vou fechar”. Às vezes eu andava com um saco de sacola pra botar o lixo da pessoa dentro pra não ter que chamar minha atenção. Eu passava “moça, eu vou tirar aqui, mas vou deixar do mesmo jeito, viu?” [...] Eu morava... meu barraco só faltava cair em cima de mim. Aí eu falei... pra pegar a reciclagem e botar atrás do barraco, quando eu ia vender já tinham roubado a metade da minha reciclagem. Aí eu falei, não tem que arrumar um canto. Aí apareceu Dona [nome da presidenta da associação] lá precisando de uma pessoa lá pra trabalhar (ENTREVISTADA 02).

Porque minha mãe já trabalhava, aí a gente trabalhava nas ruas, coletando nas casas. Abrindo sacola... E assim mesmo o povo tinha medo da gente, corria quando via a gente. Era... pensava que a gente era... uns bandido, né? Porque... botava lá, a sacolinha lá, quando o carro do lixo passava, quando via a gente pegava e corria, com medo. Aí a gente ainda dizia “não a gente não é nenhum bicho, nem um bandido, nem nada não. A gente só somos catadores”. Aí a gente só tá assim atualmente conhecido mais depois que a professora [nome da professora] veio, conversou com as menina do apoio, com [nome de pessoa] [...] A gente agradece até elas até hoje assim (ENTREVISTADA 03).

O que eu gostei até hoje mais foi na cooperativa, depois que entrei aqui num quero sair mais. Só saio no tempo de sair mesmo, se eu me aposentar um dia saio. Até quando der pra ficar trabalhando nós fica, dependendo da saúde, né? [...] Reunido é bom, o caba trabalhar reunido é melhor que sozinho (ENTREVISTADO 22).

Assim, como eu tava no lixão e é diferente da associação, né? [...] na associação é mais diferente porque eu tava na balança, na separação dos troço, na cooperativa... no lixão não, no lixão eu trabalhava... era muito diferente, diferente demais, nem se compara uma coisa com a outra (ENTREVISTADA 24).

Além dos relatos coletados em entrevista, tivemos a oportunidade de ouvir um depoimento de um catador no segundo módulo do Curso de Formação de Gestores em Economia Solidária, dia 02 de outubro de 2015. Este catador trabalha há trinta anos nesta atividade, ele trabalhava em um lixão e depois passou a participar de um EES. Ele começou a trabalhar no lixão do Roger em João Pessoa com dezoito anos, devido à falta de oportunidade de emprego, buscando meios de sobrevivência e de dignidade. De acordo com este trabalhador a sobrevivência dentro do lixão só é possível através de muita solidariedade, as pessoas se ajudam para conseguir sobreviver. O catador comentou que quando chegou ao lixão tinha muito rancor por motivos que nem ele sabe explicar, mas que via as pessoas sendo felizes lá dentro por nada, às vezes apenas por causa de um pedaço de papelão.

O catador conta que as transformações que ocorreram no lixão, com a chegada dos compactadores e com os garis tirando os materiais mais valiosos do lixo antes destes chegarem ao lixão, levaram os catadores a se unirem e se mobilizarem, fazendo um cordão humano para impedir a descarga do lixo. Com esta atitude eles conseguiram chamar a atenção do poder público, assim um secretário municipal foi visitar o lixão e passou a pensar em soluções junto à prefeitura de João Pessoa. De acordo com o catador, “pela necessidade do poder público foi que ele [o prefeito] mexeu nessa casa de maribondo”. A prefeitura entrou em contato com a Cáritas e assim teve início um projeto piloto com vinte e uma pessoas, que receberam carrinhos de coleta para ir às ruas passando informações para a população e começando a coleta de materiais recicláveis porta a porta.

O catador de João Pessoa relata que hoje faz quinze anos que ele trabalha como catador organizado, participando de uma associação. Para ele o que mudou com sua saída do lixão para a associação foi primeiramente sair do ambiente do lixão – onde o forte odor comprometia seu olfato, o que ele só percebeu meses após sair do lixão e aos poucos voltar a sentir o cheiro das coisas – e passar a ter acesso a galpões e equipamentos de trabalho. Outro catador, que participa da mesma associação, complementou que para ele as principais diferenças entre o trabalho na associação e o trabalho no lixão é que na associação o trabalho

é diferenciado, há cuidados com a segurança e saúde dos catadores, além disso, eles passaram a ter reconhecimento social.

O catador que deu seu depoimento considera ter se desenvolvido bastante com relação à questão ambiental. Percebe-se na fala destes dois trabalhadores um alto grau de consciência política, de conhecimento das leis que beneficiam os catadores de materiais recicláveis e de seus direitos. A consciência ambiental e política dos catadores(as) que participam de EES foi percebida em todos os empreendimentos pesquisados, principalmente na fala dos que se envolvem mais com os movimentos de Economia Solidária e dos catadores.

Outro relato que evidencia as condições de trabalho nos lixões foi o de uma catadora do lixão de Queimadas que está começando a organização de um grupo de catadores(as) da região com o apoio do CENTRAC, esta catadora já foi mencionada anteriormente. A catadora comentou que a falta de água impossibilita a higiene dos(as) trabalhadores(as) e suas famílias que vivem no lixão (como relatado, há crianças vivendo com os pais no lixão de Queimadas). Estas pessoas mal têm condições de preparar suas refeições nos barracos improvisados onde vivem devido à falta de água e de estrutura. Além da falta de água, os catadores(as) do lixão precisam discutir com os motoristas dos caminhões de lixo para que estes não depositem o lixo próximo aos seus barracos.

A catadora comentou ainda que a combustão do lixo estava matando os cachorros dos catadores e que era um risco para as crianças que poderiam se machucar. De acordo com o relato desta catadora e do catador de João Pessoa, acima mencionado, a combustão espontânea do lixo é comum, o processo de decomposição leva o lixo a esquentar e por vezes a incendiar. Como nos lixões uma camada de lixo é jogada em cima de outras, muitas vezes os catadores não vêem que o local onde estão pisando está em brasas por baixo de uma fina camada de lixo recém depositado. Esta catadora, que tinha os pés visivelmente queimados, com a pele fina em carne viva, não reclamou nem um momento da dor, provavelmente, se as condições de seu pé não tivessem chamado nossa atenção, nem saberíamos que ela própria era vítima da situação que estava relatando.

Outro problema relatado por esta catadora são os casos de crianças que se acidentam e acabam morrendo atropeladas pelo caminhão do lixo quando este vai descarregar. Esta catadora e uma representante do CENTRAC comentaram o caso de uma criança que faleceu após ser atropelada no lixão de Campina Grande quando este ainda funcionava. Mais uma questão relacionada à presença de crianças e jovens no lixão foi levantada pelo catador de João Pessoa ao qual nos referimos, de acordo com este, os próprios projetos que proíbem as crianças e jovens de trabalharem no lixão acabam prejudicando estes, pois com muito tempo

ociosos e sem a presença dos pais, várias crianças e jovens do antigo lixão do Roger em João Pessoa acabaram se envolvendo com o tráfico.

Através dos depoimentos e relatos mencionados percebe-se o quanto as condições de trabalho e de vida dos(as) catadores(as) nos lixões e nas ruas são mais precárias e difíceis que as condições de trabalho e de vida após o ingresso em associações e cooperativas de materiais recicláveis. Apesar de ainda estarem longe das condições ideais, as condições de trabalho e de vida destes trabalhadores têm melhorado bastante através do trabalho associado, esta melhoria é percebida tanto pelos catadores(as) que já participam de um EES, quanto por aqueles que ainda atuam nos lixões e nas ruas e vêm buscando se organizar em EES para conseguirem mudar de situação.

Além da atividade de catador, os entrevistados relataram já ter desenvolvido as atividades de doméstica, diarista, lavadeira de roupas, babá, cuidadora de idosos, auxiliar de cozinha, cozinheira, atendente de lanchonete, vendedora de salgados, recepcionista de hotel e de clínica médica, pedreiro, lavador de cereais, atividades ligadas à pecuária, vendedora de roupa de porta em porta, garçom em bar, vendedora de verduras e vendedora de lanches.

De todos os trabalhos que desenvolveram a maioria dos entrevistados, nove dos vinte, declararam ter gostado mais do trabalho na cooperativa, cinco disseram ter gostado mais do trabalho com reciclagem (não especificando se como catador individual ou se como associado), uma trabalhadora da CAVI declarou ter preferido o trabalho no lixão antes desse fechar, o motivo é que lá ela tinha uma renda maior que no EES. Um trabalhador disse preferir o trabalho na pecuária, informando ter se criado na pecuária e ter tido seu próprio negócio, só tendo mudado de atividade devido a situação financeira ter ficado difícil, o que o fez fechar o negócio e mudar de cidade. Uma entrevistada declarou ter gostado mais da atividade de cozinheira e outra declarou que gostava “quando eu trabalhava pra mim mesmo, vendendo minhas coisas” (ENTREVISTADA 14), o que indica que para esta trabalhadora a autonomia era maior na atividade de conta própria que na atividade associada. Como indicou Lima (2007), alguns trabalhadores têm dificuldade em perceber autonomia do trabalho através da posse coletiva dos meios de produção.

Poucos trabalhadores desenvolveram atividades no mercado formal de trabalho, tendo a carteira de trabalho assinada por um tempo, alguns só foram catadores por toda a vida. A maioria dos trabalhadores(as) entrevistados já havia desenvolvido atividades como trabalhador informal ou como trabalhador por conta própria ao longo da vida, além de ser catador. Geralmente nesses casos o trabalhador oscilava entre o trabalho informal e a atividade de catador individual nos lixões ou nas ruas, por vezes desenvolvendo as duas

atividades ao mesmo tempo. Nenhum dos entrevistados declarou ter se afastado da atividade de catador após ingresso na associação/cooperativa para desenvolver atividades no setor informal, o que indica que os trabalhadores preferem o trabalho associado ao trabalho no mercado informal. No entanto, alguns informaram ter se afastado da associação/cooperativa quando surgiu uma oportunidade no setor formal de trabalho, regressando ao EES quando voltaram a ficar desempregados.

Os que tiveram mais tempo no mercado formal mostraram uma inclinação a preferir o trabalho assalariado ao trabalho associado, devido à remuneração maior e regular e ao acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. Dois dos trabalhadores que trabalharam muitos anos com a carteira assinada declararam só estarem trabalhando como catadores devido ao desemprego, relatando a falta de oportunidade no mercado formal por causa da idade avançada.

O retorno ao mercado formal é identificado também nas experiências cooperativas, de acordo com Silva (2007, p. 156) “a cooperativa possui alto índice de rotatividade de cooperados, sendo que o principal motivo para saída é uma colocação no mercado de trabalho formal”. Ao entrevistar ex-cooperados para comparar a situação de trabalhador com carteira assinada à condição de cooperado que ocupavam, Silva (2007) descobriu que para estes trabalhadores a situação de empregado era melhor que a de cooperado, porque tinham acesso aos direitos trabalhistas.

Os relatos das trajetórias ocupacionais nos levam a perceber que para os(as) catadores(as), trabalhadores de baixa escolaridade com poucas oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho, é normal criar estratégias de sobrevivência e resistência ao desemprego e à pobreza, buscando ocupação no setor informal ou na atividade de catação de material reciclável, aceitando inclusive o trabalho de doméstica sem registro em carteira assinada, mesmo após a mudança na lei. A análise das informações nos leva a crer que também para estes trabalhadores, como indicava Cardoso (2013) o mercado formal é uma espécie de “terra de sonhos”, em razão de, presumidamente, ser protegido e oferecer benefícios que o setor informal e o trabalho associado não oferecem.

Outra pergunta que nos ajudou a conhecer os desejos dos trabalhadores sobre que atividades gostariam de realizar foi a relacionada aos cursos de formação. A maioria dos entrevistados declarou que havia processos formativos frequentes nos EES, oferecidos pelas entidades de apoio, projetos e programas voltados aos catadores. Entretanto alguns comentaram que não se interessavam pelos cursos oferecidos por causa da idade avançada ou que não queriam mais cursos porque consideram que estes atrapalham o trabalho.

Quatorze dos vinte trabalhadores afirmou que gostaria que houvesse mais cursos, destes quatro se referiram a cursos relacionados com a atividade que desenvolvem nos EES, como cursos de reciclagem, cooperativismo, Economia Solidária e contabilidade (a entrevistada é responsável pela contabilidade do EES). Uma trabalhadora mencionou que gostaria de receber cursos de formação escolar no ambiente de trabalho, afirmando que é difícil ir à escola à noite, após o dia de jornada da cooperativa e precisando dar atenção às crianças e aos serviços domiciliares. Os demais entrevistados relataram que gostariam de ter cursos de pecuária, técnicas com animais, eletricista, eletrônica, elétrica e cabeleireiro. Uma entrevistada comentou ainda que gostaria que o EES oferecesse cursos aos filhos dos associados, para que seus filhos não precisassem ser catadores. Seguem algumas respostas dos trabalhadores:

[...] assim... era bom assim que a gente tivesse como aprender mais sobre reciclagem, né? Porque nem tudo, tudo mesmo a gente sabe direito ainda (ENTREVISTADA 23).

Ah acho que a gente podia aprender mais sobre cooperativa, né? Que a gente trabalha nela. Queria aprender mais (ENTREVISTADA 24).

A gente quer fazer curso aqui dentro, a gente quer abrir um espaço pra curso pra os nossos filhos, entendeu? Meu filho não vai ser catador, meu filho tá fazendo um curso, entendeu? De elétrica, seja lá do que for. É um espaço, a gente quer abrir espaço, entendeu? Crescer. Não ficar só em ser catador não. Tem que crescer, a pessoa tem que ir pra frente. Os filhos, os netos, né? Porque vê o que a mãe passou... então ele vai crescer sabendo o que a mãe passou, mas ele vai evoluir, né? (ENTREVISTADA 02).

Embora alguns trabalhadores demonstrem interesse em continuar aprendendo sobre o trabalho que desenvolvem é alto o número de trabalhadores que gostariam de aprender sobre outras atividades, o que indica que a atividade de catador talvez não seja escolha destes trabalhadores, mas a opção que eles encontraram na vida. Ressaltamos que a maioria dos trabalhadores que indicaram cursos não relacionados à atividade dentro dos EES eram homens que já tinham tido a carteira assinada. O desejo dos trabalhadores de que seus filhos não sejam catadores reforça ainda mais a indicação de que ser catador não é o desejo de alguns destes trabalhadores. Estas informações reforçam que para muitos catadores(as) a atividade que desenvolvem configura mais uma estratégia de sobrevivência e uma forma de resistência ao desemprego que uma escolha profissional.

Os entrevistados indicaram perceber diferenças na relação entre os trabalhadores de uma experiência de Economia Solidária em comparação à relação que existe em empresas capitalistas. Para eles as diferenças principais são não ter patrão; ter a posse coletiva do empreendimento, trabalhar e decidir em grupo; poder decidir os trabalhos e as rotinas do EES;

ter responsabilidades no EES; a diferença no tratamento entre colegas de trabalho, no EES não existe um tratamento diferenciado por causa do cargo que um trabalhador ocupe; serem reconhecidos por seu trabalho; ter liberdade sobre seu trabalho; apesar de seguirem regras, estas são mais flexíveis que em uma empresa capitalista; não são demitidos (afastados) por qualquer motivo, etc. Seguem algumas respostas a essa questão:

[...] na verdade existe porque a gente trabalha de maneira diferente, né? [...] aqui a gente não é funcionário de ninguém e cada um trabalha com a sua regra. Pra não dizer que não tem regras, regras existem, mas a gente não é funcionário [...] então eu acredito que há uma diferença entre uma empresa capitalista e nós que somos cooperados (ENTREVISTADA 19).

Tem. Porque o da gente é da gente e o da empresa é da empresa, tem dono, tem quem mande. O da gente não tem quem mande, quem manda é a gente mesmo (ENTREVISTADA 11).

É tem diferença! Tem diferença. Num tem diferença? Porque numa empresa a gente tem chefe, né verdade? A gente é pau mandado. E na cooperativa a gente não tem chefe, mas também num é porque a gente não tem chefe que a gente é livre pra fazer o que bem entender, tá entendendo? E lá... lá numa empresa você tem que fazer lá o que o povo mandar. Desse jeito. Aqui é desse modelo, mas às vezes não é, tá entendendo? Às vezes muitas pessoa faz o que quer [...] a gente toma decisão, conversa, se tá havendo alguma coisa errada se conversa, tá entendendo? Briga também... (ENTREVISTADA 10).

Tem muita. Porque aqui a gente não tem patrão. Aqui cada cá trabalha pra si... assim, não pra si, trabalha todo mundo em grupo, tem que ter responsabilidade e sabe o que vai fazer. Ninguém tem assim "ai você vai ser demitido por causa disso e disso e disso" não. Porque geralmente em empresa se você chegar meia hora atrasado já tá demitido, né? Ou leva uma suspensão ou leva seja lá o que for, né? Aqui não, aqui é diferente. Muito diferente de uma empresa (ENTREVISTADA 20)

[...] Assim... como lá eles são cada um mais granfino que o outro, né? Porque se eu sou... como que chama? Se eu sou contador, menino aquela porta ali nem passe por ela que ninguém quer nem chegar lá perto, né? Essa é uma diferença, realmente tem. Se aquela ali é a chefa ninguém quer nem passar por perto dela, que tudo ela vai anotar. Mas aqui não, aqui se tiver errado a gente fala, se tiver algum erro a gente abre o bocão logo, resolve logo e pronto (ENTREVISTADA 02).

Um entrevistado apontou a discriminação sobre o trabalho de catador como uma diferença e outro declarou que para ele a diferença é porque na associação os trabalhadores se escoram uns nos outros pra trabalhar menos. Cinco dos entrevistados apontaram a falta do registro na carteira e dos direitos trabalhistas e previdenciários como principais diferenças entre as relações de trabalho em um EES em comparação as relações de trabalho em uma empresa capitalista.

Quatorze dos trabalhadores entrevistados percebem diferenças entre o trabalho dentro da Economia Solidária e o trabalho em uma empresa capitalista. Um não percebe

diferença e cinco não sabem dizer se há diferenças entre o trabalho associado e o trabalho assalariado, o motivo indicado pelos que não souberam responder foi nunca ter trabalhado em uma empresa, não tendo como comparar uma situação à outra.

Para os que identificam diferenças entre o trabalho em um EES e o trabalho em uma empresa capitalista, estas estão relacionadas ao trabalho coletivo desenvolvido no EES, ao fato de não ter patrão, não serem demitidos sem motivo, não sofrerem humilhação como acontece nas empresas capitalistas, enquanto nas empresas capitalistas há exploração nos EES há cooperação, etc. Para um trabalhador a diferença é que no EES falta organização, talvez as práticas de autogestão pareçam estranhas a este trabalhador, que pode entender como organização uma gestão mais hierarquizada e menos participativa.

Tal qual a questão anterior, aqui também houve cinco trabalhadores que indicaram a falta de direitos trabalhistas e previdenciários como principal diferença entre o trabalho em um EES e o trabalho em uma empresa capitalista. Este dado mostra que assim como os cooperados pesquisados por Lima (2002) ainda é alto o número de trabalhadores nordestinos que identificam o trabalho associado à falta de direitos. Para ilustrar a opinião dos entrevistados seguem algumas falas:

Percebo [...] Porque na empresa você é muito humilhado, você é muito mandado [...] Trabalhador tem que fazer o que o patrão quer. É explorado, não tem horário, você trabalha ali sozinho, individual, sem ter ajuda do outro. E já em ES trabalha todos juntos, o grupo, você não vai pegar um bergue, um pedaço de cano sozinho. Você tem aquele grupo (ENTREVISTADA 09).

Tem diferença porque é como eu disse a decisão aqui é tomada em grupo e numa empresa normal não é (ENTREVISTADA 14).

Lá tem uma diferença, que é documento assinado, né? Aqui num é, né? Lá, Deus o livre, você sofreu um acidente, é assinado cobre, né? Tem como cobri. Aqui não, né? (ENTREVISTADO 05).

[...] a diferença é o seguinte, porque é o seguinte, a gente trabalha coletivo, né? E nas empresa fora é outra coisa. Se o caba... é assinadozinho, né? [...] O caba trabalha dois, três, quatro anos numa empresa dessas, aí é assinado você, quando sai, tem seus direito, né? Que na cooperativa a gente trabalha aqui porque... do jeito que entra o caba sai, né? Num fica nada, né? [...] Mas quem sabe um tempo que isso pode mudar e assinarem os documento da gente, né? (ENTREVISTADO 22).

Mesmo almejando a carteira de trabalho assinada, a maioria dos trabalhadores indicou preferir participar de um empreendimento econômico solidário a participar de uma empresa capitalista. Quinze de vinte trabalhadores preferiram o EES, quatro optaram pelo emprego formal e uma não respondeu a questão plenamente. A entrevistada que não respondeu a questão havia dito em outro momento da entrevista que o trabalho que mais

gostou de ter na vida foi seu próprio negócio como vendedora de verduras e depois como vendedora de lanches no antigo lixão de Campina Grande, quando foi responder a pergunta sobre qual tipo de trabalho preferia a entrevistada foi ligeiramente pressionada pelos colegas e representantes das entidades de apoios do EES – que estavam presentes no momento de realização da entrevista – a mudar de ideia, preferindo por fim não responder a questão. Para melhor entendimento do que aconteceu segue a primeira resposta da entrevistada e a explicação das interferências à entrevista:

Bom, aqui tem suas vantagem, mas também tem suas desvantagens, né? Mesmo num emprego capitalista você tem todos seus direito, né? E aqui infelizmente nós não temos os direitos que temos numa empresa capitalista, né? Porque os direitos da gente, a gente mesmo tem que correr atrás, né? Tem suas vantagens e suas desvantagens infelizmente (ENTREVISTADA 16).

Quando perguntamos a entrevista qual dos dois tipos de trabalho ela preferia, considerando as vantagens e desvantagens de cada um, a entrevistada ficou em silêncio. Nesse momento uma das representantes das entidades de apoio mostrou os pontos positivos da cooperativa e os problemas de uma empresa capitalista, citando inclusive um caso pessoal para demonstrar o quanto o trabalhador pode ser humilhado em uma empresa capitalista. Percebemos que a pressão do apoio e dos demais trabalhadores do grupo fizeram com que a entrevistada não se sentisse a vontade para responder a pergunta livremente, por fim, enquanto os demais continuavam a discussão, a entrevistada respondeu baixinho: “Essa aí pode deixar aberto”.

Mesmo contando que esta trabalhadora preferia o trabalho formal ao associado, três quartos dos entrevistados ainda declararam preferir o trabalho no EES. A maioria que prefere o trabalho associado justificou que no EES não há patrão, que quem manda são eles mesmos, que havia vestido a camisa da cooperativa, que preferia trabalhar onde tinha oportunidade de aprender e onde se trabalhava com consciência ambiental. Nas palavras de uma entrevistada:

Prefiro ficar aqui, prefiro ficar aqui porque de carteira assinada eu não vou ter o que eu tenho aqui, entendeu? Sabedoria, saber o que é educação. Porque isso é tipo uma educação, saber falar com o povo, fazer amizade com o povo... saber tudo. Aqui é tipo uma escola (ENTREVISTADA 07).

Ver-se que a maioria dos trabalhadores são motivados a permanecer no EES por fatores positivos (GAIGER, 2003) como a autogestão, a posse coletiva dos meios de produção, o trabalho cooperativo e solidário, a responsabilidade social e ambiental, entre outros. Apenas dois trabalhadores se apoiaram em fatores negativos (GAIGER, 2003) para optar pelo EES, declarando que devido à idade avançada não encontram mais emprego formal por isso preferiam o EES, mas se tivesse oportunidade preferiam a carteira assinada.

Em geral os catadores(as) de materiais recicláveis das associações/cooperativas analisadas se dizem satisfeitos com as atividades que desenvolvem nos empreendimentos solidários. Afirmam que o ambiente de trabalho é bom. Embora muitos apontem a existência de conflitos, os mesmos explicam que estes conflitos são resolvidos naturalmente em conversas e na convivência, chegando a justificar que “em todo lugar tem conflito, até em casa”. Comparando o ambiente de trabalho a uma segunda casa alguns declaram que se sentem melhor na associação/cooperativa que em suas residências.

Do exposto neste tópico concluímos que apesar de demonstrarem satisfação com a atividade que desenvolvem e perceberem as melhoras nas condições de vida e trabalho após começarem a participar do EES, o trabalho dos(as) catadores(as) ainda é um trabalho duro que se dá muitas vezes em situações precárias. Devido à falta de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, muitos catadores(as) entrevistados afirmam que trocariam o trabalho na associação/cooperativa por um trabalho formal, com carteira assinada. A falta da carteira assinada é uma das queixas presentes em vários depoimentos. Para muitos a única diferença entre um trabalho formal e o trabalho associado é justamente a falta de direitos trabalhistas.

Esse pensamento justifica a alta rotatividade no ramo de reciclagem. Em entrevista os dirigentes dos empreendimentos solidários declararam que muitos trabalhadores se afastam do EES quando conseguem um emprego formal, retornando caso voltem a ficar desempregados. Não foram relatados casos de trabalhadores que deixem os EES para retornar ao mercado informal de trabalho, o que pode indicar um preterimento ao trabalho associado ao trabalho informal. Embora uma trabalhadora tenha relatado que trabalhar por conta própria foi a melhor experiência profissional que ela teve, a maioria declarou que o trabalho na cooperativa ou com reciclagem foram os melhores trabalhos que tiveram.

Enfim, a opção entre trabalho formal e trabalho cooperado pode variar em diferentes situações. Embora parte dos trabalhadores que vivem experiências solidárias almeje voltar ao mercado formal, buscando segurança e os benefícios oferecidos pela legislação trabalhista, um expressivo número de trabalhadores cooperados consegue enxergar os benefícios do trabalho cooperado, preferindo esta experiência ao trabalho formal. Na pesquisa desenvolvida, alguns dos catadores(as) entrevistados, geralmente os que estão a mais tempo nas associações/cooperativas e/ou os que estão mais engajados nos movimentos de ES ou dos catadores, demonstram uma compreensão mais clara dos princípios da Economia Solidária e das propostas do trabalho cooperado, declarando que preferiam o trabalho na associação/cooperativa a um trabalho formal em uma empresa capitalista.

4.2. A percepção da relação do empreendimento solidário com a dinâmica capitalista

As pressões do sistema capitalista são percebidas pelos trabalhadores de várias maneiras diferentes. Nas entrevistas, queixas com relação ao baixo valor que os atravessadores pagam pelo material coletado foram constantes. Os trabalhadores compreendem que enquanto realizam o trabalho pesado da coleta e separação do material, os atravessadores apenas revendem o material e mesmo assim ficam com a maior parte do valor da comercialização, repassando valores irrisórios às associações/cooperativas. A dependência dos EES com os atravessadores tem mantido os ganhos dos EES baixos e oscilantes.

Para mudar esta situação, os(as) catadores(as) de materiais recicláveis da Paraíba estão estudando maneiras de eliminar o atravessador da cadeia produtiva na qual estão inseridos. O plano é utilizar os caminhões da Rede CataPB para vender o material reciclável coletado diretamente para as indústrias de transformação, a maioria localizadas em Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Além do atravessador, outro vilão das associações/cooperativas de catadores(as) de recicláveis na Paraíba tem sido a Energisa (companhia elétrica que atua no estado), que lançou uma campanha que oferece descontos na conta de energia das pessoas que doarem materiais recicláveis à empresa. Como visto, esta campanha tem reduzido o volume de material coletado pelas associações/cooperativas de catadores(as). Os EES se uniram e protestaram, conseguindo realizar uma reunião com representantes da Energisa, entretanto a campanha não foi retirada nem os catadores(as) foram inclusos como parceiros da companhia.

As articulações comerciais e produtivas com as empresas capitalistas que doam o material reciclável aos EES são vistas de maneira dúbia: por um lado, os(as) catadores(as) percebem estas empresas como parceiros por doarem o material reciclável para a comercialização e no caso da CAVI para fabricação dos artesanatos em vidro, por outro identificam estas empresas como concorrentes quando estas se recusam a doar o material reciclável, comercializando elas mesmas os resíduos sólidos com os atravessadores. A dependência dos EES em relação às empresas capitalistas locais é bem ilustrada no caso da CAVI que, como comentado, deixou de fabricar um tipo específico de artesanato após uma empresa de perfumes parar de doar os frascos de perfume vazios para a associação.

As articulações comerciais e produtivas com a sociedade civil em geral, fornecedora do material reciclável para a comercialização e produção de artesanatos e sabão em barra, são vistas como difíceis, pois a maior parte da população ainda não aderiu à coleta seletiva. Mesmo nas residências que se tornaram parceiras dos EES, doando o material reciclável, a

falta de consciência ambiental e de respeito à atividade dos catadores têm levado as pessoas a misturarem o material reciclável com o lixo domiciliar, o que torna o trabalho dos(as) catadores(as) mais desagradável, lento e menos rentável.

As relações financeiras e políticas estabelecidas com os governos estadual e municipal são encaradas com cautela pelos trabalhadores, para alguns a prefeitura é uma espécie de parceira, por pagar o aluguel do galpão, por estar construindo novos galpões, por disponibilizar um caminhão para a coleta seletiva, por financiar o combustível e o motorista de dois caminhões e ainda por estar negociando com os(as) catadores(as) a possibilidade de contratá-los para a realização da coleta seletiva. Entretanto, esse apoio não impede os trabalhadores e a direção dos empreendimentos de fazer críticas ao poder público, por considerarem que este deveria empenhar-se mais na promoção e efetivação de políticas públicas voltadas ao setor de reciclagem que beneficiassem os(as) catadores(as), suas associações e cooperativas.

Os trabalhadores da CATAMAIS comentaram que a falta de material é tão grande que eles estão achando difícil alcançar as metas que a prefeitura de Campina Grande impôs aos EES para oficializar o contrato dos catadores. Nem a prefeitura repassa o material, nem obriga as empresas a repassar, nem a população ajuda. Não há processos educativos por parte da prefeitura. Sem material os trabalhadores ficam sem ter o que fazer.

Os vínculos estabelecidos com o terceiro setor (ONGs), entidades religiosas e universidades são encarados positivamente pelos trabalhadores, que vêm nestas instituições parceiros na luta dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis. Como vimos, os EES desenvolvem articulações produtivas, comerciais e financeiras com as entidades de apoio, todas as articulações desenvolvidas com os apoios são bem vistas pelos catadores(as) de materiais recicláveis de Campina Grande.

Na CATAMAIS as visitas de membros da CENTRAC são frequentes, esta cooperativa é a que mantém laços mais estreitos com a ONG que desenvolve o Projeto “Cooperar para Melhor Coletar e a Vida Melhorar”. A CENTRAC também se faz presente nas demais associações/cooperativas, no entanto de maneira mais sutil. A ARENSA desenvolve um forte laço com a UEPB, instituição responsável até mesmo pela organização inicial do grupo. A CAVI está ligada à UFCG, principalmente à IUEES/UFCG, tendo sido, assim como a ARENSA, o produto do esforço de professores da universidade que foram à comunidade buscar ajudar a população através de projetos de pesquisa e extensão. E por fim, a COTRAMARE, que desenvolve relações mais estreitas com a Cáritas e a UFCG, mas não a

partir da IUEES e sim através de outro grupo que também desenvolve projetos relacionados aos catadores(as) de materiais recicláveis.

É possível observar que, na percepção dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis a relação dos EES de catadores de materiais recicláveis com a dinâmica capitalista é necessária e até mesmo benéfica em alguns pontos, mas nem por isso deixa de apresentar um lado crítico. Os entrevistados demonstram perceber que as relações com o sistema, dotado de uma lógica totalmente destoante da proposta pela Economia Solidária, nem sempre é fácil e que às vezes as relações estabelecidas, apesar de necessárias, prejudicam os trabalhadores e o empreendimento.

Mesmo sem conhecerem as teorias funcionalistas, os trabalhadores revelam perceber que a indústria da reciclagem, principalmente através da figura do atravessador, se apropria de seu trabalho, ficando com maiores ganhos que eles, que realizam o trabalho mais pesado da cadeia de reciclagem. Ainda de acordo com os trabalhadores, a exploração dos atravessadores é maior sobre os(as) catadores(as) individuais que não conseguem juntar uma grande quantidade de material reciclável para realizar a venda. A comercialização em rede também tem se mostrado benéfica aos EES, que comercializando juntos conseguem melhores preços pelo material reciclável.

Os(as) catadores(as) entrevistados não percebem a tutela por parte dos agentes externos aos empreendimentos (as entidades de apoio), vendo nestas entidades parceiras fundamentais ao seu funcionamento. Embora em alguns depoimentos fique claro que os próprios trabalhadores reconhecem que dependem das entidades de apoio para existir, atribuindo aos agentes externos o mérito por sua organização em EES e se mostrando gratos pelos benefícios proporcionados pelas parcerias.

Não foi identificado na fala dos entrevistados a percepção de qualquer tipo de dependência com relação ao poder público, ao contrário, os(as) catadores(as) por vezes denunciaram a omissão do poder público com a causa dos catadores. Se o poder público por em prática as legislações nacionais, estaduais e municipais já aprovadas, talvez essa situação mude, pois os trabalhadores passariam a depender do apoio do poder público tanto para receber por seu trabalho como para conseguir mais materiais através do investimento em campanhas de conscientização ambiental e da implantação da coleta seletiva obrigatória nas empresas privadas e nos órgãos públicos.

Este capítulo, unido aos outros, demonstra que a relação entre os EES e a dinâmica capitalista não pode ser enxergada de forma unilateral, como funcional ou como forma de resistência ao sistema. A organização em EES tem contribuído para que os(as) catadores(as)

de materiais recicláveis sejam menos explorados pelo sistema capitalista, modificando as relações preexistentes, no entanto as relações atuais ainda estão longe de permitir aos EES de catadores alcançarem a emancipação idealizada pela proposta de Economia Solidária.

Mantendo o posicionamento que vimos desenvolvendo ao longo deste estudo, entendemos que o modo como a Economia Solidária se relaciona com a lógica e com a dinâmica capitalista não pode ser idealizado, nem tão pouco pode ser ignorado. É um processo difícil, por vezes contraditório, que tem suas próprias particularidades, seus caminhos e lógicas próprias, desenvolvidas quase que de improviso durante o processo de experimentação. A contradição inerente às relações estabelecidas entre a Economia Solidária e a dinâmica capitalista se faz presentes nos próprios depoimentos dos trabalhadores, que lutam por espaço e reconhecimento no dia-a-dia.

Considerações Finais

A realidade social dos catadores de materiais recicláveis da Paraíba configura um universo complexo de relações sociais, políticas e econômicas, sobre as quais repercute o passado histórico desta categoria de trabalhadores que desenvolvem uma atividade antiga e historicamente não reconhecida socialmente, a qual vem passando por transformações advindas do movimento de Economia Solidária (ES) e do movimento ambiental que ganharam força nas últimas décadas. Para entender a realidade atual destes trabalhadores foi preciso investigar os processos históricos que os conduziram ao momento presente.

Vimos no capítulo um que por sua própria dinâmica o modo de produção capitalista torna-se incapaz de absorver todos os trabalhadores, criando e aumentando cada vez mais o exército de reserva do capital. Além de naturalmente gerar exclusão social de uma grande parcela da população, no capitalismo são comuns as crises cíclicas, que aumentam o contingente de desempregados e de excluídos do sistema. Como resposta aos problemas inerentes à dinâmica capitalista surge a Economia Solidária, uma forma alternativa de economia baseada em princípios e práticas que fogem à lógica do capital.

No Brasil, onde o capitalismo teve um desenvolvimento tardio, a formação do mercado de trabalho nacional se deu principalmente na região Centro-Sul, através de escravos libertos, imigrantes e migrantes vindos de regiões menos desenvolvidas. A formação do mercado de trabalho no Nordeste deixou à margem milhares de trabalhadores, que por não encontrar colocação no mercado formal de trabalho, precisaram criar estratégias de sobrevivência que os garantisse uma renda mínima à manutenção da vida. O capítulo dois nos mostrou como se deu o desenvolvimento no Nordeste, mostrando que nesta região as principais estratégias de sobrevivência encontradas pelos trabalhadores têm sido a migração para regiões economicamente mais dinâmicas que ofereçam maiores oportunidades de emprego, o ingresso no mercado informal de trabalho ou a agricultura de subsistência.

Muitos daqueles que não conseguiam vaga no mercado formal, não possuíam terras para sobreviver da agricultura, nem tinham condições de montar seu próprio negócio ou capacitação para desenvolver atividades por conta própria, recorreram à atividade de catação de lixo para sobreviver. Esta atividade que tem sido desenvolvida há muitos anos por todo o país, inclusive no Nordeste, foi marginalizada e invisibilizada socialmente até o final dos anos de 1980.

No final da década de oitenta o movimento da Economia Solidária começa a tomar forma no Brasil, unindo-se este movimento às demandas das questões ambientais diversas

entidades da sociedade civil, como ONGs e instituições religiosas, começam a desenvolver atividades pro organização dos catadores de materiais recicláveis em associações e cooperativas autogestionárias. Este movimento ganha força durante a década de 1990 e realiza suas primeiras conquistas legais a partir dos anos 2000.

Os avanços do movimento da ES e do movimento dos catadores possibilitaram a estes trabalhadores maior reconhecimento, através de sua organização em empreendimentos econômicos solidários (EES) eles conseguiram melhorar sua qualidade de vida dentro e fora do trabalho. No entanto, como identificamos na pesquisa, estes trabalhadores ainda vivem em situação precária, com renda mensal baixa e instável, sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, dependendo do apoio de entidades governamentais e não governamentais para desenvolver suas atividades.

Os avanços nas políticas públicas nacionais, estaduais e municipais voltadas aos catadores de materiais recicláveis – observadas nesse estudo – prometem contribuir para o fortalecimento dos EES de catadores, através da remuneração de sua atividade e investimento em infraestrutura, equipamentos e conscientização da população para a coleta seletiva. Tais medidas possibilitariam a estes trabalhadores melhorias nas condições de trabalho e de vida. Os trabalhadores entrevistados mostraram-se entusiasmados com as promessas das políticas públicas, mas, por enquanto, poucos benefícios previstos nestas legislações têm se concretizado na prática. Mesmo ações simples como o repasse do material reciclável descartado pelos órgãos públicos aos EES não vem sendo plenamente aplicadas.

A falta de consciência ambiental e social de uma sociedade onde as práticas do consumo exacerbado e do descarte, além da individualização, fazem parte da cultura dominante, tem dificultado a aceitação de uma nova lógica, que propõe a consciência ambiental e a solidariedade. Além da dificuldade que a cultura dominante causa à aceitação de novas práticas por parte da população, esta mesma cultura, que também incentiva o individualismo, a concorrência e o egoísmo, dificulta o próprio funcionamento interno dos EES. Uma atividade associativa, baseada na posse e gestão coletiva dos meios de produção, no respeito mútuo, na solidariedade, na cooperação e na igualdade na distribuição dos ganhos auferidos com o trabalho, nem sempre é fácil de ser desenvolvida, mesmo dentro de um EES onde as pessoas recebem cursos sobre estes princípios e práticas. A ES propõe uma mudança de valores, mudança de práticas, mudança nas formas de se relacionar com as pessoas e com o mundo e mudanças nem sempre são facilmente aceitas.

Nesse sentido podemos entender porque os militantes da ES afirmam que este é um movimento contra hegemônico, ele vai contra os princípios do capitalismo, propondo uma

forma alternativa de economia que mesmo coexistindo com o capitalismo não se rende à sua lógica. Em nossa avaliação a Economia Solidária não carrega o potencial emancipatório que possibilite superar o capitalismo ou existir de forma completamente independente, sem estabelecer nenhum tipo de relação de dependência com este, como alguns estudiosos acreditam. Mesmo com a proliferação no número de experiências de ES, crer que estes casos isolados, mesmo que articulados em redes solidárias, possam um dia superar o capitalismo, nos parece um pensamento por demais otimista.

Tendo em vista que a Economia Solidária foi pensada para coexistir com o capitalismo, esperar que ela se torne um movimento contra hegemônico é exigir muito desta proposta. Com base em nossas análises, avaliamos que a ES não consegue se impor como um movimento contra hegemônico, no sentido de ser capaz de derrubar o capitalismo, mas concordamos que seja um movimento que propõe práticas contra hegemônicas, que vão contra à lógica dominante. Assim, a ES, em nosso entendimento, se qualificaria como uma alternativa ao capitalismo, um modo de produção e de vida que se diferencia do modo capitalista, mas que a nosso ver não tem a ambição de nem o potencial para superar o capitalismo.

Mesmo não se configurando em um movimento contra hegemônico, o potencial da ES para mudar a vida daqueles que a adotam é grande e tem ajudado milhares de trabalhadores a melhorarem sua condição de vida, se configurando assim em uma estratégia de enfrentamento aos problemas criados por e intrínsecos à lógica do capital. Esse potencial para a transformação da vida dos trabalhadores é claramente observado no caso dos catadores de materiais recicláveis, mas também vem sendo apontado por pesquisas com grupos que desenvolvem outros tipos de atividade.

Falar em mensurar a “eficácia” econômica dos EES de catadores é uma questão complexa, pois no caso destes trabalhadores não são apenas os retornos financeiros que contribuem para avaliar os benefícios trazidos por estas experiências. É preciso considerar as transformações que estas experiências proporcionam tanto à vida laboral quanto à vida particular dos sujeitos envolvidos. Avaliar apenas a renda mensal do empreendimento e os ganhos financeiros dos trabalhadores não seria o suficiente para nos permitir entender os benefícios que a ES tem trazido a vida destes sujeitos.

Como vimos, nos casos estudados, os trabalhadores relataram mudanças na qualidade de vida no trabalho, tais como: maior segurança nas atividades desenvolvidas, melhores condições de saúde no trabalho, redução na jornada de trabalho, melhor ambiente de trabalho, acesso a maquinário e EPIs, desenvolvimento de atividades coletivas, práticas de

cooperação e solidariedade, posse e gestão coletiva dos meios de produção, etc. Identificamos ainda que participar de um EES favorece a conscientização política, social e ambiental dos trabalhadores. Estes passaram a valorizar a atividade que desenvolvem, lutar por direitos, lutar por visibilidade e inserção social.

Entendemos que a ES é uma forma de resistência dos trabalhadores, mesmo que não apareça como uma forma de resistência direta ao modelo capitalista por não pretender romper os vínculos com este sistema, ainda assim ela se apresenta como uma forma de resistência aos efeitos do sistema capitalista. Resistência ao desemprego, resistência à exclusão social e econômica, resistência à precarização do trabalho. A ES, em nossa concepção, se revela uma estratégia de sobrevivência daqueles que foram deixados à margem do sistema e aos que incomodados com a dinâmica vigente, buscaram alternativas que proporcionam efetivamente um modo diferenciado de trabalho, organização produtiva, geração de renda e desenvolvimento de laços de solidariedade.

Entre o sonho de Singer (2000 e 2002) e a crítica de Wellen (2012) há uma realidade complexa, por vezes contraditória, repleta de possibilidades e de limitações. Por vezes a ES de fato acaba entrando na lógica do capital, sendo utilizada por este, assim como outros instrumentos históricos de resistência dos trabalhadores contra o capital, como os próprios sindicatos e partidos políticos em alguns momentos acabaram servindo aos interesses do capital. Esta pesquisa nos possibilitou identificar a exploração e a apropriação do trabalho dos catadores por parte dos atravessadores. Do modo como se configura a articulação dos EES de catadores com os demais elos da cadeia produtiva da reciclagem ainda ocorre a exploração ao trabalho do catador. No entanto, a exploração dos atravessadores é menor quando os catadores estão organizados em EES do que quando estes desenvolvem sua atividade de forma individual.

A relevância da Economia Solidária para a transformação da vida dos trabalhadores não pode ser ignorada por uma visão funcionalista e utilitarista que se preocupa mais em denunciar os limites de propostas como a ES que em conhecer o significado subjetivo que os trabalhadores atribuem a estas experiências. Não estamos aqui defendendo uma abordagem fenomenológica que ignore a relevância da historicidade e das determinações estruturais nas quais surge a Economia Solidária, mas defendemos uma forma de análise que leve em consideração tanto as implicações da estrutura na subjetividade dos sujeitos como a capacidade de ação desses agentes diante do meio cultural no qual estão inseridos. Adotando esta perspectiva, procuramos analisar a ES em sua complexidade como proposta que se pretendendo contra hegemônica e estando inserida em um contexto hegemônico se debate

com este cotidianamente, lutando por espaço, empurrando limites, rompendo fronteiras e barreiras, encontrando maneiras de coexistir com o capital.

O problema central desta pesquisa era responder a seguinte pergunta: Como os empreendimentos solidários de catadores de materiais recicláveis se articulam, em uma região econômica e socialmente periférica como a Paraíba, com os mercados capitalistas e quais as consequências desses modos de articulação para o desenvolvimento de tais empreendimentos e da Economia Solidária?

Para responder esta questão seguimos os objetivos específicos propostos, primeiramente buscamos reconstituir os processos históricos de constituição e desenvolvimento de quatro empreendimentos solidários – associações e cooperativas de catadores de material reciclável – situados no município de Campina Grande-PB. Além de conhecer os quatro casos em foco pudemos oferecer uma imagem panorâmica sobre como vem se organizando o movimento dos catadores e da Economia Solidária na Paraíba.

A análise dos processos históricos de constituição e desenvolvimento dos EES nos ofereceu a informação de que na Paraíba a organização dos EES de catadores é fruto do esforço de entidades governamentais e não governamentais relacionadas aos movimentos sociais, que buscaram desenvolver projetos de conscientização dos(as) catadores(as) individuais do estado para organizá-los em associações e cooperativas autogestionárias. Mesmo com anos de existência, todos os EES pesquisados continuam mantendo forte relação com as entidades de apoio que ajudaram em sua organização inicial, atribuindo a estas entidades boa parte do mérito por sua condição atual.

O segundo objetivo específico foi conhecer como é realizado o processo de trabalho e como se organiza a divisão de atividades e responsabilidades dentro dos empreendimentos. A pesquisa revelou que nos EES de catadores todos os trabalhadores realizam todas as atividades em um rodízio quase natural, foram identificadas as práticas de solidariedade e cooperação na realização do trabalho.

Apenas no caso da CAVI foi identificada certa dificuldade na divisão de tarefas e de responsabilidades, falta de solidariedade e de cooperação entre as trabalhadoras, a causa é a desunião do grupo. Na CATAMAIS todos assumem as responsabilidades empreendimento, o grupo incentiva a participação coletiva nas responsabilidades. Na ARENSA as responsabilidades são divididas entre vários trabalhadores, percebeu-se a descentralização das responsabilidades. Na COTRAMARE foi identificada a concentração de poder em um dos membros do EES, que assume a maior parte das responsabilidades do empreendimento e é

responsável pela divisão de atividades entre os trabalhadores, analisamos que neste EES ocorre a situação de tutela interna (HOLZMANN, 2012) por parte de uma sócio-trabalhadora.

O terceiro objetivo específico visou apreender como os trabalhadores organizam o empreendimento do qual fazem parte, analisando questões referentes à autonomia e democracia dentro dos empreendimentos. Observamos que na CATAMAIS os trabalhadores conseguem organizar o empreendimento de forma coletiva, praticando a autogestão através de processos decisórios democráticos. Considerando o conceito de autonomia proposto por Holzmann (2012) poderíamos dizer que este grupo exerce a autonomia. Na ARENSA, os trabalhadores conseguem organizar o empreendimento de forma autogestionária e democrática, no entanto a autonomia do grupo é prejudicada pela interferência de agentes externos (entidades de apoio) que exercem a tutela externa (HOLZMANN, 2012) do EES, esta tutela acaba comprometendo a autogestão do grupo. Na COTRAMARE ocorre uma situação de tutela interna, o que também compromete a autogestão e autonomia do grupo. Por último, na CAVI falta autogestão e autonomia, devido à desunião o grupo tem dificuldade de se organizar e depende da ajuda das entidades de apoio para resolver seus problemas internos.

O capítulo três respondeu o objetivo específico de identificar como os processos comerciais, financeiros e produtivos se conectam com o mercado. Neste capítulo buscamos conhecer como se desenvolvem as articulações produtivas, comerciais e financeiras dos EES. Constatamos que os EES de catadores se articulam com a sociedade civil, com o poder público, com entidades de apoio aos catadores e com empresas capitalistas.

O quarto objetivo específico visou compreender a percepção que estes trabalhadores têm do trabalho que desenvolvem e da relação do empreendimento solidário com as necessidades que surgem dos vínculos com os mercados capitalistas. Na exposição do texto este objetivo foi atendido pelo capítulo quatro. Entretanto, para melhor apresentação dos resultados, aqui comentaremos a percepção dos trabalhadores acerca da relação do EES com as necessidades que surgem dos vínculos com os mercados capitalistas ao mesmo tempo em que comentamos como os processos comerciais, financeiros e produtivos se conectam com o mercado. Como este é o ponto principal de nossa análise explicitaremos sucintamente cada uma das articulações que os EES desenvolvem com a dinâmica capitalista. Em seguida exporemos as análises sobre a percepção que os trabalhadores têm do trabalho que desenvolvem.

As articulações desenvolvidas com a sociedade civil – empresas privadas e sociedade em geral – são benéficas aos EES, é dela que os catadores conseguem boa parte do material reciclável para produção ou comercialização, entretanto esta relação é dificultada pela falta de

consciência ambiental e de respeito à atividade dos catadores. Ainda é baixa a parcela da população que adere à coleta seletiva, entre os que aderem, muitos enviam lixo junto ao material reciclável o que torna o trabalho dos catadores mais difícil e desagradável. Aparentemente a cultura capitalista dominante dificulta a aceitação de novas práticas por parte da população.

A articulação com o poder público é vista de maneira dúbia pelos catadores, ao mesmo tempo em que reconhecem a importância do apoio público para manutenção do aluguel de galpões, concessão da gasolina dos caminhões e pagamento do motorista, os catadores consideram que o poder público deveria investir mais na promoção e efetivação das políticas públicas voltadas aos catadores, denunciando que muitas das políticas públicas aprovadas não saem do papel. As articulações com o poder público são de suma importância para os EES, através da efetivação da legislação federal, estadual e municipal os EES de catadores poderiam se fortalecer e alcançar grandes melhorias. Entretanto precisamos ressaltar que para alguns estudiosos, a regulação do Estado, que poderia passar a existir, pode comprometer a autonomia dos trabalhadores (LIMA, 2007).

As articulações dos EES com as entidades de apoio, sejam elas instituições governamentais ou não governamentais, tais como universidades, instituições ligadas à Igreja ou ONGs, é bem vista pelos catadores de materiais recicláveis. Através das articulações estabelecidas com estas entidades os catadores(as) se organizaram em EES, recebendo o apoio destas entidades até os dias atuais, através de assessoramento técnico e capacitação. As entidades de apoio se articulam comercialmente, produtivamente e financeiramente com os EES através da doação de material reciclável, financiamento de aluguel de galpão, fornecimento de EPIs aos trabalhadores e de maquinário para os empreendimentos. Apesar de ser encarada de forma positiva pelos trabalhadores as articulações dos EES com as entidades de apoio preocupa por ser o alto grau de dependência dos EES de catadores em relação às entidades de apoio. Aparentemente são criados vínculos de dependência, que se rompidos provavelmente comprometeriam a existência dos EES.

Consideramos que seja necessário o fortalecimento dos EES para que em algum momento eles parem de depender das entidades de apoio para existir. Apesar de só identificarmos a situação de tutela externa no caso da ARENSA, foi possível identificar que em todos os EES têm relações de dependência com os apoios, esta dependência pode ser mais clara e forte, como no caso da CAVI ou mais branda como no caso da CATAMAIS, mas de toda maneira não deixa de ser um risco à autonomia dos grupos se perpetuada por muito tempo.

Por fim, as articulações produtivas, comerciais e financeiras dos EES com as empresas capitalistas mostraram-se fortes e duais. Por um lado os EES se beneficiam da doação do material reciclável de empresas privadas que aderem à coleta seletiva, por outro o trabalho dos catadores continua a ser explorado e apropriado pela indústria da reciclagem, na figura do atravessador, que controla o preço de venda do material, mantendo os ganhos dos catadores baixos e instáveis. Como vimos, Silva (2007) e Lima (2002) já haviam alertado para o perigo dos EES tornarem-se dependentes das empresas capitalistas.

Após a observação das diversas articulações produtivas, comerciais e financeiras estabelecidas pelos EES, chegamos à conclusão de que é impossível pensar a possibilidade dos EES de catadores sobreviverem sem se articular, ou seja, sem desenvolver relações com a dinâmica capitalista. A própria obtenção do material reciclável depende de articulações com empresas privadas, setor público e sociedade civil. Além disso, por sua fragilidade econômica os EES de catadores ainda não conseguem sobreviver sem o apoio do Estado e das entidades de apoio. Em nosso entendimento, o desafio dos EES de catadores não é romper as relações existentes, mas modificá-las.

É necessário que os EES se fortaleçam para que continuem empurrando as barreiras impostas pelo capitalismo, ganhando mais espaço. Seja espaço na cadeia produtiva de reciclagem que garantiria a estes trabalhadores maiores ganhos, seja espaço e visibilidade pública, para que as políticas públicas se efetivem sem que o Estado passe a regular a atividade destes trabalhadores, e ainda para que a população reconheça estes trabalhadores e passe a respeitar sua atividade. A organização dos catadores(as) em EES foi um primeiro passo na luta pela autonomia destes trabalhadores, mas ainda serão necessárias muitas batalhas para que os EES se aproximem cada vez mais da autonomia desejada.

Com relação à percepção que os trabalhadores têm da atividade que desenvolvem, constatou-se que a maioria dos catadores de materiais recicláveis que participa de EES em Campina Grande está satisfeita com seu trabalho, declarando gostar do trabalho que desenvolve no EES, gostar do grupo do qual participa e preferir participar de um EES a trabalhar em uma empresa capitalista. Embora alguns trabalhadores tenham declarado preferir um emprego formal por este permitir o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Tal como Lima (2002) constatamos que em uma região socialmente e economicamente periférica como a Paraíba, onde as oportunidades de emprego no mercado formal de trabalho são baixas, mesmo identificando a falta de direitos trabalhistas e previdenciários no trabalho cooperado, os trabalhadores ainda percebem este como uma melhoria de vida, por lhes garantir uma fonte de renda.

Importante destacar que praticamente todos os trabalhadores que trabalhavam como catador(a) individual nos lixões ou nas ruas antes de participar de um EES declararam preferir o trabalho associado ao trabalho individual, comentando as melhorias na qualidade do trabalho e de vida após ingressar em um EES. Apenas uma trabalhadora disse preferir o trabalho no lixão, justificando que lá obtinha maiores ganhos, esta trabalhadora participa do EES que tem o menor rendimento mensal dentre os empreendimentos estudados.

Por fim, o último objetivo específico buscou apreender a maneira como representantes da Economia Solidária do estado da Paraíba concebem a expressão desta no estado. Através de entrevistas realizadas com representantes de entidades ligadas à Economia Solidária e com gestores públicos relacionados a secretarias que desenvolvem ações pro Economia Solidária ou pro catadores, pudemos identificar que estes atores percebem que o movimento de Economia Solidária está em expansão no estado. Com o surgimento da Secretaria Estadual de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes) a Paraíba tem avançado em direção a construção de uma rede de gestores públicos voltados ao tema da Economia Solidária, a proposta é que estes gestores, além de promover ações e projetos relacionados à ES, busquem desenvolver políticas públicas de Economia Solidária, aplicando no estado as diretrizes da legislação nacional.

Paralelamente e por vezes conjuntamente ao movimento da Economia Solidária, na Paraíba o movimento dos catadores de materiais recicláveis tem avançado. Em parte devido às pressões dos movimentos sociais, em parte devido às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), os gestores públicos estaduais e municipais da Paraíba têm buscado construir seus planos de gestão de resíduos sólidos, incluindo diretrizes voltadas à inserção socioeconômica dos catadores. No entanto, de acordo com trabalhadores(as) entrevistados, os efeitos das políticas públicas ainda não são sentidos nos EES, há muitas promessas e pouca efetivação das legislações.

Através do alcance dos objetivos específicos pudemos atender o objetivo geral desta pesquisa, compreendendo como empreendimentos de Economia Solidária de catadores de material reciclável se articulam, em uma região econômica e socialmente periférica como a Paraíba, com os mercados capitalistas e analisar as consequências desses modos de articulação para o desenvolvimento de tais empreendimentos e para a Economia Solidária.

Constatamos que em uma região econômica e socialmente periférica como a Paraíba, os EES de catadores de materiais recicláveis dependem da articulação com os mercados capitalistas para existir. Como não existem muitas empresas recicladoras na Paraíba e como os EES ainda não conseguiram meios de vender o material reciclável para as empresas

recicladoras que operam em estados vizinhos, os EES passam a depender dos atravessadores para comercializar o material coletado. As articulações comerciais estabelecidas com os atravessadores configuram laços de dependência que até o momento não podem ser desfeitos, mantendo a remuneração dos catadores baixa e instável.

Comparando os resultados empíricos obtidos com a bibliografia levantada constatamos que, como apontado por Leite, Wirth e Churfem (2015) e por Lima (2015), os EES de catadores no Brasil dependem das grandes empresas da reciclagem para sobreviver, sendo exploradas pelos elos mais altos desta cadeia produtiva. No caso da Paraíba a dependência dos catadores em relação à indústria da reciclagem começa na figura do atravessador.

Outro problema ocasionado pela articulação com os mercados capitalistas é a dependência dos EES em relação às empresas capitalistas que doam o material reciclável, que também pode comprometer os resultados dos EES. Quando encontram maneiras de ganhar dinheiro com o material reciclável estas empresas passam a comercializar o material com atravessadores ao invés de doar o material reciclável aos EES de catadores. O caso da companhia de energia elétrica que opera na Paraíba ilustra bem a forma como sempre que encontram maneiras de obter ganhos com o material reciclável as empresas privadas passam de parceiras a concorrentes dos EES de catadores.

Na Paraíba a sobrevivência dos EES de catadores ainda depende das articulações desenvolvidas com o Estado e com as entidades de apoio, não haveria como os trabalhadores custearem todas as despesas do empreendimento sem ajuda externa. Devido ao controle do preço do material pelos atravessadores e a falta de interesse da população em aderir à coleta seletiva o resultado financeiro dos EES de catadores ainda é muito baixo.

A hipótese inicial deste estudo indicava que na luta por espaço de comercialização e em meio às diversas pressões do mercado capitalista, as experiências de Economia Solidária tendem a sofrer abalos em sua organização e funcionamento que além de atingir diretamente os trabalhadores, pode vir a afastar essas experiências dos princípios da Economia Solidária ou ameaçar sua autonomia frente ao capital. Para que esta "degeneração" (WEBB e WEBB *apud* LEITE, 2009) não ocorra é necessário que os trabalhadores estejam engajados com o debate da Economia Solidária e com os demais Movimentos Sociais, que acreditam nessa proposta como um projeto de transformação social. Esforçando-se ainda por manter sua autonomia, evitando tornar-se dependente de agentes que acabem influenciando as decisões e direcionamentos do empreendimento solidário.

Após todo o levantamento realizado constatamos que no caso dos EES de catadores a hipótese inicial se confirma em parte. Mesmo em meio às diversas pressões do mercado capitalista, as experiências observadas não sofreram abalos em sua organização e funcionamento, nem se afastaram dos princípios da Economia Solidária, nem parecem ter sua autonomia ameaçada pelo capital – no sentido em que as articulações estabelecidas com os atravessadores não alteram o trabalho e a gestão dos empreendimentos. A “degeneração” dos EES não se confirma nos casos observados, porém, o motivo pode ser justamente o fato dos trabalhadores das experiências observadas estarem engajados com o debate da ES e com os movimentos sociais, principalmente o movimento dos catadores. De fato foi possível constatar que a forte relação entre os EES e as entidades de apoio por vezes configura laços de dependência, o que em dois dos casos observados acabou comprometendo a autonomia dos grupos.

Finalizando estas considerações, esperamos que o estudo da realidade social dos catadores de materiais recicláveis da Paraíba ajude a identificar tanto o potencial dos EES quanto os limites que os EES de catadores enfrentam atualmente. Para que da identificação dos limites e problemas enfrentados pelos EES, se busque soluções que permitam a estes trabalhadores continuar avançando em suas conquistas por melhoria em suas condições de trabalho e de vida, procurando ainda conquistar maior grau de autonomia frente ao capital, ao Estado e às entidades de apoio.

Referência Bibliográfica

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARBOSA, A. de F. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil:** da Escravidão ao Assalariamento. Tese de doutoramento: UNICAMP, 2003.
- CAILLÉ, A. Dádiva e Associação. In: MARTINS, P. H. (org.). **A Dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 191-205.
- CARDOSO, A. **Ensaio de Sociologia do Mercado de Trabalho Brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R.. **Pesquisa em administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CORTELETTI, R. de F. **Trabalhadoras e Autogestão:** Trabalho e vida cotidiana entre operárias de uma fábrica cooperativa em Caxias do Sul/RS. Tese de doutoramento: PPGS - UFPB, João Pessoa, 2009. Orientador: Jacob Carlos Lima.
- CULTI, M. N. **Economia Solidária:** Incubadoras Universitárias e Processo Educativo. Revista Proposta-FASE, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.
- CUNHA, G. C. A construção da rede de políticas públicas de Economia Solidária no governo federal: notas de pesquisa. In: BENINI, A. *et al* (orgs). **Gestão pública e sociedade:** Fundamentos e políticas públicas de economia solidária. Volume 2. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 45-80.
- GAIGER, L. I. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista.** CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- GAIGER, L. I. **Sentido e viabilidade das novas formas de produção não capitalistas:** alguns resultados de pesquisa sobre a economia solidária no Brasil. In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR THIRD-SECTOR RESEARCH - ISTR. SIXTH INTERNATIONAL CONFERENCE. Toronto, Canadá, 2004.
- GEORGES, I.P.H. e LEITE, M. de P. Novas configurações do trabalho e Economia solidária: democratização, inclusão ou precarização?. In: Georges, I.P.H., Leite, M. de P. (Orgs). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012, p.13-32.
- HARVEY, D. **Condição pós Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HENRIQUES, F.C. et al. **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.
- HOLZMANN, L. Empreendimentos Solidários e agentes externos: Autonomia ou tutela? In: GEORGES, I.P.H., LEITE, M. de P. (Orgs). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. P. 147-166
- ISMAEL, R. A SUDENE e o enfrentamento dos problemas do Nordeste na Nova Ordem Constitucional. In: NASCIMENTO, A. e LIMA, M. C. (orgs). **O Nordeste Brasileiro em Questão:** Uma Agenda para Reflexão. Editora: Kiron, 2015, p. 114-135.
- LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil.** Palestra proferida na Unicamp por ocasião do II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, 2002. Disponível em: <<http://www.sunnet.com.br/home/Noticias/As-raizes-historicas-da-Economia-Solidaria.html>> Acesso em: 30 de julho de 2015.

- LEITE, M. de P. **A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: Teorias e realidades.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.24, n.69, p. 31-51, fev. 2009.
- LEITE, M. de P. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: Georges, I.P.H., Leite, M. de P. (Orgs). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012, p. 227-268.
- LEITE, M. de P., ARAÚJO, A.M.C., LIMA, J.C. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação.** São Paulo: Annablume, 2015.
- LEITE, M. de P., WIRTH, I.G. e CHERFEM, C. O. Trabalho e resistência na Reciclagem: Movimento Social, Política Pública e Gênero. In: LEITE, M. de P., ARAÚJO, A.M.C., LIMA, J.C. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação.** São Paulo: Annablume, 2015, p. 335-361.
- LEITE LOPES, J. S. **O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LIMA, J.C. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção.** São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- LIMA, J. C. O Trabalho em Cooperativas: Dilemas e Perspectivas. In: DRUCK, G. FRANCO, T. (org). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007, p. 69-80.
- LIMA, J.C. Cooperativas de Reciclagem de lixo no Brasil: A autogestão da Pobreza. In: LEITE, M. de P., ARAÚJO, A.M.C., LIMA, J.C. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação.** São Paulo: Annablume, 2015, p. 325-333.
- LOPES, J. R. **Sociedade Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2008.
- MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Difel, 1982.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- MIRANDA, S. V. **Identificando Competências Informacionais.** Revista Ciência da Informação. Vol. 33, Nº 2 (2004). Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php.ciinf/article/view/83/75>. Acesso em: 05 de ago. de 2009.
- NASCIMENTO, E. R. **Princípios da Economia Solidária.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/edson_toque7.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2010.
- NOVAES, H. T. e SARDÁ, M. **Para onde vão as Empresas Recuperadas?** Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/1567_083ada4acff9ff0305d87fc8d2fb9ef0.pdf> Acesso em: 03 de agosto de 2010.
- OLIVEIRA, F. de. **A crítica da Razão Dualista (1975).** São Paulo: Boitempo, 2003.
- POCHMANN, M. **Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites.** Nota Técnica: Mercado de Trabalho – IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2010.
- PRANDI, J. R. **O Trabalho por Conta Própria sob o Capital.** São Paulo: Edições Símbolo, 1978.
- SANTOS, T.F.R. dos. **A Economia Solidária e o Trabalho como Realização: Um Estudo de Caso na Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – EcoVárzea.** Monografia de Especialização: UFCG, 2010.

SANTOS, T. F. R. dos. **Mobilidade dos trabalhadores entre os mercados formal e informal de trabalho**: a economia solidária como alternativa. In: I Seminário Regional Nordeste da Abet. Caminhos do Desenvolvimento: Trabalho e Implicações socioambientais. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. p. 355-367.

SANTOS, T. F. R. dos. **A inserção de empreendimentos solidários, rurais e urbanos, na dinâmica capitalista**. In: VI Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR. Curitiba, 2015. Disponível em: < http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/pdf/AKYD.pdf> Acesso em: 30 de julho de 2015.

SARDÁ, M. **Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)**: Significados e perspectivas. In: Ipea. Mercado de trabalho. N.48. Ago. 2011, p. 57-70.

SARDÁ, M. e NOVAES, H.T. O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, A. *et al* (orgs). **Gestão pública e sociedade**: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária. Volume 2. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 153-186.

SILVA, L. A. M. da. **Mercado Metropolitano de Trabalho Manual e Marginalidade**. Dissertação de Mestrado: UFRJ, 1971.

SILVA, S. C. A terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia? In: DRUCK, G. e FRANCO, T. (org.). **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 147-166.

SILVA, L. A. C. da. e PAIVA, I. A. de. **Experiências de autogestão**: Metodologias e Práticas de Ação na formação de atores sociais. In: I Seminário Regional Nordeste da Abet. Caminhos do Desenvolvimento: Trabalho e Implicações socioambientais. João Pessoa: Editora UFPB, 2014a. p. 329-341.

SILVA, L. A. C. da. e PAIVA, I. A. de. **A Incubadora Universitária Solidária e o grupo de Arte em Vidro**. In: I Seminário Regional Nordeste da Abet. Caminhos do Desenvolvimento: Trabalho e Implicações socioambientais. João Pessoa: Editora UFPB, 2014b. p. 342-354.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER P.; SOUZA A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Economia Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Desenvolvimento e trabalho no Nordeste: Velha Nova problemática. In: NASCIMENTO, A. e LIMA, M. C. (orgs). **O Nordeste Brasileiro em Questão**: Uma Agenda para Reflexão. Editora: Kiron, 2015a, p. 42-80.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Prefácio. In: LEITE, M. de P., ARAÚJO, A.M.C., LIMA, J.C. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015b, p.7-9.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Outras fontes consultadas:

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015 – 2019**. Brasília, 2015.

CPCC. **Projeto Ações Integradas da Paraíba realiza formação em Bancos Comunitários no Banco Palmas em Fortaleza**. 01 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://cpccsaorafael.blogspot.com.br/2015/02/projeto-acoes-integradas-da-paraiba.html>> Acesso em: 14 de agosto de 2015.

PORTAL BRASIL. **Programa Cataforte é destaque em evento**. Publicado em: 11/12/2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/12/programa-cataforte-e-destaque-em-evento>> Acesso em: 13 de agosto de 2015.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Cataforte III** : Fundação BB seleciona bases de serviços para estruturar redes solidárias de catadores de materiais recicláveis. NOTÍCIAS. 29.10.2014. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2014/outubro/29-10-2014-cataforte-iii-fundacao-bb-seleciona-bases-de-servicos-para-estruturar-redes-solidarias-de-catadores-de-materiais-reciclaveis>> Acesso em: 13 de agosto de 2015.

SENAES. **Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE**. Volume 1 - Termo de Referência: Apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza. Brasília, 2013a.

SENAES. **Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE**. Volume 2 - Termo de Referência: Fomento aos empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Brasília, 2013b.

SENAES. **Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE**. Volume 3 - Termo de Referência: Fomento às Redes de Cooperação Solidárias, Empreendimentos Econômicos Solidários organizados em cadeias produtivas e Arranjos Econômicos Territoriais e Setoriais de Produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários. Brasília, 2013c.

SENAES. **Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE**. Volume 4 - Termo de Referência: Apoio e fomento as iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário. Brasília, 2013d.

SENAES. **Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE**. Volume 5 - Termo de Referência: Apoio ao sistema nacional de comércio justo e solidário por meio do reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário. Brasília, 2013e.

SENAES. **Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE**. Volume 6 - Guia de Orientações: Programas, objetivos, iniciativas e ações orçamentárias de economia solidária 2012 – 2015. Brasília, 2013f.

SENAES. **Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES – Disponibiliza nova base de dados**. Boletim Acontece Senaes. Edição especial, 2013g. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>> Acesso em: 15 de junho de 2015.

SESUMA. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Campina Grande**: prognóstico dos resíduos sólidos diretrizes, estratégias e metas, 2014. Disponível

em: <http://pmcg.org.br/sesuma/estudos/Prognostico_2204_VF.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2015.

SIES. A Economia Solidária no Estado da Paraíba. Mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), em Convênio firmado entre UNITRABALHO e FINEP, 2005.

Sites consultados:

CADSOL. Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. Disponível em: <<http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp> Acesso em: 15 de setembro de 2010.

SIES. Atlas de Economia Solidária no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso em: 10 de junho de 2015.

CATAMAIS. Blog da cooperativa CATAMAIS. Disponível em: <<http://catamais.blogspot.com.br/>> Acesso em: 25 de dezembro de 2015.

Leis e decretos consultados:

Decreto 5.940/2006

Decreto 7.404/2010

Lei 11.445/2007

Lei 12.305/2010

Lei 12.375/2010

Lei 12.593/2012

ENTREVISTAS

Entrevistada 01 – Presidenta da ARENSA. Sócia. Mulher, 65 anos. Data da entrevista: 17 de julho de 2015. Duração: 00h42m55s.

Entrevistada 02 – Trabalhadora da ARENSA. Sócia. Mulher, 47 anos. Data da entrevista: 17 de julho de 2015. Duração: 00h39m23s.

Entrevistada 03 – Ex secretária da ARENSA. Sócia. Mulher, 24 anos. Data da entrevista: 21 de julho de 2015. Duração: 00h15m24s.

Entrevistada 04 – Trabalhadora da ARENSA. Sócia. Mulher, 28 anos. Data da entrevista: 21 de julho de 2015. Duração: 00h17m18s.

Entrevistado 05 – Participante do Conselho Fiscal da ARENSA. Sócio. Homem, 49 anos. Data da entrevista: 21 de julho de 2015. Duração: 00h15m51s.

Entrevistado 06 – Vice presidente da ARENSA. Sócio. Homem, 34 anos. Data da entrevista: 21 de julho de 2015. Duração: 00h09m28s.

Entrevistada 07 – Trabalhadora da ARENSA. Aspirante a sócia. Mulher, 40 anos. Data da entrevista: 21 de julho de 2015. Duração: 00h27m00s.

Entrevistado 08 – Presidente da CATAMAIS. Sócio. Homem, 44 anos. Data da entrevista: 19 de fevereiro de 2015. Duração: 00h21m28s. Data da 2ª parte da entrevista: 15 de julho de 2015. Duração: 00h09m09s.

Entrevistada 09 – Diretora da CATAMAIS. Sócia. Mulher, 52 anos. Data da entrevista: 15 de julho de 2015. Duração: 00h22m19s.

Entrevistada 10 – Trabalhadora da CATAMAIS. Sócia. Mulher, 22 anos. Data da entrevista: 15 de julho de 2015. Duração: 00h22m46s.

Entrevistada 11 – Trabalhadora da CATAMAIS. Sócia. Mulher, 60 anos. Data da entrevista: 22 de julho de 2015. Duração: 00h20m12s.

Entrevistada 12 – Trabalhadora da CATAMAIS. Sócia. Mulher, 46 anos. Data da entrevista: 22 de julho de 2015. Duração: 00h11m50s.

Entrevistada 13 – Trabalhadora da CATAMAIS. Sócia. Mulher, 50 anos. Data da entrevista: 22 de julho de 2015. Duração: 00h14m24s.

Entrevistada 14 – Trabalhadora da CATAMAIS. Sócia. Mulher, 33 anos. Data da entrevista: 22 de julho de 2015. Duração: 00h17m08s.

Entrevistada 15 – Presidenta da CAVI. Sócia. Mulher, 37 anos. Data da entrevista: 27 de julho de 2015. Duração: 00h29m37s.

Entrevistada 16 – Trabalhadora da CAVI. Aspirante a sócia. Mulher, 38 anos. Data da entrevista: 27 de julho de 2015. Duração: 00h21m20s.

Entrevistada 17 – Vice presidenta da CAVI. Sócia. Mulher, 30 anos. Data da entrevista: 27 de julho de 2015. Duração: 00h14m15s.

Entrevistada 18 – Conselheira de vendas da COTRAMARE. Sócia. Mulher, 43 anos. Data da entrevista: 16 de julho de 2015. Duração: 00h23m04s.

Entrevistada 19 – Trabalhadora da COTRAMARE. Sócia. Mulher, 30 anos. Data da entrevista: 16 de julho de 2015. Duração: 00h27m25s.

Entrevistada 20 – Trabalhadora da COTRAMARE. Aspirante a sócia. Mulher, 22 anos. Data da entrevista: 16 de julho de 2015. Duração: 00h22m16s.

Entrevistado 21 – Trabalhador da COTRAMARE. Sócio. Homem, 42 anos. Data da entrevista: 16 de julho de 2015. Duração: 00h20m28s.

Entrevistado 22 – Trabalhador da COTRAMARE. Sócio. Homem, 57 anos. Data da entrevista: 23 de julho de 2015. Duração: 00h16m42s.

Entrevistada 23 – Trabalhadora da COTRAMARE. Aspirante a sócia. Mulher, 47 anos. Data da entrevista: 23 de julho de 2015. Duração: 00h21m32s.

Entrevistada 24 – Trabalhadora da COTRAMARE. Sócia. Mulher, 31 anos. Data da entrevista: 23 de julho de 2015. Duração: 00h11m28s.

Entrevistado 25 – Representante da Economia Solidária. Vice-coordenador do NUPLAR/UFPB e participante do Projeto Ações Integradas. Homem, 47 anos. Data da entrevista: 16 de junho de 2015. Duração: 01h06m30s.

Entrevistada 26 – Representante da Economia Solidária. Coordenadora estadual do Programa Federal CATAFORTE e técnica do Projeto Ações Integradas. Mulher, 37 anos. Data da entrevista: 01 de julho de 2015. Duração: 01h15m01s.

Entrevistada 27 – Representante da Economia Solidária. Coordenadora do Projeto Cooperar para Melhor Coletar e a Vida Melhorar – CENTRAC. Mulher, 28 anos. Data da entrevista: 03 de julho de 2015. Duração: 00h58m53s.

Entrevistada 28 – Gestora pública municipal. Assessora técnica de Resíduos Sólidos e Agente ambiental do setor de licenciamento ambiental – SESUMA. Mulher, 24 anos. Data da entrevista: 24 de agosto de 2015. Duração: 01h24m01s.

Entrevistada 29 – Gestora pública estadual. Secretária Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES. Mulher, 35 anos. Data da entrevista: 18 de setembro de 2015. Duração: 00h40m43s.

ANEXOS

Anexo I: Roteiro de entrevista com dirigentes do empreendimento solidário

Contra a Maré: Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em meio ao Capital

Roteiro de entrevista com dirigentes do empreendimento solidário

Dados Gerais e Pessoais

Empreendimento solidário (Razão Social):

Nome Fantasia:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade/UF:

Telefone:

E-mail:

Nome para contato:

Autoriza publicação do nome do empreendimento?

Nome do entrevistado(a):

Cargo:

Idade:

Sexo:

Tempo que participa do empreendimento:

Trajatória dentro do empreendimento solidário (breve descrição):

Bloco I: Conhecendo o empreendimento solidário e seus atores

Organização e história do empreendimento

01 – Sobre que forma jurídica o empreendimento solidário está organizado?

02 – Qual o ramo de atividade deste empreendimento?

03 – Descreva as atividades do empreendimento, listando os principais produtos e serviços.

04 – Qual a data de início das atividades do empreendimento?

05 – Quando e como teve início o processo que levou ao surgimento do empreendimento solidário?

06 – O que motivou a criação deste empreendimento?

07 – Quais as instâncias de coordenação/direção do empreendimento?

08 – Realizam assembléias/reuniões gerais periodicamente? Se sim, com qual frequência?

09 – Quais decisões são tomadas nas assembléias/reuniões?

10 – Utilizam outros canais de informação além das assembléias? Se sim, quais?

Os personagens dessa história

11 – Todos os(as) trabalhadores(as) são sócios(as)?

12 – Qual o número atual de trabalhadores(as)?

Sócios(as)/Cooperados(as)	Homens	
	Mulheres	
Contratados(as)/Não sócios(as)	Homens	
	Mulheres	

13 – Perfil dos trabalhadores(as): Faixa etária

		18 - 25	26 - 39	40 - 64	Acima de 65
Trabalhador(a) associado(a)	Homens				
	Mulheres				
Trabalhador(a) não sócio(a)	Homens				
	Mulheres				

14 – Perfil dos trabalhadores(as): Escolaridade

		Não Alf.	B.I.	B.C.	F.I.	F.C.	M.I.	M.C.	Ens. Téc.	Ens. Sup.	Pós Grad.
Trabalhadores (as) associados(as)	H										
	M										
Trabalhadores (as) não sócios(as)	H										
	M										

15 – Trabalhadores(as) não sócios(as): categoria, regime de contratação

Categoria	Quantidade	Regime de contratação
Contratados(as) (Aspirantes a sócio)		
Contratados(as) (Não aspirantes a sócio)		
Temporários(as)/Estagiários(as)		
Outro (especificar)		

16 – Daqueles que estavam desde o início da formação do empreendimento solidário, quantos continuam fazendo parte da experiência?

17 – Cerca de quantos trabalhadores(as) saíram do empreendimento?

18 – Quais os três principais motivos para os trabalhadores(as) deixarem o empreendimento?

19 – Desde a criação do empreendimento até agora foram incorporados sócio-trabalhadores(as)?

19.1 – Se sim, quem são?

19.2 – Se não, por quê?

20 – Todos(as) os(as) trabalhadores(as) trabalham a mesma quantidade de horas?

20.1 – Se sim, quantas?

20.2 – Se não, por quê?

Bloco II: Dimensão Econômica

Propriedade e estado dos bens, produção e integralização das quotas parte

21 – Qual a atual situação do empreendimento em relação à propriedade do espaço físico?

- 22 – Qual a situação do empreendimento em relação à propriedade do maquinário?
- 23 – Qual a porcentagem de produção em relação à capacidade total instalada?
- 24 – Qual o estado atual geral das instalações e do maquinário?
- 25 – Quem foram os responsáveis por conceber os processos produtivos/ inovações técnicas?
- 26 – Caso seja uma cooperativa, como foram integralizadas as quotas partes?

Remuneração dos trabalhadores

- 27 – Todos os trabalhadores(as) recebem o mesmo salário/retirada?
 - 27.1 – Se não, por quê?
 - 27.2 – Se não, por favor especificar as categorias usadas para diferenciar o valor das retiradas
- 28 – Qual a faixa de remuneração do empreendimento? (Maior e menor salário/retirada)
- 29 – Qual é a média do valor mensal da retirada/salário (para sócios e contratados)?
- 30 – Os trabalhadores(as) conseguem retirar/receber valor em torno da média todos os meses?
- 31 – Este sistema de retirada/salários manteve-se igual desde o princípio? Se não, por quê?

Comercialização e relação com o mercado

- 32 – A comercialização do material reciclável do empreendimento destina-se à que tipo de cliente?
- 33 – Produzem ou trabalham para terceiros? Se sim, o quê? Por quê? Qual a porcentagem que esta produção representa em relação ao total?
- 34 – Como são conseguidos os materiais recicláveis para a comercialização?
- 35 – Possuem algum tipo de dificuldade com relação à aquisição de material reciclável para a comercialização? Se sim, quais?
- 36 – Estabeleceram algum tipo de vínculo econômico e/ou político com outro(s) empreendimento(s) solidário(s), empresa recuperada ou organizações que atuam com a Economia Solidária? Que tipo de vínculo? Acredita que estes vínculos beneficiam o empreendimento solidário do qual faz parte?
- 37 – As atividades regulares do empreendimento funcionam em mais de um local? Se sim, onde localizam-se as distintas atividades?
- 38 – Qual a abrangência da atuação do empreendimento em relação à comercialização dos produtos?
- 39 – Quais os três principais concorrentes do empreendimento atualmente?
- 40 – Possuem dificuldades de comercialização? Se sim, quais?
- 41 – O empreendimento possui dívidas? Se sim, quais os principais credores?
- 42 – Possuem dificuldade de acesso a crédito? Caso sim, quais os principais motivos?
- 43 – Estabeleceram relações com Sindicatos e Movimentos Sociais? Fale um pouco sobre estas relações.

Anexo II: Roteiro de Entrevista com os(as) trabalhadores(as)

Contra a Maré: Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em meio ao Capital

Roteiro de Entrevista com os(as) trabalhadores(as)

Dados Pessoais

Nome do entrevistado(a):

É sócio-trabalhador(a) ou é trabalhador(a) contratado(a)?

Cargo:

Idade:

Sexo:

Tempo no empreendimento:

Trajetória pessoal e institucional

01 – Quais as principais ocupações que você teve na vida?

02 – Qual dos trabalhos que teve mais lhe agradou?

03 – O que você faz atualmente? Se sente feliz com o trabalho que desenvolve?

04 – A quanto tempo conhece este empreendimento solidário? Desde quando começou a participar do grupo? Que motivos lhe levaram a participar desse grupo?

05 – Você sabe o que é Economia Solidária? O que significa Economia Solidária para você?

06 – Quais motivos lhe levaram a se interessar por esta forma alternativa de economia?

07 – Como este empreendimento solidário teve início?

08 – Quais atividades se desenvolvem nesse empreendimento? Como as atividades são divididas? Quem decide a maneira como os trabalhos devem ser executados e quem vai realizar?

09 – Como são divididas as responsabilidades dentro do empreendimento? Você participa das decisões do empreendimento?

10 – Você gosta do grupo com o qual trabalha? A convivência diária é boa? Há conflitos? Se sim, como estes costumam ser resolvidos?

Percepções e auto-denominação a cerca da Economia Solidária e Autogestão

11 – Na sua opinião este empreendimento pratica a Economia Solidária? Considera que o grupo trabalha sob a forma de autogestão?

12 – Que termo você utiliza para os trabalhadores do empreendimento?

13 – Que termo utiliza para denominar o empreendimento solidário?

14 – Em uma frase, o que significa para você trabalhar em um empreendimento solidário?

15 – Conhece e/ou tem curiosidade em conhecer outros casos de empreendimentos solidários na região?

16 – Qual sua percepção sobre o surgimento de novos casos de empreendimentos solidários no Brasil?

17 – Quais suas perspectivas para o futuro deste empreendimento e dos empreendimentos solidários em geral?

18 – Como você avalia hoje a relação entre os trabalhadores desta experiência em comparação à relação que existe em empresas capitalistas?

Percepções sobre trabalho, responsabilidades, participação no empreendimento e remuneração

19 – Quais atividades você desenvolve neste empreendimento solidário? Considera as atividades que desenvolve importantes para o funcionamento do empreendimento?

20 – Desenvolve alguma atividade relacionada à gestão do empreendimento? Se sim, qual?

21 – A ocupação neste empreendimento é sua principal fonte de renda?

22 – Quanto recebe em média por mês?

23 – Considera o sistema de remuneração do empreendimento solidário justo e igualitário?

24 – Conta com serviço de cobertura médica, seguro contra acidentes de trabalho? Se sim, de qual tipo?

25 – Contribui para aposentadoria?

26 – Há processos formativos frequentes apoiados ou desenvolvidos pelo empreendimento solidário para os trabalhadores? Se sim, quais? Você gostaria que houvesse novos cursos? Se sim, sobre quais temas?

27 – Como considera estar a situação financeira do empreendimento?

28 – Quais as principais dificuldades econômicas/financeiras que você considera que o empreendimento enfrenta atualmente?

29 – Para você, quais motivos estão relacionados às dificuldades econômicas/financeiras citadas?

30 – Você considera que as dificuldades econômicas do empreendimento solidário afetam seu trabalho? Se sim, de que maneira?

31 – Que estratégias você acredita que o grupo do qual participa poderia criar para melhorar sua atuação?

32 – Você percebe diferenças entre o trabalho dentro da Economia Solidária e o trabalho em empresas capitalistas?

33 – Você prefere a participação neste empreendimento solidário ou um emprego formal em uma empresa capitalista?

Anexo III: Roteiro de Entrevista com representantes da Economia Solidária na Paraíba

Contra a Maré: Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em meio ao Capital

Roteiro de Entrevista com representantes da Economia Solidária na Paraíba

Dados Pessoais

Nome do entrevistado(a):

Entidade ao qual é ligado:

Cargo:

Idade:

Sexo:

Tempo que se relaciona com a Economia Solidária:

Trajatória pessoal e institucional no movimento da Economia Solidária

01 – Como se iniciou seu envolvimento com a Economia Solidária?

02 – Quais motivos lhe levaram a se interessar por esta forma alternativa de economia?

03 – Como você conheceu este(a) órgão/entidade/instituição e de que maneira começou a participar dele(a)?

04 – Quais as propostas deste órgão/entidade/instituição? E qual sua forma de atuação?

05 – Conte um pouco sobre a história deste órgão/entidade/instituição.

06 – Como este(a) órgão/entidade/instituição se relaciona com os demais atores da Economia Solidária?

07 – Quais os principais parceiros deste(a) órgão/entidade/instituição no movimento da Economia Solidária? Como funcionam estas parcerias?

Economia Solidária na Paraíba e no Brasil

08 – Qual sua percepção sobre a situação atual da Economia Solidária no estado da Paraíba e no Brasil?

09 – De que maneira as iniciativas de Economia Solidária da Paraíba tem se relacionado com o movimento nacional de Economia Solidária?

10 – De que maneira a entidade da qual você participa contribui com os empreendimentos solidários?

11 – Em sua opinião, há na Paraíba uma união das entidades relacionadas com a questão da Economia Solidária e/ou do Cooperativismo?

12 – Quais suas perspectivas para o futuro da Economia Solidária na Paraíba, no Brasil e no mundo?

Inserção econômica dos empreendimentos solidários

13 – Qual sua percepção a cerca da maneira como os empreendimentos solidários se relacionam com o mercado capitalista?

14 – Quais as principais dificuldades encontradas pelos empreendimentos solidários para manter-se no mercado?

15 – Em sua opinião, as pressões do mercado influenciam a forma e as relações de trabalho dentro dos empreendimentos solidários? Se sim, de que maneira?

16 – Que estratégias você acredita que poderiam ajudar os empreendimentos solidários a garantir sua sobrevivência em meio à concorrência capitalista?

17 – Existe na Paraíba cadeias produtivas solidárias e/ou de consumo solidário? Como estas funcionam? Quais benefícios estas cadeias solidárias trazem aos empreendimentos que participam delas?

18 – Você acredita que os empreendimentos solidários se diferenciam das empresas capitalistas? Se sim, de que maneira?

19 – Em sua opinião, há riscos dos empreendimentos solidários afastarem-se de seus princípios na luta por espaço no mercado?

20 – Quais questões você acredita terem maior importância atualmente na luta do movimento da Economia Solidária para que estas iniciativas tenham maior chance de sobreviver?

21 – Na sua opinião, a Economia Solidária consegue se apresentar como uma alternativa ao Capitalismo se diferenciando deste ou acaba servindo aos interesses do próprio sistema capitalista?

Anexo IV: Roteiro de Entrevista com gestores públicos relacionados à Economia Solidária

Contra a Maré: Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em meio ao Capital

Roteiro de Entrevista com gestores públicos relacionados à Economia Solidária

Dados Pessoais

Nome do entrevistado(a):

Entidade ao qual é ligado:

Cargo:

Idade:

Sexo:

Tempo que se relaciona com a Economia Solidária:

Trajatória pessoal e institucional no movimento da Economia Solidária

01 – Como se iniciou seu envolvimento com a Economia Solidária?

02 – Quais motivos lhe levaram a se interessar por esta forma alternativa de economia?

03 – Como você conheceu este(a) órgão/entidade/instituição e de que maneira começou a participar dele(a)?

04 – Quais as propostas deste órgão/entidade/instituição? E qual sua forma de atuação?

05 – Conte um pouco sobre a história deste órgão/entidade/instituição.

06 – Como este(a) órgão/entidade/instituição se relaciona com os demais atores da Economia Solidária?

07 – Quais os principais parceiros deste(a) órgão/entidade/instituição no movimento da Economia Solidária? Como funcionam estas parcerias?

Planos e projetos para a Economia Solidária

08 – Quais as principais preocupações desta instância governamental com relação ao tema da Economia Solidária?

09 – Quais projetos estão sendo desenvolvidos? Como estes funcionam? A que público atendem?

10 – Quais as diretrizes do governo com relação à Economia Solidária? Como este tema é incorporado ao plano de governo?

11 – De que maneira o planejamento desta instância governamental se relaciona com os encaminhamentos federais relacionados ao tema da Economia Solidária?

12 – Há estratégias para envolver os municípios nos projetos/programas estaduais de Economia Solidária ou para incentivar estes a elaborarem seus próprios projetos/programas?

13 – Há algum projeto/programa voltado especificadamente para os catadores de material reciclável e/ou para as cooperativas de reciclagem? Quais? Como funcionam? Qual a proposta destes?

14 – Atualmente há políticas públicas de Economia Solidária no Estado/Município? Caso sim, fale um pouco sobre elas, caso não, há planos de construção de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária?

Economia Solidária na Paraíba e no Brasil

15 – Qual sua percepção sobre a situação atual da Economia Solidária no estado da Paraíba e no Brasil?

16 – Em sua opinião, há na Paraíba uma união das entidades relacionadas com a questão da Economia Solidária e/ou do Cooperativismo?

17 – Quais suas perspectivas para o futuro da Economia Solidária na Paraíba, no Brasil e no mundo?

Inserção econômica dos empreendimentos solidários

18 – Qual sua percepção a cerca da maneira como os empreendimentos solidários se relacionam com o mercado capitalista?

19 – Quais as principais dificuldades encontradas pelos empreendimentos solidários para manter-se no mercado?

20 – Em sua opinião, as pressões do mercado influenciam a forma e as relações de trabalho dentro dos empreendimentos solidários? Se sim, de que maneira?

21 – Que estratégias você acredita que poderiam ajudar os empreendimentos solidários a garantir sua sobrevivência em meio à concorrência capitalista?

22 – Você acredita que os empreendimentos solidários se diferenciam das empresas capitalistas? Se sim, de que maneira?

23 – Em sua opinião, há riscos dos empreendimentos solidários afastarem-se de seus princípios na luta por espaço no mercado?

24 – Na sua opinião, a Economia Solidária consegue se apresentar como uma alternativa ao Capitalismo se diferenciando deste ou acaba servindo aos interesses do próprio sistema capitalista?

25 – Quais questões você acredita terem maior importância atualmente na luta do movimento da Economia Solidária para que estas iniciativas tenham maior chance de sobreviver?

26 – Na sua opinião, qual o papel do poder público na construção/fortalecimento da Economia Solidária?